

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

O “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO

Volume I

Coordenadores

Professor Doutor Armando Marques Guedes
Tenente-coronel Ricardo Dias da Costa

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)
Julho de 2019

Os **Cadernos do IUM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IUM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não deverá ter uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CIDIUM. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IUM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IUM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CIDIUM ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos do CEMC e pelos auditores do CPOG que tenham sido indicados para publicação e que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Papers, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do IUM efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.ºs Publicados:

1 – Comportamento Humano em Contexto Militar

Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAfS” para a configuração do constructo

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

2 – Entre a República e a Grande Guerra: Breves abordagens às instituições militares portuguesas

Coordenador: Major de Infantaria Carlos Afonso

3 – A Abertura da Rota do Ártico (*Northern Passage*). Implicações políticas, diplomáticas comerciais

Coronel Tirocinado Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão

4 – O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança (Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós-Graduação em Globalização Diplomacia e Segurança)

Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

5 – Os Novos Desafios de Segurança do Norte de África

Coronel Tirocinado Francisco Xavier Ferreira de Sousa

- 6 – Liderança Estratégica e Pensamento Estratégico
Capitão-de-mar-e-guerra Valentim José Pires Antunes Rodrigues
- 7 – Análise Geopolítica e Geoestratégica da Ucrânia
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel Mendes Martins
Tenente-Coronel Navegador António Luís Beja Eugénio
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Tenente-Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 9 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações de Angola. Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Coronel Tirocinado José Luís de Sousa Dias Gonçalves
Tenente-Coronel de Infantaria José Manuel Figueiredo Moreira
- 10 – O Fenómeno dos “*Green-on-Blue Attacks*”. “*Insider Threats*” – Das Causas à Contenção
Major de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 11 – Os Pensadores Militares
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso
- 12 – *English for Specific Purposes no Instituto Universitário Militar*
Capitão-tenente ST Eling Estela do Carmo Fortunato Magalhães Parreira
- 13 – I Guerra Mundial: das trincheiras ao regresso
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Leonel José Mendes Martins
Major de Infantaria Fernando César de Oliveira Ribeiro
- 14 – Identificação e caracterização de infraestruturas críticas – uma metodologia
Major de Infantaria Hugo José Duarte Ferreira
- 15 – O DAESH. Dimensão globalização, diplomacia e segurança. Atas do seminário 24 de maio de 2016
Coordenadores: Tenente-Coronel de Engenharia Adalberto José Centenico
Professora Doutora Teresa Ferreira Rodrigues
- 16 – Cultura, Comportamento Organizacional e Sensemaking
Coordenadores: Coronel Piloto-Aviador João Paulo Nunes Vicente
Tenente-Coronel Engenheira Aeronáutica Ana Rita Duarte Gomes S. Baltazar
- 17 – Gestão de Infraestruturas Aeronáuticas
Major Engenheira de Aeródromos Adelaide Catarina Gonçalves

- 18 – A Memória da Grande Guerra nas Forças Armadas
Major de Cavalaria Marco António Frontoura Cordeiro
- 19 – Classificação e Análise de Fatores Humanos em Acidentes e Incidentes na Força Aérea
Alferes Piloto-Aviador Ricardo Augusto Baptista Martins
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
Capitão Engenheiro Aeronáutico Bruno António Serrasqueiro Serrano
- 20 – A Aviação Militar Portuguesa nos Céus da Grande Guerra: Realidade e Consequências
Coordenador: Coronel Técnico de Pessoal e Apoio Administrativo
Rui Alberto Gomes Bento Roque
- 21 – Saúde em Contexto Militar (Aeronáutico)
Coordenadoras: Tenente-Coronel Médica Sofia de Jesus de Vidigal e Almada
Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada
- 22 – *Storm Watching. A New Look at World War One*
Coronel de Infantaria Nuno Correia Neves
- 23 – Justiça Militar: A Rutura de 2004. Atas do Seminário de 03 de março de 2017
Coordenador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro António Marques da Costa
- 24 – Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate - Moçambique 1964-1975
Coordenadores: Coronel Tirocinado de Infantaria Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-Coronel de Infantaria Vítor Manuel Lourenço Ortigão Borges
- 25 – A República Popular da China no Mundo Global do Século XXI. Atas do Seminário de 09 de maio de 2017
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel de Infantaria Paraquedista Rui Jorge Roma Pais dos Santos
- 26 – O Processo de Planeamento de Operações na NATO: Dilemas e Desafio
Coordenador: Tenente-coronel de Artilharia Nelson José Mendes Rêgo
- 27 – Órgãos de Apoio Logístico de Marinhas da OTAN
Coordenador: Capitão-tenente de Administração Naval Duarte M. Henriques da Costa
- 28 – Gestão do Conhecimento em Contexto Militar: O Caso das Forças Armadas Portuguesas
Coordenador: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 29 – A Esquadra de Superfície da Marinha em 2038. Combate de alta Intensidade ou Operações de Segurança Marítima?
Capitão-de-mar-e-guerra Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues

- 30 – Centro de Treino Conjunto e de Simulação das Forças Armadas
Coronel Tirocinado de Transmissões Carlos Jorge de Oliveira Ribeiro
- 31 – Avaliação da Eficácia da Formação em Contexto Militar: Modelos, Processos e Procedimentos
Coordenadores: Tenente-coronel Nuno Alberto Rodrigues Santos Loureiro
Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 32 – A Campanha Militar Terrestre no Teatro de Operações da Guiné-Bissau (1963-1974).
Estudo da Aplicação da Força por Funções de Combate
Coordenadores: Brigadeiro-general Jorge Manuel Barreiro Saramago
Tenente-coronel de Administração Domingos Manuel Lameira Lopes
- 33 – O Direito Português do Mar: Perspetivas para o Séc. XXI
Coordenadora: Professora Doutora Marta Chantal Ribeiro
- 8 – Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação (2.ª edição, revista e atualizada)
Coordenadores: Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
Coronel Técnico de Manutenção de Material Aéreo Joaquim Vale Lima
- 34 – Coreia no Século XXI: Uma península global
Coordenadores: Professora Doutora Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Tenente-coronel Rui Jorge Roma Pais dos Santos

Como citar esta publicação

Guedes, A.M., & Costa, R.D. (Coord.) (2019). *O "Grande Médio Oriente" Alargado*. Cadernos do IUM, 35. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Presidente

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins

Editor-chefe

Major-general Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Chefe do Núcleo Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Capa – Composição Gráfica

Tenente-coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Soldado Rui Miguel da Silva Porteiro

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: (+351) 213 002 100

Fax: (+351) 213 002 162

E-mail: cidium@ium.pt

<https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>

Pré-Impressão e Distribuição

Sumário Colorido

Rua de Palames, Edifício Caravelas 1º esq.

2970-703 Sesimbra

Tel: (+351) 932 696 712

E-mail: sumariocolorido@gmail.com

ISBN: 978-989-54546-3-1

ISSN:

Depósito Legal:

Tiragem: 150 exemplares

© Instituto Universitário Militar, julho, 2019.

Nota do Editor:

Os textos/conteúdos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

PREFÁCIO	xix
NOTA INTRODUTÓRIA	xxi

VOLUME I

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO NA ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	1
1.1. INTRODUÇÃO	1
1.2. FATOR FÍSICO	2
1.2.1. Localização, extensão e configuração	2
1.2.2. Ambiente natural	5
1.3. FATOR HUMANO	11
1.3.1. Demografia	12
1.3.2. Etnografia	13
1.3.3. Religião	14
1.3.4. Sócio cultural	17
1.4. RECURSOS NATURAIS	18
1.4.1. Alimentares	18
1.4.2. Energéticos	19
1.5. FATOR ESTRUTURAS	22
1.5.1. Política	22
1.5.2. Económica	24
1.5.3. Militar	27
1.6. CONCLUSÕES	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
2. O CONFLITO NA SÍRIA E IRAQUE: DINÂMICAS ESTRUTURAIS E DE COMPLEXIDADE	35
2.1. INTRODUÇÃO	35
2.2. ANÁLISE DIME	35
2.2.1. Análise DIME da República Árabe da Síria	35
2.2.2. Análise DIME da República do Iraque	37
2.2.3. Considerações sobre as relações entre os dois países	41
2.3. ATORES ESTATAIS	42

2.4. IMPLICAÇÕES DOS ATORES ESTATAIS PARA A SEGURANÇA	48
2.4.1. Ao nível local	48
2.4.2. Ao nível regional	49
2.4.3. Ao nível internacional	50
2.5. ATORES NÃO-ESTATAIS	51
2.5.1. Atores não estatais internos na Síria	51
2.5.2. Atores não estatais internos no Iraque	53
2.5.3. Atores não estatais externos na Síria e no Iraque	55
2.6. IMPLICAÇÕES DOS ATORES NÃO-ESTATAIS PARA A SEGURANÇA	56
2.6.1. Ao nível local	56
2.6.2. Ao nível regional	56
2.6.3. Ao nível internacional	57
2.7. CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
3. O CONFLITO NA LÍBIA: UM PONTO FOCAL NO AMPLO ARCO DE INSTABILIDADE NO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE’ ALARGADO	63
3.1. INTRODUÇÃO	63
3.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	63
3.3. QUADRO GEOPOLÍTICO DE REFERÊNCIA	65
3.4. CENÁRIO ESTRATÉGICO BÁSICO	68
3.4.1. Atores políticos nacionais	68
3.4.2. Atores não estatais	69
3.4.3. Atores externos próximos	71
3.4.4. Outros atores estatais no “Grande Médio Oriente”	72
3.4.5. Atores supra-estatais	73
3.5. ANÁLISE DOS FATORES	76
3.5.1. Fator físico	76
3.5.2. Fator humano	78
3.5.3. Fator recursos	79
3.5.4. Fator circulação	80
3.5.5. Fator científico-tecnológico	80
3.5.6. Fator político-administrativo	80
3.5.7. Fator económico	81
3.5.8. Fator sociocultural	81

3.5.9. Fator militar	81
3.6. ANÁLISE GEOPOLÍTICA DO CONFLITO	81
3.6.1. Enquadramento e evolução do conflito	81
3.6.2. O conflito e o Norte de África	83
3.6.3. O conflito e o “Grande Médio Oriente”	84
3.5.4. Desafios e implicações para a segurança internacional	85
3.7. CONCLUSÕES	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
4. CONFLITO NO IÊMEN: DINÂMICAS ESTRUTURAIS E A SUA DENSIDADE EMERGENTE	91
4.1. INTRODUÇÃO	91
4.2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	92
4.3. ATORES ESTATAIS E NÃO-ESTATAIS INTERNOS DO CONFLITO	95
4.4. ESTUDO DOS FATORES GEOESTRATÉGICOS (ORDEM GEOGRÁFICA E ESTRUTURAL)	100
4.5. ANÁLISE DO CONFLITO	105
4.6. AS IMPLICAÇÕES SECURITÁRIAS DO CONFLITO	107
4.7. CONCLUSÕES	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
5. DO CORNO DE ÁFRICA AO NORTE DO GOLFO DA GUINÉ: A INTENSIFICAÇÃO E O ALARGAMENTO DO ARCO SUBSAARIANO DE INSTABILIDADE	117
5.1. INTRODUÇÃO	117
5.2. CARACTERIZAÇÃO DOS RECENTES CONFLITOS NO ALARGAMENTO DO ARCO SUBSAARIANO	118
5.2.1. Conflito no Mali	119
5.2.2. Conflito na Nigéria	120
5.2.3. Conflito no Chade	121
5.2.4. Conflito no Sudão	122
5.2.5. Conflito na Eritreia	123
5.2.6. Conflito na Etiópia	124
5.2.7. Conflito no Djibouti	124
5.2.8. Conflito na Somália	125
5.3. LIGAÇÃO RELIGIOSA DO MÉDIO ORIENTE A ÁFRICA	126
5.3.1. Os Sunitas e sua expansão em África	127

5.3.2.	Os Xiitas e sua expansão em África	129
5.3.3.	O Sufismo Islâmico em África	130
5.3.4.	O movimento Salafista em África	131
5.3.5.	Religiões em África não islâmicas e sua influência	132
5.4.	GRUPOS INSURGENTES ISLAMITAS EM ÁFRICA	132
5.4.1.	Al-Shabaab (Harakat al-Shabaab al-Mujahideen)	132
5.4.2.	Boko Haram (Jama’at Ahl as-Sunnah lid-Da’wah wa’l-Jiha)	133
5.4.3.	JNIM (Jama’a Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin)	134
5.4.4.	AQIM (Al-Qaeda in the Islamic Maghreb)	135
5.5.	LIGAÇÃO DO MÉDIO ORIENTE À INSTABILIDADE NO ARCO SUBSAARIANO	136
5.5.1.	Relação dos recentes conflitos com a religião	137
5.5.2.	Relação da religião com os grupos insurgentes islamitas	138
5.5.3.	Relação dos recentes conflitos com os grupos insurgentes islamitas	139
5.6.	CONCLUSÕES	140
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	142
6.	O IRÃO E OS FORMATOS DA SUA ATUAÇÃO NOS CONFLITOS NO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	147
6.1.	INTRODUÇÃO	147
6.2.	CONTEXTO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO	149
6.2.1.	Enquadramento Histórico	149
6.2.2.	Breve Enquadramento geopolítico	153
6.2.3.	Síntese Conclusiva	155
6.3.	PERSPETIVA GEOESTRATÉGICA DO IRÃO	156
6.3.1.	Estratégia política	156
6.3.2.	Estratégia Económica	157
6.3.3.	Estratégia militar	159
6.3.4.	Síntese conclusiva	161
6.4.	CONFLITOS NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	161
6.4.1.	Israel – Palestina	162
6.4.2.	Iraque	163
6.4.3.	Síria	164
6.4.4.	Iémen	165
6.4.5.	Líbano	166
6.4.6.	Síntese Conclusiva	167

6.5. CONCLUSÕES	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

VOLUME II

7. A ARÁBIA SAUDITA: DIMENSÕES DAS INTERVENÇÕES NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	1
7.1. INTRODUÇÃO	1
7.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ARÁBIA SAUDITA	2
7.2.1. Análise geopolítica da Arábia Saudita	3
7.2.2. Fator Militar	10
7.2.3. Síntese Conclusiva	11
7.3. A ARÁBIA SAUDITA E O CONTEXTO REGIONAL	12
7.3.1. Relações com atores regionais e globais	12
7.3.2. Síntese Conclusiva	19
7.4. A ARÁBIA SAUDITA E OS CONFLITOS NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	19
7.4.1. A Arábia Saudita no conflito do Líbano	21
7.4.2. A Arábia Saudita no conflito da Líbia	22
7.4.3. A Arábia Saudita no conflito da Síria	22
7.4.4. A Arábia Saudita no conflito Israelo-Palestiniano	23
7.4.5. A Arábia Saudita no conflito do Iémen	25
7.4.6. Síntese Conclusiva	27
7.5. CONCLUSÕES	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
8. A TURQUIA E O SEU PAPEL NOS CONFLITOS DO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	34
8.1. INTRODUÇÃO	34
8.2. ANÁLISE GEOPOLÍTICA DA TURQUIA	35
8.2.1. Fator Físico	35
8.2.2. Fator Humano	37
8.2.3. Fator Recursos Naturais	38
8.2.4. Fator Circulação	39
8.2.5. Fator Histórico	40
8.2.6. Fator Científico-Tecnológico	41
8.2.7. Fator Político	42
8.2.8. Fator Económico	42

8.2.9. Fator Sociocultural	44
8.2.10. Fator Militar	44
8.2.11. Síntese conclusiva	45
8.3. ANÁLISE DO POTENCIAL ESTRATÉGICO TURCO	45
8.3.1. Relevância geopolítica e geostratégica da região	46
8.3.2. Fatores de coesão e dissociação	47
8.3.3. Núcleos do potencial estratégico	49
8.3.4. Potencialidades	50
8.3.5. Vulnerabilidades	51
8.3.6. Síntese conclusiva	52
8.4. INTERESSE GEOPOLÍTICO DA TURQUIA NO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	53
8.4.1. O interesse turco no conflito da Síria	54
8.4.2. O interesse turco no conflito do Iraque	55
8.4.3. Síntese conclusiva	56
8.5. CONCLUSÕES	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59
9. OS EUA E OS CONFLITOS DO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE’ ALARGADO: PRÓ-ATIVIDADE E OS SEUS AVANÇOS E RECUOS	63
9.1. INTRODUÇÃO	63
9.2. OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E OS SEUS INTERESSES NA REGIÃO DO MÉDIO ORIENTE ALARGADO	65
9.2.1. Relevância geopolítica e geostratégica do Médio Oriente alargado e os interesses dos EUA na região	65
9.2.2. Opções políticas para o Médio Oriente alargado - condicionantes e possibilidades estratégicas	68
9.2.3. Principais fatores de poder e vulnerabilidades	74
9.2.4. Síntese conclusiva	75
9.3. INTERVENÇÕES DOS EUA NOS CONFLITOS DO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO	76
9.3.1. Guerra do Golfo	76
9.3.2. Intervenção militar Americana na Somália	78
9.3.3. Guerra do Afeganistão	79
9.3.4. Guerra do Iraque	81
9.3.5. Guerra Civil na Líbia	83
9.3.6. Guerra Civil na Síria	84
9.3.7. Guerra do Iémen	87

9.4. CONCLUSÕES	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90
10. A REENTRADA DA RÚSSIA NOS CONFLITOS DO 'GRANDE MÉDIO ORIENTE' ALARGADO: INTERPOSIÇÃO E DESESTABILIZAÇÃO	93
10.1. INTRODUÇÃO	93
10.2. POTENCIAL ESTRATÉGICO E PRESENÇA HISTÓRICA DA RÚSSIA NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	94
10.3. O NOVO "GRANDE JOGO": RELAÇÕES DE INFLUÊNCIA RUSSA NO 'GRANDE MÉDIO ORIENTE' ALARGADO	98
10.3.1. No conflito da Síria	98
10.3.2. Do Afeganistão ao Mediterrâneo (Líbia)	104
10.4. CONCLUSÕES	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
11. CRISES HUMANITÁRIAS, GRUPOS VULNERÁVEIS, MIGRAÇÕES NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO	123
11.1. INTRODUÇÃO	123
11.2. CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	124
11.2.1. Migrantes	124
11.2.2. Grupos Vulneráveis	124
11.2.3. Refugiados	126
11.2.4. Garantias jurídicas	129
11.3. CAUSAS DAS ALTERAÇÕES AOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	132
11.3.1. Fluxo do Mediterrâneo Este	134
11.3.2. Fluxo do Mediterrâneo Central	134
11.3.3. Fluxo do Mediterrâneo Oeste	135
11.4. RESPOSTA DA EUROPA À CRISE DOS MIGRANTES	136
11.4.1. Política de imigração da UE	136
11.4.2. Gestão das Fronteiras Externas	139
11.5. AS MIGRAÇÕES COMO PROBLEMA DE SEGURANÇA	141
11.6. CONCLUSÕES	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
POSFÁCIO DE COORDENADORES	151
POSFÁCIO DE AUTORES	152

PREFÁCIO

As presentes publicações (n.º 35 e 36 dos Cadernos do IUM), sob coordenação do Professor Doutor Armando Marques Guedes e do Tenente-coronel de Artilharia Ricardo Dias da Costa, resultam dos trabalhos desenvolvidos pelos Oficiais auditores do Curso de Estado Maior Conjunto 2018/19 no âmbito da Unidade Curricular de Geopolítica da Área de Estudo das Crises de Conflitos Armados.

Esta Unidade Curricular tem como objetivos interpretar e analisar a evolução do pensamento geopolítico enquanto condicionante da ação político-estratégica; aplicar e examinar um método de análise em temas de âmbito global e regional com ênfase para os Estados do Espaço Estratégico de Interesse Nacional; e interpretar, analisar e projetar o contexto geopolítico nacional.

Neste âmbito, e na observância do conceito pedagógico que preside ao Plano de Curso, desenvolveu-se na UC um programa com diversas palestras com recurso a conferencistas externos de grande relevância, bem como um conjunto de atividades realizadas em ambiente de grupo de modo a fomentar a reflexão conjunta.

Destas atividades destacam-se o *Workshop* Multi-Universitário que permitiu um trabalho colaborativo entre alunos militares e alunos civis de universidades portuguesas sobre os conflitos do ‘Grande Médio Oriente’ Alargado, bem como a realização de uma Mesa Redonda sobre o “Poder de Portugal nas Relações Internacionais” com oradores de grande relevo e que maximizou o conhecimento dos auditores sobre as opções geopolíticas de Portugal.

As diversas atividades desenvolvidas na UC permitiram assim o enquadramento dos trabalhos de aplicação de grupo efetuados pelos auditores do curso, que versaram sobre temas de atualidade e grande relevância geopolítica.

Os trabalhos daí decorrentes, permitiram aos auditores do curso aprofundar o seu conhecimento sobre os conflitos nesta região, onde diversos atores da comunidade internacional estão presentes e em que o instrumento militar é frequentemente empregue, tendo por isso contribuído significativamente para finalidade do curso em qualificar oficiais superiores das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR) para o desempenho de funções em estados-maiores conjuntos nacionais e internacionais, nas estruturas superiores das Forças Armadas e da Defesa Nacional, e em organizações nacionais e internacionais.

Nesse sentido, considero que estes dois volumes dos Cadernos do IUM concorrem para a afirmação do IUM como instituição de referência no âmbito das ciências militares no contexto universitário nacional e internacional.

Lisboa, 11 de julho de 2019

Tenente-general Manuel Fernando Rafael Martins
Comandante do Instituto Universitário Militar

NOTA INTRODUTÓRIA:

AS DINÂMICAS DOS CONFLITOS EM CURSO E AS SUAS DIMENSÕES GEOPOLÍTICAS NO QUE APELIDAMOS O ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO’

É com enorme gosto e subida honra que escrevemos, em guisa de nota introdutória, esta colectânea de trabalhos que gizámos, coordenámos, e conduzimos em todas (e foram muitas) as fases da sua produção.

As presentes publicações (n.º 35 e 36 dos Cadernos do IUM), emergem de uma seleção e desenvolvimento/actualização de temas centrais associados a uma série de ajustes sugeridos aos trabalhos desenvolvidos pelos Oficiais Auditores do Curso de Estado Maior Conjunto (CEMC) 2018/19, designadamente no âmbito da Unidade Curricular (UC) de *Geopolítica* da Área de Estudo das Crises de Conflitos Armados.

As diversas atividades desenvolvidas permitiram o enquadramento dos “trabalhos de aplicação de grupo” efetuados pelos Auditores do CEMC, que versaram temas de atualidade e relevância geopolítica, assentes nos conflitos em curso no que decidimos apelidar de o ‘Grande Médio Oriente Alargado’ e ordenados de acordo com quatro abordagens cuja complementaridade foi desenhada por forma a melhor abarcar os seus alcance e abrangência: alguns dos principais focos geográficos de conflitualidade; os mais importantes dos múltiplos atores estatais externos próximos (usámos, aqui o conceito russo de *near abroad*); os procedimentos e as atividades do leque de atores estatais externos distantes (e aqui, o de *far abroad*); o papel de outros atores e as suas modalidades de atuação no quadro desta conjuntura.

Uma boa parte dos trabalhos desenvolvidos pelos Auditores sofreu posteriormente adaptações por estes levadas a cabo materializar em capítulos desta publicação dedicada ao ‘Grande Médio Oriente Alargado’. O objetivo foi o de providenciar aos leitores uma visão de conjunto de uma boa parte dos temas que foram abordados e dissecados pelos seus autores. Importa manter em mente que se não trata aqui, de nenhuma forma, de fornecer uma leitura analítica detalhada das múltiplas questões equacionadas, nem sequer uma tentativa de enunciar uma qualquer posição quanto às suas motivações, implicações, ou à posição a tomar quanto aos seus hipotéticos desenlaces; mas antes a de disponibilizar um conjunto de dados com o pormenor e a organização suficiente para iluminar dinâmicas e enquadramentos tão amplos quanto possível, de modo a que possam servir de base a eventuais estudos mais aprofundados. Nesse sentido, trata-se mais de um exercício de gestão de uma decomposição analítica propedêutica do que um trabalho académico acabado. Vejamo-lo ponto por ponto.

No Capítulo I, o Major INF GNR Paulo Jorge Gonçalves Gomes e o Major INF EXE Pedro Álvaro Flores da Silva, delinearão um enquadramento histórico na análise geopolítica e geoestratégica do ‘Grande Médio Oriente Alargado’, tendo abordado os fatores geoestratégicos estruturantes de algumas das mais críticas dinâmicas político-militares em curso na região. Os dois Oficiais que nisso se empenharam analisaram o fator físico e geográfico, definindo o conceito de Oriente e localizando do ‘Grande Médio Oriente Alargado’ no mapa global, pondo em evidência as suas características naturais tidas como mais relevantes; caracterizaram depois o fator humano segundo as dimensões demográfica, etnográfica, religiosa e cultural; seguidamente efetuaram uma apreciação aos recursos de ontem e de hoje, com base nos que mais influenciam e moldam a região; e por último, analisaram as dimensões política, económica, sociológica e militar correntes, sempre contra o pano de fundo de uma perspetiva histórica bem alicerçada.

O intuito, conseguido em termos gerais, foi o de pôr assim em evidência a complexidade do ‘Grande Médio Oriente Alargado’, as incertezas geográficas com que se debate(m) a(s) identidade(s) culturais islâmica(s) dominante(s), cruzando-as com permanentes influências dos atores internacionais mais relevantes. O ‘Grande Médio Oriente Alargado’ constitui uma encruzilhada continental muitíssimo complexa e assume-se hoje em dia como um trecho de passagem incontornável de rotas comerciais e zona de confluência de múltiplas culturas, sendo, como o é, uma região detentora de vastíssimos recursos energéticos com uma enorme centralidade e influência na esfera político-económica mundial e emergindo enquanto um palco de frequentes disputas – locais, nacionais, regionais, internacionais e globais – que se confrontam para tentar garantir o seu domínio, ou pelo menos algum controlo sobre este nexó político-geográfico, a tantos títulos fulcral, do planeta. O primeiro capítulo forma, assim, um pano de fundo geral contra o qual os outros capítulos se assumem como figuras que nele se movem.

No Capítulo II, o MAJ CAV GNR Jorge Miguel Sanches e Silva, o MAJ BRA Flávio Luiz Lopes Prazeres, e o MAJ INF EXE Paulo Alexandre Martins Cardoso Soares, escreveram sobre as mais visíveis e preocupantes dinâmicas estruturais de extrema complexidade do conflito na Síria e Iraque. Os três autores fizeram-no a par e passo. Começaram por efetuar uma análise diplomática, informacional, militar, e económica de cada um dos dois Estados, seguido da análise genérica, e por razões óbvias apenas cartografadas em termos corridos, das atuações de ambos os atores estatais e das suas implicações, tocando ainda, embora ao de leve pelas razões aduzidas, uma caracterização dos atores não estatais; e, por fim, enunciam algumas das muitas relações de influência recíproca que nos habituámos a ver nos

conflitos na Síria e no Iraque, numa espécie de AfPak *redux*.

A atuação dos atores estatais na Síria e no Iraque formam uma cadeia complexa e multidimensional de numerosas relações, umas positivas outras negativas, e também de interesses, uns convergentes, outros divergentes, de cariz económico, político, militar e religioso; adotando posturas que se confrontam numa busca de um equilíbrio de poder e de choque indireto de forças. Quantos aos atores não estatais que são, como bem sabemos, numerosíssimos e muito díspares e agora intensamente conflituantes nesta região, são de realçar, ao nível local, o HTS, filial da AQ na Síria; ao nível regional, os Curdos, que se constituem como um foco desestabilizador pelo mero facto de o ‘Curdistão’ abranger territórios pertencente a Estados soberanos legalmente reconhecidos por uma comunidade internacional que se vê dividida quanto ao apoio que pode querer conceder a uma sua eventual emergência como ‘zona tampão’. Transversalmente ao nível local, regional, e internacional, os dois autores referem o ISIS como uma ameaça que ambiciona uma expansão mundial e com o pesado lastro de muito diversificadas conquistas locais e regionais, inspirando e assegurando, através das suas capacidades militar e da propaganda, o recrutamento de combatentes, quantas vezes ‘lobos solitários’, e a formação de grupos aliados pelo mundo fora.

No Capítulo III, o MAJ TM EXE Raúl Carvalho Morgado, e o MAJ ART EXE Elton Roque Feliciano, analisaram o conflito na Líbia como um ponto focal no amplo arco de instabilidade no ‘Grande Médio Oriente Alargado’. Verificaram a evolução do conflito que eclodiu na Líbia após a queda de Muahmar Gaddafi, as modalidades das suas intervenções na ‘guerra’ (cinética e não cinética) levada a cabo pelos atores externos próximos, a ligação do conflito ao ‘Grande Médio Oriente Alargado’ e os seus impactos e implicações para a segurança internacional.

Fruto da análise efetuada, concluíram ser essencial que seja obtido um acordo político inclusivo entre todas as fações envolvidas no conflito – tendo o cuidado de não se ater no texto apenas à dicotomia redutora “Governo de Tripoli e ‘oposição” – para que, mediante a unificação dos poderes político e militar, se possa começar a caminhar para a edificação de um efetivo Estado Líbio, como garante e suporte de um plano bem gizado de um desenvolvimento económico e securitário credíveis do país. O que não tem sido fácil. Para isso, sublinharam, é essencial que a comunidade internacional esteja pronta a aí investir ao nível económico e securitário para que a Líbia, através da prosperidade abrangente e de um crescimento económico sustentado, possa vir a encontrar alternativas viáveis ao radicalismo, à criminalidade e ao contrabando, que passa pelo tráfico ilegal de pessoas por grupos de crime organizado quantas vezes de âmbito transnacional.

No Capítulo IV, o MAJ INF GNR Adérito Grazina Rodrigues e o MAJ INF EXE Jorge Manuel Martins Magalhães, estudaram, com os parcos dados possíveis de obter algumas das dinâmicas estruturais, sublinhando a intensidade emergente do conflito no Iémen, e o seu impacto na sociedade civil iemenita e nas tensões regionais e globais que a subtendem. Para o efeito analisaram o Iémen na atualidade colocando o foco nos fatores político, militar, económico, social, informacional, infraestruturas e ambiente físico – tendo de seguida analisado o potencial estratégico do Iémen na Península Arábica e na sua vizinhança (aqui, sobretudo a próxima), lançando alguma luz sobre as implicações securitárias da desordem na atualidade.

A visão apresentada por este trio de autores, embora tão-somente esboçada, é abrangente e panorâmica, e em boa verdade nunca possível de compreender sem a inclusão, como ingredientes fundamentais, do ecossistema político fornecido pelo quadro ainda mais amplo em que tem lugar, nem sem a colocar no quadro maior em que se situa esta sub-região tão sensível de charneira. O conflito no Iémen, para além de constituir uma ameaça à segurança regional e internacional, tem vindo a provocar uma grave crise humanitária (segundo o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, a mais grave da atualidade), uma crise com muitíssimo graves repercussões na população menos protegida e por isso mais vulnerável, designadamente as mulheres e as crianças. A disputa pelo poder tem sido uma das motivações de fundo de um conflito interno de cada vez mais alta intensidade, o qual também gera interesses de atores externos, tais como a Arábia Saudita, o Irão, e os Estados Unidos da América, de entre muitos outros. A fragmentação dos mecanismos locais de governação e o vazio de poder a que isso tem dado azo, forneceram e continuam a fornecer janelas de oportunidades para o (re) surgimento em força de uma Al-Qaeda na Península Arábica antes em queda e para a emergência, numa região na qual a sua atuação tinha sido reduzida, do autoproclamado Estado Islâmico, ambos estes fatores exercendo influência crescente no cada vez mais grave internacionalizado conflito interno do país.

No Capítulo V, o MAJ INF GNR João Manuel Sena Janeiro e o MAJ INF EXE Jorge Emanuel Ferreira Louro, abrem o ângulo de visão para uma perspectiva mais ampla, dedicando-se à análise da intensificação e o alargamento do arco subsaariano de instabilidade, um ‘arco’ de se estende desde o Corno de África (*lato sensu*, do Djibuti à Somália e o Sudão) ao norte do grande Golfo da Guiné (da Nigéria a sul à Mauritânia acima), passando pelos Chade, República Centro-Africana, Mali e Níger, para só citar os mais óbvios focos de conflitualidade ativa. Para isso caracterizaram um conjunto de conflitos existentes em Estados desse arco, efetivando uma ligação político-religiosa e militar cada vez mais intrincada entre o

Médio Oriente clássico e África saariana e subsaariana, com a atuação nesse novo todo de grupos insurgentes de cariz ‘jihadista’.

Com efeito, os recentes conflitos que assolam um vasto espaço territorial, desde o Corno de África ao Norte do Golfo da Guiné, dão corpo a um verdadeiro entremear de relações conflituais complexas e multidimensionais, numa conjuntura macro-regional entre uma eterna lutas étnico-religioso e político-económico, consubstanciada numa constante disputa de poderes internos, externos e estatais e numa nova expansão do extremismo radical religioso virtualmente dia a dia de forma mais exacerbada e violenta. O que está em evidência no alargamento das tensões e conflitos locais e/ou ‘importados’, que agora numa extensão geográfica bem mais alargada do que a do antigo do Médio Oriente ‘clássico’, ou mesmo daquele que nos habituámos a imaginar como a do *Greater Middle East* dos norte-americanos. A ‘transcontinentalização’ de novas formas de jihadismo militante tem porventura aqui o seu ponto focal mais evidente.

De algum modo voltando-se de novo para estudos de caso mais atidos a Estados e às suas ligações densas com os seus vários exteriores, no Capítulo VI, o MAJ INF GNR Paulo Miguel Santos Gonçalves e o MAJ CAV EXE Américo Filipe da Costa Pereira, dedicaram o seu trabalho analítico aos formatos numa multiplicação intensa de frentes e modos atuação o Irão nos conflitos que assolam o que intitulámos de o ‘Grande Médio Oriente Alargado’. Para isso, assentaram as análises que fizeram em três grandes vetores: a de uma imprescindível, ainda que apenas genérica dadas as limitações impostas pelo tipo de trabalho em que se empenharam, perspetivação histórica e geopolítica do Irão; aí, no dimensionamento geoestratégico deste Estado multi-milenar, desta feita nesta região sua vizinha do globo; e, nesta, nas suas estratégias de atuação – ofensivas e defensivas, parcelares e holísticas – no evoluir dos recentes conflitos, em quase todos hoje profundamente envolvido, que têm eclodido no ‘Grande Médio Oriente Alargado’. Um Irão cuja atuação se tem vindo a tornar cada vez mais geopolítica e menos localizada, evoluindo em cascata numa progressão acelerada e crescente, tanto em termos de facetas, como de intensidade, como ainda de amplitude geográfica.

Com algum recuo e com os benefícios da retrospeção, podemos afirmar que desde a Revolução Islâmica de 1979 que o Irão anseia tornar-se a potência regional, e embora tenha uma importante vantagem geográfica e disponha de grandes recursos naturais, continua com uma economia frágil – mercê, fundamentalmente, não de falta crítica intelectual nacional, da corrupção e das sanções económicas que impediram a modernização de determinados ramos da sua indústria. Apesar disso, e para a concretização do seu objetivo, idealizou uma estratégia assente em três vetores: pretende, sendo fundamentalmente xiita, alcançar legitimidade num mundo

árabe essencialmente sunita através do combate a Israel; ambiciona estabelecer uma linha contínua de entidades pró-iranianas entre a fronteira Iraque-Irão e o mar Mediterrâneo, com todas as implicações macro-regionais que tal ambição acarreta; apesar de tudo, logrando levá-lo a cabo em complemento de uma gradual e inexorável vontade de projeção da sua força e influência para o lado árabe do Golfo Pérsico, e também para a fronteiras sul do longo arco saariano.

No Capítulo VII, virando as suas atenções para um outro Estado da região, o CTEN AN Pedro Miguel Gonçalves Pereira, o MAJ INF GNR Ricardo Filipe da Silva Cortinhas, e o MAJ ART EXE Diogo Lourenço Serrão, abordaram algumas das dimensões das intervenções da Arábia Saudita no ‘Grande Médio Oriente Alargado’. Num primeiro passo, e tal como os autores do capítulo anterior, estes três oficiais efetuaram uma análise geopolítica esquematizada e fundamentada, neste caso da Arábia Saudita, com o fim de melhor enquadrar e compreender as suas forças e vulnerabilidades, estudando os relacionamentos oficiais e oficiosos do Estado saudita com o interior e exterior das suas fronteiras, nomeadamente as relações estabelecidas com atores regionais e globais – tanto os do seu *near abroad* como os dos seus *far abroad*.

O poder da Arábia Saudita, de uma maneira semelhante mas diferente da do Irão, está muito assente nos seus recursos naturais e no seu poderio militar crescente, fatores que lhe concedem uma supremacia relativa sobre os demais atores regionais, permitindo-lhe pretender alguma dose de hegemonia na região. O que não tem sido fácil. A Arábia Saudita convive com inúmeras ameaças e riscos e uma ambição que se vê impulsionada no interesse nacional, nos seus receios regionais, em ambos os casos fatores filtrados pela sua muito específica fé e militância internacional e regional islâmica, versão sunita e *wahabi*. O Estado saudita tem como adversário regional mais importante precisamente o Irão, maior dos Estados chiita da região, também ele comprometido com fortíssimos impulsos proselitistas regionais que os põem em clara confrontação. As ações militares efetivas, em países como o Líbano, Líbia, Síria ou Iémen, demonstra grande orientação política, foco e zelo das suas Forças Armadas, o que dá à sua estratégia político-militar uma proeminência bem maior do que aquela que teria caso se limitasse a cingir a sua vizinhança imediata – uma boa parte da qual que em todo o caso lhe seria hostil. Daí deriva o enorme empenhamento dos sauditas na criação de um Estado rico, bem apetrechado de um ponto de vista militar, e tanto quanto possível senhor de alianças vigorosas com uma mão cheia de adversários dos seus vizinhos rivais maiores, com os quais compete e pelos quais se vê ameaçada nas suas ambições, e com grandes potências mais distantes, como os Estados Unidos e diversos Estados europeus. Um dilema que os autores equacionam e exploram com a destreza sumária mas muito precisa – a que lhes foi possível num trabalho com uma

dimensão restrita como aquele que lhes coube elaborar.

No essencial, e no que toca este último ponto, no Capítulo VIII, o MAJ INFEXE Nuno Gonçalo Jacinto Marçal, o MAJ TM EXE Pedro Manuel Monteiro Fernandes, e o MAJ Guarda Civil ESP Jesús Aneiros Rodríguez, dedicaram-se a esmiuçar de maneira não muito diferente (*mutatis mutandis*, evidentemente) o papel da Turquia nos conflitos do ‘Grande Médio Oriente Alargado’. Para o lograrem, e como não podia deixar de ser, começaram igualmente por analisar os fatores do potencial estratégico turco, assim como, a intervenção da Turquia nos conflitos regionais em curso, em particular, os que têm tido lugar na Síria e no Iraque.

Ao fazer o seu levantamento, concluíram que a Turquia tem assumido um papel importante a desempenhar, tirando partido dos atuais conflitos, obtendo vantagens que lhe permitam reivindicar o papel de uma das potências regionais. Para tal necessita de: (i) impedir a criação do Estado do Curdistão; (ii) salvaguardar os seus interesses energéticos, relacionados com os recursos de origem petrolífera oriundos dos Estados ricos em hidrocarbonetos a seu sul e oriente; (iii) controlar, ou pelo menos garantir acesso, a um dos recursos naturais mais importante no ‘Grande Médio Oriente’ Alargado, a água; e, por fim, (iv) gerir as tensões com o Ocidente, em particular com os EUA, e com uma Europa da qual se têm vindo a afastar, evitando roturas definitivas.

No Capítulo IX, o MAJ ADMIL GNR Miguel Ângelo Reis Alves Amorim, e o MAJ INF EXE Ricardo Jorge Parcelas Araújo e Silva, analisaram o papel pró-ativo e os avanços e recuos dos EUA nos conflitos do ‘Grande Médio Oriente Alargado’. Assim, verificaram e esmiuçaram a relevância geopolítica e geoestratégica desta grande meta-região para os EUA e os Estados europeus, em particular os da UE, bem como as condicionantes e potencialidades estratégicas das opções políticas norte-americanas e da Aliança Atlântica, materializadas nas intervenções nessa região.

Sendo a nível mundial esta a meta-região a mais rica em hidrocarbonetos em exploração, o ‘Grande Médio Oriente Alargado’ configura, para a Turquia, uma área de importância vital para o equilíbrio do fornecimento energético global, um dos mais cruciais fatores de estabilidade de uma economia mundial de que depende – o que leva Ankara a ensaiar um jogo de equilíbrios nem sempre fáceis de gerir, bem com a aquisição de alianças regionais e globais diversificadas em balanços de geometria altamente variável. Com efeito, os Estados Unidos da América, que pretendem manter o seu *status quo* enquanto superpotência, veem na região a necessidade de salvaguardar os seus interesses estratégicos, naturalmente associados ao acesso aos proventos oriundos do comércio e da gestão desses recursos petrolíferos e à garantia da estabilidade de preços, por forma a assegurar alguma previsibilidade no andar da economia mundial. Como é evidente, a garantia desse interesse estratégico passa em quase todos os cenários

plausíveis, e joga na necessidade de manter a estabilidade política e social regional, que inclui a contenção movimentos fundamentalistas islâmicos; e, no processo, leva as potências externas mais apostadas em manter uma ordem internacional sem grandes mudanças, a impedir a proliferação de quaisquer armas de destruição massiva.

No Capítulo X, a MAJ CAV GNR Lucília de Jesus Mendes da Silva, e o MAJ CAV EXE Antero de Aguiar Marques Teixeira, analisaram a reentrada da Rússia nos conflitos do ‘Grande Médio Oriente Alargado’ – de que estava no essencial afastada desde 1967 – posicionando-se algures entre a interposição e a desestabilização. Para isso os autores deste capítulo estudaram a relevância do potencial estratégico russo com enfoque no ‘Grande Médio Oriente Alargado’, detalhando o que, é argumentável, encaram como um novo “Grande Jogo”, traduzido e espelhado num aumento efetivo das relações de influência russa na região – e, aí, em particular nos conflitos nos quais, aproveitando algumas incoerências e inépcias do Ocidente, Moscovo se tem interposto ou contribuído para uma desestabilização que lhe permite lá colocar um pé firme – como sejam os conflitos na Síria, Líbia, Iémen, e Afeganistão.

Com efeito, a Rússia tem vindo assim a ressurgir no ‘Grande Médio Oriente Alargado’, a tem-no feito como forma de recuperar o seu estatuto de Grande Potência Mundial, procurando afirmar-se em espaços geopolíticos que, na época soviética, se encontravam, largamente, dentro de uma das suas esferas de influência – ainda que uma esfera repartida, e por vezes partilhada, quando não espartilhada, com um Ocidente numa espécie de ‘condomínio’ instável e contestado. Os três autores concluem, com lucidez, que por motivos no essencial domésticos, ainda que tendo recentemente reassumido alguma presença regional, Moscovo poderá não conseguir alcançar a reconstrução e alargamento das áreas de influência e proeminência que, manifestamente, quereria num futuro próximo e de forma estável, herdar como legado dos ‘velhos tempos’ soviéticos.

No Capítulo XI, o MAJ INF GNR José Arlindo Varela Pereira e o MAJ ART EXE Luís Miguel Rebola Mataloto, apresentam-nos uma reflexão cuidada e cautelosa relativamente às tremendas crises humanitárias, aos numerosos grupos vulneráveis aí incapazes de garantir a sua própria segurança, e às migrações induzidas pelos conflitos no ‘Grande Médio Oriente Alargado’. Assim, os dois autores contextualizaram no texto que redigiram as migrações internacionais, as causas das alterações aos fluxos migratórios, e as respostas variáveis dos Estados médio-orientais relativamente à crise dos migrantes oriundos dessa meta-região que dela têm vindo a afluir, largamente em desespero de causa.

As migrações têm gerado tensões entre os Estados-membros da UE

e noutros – e infelizmente, estas têm com dureza sido exploradas em termos políticos domésticos e ‘nacionais’. Tem tido lugar, nalguns dos Estados do espaço comunitário, uma muitíssimo marcada securitização das migrações, com a sua fria colocação nas agendas políticas internas, por vezes de forma sofisticada q.b., noutros casos, lamentavelmente, em termos pura e simplesmente oportunistas, sem verdadeiramente olhar a real e muito tangível necessidade de compreender e tentar gerir a genuína complexidade empírica destes fluxos. Na atualidade, e pese embora tal possa vir a mudar num ápice, a EU e maioria dos seus Estados-membros têm estado empenhados em apoiar, nomeadamente em termos financeiros, países terceiros, para que possam ajudar a construir os alicerces de uma gestão criteriosa e prudente destes fluxos de gentes, evitando a sua lamentável ocorrência e, quando necessário, travando-os de maneira humanizada. O que, como resulta claro se lhes dermos um mínimo de atenção, não é fácil, bem pelo contrário. Mas que também não se afigura impossível, se os confrontarmos com olhos de ver e de uma perspectiva politicamente mais enxuta. Há que começar por não nutrir ilusões ingénuas. Esta estratégia acarreta diversos riscos, pois cria pontos de tensão quantas vezes próximos das fronteiras europeias. E uma estratégia, que, decerto muito mais grave, nestas ou noutras circunstâncias, pode vir a dar corpo a desenvolvimentos no terreno que em tantos casos fogem ao nosso controlo, no processo desencadeando violações grosseiras e graves dos direitos humanos inalienáveis dos migrantes no desenvolvimento de políticas que decidamos fazer nossas. Um equilíbrio difícil.

Embora os autores deste último capítulo o não digam, tornam-no explícito no que escreveram, e por isso dizemo-lo nós de viva voz: nenhuma decisão política são aceitáveis se não nos permitirem continuar a olhar os nossos filhos de frente, olhos nos olhos, se não nos esforçarmos por tentar fazer tudo o que pudermos face à dignidade que com os outros partilhamos.

Os coordenadores

Armando Marques Guedes

Professor

Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Ricardo Dias da Costa

Tenente-coronel de Artilharia

Instituto Universitário Militar

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO NA ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGICA DO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO

Paulo Jorge Gonçalves Gomes
Major de Infantaria da GNR

Pedro Álvaro Flores da Silva
Major de Infantaria do Exército

1.1. INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se na Unidade Curricular de Geopolítica do Curso de Estado-Maior Conjunto 2018/2019, pretende focar os principais fatores geopolíticos e geoestratégicos, a sua evolução histórica, potencialidades e vulnerabilidades, do “Grande Médio Oriente” Alargado e na forma como “contribuem para a definição do Poder dos Estados” (IESM, 2007).

Na nossa análise foi seguida, com algumas inflexões, a sistematização dos fatores geopolíticos e geoestratégicos empregue no IUM, utilizando como metodologia de análise o método histórico, mais “virado para o estudo da génese e desenvolvimento de regiões: como atingiram a sua configuração, fronteiras, estruturas atuais, procurando deduzir constantes históricas e tendências” (IESM, 2007, p. 50).

Na prossecução do objetivo, sempre numa perspetiva de enquadramento histórico da região, o presente trabalho encontra-se repartido em quatro capítulos e conclusões.

No primeiro capítulo aborda-se o fator físico (território), começando por caracterizar a região do ponto de vista geográfico (extensão localização, ambiente natural), com destaque para a importância integrada ao nível global.

O segundo capítulo foca o fator humano (população) e a sua evolução demográfica e etnográfica. Aqui está incluída a religião, com ênfase para a evolução dos principais credos e especial destaque para a separação Sunita e Xiita. Também é abordada a componente sócio cultural, na perspetiva da génese dos povos e das principais culturas, destacando sumariamente a tradicional diferenciação de papéis entre homens e mulheres.

O capítulo seguinte aborda o fator recursos naturais salientando os principais recursos que no decurso da história levaram à demonstração de interesse na região e que moldam a sua configuração atual.

Por último, o quarto capítulo, alude ao fator estruturas, incluindo: (i) o fator político, desde a origem das civilizações até à atualidade, com uma referenciação

para os principais regimes de governo na região; (ii) o fator económico no qual se inclui o fator circulação associado às culturas agrícolas e recursos de interesse, sem esquecer as principais rotas que cruzam a região; e (iii) o fator militar com referência histórica aos impérios dominantes e às potencialidades/vulnerabilidades para a (des)estabilização da região, com menção aos atores externos que também interferem nestes processos.

As conclusões sumarizam tudo o que foi abordado e destacam os fatores com maior relevo e impacto na região.

1.2. FATOR FÍSICO

1.2.1. Localização, extensão e configuração

Quando se tenta encontrar uma definição geográfica o Grande Médio Oriente Alargado (GMOA), a literatura é algo vaga e apresenta uma vasta evolução do conceito.

Bassam Tibi, considerado o “maior especialista na região” (Özalp, 2011, p. 10), observa que, despojado de qualquer julgamento de valores, os pares de palavras Este/Oeste e Oriente/Ocidente estão meramente associados aos pontos cardeais, indicando onde o sol nasce e se põe. Contudo sendo o Médio Oriente (MO) um termo político, muitas vezes perde a sua definição geográfica numa região enquanto entidade política, sendo por isso “expansível e contrátil” (Tibi, 1998).

Neste sentido, Osman Özalp, tentando responder à questão “onde é o Médio Oriente?”, anota que o conceito de Oriente, em termos de relações internacionais, remonta à antiga Grécia, sendo então utilizado como uma oposição intelectual ao Ocidente. A evolução do conceito deu-se com o decurso dos tempos e foi abrangendo outras dimensões como a história, a cultura, a religião e a geografia, ficando mais complexo (Özalp, 2011).

Como referiu Edward Said (2003), o oriente não é apenas adjacente à Europa, é o lugar de ricas e antigas colónias, fonte das suas civilizações e línguas, um concorrente cultural e a recorrente e profunda imagem do “outro”. Foi o oriente (ou a ideia de) que ajudou a definir o ocidente, tornando-se o seu contraste de imagem, ideia, personalidade e experiência, sendo uma parte integrante da civilização cultural e material europeia.

Divisões como a do Império Romano, ou aquelas provocadas pela religião acabaram por contextualizar a distinção entre os conceitos de Oriente e Ocidente (Özalp, 2011), e apesar das muitas divisões que se evocaram, todas têm em comum a perspetiva centrada na Europa e no seu imperialismo, partindo deste Ocidente todos os possíveis entendimentos de próximo, médio ou distante Oriente (Tibi, 1998).

Carl Brown entende a região do MO como aquela que é composta pelas

terras afro-asiáticas do antigo Império Otomano, que no século XVI detinham a maior parte do mundo árabe na sua órbita de influência. Esta divisão, na atualidade, abrange todo o mundo árabe (com exceção de Marrocos, Mauritânia e Irão) e compreende ainda Israel e a Turquia (Figura 1), permitindo conferir à região “uma identidade estabelecida não por interesses de estrangeiros, mas pelo padrão indígena de partilha de uma identidade política e cultural que durou vários séculos” (Brown, 1984, pp. 7-8).



Figura 1 – Divisão do Império Romano.

Fonte: Fouberg, Murphy e Blij (2009, p. 207).

Tibi, por sua vez veio acrescentar que se deve analisar o MO segundo o contexto do subsistema regional, ou seja: contiguidade geográfica, interação regional e interligação estrutural. Desta forma, após uma delimitação sistémica do MO fundamentada em mais do que geografia política e ainda na diferenciação interna de três sub-regiões e cinco áreas de conflito, conclui que o MO inclui todos os países do Levante (Próximo Oriente, compreendido entre o Mar Mediterrâneo e o Irão), o Magrebe (Norte da África) e a região do Golfo (Figura 2). Israel, Turquia, Chipre e Irão são considerados atores Estatais não-árabes dentro deste subsistema. Somália, Djibuti e Etiópia, no Corno de África, embora estejam relacionados ou próximos do Mar Vermelho (Tibi, 1998).



Figura 2 – O Médio Oriente sucessor do Império Otomano.
Fonte: Brown (1984).

Porém esta visão de Tibi é anterior ao colapso da União Soviética, pelo que não integra as ex-repúblicas das Transcaucásia e da Ásia Central que “cultural, ética, linguística e religiosamente” constituem parte do MO (Lewis, 1992, pp. 103-104).

Após o 11 de setembro de 2001, durante a administração de George W. Bush, perante as intervenções militares no Afeganistão o conceito de MO alarga-se para incluir esta região e o Paquistão (Fouberg, Murphy, & Blij, 2009) e surge uma nova visão geopolítica da região primeiramente denominada de Grande Médio Oriente (GMO), muito associado a uma iniciativa americana que visava estabelecer democracias nos países islâmico, que não vingou, permanecendo como conceito útil para os académico. (Güney & Gökcan, 2010).

Deste modo Özalp, considerando o GMO como um subsistema regional de acordo com as suas zonas de conflito dividiu-o da seguinte forma (Figura 3): (i) Arábia Ocidental (Magrebe), Egito, Sudão e Sudão do Sul; (ii) Arábia Oriental (Levante), Turquia e Cáucaso islâmico; (iii) Corno de África: Etiópia, Somália, Djibuti e Eritreia; (iv) região do Golfo Pérsico; (v) Ásia Central; (vi) Sul da Ásia: Afeganistão e Paquistão (Özalp, 2011).



Figura 3 – Versão integrada do GMO.

Assim, considerando as suas múltiplas dimensões e possíveis interpretações, bem como o facto de ser um tema que representa uma oposição metafísica entre Ocidente e Oriente, “é impossível definir geograficamente o MO” (Özalp, 2011), logo, por analogia, também nos parece difícil sustentar uma definição comumente aceite para o GMOA.

Porém, com o mero intuito de simplificar a questão para efeitos deste estudo, na nossa perspetiva, alicerçada pelas ideias acima destacadas e pelas perspetivas apresentadas nas aulas da Unidade Curricular de Geopolítica, mais aprofundadas no *Workshop* interuniversitário que decorreu no presente ano letivo, infere-se que o GMOA pode ser geograficamente definido pelos 39 Estados¹ compreendidos na definição de Osman Özalp (2011), acrescidos do Mali, Níger e República Centro Africana, pela recente notoriedade e importância como *players* no seio do GMO (Guedes, 2019). Porém, num conceito mais lato do termo, deve englobar também as potências mundiais que demonstram interesse estratégico na região e que permanentemente interferem política e militarmente nos seus conflitos internos, moldando-os, como é o caso dos Estados Unidos da América, Rússia, União Europeia, Reino Unido e China.

1.2.2. Ambiente natural

Neste subcapítulo será abordado o ambiente natural do GMO, abrangendo o relevo, hidrografia, solo, clima e vegetação, articulados num único elemento (IESM, 2007).

¹ Marrocos, Sahara Ocidental, Mauritânia, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Sudão, Sudão do Sul, Eritreia, Etiópia, Djibuti, Somália, Iémen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Bahrein, Arábia Saudita, Koweit, Iraque, Jordânia, Israel, Palestina, Líbano, Síria, Turquia, Chipre, Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Irão, Paquistão, Afeganistão, Cazaquistão, Turquemenistão, Uzbequistão, Tajiquistão e Quirguistão.

No centro deste vasto território delimitado a oeste pelo Oceano Atlântico e que estende por todo o norte de África, banhado pela margem sul do Mar Mediterrâneo, e que envolve tanto o Mar Vermelho como o Golfo Pérsico, centrado na península arábica, alonga-se para noroeste até ao Mar Negro e às fronteiras da Europa e para o oriente, até às fronteiras com a Índia, a sul, a Rússia a norte e a China a leste. Resumidamente é este o território que denominamos GMO.

A região, que compreende três Continentes, Europa, África e Ásia, tem no seu coração uma área de extrema importância para o desenvolvimento civilizacional. O Crescente Fértil (Figura 4), que se estende da costa leste do Mediterrâneo ao longo das margens dos rios Tigre e Eufrates, até ao Golfo Pérsico, abarcando parte da Síria e a Mesopotâmia², foi palco de uma importante fase do desenvolvimento humano na sua transição de nómada para a sedentarização, com base no desenvolvimento da agricultura (Miller, 2010).



Figura 4 – Crescente fértil.

Fonte: Pulsipher, Pulsipher e Johansson (2017).

Estes rios, para além de providenciarem água vital para a sobrevivência humana e dos animais, inundavam regularmente e irrigavam os solos das suas margens, depositando sedimentos ricos em nutrientes que tornavam os solos férteis e produtivos. Os rios serviam ainda para pescar e eram um importante meio de referência e deslocação (Miller, 2010), o que permitiu o florescimento da região o desenvolvimento do comércio e o surgimento de várias e ricas civilizações e impérios.

Na região do GMO é também incontornável referir o rio Nilo. Sendo o mais longo do mundo, com cerca de 6650 km de extensão, a sua bacia cobre perto de 10% da área do Continente africano. Tal como na Mesopotâmia este rio foi palco dos

² Palavra proveniente grego e que significa “a terra entre rios” (Miller, 2010).

primeiros povos que cultivaram a terra e na utilização do arado. A disponibilidade de água aliada às altas temperaturas da região possibilita o cultivo intensivo das terras nas suas margens tendo servido de base para a evolução das civilizações núbica e egípcia (EB, 2018).

Ainda de particular importância para a região é o Mar Mediterrâneo. Apesar do GMO não se estender ao Norte do Mediterrâneo, o “*Mare Nostrum*” dos romanos foi durante Séculos o centro do mundo (Braudel, 2001). Como plataforma de ligação cultural e palco de comércio internacional, apenas viu o seu declínio surgir um século depois de Colombo e de Vasco da Gama, quando os centros de poder e financeiros se fixaram na bacia do Oceano Atlântico (Braudel, 1984), que na atualidade continua a deter esta centralidade (Richardson, Guedes, Gorce, Salvy, & Holthus, 2012).

Nesta análise que estamos a fazer, não foi inocente da nossa parte começar por referir a água uma vez que o clima de toda a região é extremamente seco. No mapa seguinte revela a precipitação média anual para todo o planeta (Figura 5). As áreas a amarelo, laranja e vermelho situadas sobre o deserto do Sahara e suas imediações abrangem o que definimos por GMO.

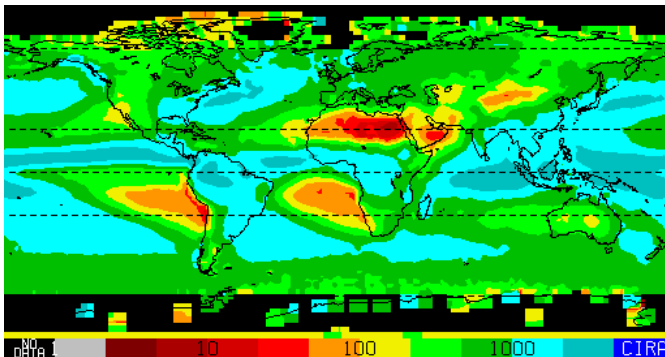


Figura 5 – Mapa de precipitação global.

Fonte: ISTD (2018).

Dada esta desertificação da região é difícil o desenvolvimento humano e da agricultura afastado do que são os pontos de água. A imagem abaixo corresponde a uma medição feita por satélite sobre a refletância da clorofila a nível mundial (Figura 6). A cor amarela evidencia onde é mais escassa a sua presença.

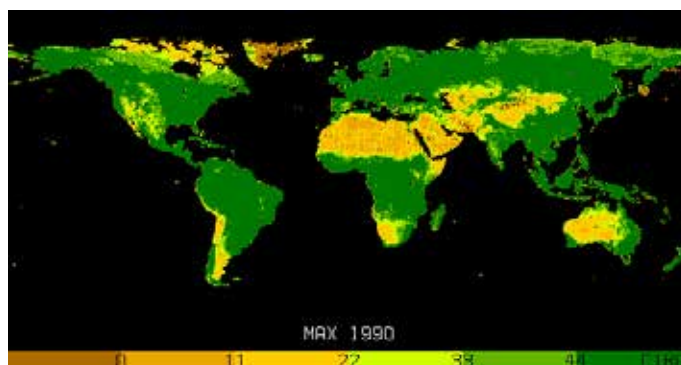


Figura 6 – Refletância da clorofila a nível mundial, em 1990.

Fonte: ISTD (2018).

Na Figura, relativamente ao GMO, observa-se que para além das regiões montanhosas do norte e do sul, a vegetação considerada significativa apenas cresce na Turquia, no vale do Nilo, perto do vale do rio Jordão, ao longo da costa e em alguns locais irrigados por água de poço na Península Arábica.

O GMO é uma área ampla e diversificada dividido por montanhas e desertos em zonas geograficamente distintas, influenciando o desenvolvimento e a manutenção de tradições culturais durante grande parte da história da região (Emberling, 2010)

A orografia a região do Magrebe para além da vasta planície desértica do Sahara, apresenta as montanhas do Atlas que provocam chuvas frequentes na zona costeira, que permitem dispor de um clima mediterrânico e de terrenos propícios para a agricultura. Atualmente são cultivados na região inúmeros alimentos que fornecem a Europa. Ainda de referência as montanhas do Rife em Marrocos, onde se cultiva a *cannabis* e promove todo um tráfico de haxixe para o continente Europeu (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

Na zona sul do Nilo a ampla planície aluvial é quebrada pelo estreito vale do rio cuja forte corrente, ilhas e corredeiras dificultam a navegação. Porém os ricos recursos minerais existentes no deserto em seu redor, particularmente o ouro, têm sido historicamente importantes para o desenvolvimento económico local (Emberling, 2010).

A leste do Sinai, encontra-se o Levante, que compreende a planície costeira do Mediterrâneo oriental, ligada a montanhas e vales fluviais que correm em paralelo. Possui um clima mediterrânico, com uma rica terra agrícola e chuvas relativamente abundantes. O fácil acesso desta área às rotas terrestres e marítimas tornam-no numa encruzilhada cultural forte de permanentes

disputas. Mais para leste, o Levante compreende a Mesopotâmia, que à exceção do petróleo, dispõem de poucos recursos naturais. A norte a Mesopotâmia recebe chuva suficiente para o cultivo, mas a sul praticamente não tem chuva, dependendo a sua agricultura de um vasto sistema de canais de regadio. No extremo sul desta área formam-se pântanos que durante milénios preservaram um ambiente e cultura distintos (Emberling, 2010).

A norte do Levante, o referido autor menciona que se situam os montes Taurus, ricos em minerais e metais preciosos como a prata, que o separam do planalto da Anatólia (Turquia), uma zona agrícola fértil, mas relativamente isolada. O autor destaca também que as culturas antigas da Anatólia incluíam o império Hitita, mas que durante grande parte da sua história, a Turquia manteve uma maior proximidade com o Mar Egeu e a cultura grega do que com o resto do MO.

A sul do Levante, situa-se a península arábica, dominada pela planície desértica e oásis e regiões costeiras dos mares que a circundam. O primeiro registo histórico à cultura árabe aparece após a introdução do camelo, cerca de 1200 aC, que permitiu o acesso às zonas desérticas (Emberling, 2010). Deu-se então a ocupação dos oásis e a divisão da terra entre os vários grupos tribais, cujos líderes, denominados Xeques, dominavam os oásis e nas cidades que aí se estabeleciam, cobrando-se impostos de passagem às tribos nómadas que ali paravam na travessia do deserto. Atualmente o único recurso de que a região verdadeiramente dispõe é o petróleo (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

A Leste do Levante, o Irão e a cordilheira Zagros, rica em pedra e madeira, cujos vales foram o lar das civilizações Elamita e Persa (Emberling, 2010).

Na Ásia central, naquelas que são as ex-repúblicas soviéticas, a paisagem pode ser dividida nas vastas estepes do Cazaquistão, no norte e na bacia do Mar de Aral, no sul, em regiões desertas que cobrem grande parte do Turquemenistão e do Uzbequistão, que à exceção dos vales dos rios Amu Darya e Syr Darya, não permitem o cultivo. No leste e no sul é delimitada pela cadeia de montanhas Altai e outras cordilheiras que se estendem ao Irão e Afeganistão (EB, 2018).

A região da Ásia do sul caracteriza-se por elevadas montanhas, planaltos áridos e rios cuja abundância de água provém dos degelos na primavera. O Afeganistão e Paquistão são zonas com abundância de recursos naturais e minérios cujo limite sul faz fronteira com o subcontinente indiano (CIA, 2018).

Dito isto, refere-se que o clima do GMO varia de verões quentes e invernos frios nas terras altas da Turquia, Irão e das regiões centrais e sul da Ásia, passando por verões mais quentes e invernos frios do norte da Mesopotâmia e da costa do

Mediterrâneo, até temperaturas extremas no deserto do Sahara e da península arábica, sendo a maioria da região árida (Emberling, 2010), podendo ser considerada “a mais escassa de água no mundo” (Hillel & Rosenzweig, 2013). O impacto das alterações climáticas pode ampliar a desertificação da região, tornando-a imprópria para a produção agrícola e muito inóspita (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

Para finalizar a análise ao ambiente natural, pelo elevado impacto geopolítico que têm, salientamos os *chokepoints* inclusos nesta região abundante em recursos energéticos.

Chokepoints (ou pontos de estrangulamento), são um conceito comum na geografia dos transportes, referindo locais que limitam a capacidade de circulação e que não podem ser facilmente ultrapassados ou contornados, implicando que qualquer alternativa viável se traduza em custos financeiros e atrasos significativos (Rodrigue, 2004).

Na perspetiva do transporte por mar, os pontos de estrangulamento marítimo são particularmente predominantes, resultando muitos deles da das restrições da geografia física, enquanto outros como o Suez e o Panamá, são criações artificiais, podendo ser entendidos como um recurso cuja utilidade varia com o fluxo de circulação (Rodrigue, 2004). Por exemplo, a globalização promovida por Portugal no século XVI através do domínio dos mares, evidenciou com Afonso de Albuquerque a importância do controlo destes pontos para assegurar o domínio da navegação no Oceano Índico (Matos, 2015).

Deste modo, para a região do GMO destacamos os seguintes *Chokepoints* (Figura 7): (i) Ormuz que se situa estrategicamente entre os campos de petróleo do Golfo Pérsico, o Golfo de Omã e o Oceano Índico. Apesar de ter entre 48 e 80 km de largura, a sua navegação está limitada a dois canais de 3 km de largura, sendo a circulação dentro do Golfo Pérsico extremamente confinada devido ao número considerável de navios-tanque; (ii) Babelmândebe e o Suez, cuja abertura em 1869, inaugurou uma nova era de influência europeia na Ásia e Pacífico reduzindo a viagem marítima entre a Europa a Índia em 6500 Km (3500 mn); (iii) Bósforo, a ligar os Mares Mediterrâneo e Negro, tem 30 km de comprimento e 1 km de largura em seu ponto mais estreito (Rodrigue, 2004).

Figure 1: Maritime, coastal and inland chokepoints and major shipping routes



Figura 7 – Chokepoints nas rotas mundiais.

Fonte: Twitter (2017).

1.3. FATOR HUMANO

Conforme referimos no capítulo anterior, o GMO é uma região de enorme importância histórica. Nenhuma outra teve uma história mais longa ou contínua de ocupação humana, nem contribuiu mais para o mundo moderno. O *Sahelanthropus Tchadensis* é o mais antigo ancestral humano conhecido e percorreu o norte da África há 7 milhões de anos. A região foi uma das primeiras a testemunhar o uso do fogo pelos humanos e é reconhecida como a origem da domesticação de plantas e animais, tendo servido de palco para o aparecimento da agricultura, há cerca de 18.500 anos (Gritzner & Gritzner, 2006).

Foi através do GMO, enquanto encruzilhada que liga Ásia, África e Europa, por onde passaram as primeiras espécies de homens, saídos de África para povoar os restantes continentes (Figura 8) (López, Dorp, & Hellenthal, 2015). Há estudos que sugerem que o movimento de *Homo erectus* e dos primeiros *Homo sapiens* para fora da África (e por vezes o regresso) foi muito limitado pelo tempo e pelo espaço, correspondendo a períodos em que a precipitação foi suficiente para permitir a pequenas populações entrar, sobreviver e passar por zonas que hoje são inóspitas (Derricourt, 2005).

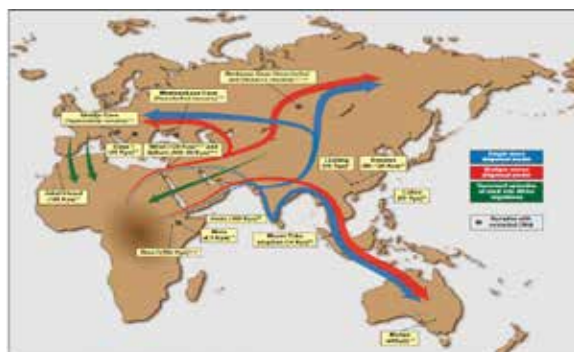


Figura 8 – Ondas migratórias para fora da África e locais de antigos restos humanos.
Fonte: López, Dorp e Hellenthal (2015).

O GMO é uma região onde as ideias, materiais e tecnologias de terras distantes se fundiram nas diferentes culturas. Este fator contribuiu para o desenvolvimento de notáveis civilizações, reinos e impérios da antiguidade como a Suméria, Acádia, Egípcia, Fenícia, Babilónia, Hitita, Filisteia, Assíria, Urartu, Cartaginesa, Bizantina, Persa, para citar apenas algumas. As contribuições destas civilizações para o mundo moderno relacionam-se com o desenvolvimento das línguas, como o hebraico, o aramaico, ou com o surgimento da escrita, como a cuneiforme, a hieroglífica ou o árabe. Numa componente mais técnica associa-se ao progresso da matemática, arquitetura e urbanização que conduziram a importantes inovações tecnológicas como a invenção da roda. Também a ciência, o direito e a religião monoteísta estão associadas à região (Goldschmidt & Davidson, 2010).

1.3.1. Demografia

O clima e a água sempre estiveram relacionados com a disponibilidade de recursos alimentares, que por sua vez influenciam o crescimento populacional. Com um crescimento modesto ao longo dos milénios, em linha com o resto do mundo, sempre pautado por decréscimos durante as lutas dos impérios que grassaram no GMO (Middleton & Rassam, 1995), acelerou o seu crescimento no Século XX, por força evoluções nas áreas da medicina, que melhoraram a saúde e bem estar da população, do crescimento económico (Gritzner & Gritzner, 2006), mas também e da cultura islâmica dominante, que estabelece a família como instituição mais importante e as restrições aos direitos das mulheres, relegando-as para papéis domésticos, fazem com que vejam a criação dos filhos como algo que completa a sua existência (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

Atualmente os 39 países que compõem o GMO têm uma população total

aproximada de mil milhões de habitantes sendo os países mais populosos o Paquistão, a Somália e o Egito com, respetivamente, 202, 109 e 100 milhões de habitantes. No coração do GMO, a Turquia e o Irão, ambos com perto de 82 milhões de habitantes são mais populosos. (Worldometers, 2018).

Fruto do inóspito território seco e desértico, hoje no GMO, milhões de pessoas vivem em grandes cidades localizadas nas margens dos mais importantes rios e nas proximidades das bacias do Mediterrâneo, do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico (Figura 9) (Miller, 2010).

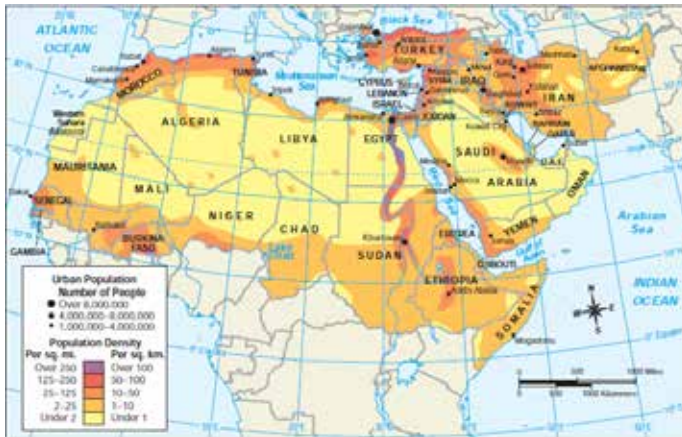


Figura 9 – Demografia do GMO.

Fonte: Gritzner e Gritzner (2006).

1.3.2. Etnografia

Do grego “*ethos*”, a etnografia enquanto ciência preocupa-se com a análise holística ou dialética da cultura, ou seja, observa os modos os “grupos sociais ou pessoas conduzem suas vidas com o objetivo de revelar o significado cotidiano, nos quais as pessoas agem” (Mattos, 2011).

Na antiguidade e idade média o MO, era uma zona de inevitável passagem das rotas mercantes que ligavam o Oriente ao Ocidente e à África. Só percebendo este permanente intercâmbio cultural e civilizacional e ainda a forma como os impérios se expandiram e mesclaram no terreno, se consegue compreender a diversidade e riqueza cultural, bem como o impacto destes para a região do MOA (Gritzner & Gritzner, 2006).

Da sedentarização alcançada pelo domínio da agricultura, os pequenos aglomerados habitacionais prosperaram com os excedentes resultantes da atividade e urbanizaram-se, tornando-se densas populações formadas por indivíduos especializadas, como foi o caso há mais de 5.000 anos para várias cidades

Sumérias, no sul do moderno Iraque, que se estima possam ter chegado aos mais de 50.000 habitantes, que estendiam a sua influência aos territórios circundantes e no controlo das rotas comerciais (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

De importante relevo neste campo etnográfico salienta-se a cultura árabe, originária dos povos nómadas da península arábica (Khaldun, 1978), de que se destacam a língua, amplamente disseminada pelo GMO, e a forte componente comercial deste povo. Também de fulcral relevo aponta-se, no Século VI, o aparecimento do islão enquanto elemento unificador do povo árabe (Lewis, 1995), mas também como potenciador de conflitos na região (Macdonald, 2002), questão que aprofundaremos de seguida.

1.3.3. Religião

No mundo antigo crenças politeístas como a egípcia, a grega e a romana, grassaram a região (IHR, 2007), porém o MO enquanto “berço da civilização” é mais reconhecido por ser o local do nascimento de três grandes religiões monoteístas do mundo, o Cristianismo, o Judaísmo e o Islão, sendo esta última a que maior número de seguidores tem em todo o GMO, com cerca de 93% da população, sendo a principal crença em todos os países com exceção de Israel (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

O intercâmbio cultural que mencionamos anteriormente foi fulcral no desenvolvimento das religiões. No primeiro milénio antes de Cristo desenvolveu-se na Pérsia uma nova religião alicerçada no sistema de crenças indo-iranianas pelo profeta Zaratustra e denominada Zoroastrismo (IHR, 2007). A expansão desta deuse através do império Aqueménida (Persa) e apenas foi abalada quando Alexandre conquistou a região trazendo as crenças helénicas. Porém, voltou a ressurgir e teve um importante impacto no desenvolvimento do Judaísmo e do Cristianismo, só desaparecendo com o advento do Islão (Lewis, 1995).

É também no MO que se localizam os principais locais de culto destas religiões, com destaque para Meca e Medina, na Arábia Saudita para o Islão e Jerusalém, em Israel, para todas elas (Fouberg, Murphy, & Blij, 2009).

Para além de locais de culto, as três religiões partilham uma forte ligação a textos sagrados que se interrelacionam entre si: os judeus têm a Torá, cujos primeiros cinco livros correspondem ao que os cristãos se referem como o Antigo Testamento; os cristãos têm o Antigo e o Novo Testamentos da Bíblia; e por seu turno os muçulmanos tanto têm a Bíblia quanto o Alcorão (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

Focando-nos na região do GMO e no Islão, que se tornou uma das características mais distintivas entre Ocidente (Cristão) e Oriente (Islâmico) no

contexto de dois sistemas de crenças diferentes (Özalp, 2011), salientamos a sua rápida expansão e principais divisões (Figura 10).



Figura 10 – Expansão do islão.

Fonte: Fouberg, Murphy e Blij (2009, p. 210).

Entre os primeiros a converterem-se ao islamismo estavam os beduínos nómadas da Península Arábica, transportando e espalhando a fé através das suas deslocações até distantes regiões. O seu padrão de difusão dependeu de diversos fatores políticos, culturais e geográficos, como o deserto do Sahara. A palavra era passada de pessoa-a-pessoa, mas também de outras formas associadas à cultura árabe. Os eruditos, contrariamente ao enclausuramento dos padres cristãos, viajavam pela Ásia e África, disseminando a cultura árabe e absorvendo outras, com impacto nas áreas da medicina, matemática, arquitetura, história e geografia (Goldschmidt & Davidson, 2010).

No Século XI os mongóis provenientes do leste da Ásia central conquistaram os territórios ocupados pelos árabes convertendo-se ao islão no Século XIV. Durante este período, na Anatólia, as tribos nómadas unificam-se e forjam o império Otomano que resistiu até ao final da 1ª Guerra Mundial em 1918, tornando-se o império islâmico mais influente de sempre (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

O Islão funda-se em cinco pilares que condicionam fortemente os seus crenes e os seus modos de vida: (1) a declaração de fé e a afirmação que Alá é o único Deus e Maomé é seu mensageiro; (2) a oração diária em cinco horas distintas (aurora, meio-dia, meio da tarde, pôr-do-sol e noite), que embora seja uma atividade individual, os muçulmanos são encorajados a rezar em grupos e em mesquitas; (3) o jejum obrigatório (sem comida, bebida ou fumo) durante o dia do mês do Ramadão³; (4) a esmola obrigatória aos muçulmanos necessitados, que se trata do

³ O Ramadão celebra a revelação do Alcorão a Maomé e corresponde nono mês do calendário islâmico, que é um calendário lunar, o que significa a sua mobilidade a cada ano (Gritzner & Gritzner, 2006).

reconhecimento da injustiça da desigualdade económica; e (5) a peregrinação a Meca, pelo menos uma vez na vida (Gritzner & Gritzner, 2006).

Para além dos cinco pilares, a lei religiosa islâmica, chamada Sharia, ou “o caminho correto”, guia a vida cotidiana de acordo com os princípios do Alcorão. Como se trata de um texto antigo, sujeito a interpretações, há várias versões da Sharia e uma ampla variedade de versões da vida muçulmana. Alguns muçulmanos acreditam que uma sociedade islâmica não necessita de qualquer outro código legal, pois esta fornece a orientação em todos os assuntos da vida, incluindo culto, finanças, política, casamento, sexo, higiene, etc. Outros muçulmanos consideram que o direito secular é mais útil nas cada vez mais multiculturais sociedades modernas, fazendo concessões a diferentes sensibilidades religiosas (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

Quanto ao Alcorão e Sharia, o Islão divide-se em duas principais correntes – Xiitas e Sunitas – que se formaram após a morte de Maomé, quando surgiram divisões sobre quem deveria suceder ao Profeta. Estas diferenças religiosas são exacerbadas por inúmeras disputas territoriais e de poder político e levam à marginalização de minorias (Figura 11) (Goldschmidt & Davidson, 2010).

Hoje em dia existem perto de 1600 milhões de muçulmanos, o que corresponde a 23% da população mundial. Os Sunitas representam 87-90% dos muçulmanos e o Xiitas são 10-13% e localizam-se maioritariamente no Irão (Worldometers, 2018).



Figura 11 – Religiões dominantes no mundo.

Fonte: Worldometers (2018).

Assiste-se que a religião, mesmo dentro de uma mesma fé, não é uma questão consensual e como tal existem divisões teológicas que no caso do GMO confluem para o adensar da conflitualidade.

1.3.4. Sócio cultural

A interação entre autoridade religiosa e governamental encontra-se enraizada no islamismo. Arábia Saudita, Iémen, Emirados Árabes Unidos, Omã e Irão são Estados teocráticos, em que o Islão é a religião oficial e os líderes políticos são considerados divinamente guiados tanto por Alá quanto pelos ensinamentos do Alcorão. Noutros Estados como a Turquia, Tunísia, Líbia e Síria, os governos são oficialmente seculares, e os partidos religiosos não são permitidos, sendo a lei neutra em questões religiosas. Contudo, na prática, mesmo nos Estados seculares do GMO, as ideias islâmicas influenciam as políticas governativas, que associadas a culturas autoritárias, representam limitações nas liberdades política e de expressão (Pulsipher, Pulsipher e Johansson, 2017).

Culturalmente a família desempenha um papel central na sociedade islâmica. Anteriormente os casamentos eram arrançados pelos pais ou pelos parentes, entendendo-se que o amor desenvolvia-se quando se casavam e que um casamento unia duas famílias ou estreitava os laços entre dois ramos da mesma casa, porque ajudavam a manter intacta a propriedade da família (Goldschmidt & Davidson, 2010).

Embora este desígnio cultural tenha mudado, no GMO dominado pelo Islão a família continua assente num sistema patriarcal, em que o chefe da família é quase sempre o homem, mesmo quando a mulher é viúva ou divorciada, fica sob supervisão de um outro homem da família. Também existe uma distinção entre espaços e privados e o seu acesso a homens e mulheres. Se bem que em diferentes graus, de país para país, é nesta região do globo que existem maiores limites legais e restrições à liberdade das mulheres. A maioria dos países permite o voto das mulheres e alguns já integram (ou integraram) mulheres no seu governo (Pulsipher, Pulsipher, & Johansson, 2017).

Quanto aos direitos das mulheres (Figura 12), em geral o advento do Islão trouxe melhorias na posição das mulheres na antiga Arábia, dotando-as de alguns direitos e conferindo-lhes medidas de proteção contra os maus-tratos dos maridos ou donos. Apesar do infanticídio de crianças do sexo feminino ser proibido, a posição das mulheres permaneceu pobre e piorou quando a mensagem original do Islão perdeu seu ímpeto e foi modificada sob a influência de atitudes e costumes preexistentes. A prática da poligamia é permitida pelo Alcorão que, entretanto, a restringe a um máximo de quatro esposas, estabelecendo limites financeiros à prática, exigindo que cada esposa receba habitação e apoio de forma separada e igual (Lewis, 1995).

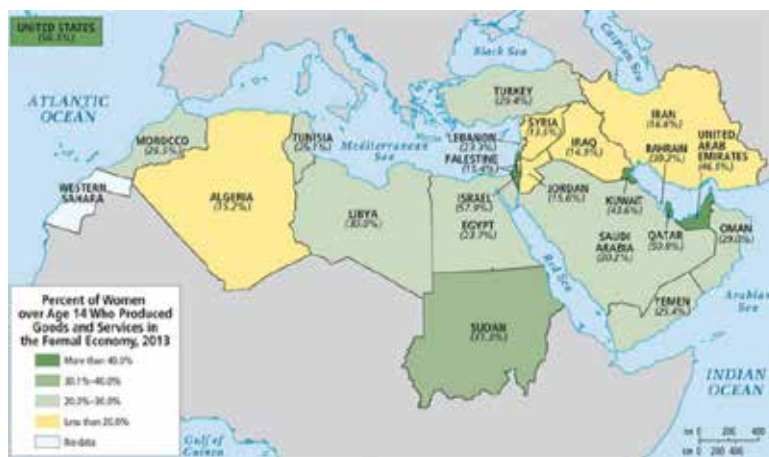


Figura 12 – Percentagem de mulheres na força laboral da região.

Fonte: Pulsipher, Pulsipher e Johansson (2017).

1.4. RECURSOS NATURAIS

1.4.1. Alimentares

Na antiguidade civilizacional do MO está largamente associada à existência de passagens terrestres e marítimas, utilizáveis tanto no verão como no inverno, em épocas de chuvas ou de seca, que permitiam o movimento de pessoas entre a Ásia e África e a criação de rotas comerciais (Albright, 2014). Nesta região do mundo, a água sempre foi importante para a região do MO, devido à sua escassez e existência em apenas alguns locais. As disputas sobre o acesso à água, desde a exploração direta, à construção de barragens, são parte fundamental das relações entre povos da região. A água para irrigação é fundamental para muitos ecossistemas assegurarem a sustentação das culturas (GC, 2002).

Com acesso a água e terra fértil entre os rios Tigre e Eufrates, na Mesopotâmia, desenvolveram-se as primeiras comunidades, cuja população tirava partido da conjugação desses elementos permitiam para a sua subsistência, superando o clima adverso que se sente na região (Weinryb, 1952).

A vida no sul da Mesopotâmia era difícil, mas sustentável. As temperaturas do verão atingiam valores muito elevados e havia pouca chuva, mas graças aos rios que sofriam inundações muito frequentes, dava lugar a áreas pantanosas. Esses pântanos humedeciam o solo mesmo durante a estação mais seca. A população construía casas em terrenos elevados ao longo dos pântanos, que forneciam peixes e alimento para estes, permitindo uma sustentável atividade piscatória. Nas ilhas no meio dos pântanos, surgiam zonas de pasto para o gado domesticado e terra

arável para os agricultores cultivarem. As palhas que cresciam nos pântanos eram usadas para fazer cestos, enquanto as sedimentações dos pântanos serviam para o fabrico de cerâmicas e tijolos (Cole & Symes, 2017, p. 8). No Norte e Este da Mesopotâmia, ao longo dos principais dos rios, desviou-se a água para canais de rega que fluíam mais ou menos paralelamente destes, permitindo a cobertura de áreas superiores para a agricultura e subsistência (Albright, 2014).

A Mesopotâmia foi uma das áreas mais importantes da história da humanidade, onde através da exploração dos recursos que advinham dos rios, a população conseguiu controlar em seu favor os efeitos adversos das inundações frequentes dos rios, sobrevivendo e produzindo cereais com condições climáticas adversas de temperatura e falta de precipitação. Através do desenvolvimento de técnicas de regadio para a agricultura, conseguiu-se conter os efeitos das inundações (Cole & Symes, 2017, p. 8).

Pelo aproveitamento das condições físicas proporcionadas numa região onde abundava a água, os povos vieram a desenvolver formas de organização social em cidades, produção agrícola e trocas comerciais com outros povos, florescendo económica e socialmente, criando civilizações sustentáveis cimentadas na agricultura e comércio.

1.4.2. Energéticos

A crescente dependência de recursos naturais por parte das sociedades, especialmente fontes de energia não-renováveis como os combustíveis fósseis, põe em perigo as perspetivas da civilização humana (Kurecic, 2015, p. 522). As exportações de petróleo proveniente do MO, a partir de 1948, tornar-se-iam a principal fonte de receitas para os Estados banhados pelo Golfo Pérsico (Goldschmidt & Davidson, 2010, p. 311).

O Iraque é um país que depende muito das receitas que obtém da venda de petróleo, mas essa receita apenas é suficiente para sustentar um terço do orçamento nacional (Chubin, Hoffman, & Rosenau, 2004, p. 3). O oleoduto de Mossul-Haifa (Figura 13), também conhecido como o oleoduto mediterrâneo, era um *pipeline* de crude, de onde era bombeado desde os campos de petróleo de Kirkuk, no Norte do Iraque, através da Jordânia até Haifa, em Israel. Este oleoduto com um comprimento de 942 Km esteve operacional entre 1935 até 1948, levando cerca de 10 dias a transportar o crude ao longo do seu curso. O crude chegava às refinarias de Haifa onde era armazenado em depósitos, e posteriormente colocado em navios petroleiros para enviar para a Europa. Esse oleoduto foi construído durante o período em que a maior parte da área onde passava o *pipeline* era controlada pela Grã-Bretanha, com a legitimidade concedida pela Sociedade das Nações através do acordo de Sykes-Picot (GR, 2014).



Figura 13 – O Oleoduto de Mosul-Haifa.
Fonte: GR (2014).

Esse oleoduto, juntamente com as refinarias de Haifa eram consideradas pelos Britânicos como de elevada importância estratégica, pois providenciaram muito do combustível que sustentou as operações militares da Grã-Bretanha durante a 2ª Guerra Mundial. Com a início da guerra israelo-árabe de 1948, o fornecimento de crude cessou e o governo iraquiano recusou continuar a bombear crude através desse oleoduto (Kennedy Jr, 2016).

A ocupação do Iraque contribuiu para aumentar a separação entre o MO e o Ocidente, particularmente os Estados Unidos da América (EUA). Para muitos dos atores no GMO, o uso de poder militar com excessiva confiança por parte dos EUA reforçou as percepções de que estes apenas detinham interesse no domínio do Iraque para garantir o acesso e controlo da exploração petrolífera (Figura 14) (Chubin, Hoffman, & Rosenau, 2004, p. 3).



Figura 14 – Reservas de gás e petróleo na região do GMO.
Fonte: Pulsipher, Pulsipher e Johansson (2017).

No ano 2000 Sheikh Yamani, ex-ministro do petróleo da Arábia Saudita, afirmou numa entrevista que “a Idade da Pedra chegou ao fim, não porque tivéssemos falta de pedras, e a era do petróleo chegará ao fim, não porque tenhamos falta de petróleo” (Fagan, 2000). Atualmente as evidências indiciam que o consumo mundial de petróleo e seus derivados como fonte primária de energia estará para chegar ao fim, de acordo com as estimativas de diversos estudos (Sorkhabi, 2010).

Numa perspetiva de alternativa energética ao que era oferecido pelo petróleo, o Gás Natural (GN) prepara-se para fazer a transição da sociedade consumidora de petróleo para outras alternativas sustentáveis. Perante este cenário, a Rússia assumirá um papel importante, em que cerca de 30% das reservas mundiais de GN, que tal como o petróleo se concentra nestas duas regiões (Nunes, 2003). No GOM, o Irão, Iraque, Síria e os países da Península Arábica, detêm cerca de 48% das reservas mundiais de petróleo (Figura 15), e 38% de GN (Sorkhabi, 2010).



Figura 15 – Produção mundial de crude em Milhões de Toneladas (Mtoe).

Fonte: Enerdata (2018).

Apesar da disponibilidade de recursos energéticos fósseis que limita o investimento noutros recursos, as condições propícias do GOM em termos de exposição solar e de ventos faz acreditar no seu futuro incremento. Até 2012 a capacidade de produção de energia renovável atingia os 19 GW, sendo o objetivo fixado por 21 dos países do GOM atingir a meta de 107 GW até 2030 (Mannah, Makki, Haddad, Bazzi, & Hammoud, 2016).

1.5. FATOR ESTRUTURAS

1.5.1. Política

Na Anatólia (Turquia) localiza-se a mais antiga cidade de que há conhecimento. Com mais de 9.000 anos, Çatalhüyük (Figura 16) foi o palco de uma grande mudança do estilo de vida humana. Na transição para o neolítico, vida social passou a centrar-se num conjunto de valores associados à caça, banquete e ancestralidade, favoreceu o sedentarismo e a aglomeração (UNESCO, 2012).



Figura 16 – Localização da cidade neolítica de Çatalhüyük (Turquia).

Fonte: UNESCO (2012).

Na Mesopotâmia as primeiras povoações foram fundadas pelos *Ubaid*⁴, em datas que se rondam os 5900 a.C, cuja população se adaptou às condições naturais e tirou partido dos recursos disponíveis na região para crescer edificar a cidade (Cole & Symes, 2017, p. 8).

A primeira cidade a ser documentada como tal, foi *Uruk*. Outras aldeias já existiam anteriormente a *Uruk*, mas esta foi a maior e mais poderosa cidade da época. O período de *Uruk* prevaleceu desde 4100 a 2900 AC, onde os Sumérios estabeleceram firmemente as trocas comerciais na região (Mark, 2011).

Desenvolveu-se na região uma escalada na competição pelas rotas comerciais e pelas terras aráveis e acesso à água, pelas várias cidades Sumérias, que possuíam uma escrita e linguagem comum, mas cada cidade adorava um deus próprio. A questão religiosa não trouxe paz à região, provocando essa escalada de violência entre as cidades, associada ao fator económico (Cole & Symes, 2017, pp. 9-11).

Nos primeiros 6000 anos de história civilizacional os governos foram essencialmente tribais, comunais, monárquicos ou imperiais. O advento da

⁴ Receberam este nome porque a sua proliferação ocorre a partir de *al-Ubaid*, onde hoje se encontra o Iraque.

democracia teve aguardar a evolução das complexas engrenagens políticas de que depende (Santos, 2009).

Os últimos 4300 anos do GMO assistiu ao domínio de mais de 30 povos e civilizações provenientes de diferentes partes do globo (Santos, 2009). Nestes incluem-se os já referidos Sumérios, os Acádios, Babilónios, Helénicos, Persas, Romanos, Árabes, Mongóis, etc., até culminar nos Otomanos e no Reino Unido, após a 1ª Guerra Mundial.

A história moderna do MO começa com a ascensão e queda do último grande califado islâmico (sunita) - o Império Otomano (Figura 17). Enquanto os otomanos prolongaram o califado sob o islamismo sunita, os Xá Safávidas (reis) estabeleceram o islamismo xiita como religião do Estado e o Irão solidificou seu status como o epicentro da educação e autoridade xiita (Gasiorowski & Yom, 2017).

A ligação entre governo e religião que grassa no GMO evidencia um atraso de mais de dois séculos face ao Ocidente, que considera esta filiação uma razão irrelevante na fundação do Estado. Porém este modelo ocidental de Estado apenas chegou ao MO no Século XX, enquanto o tribalismo existiu desde o início da História (Santos, 2009).



Figura 17 – Império Otomano em 1916-1918.

Fonte: Histotynet (2018).

De certa forma, do ponto de vista político, o MO encontra-se onde o Ocidente esteve no Século XIII, quando os nobres viram o seu poder reconhecido pela Magna Carta que lhes atribuía a responsabilidade proteger e administrar o povo. Esta relação está ainda viva no MO, na relação de protetorado do Xequê, em troca dos serviços dos membros da tribo. O reduzido número de democracias e a persistência das autocracias, evidencia o atraso (Figura 18) (Santos, 2009).

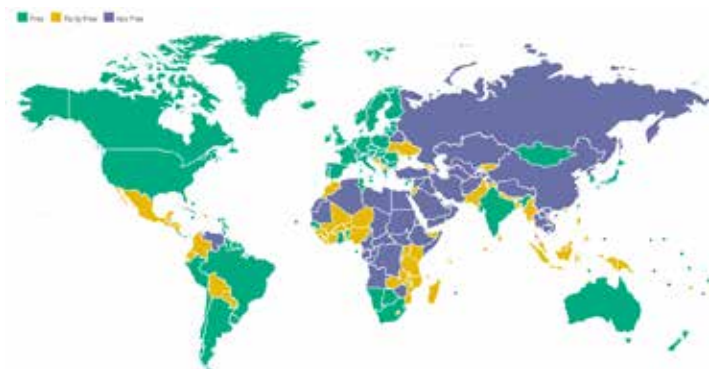


Figura 18 – Liberdade no mundo em 2018.
Fonte: FH (2018).

1.5.2. Económica

As trocas comerciais regulares entre as comunidades e regiões Orientais são datadas até à era pré-histórica. Na idade do bronze (3300 – 1200 a.C.) verificou-se um aumento e expansão de trocas comerciais, associadas com a propagação de contactos culturais de uma região para outra (Figura 19). O bronze tornou-se de uso comum nesta altura, podendo ser obtido em escassas regiões, sendo muito procurado, o que frequentemente exigia ações de troca comercial com escolta dos transportes desse material, garantindo a segurança no retorno ao local original (Bryce & Birkett-Rees, 2016, p. 58).

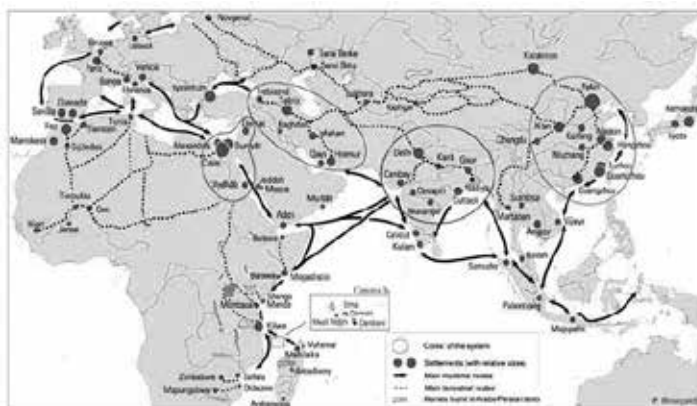


Figura 19 – Rotas Comerciais do GMO nos Séculos XIII e XIV.
Fonte: ReseachGate (2018).

Em 1869 os trabalhadores da *Universal Maritime Suez Canal Company*⁵ iniciaram a construção de uma ligação entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo, através de um canal que se situa na junção entre a Ásia e África. Com a sua extremidade a sudoeste ligada ao Golfo do Suez, esta passagem ficou conhecida como o Canal do Suez (Figura 20). As vantagens revolucionárias deste canal ficaram rapidamente evidentes. As rotas comerciais existentes entre a Europa e a Ásia que se prolongavam ao longo da costa Sul do continente Africano, ficaram reduzidas em milhares de km, enquanto evitavam as navegações perigosas no sul de África, expostas às condições climáticas perigosas (Varble, 2003, p. 11).



Figura 20 – Canal do Suez.

Fonte: PT (2015).

Nas décadas após a conclusão da construção do Canal do Suez, os líderes britânicos tornaram como prioridade a aquisição de direitos sobre a empresa que construíra o Canal. Em 1880, os britânicos já possuíam interesse em controlar esse Canal. Ao mesmo tempo, os líderes britânicos encetaram uma agressiva estratégia geopolítica para impedir interrupções no tráfego comercial do Canal do Suez (Varble, 2003, p. 11).

A ocupação do Egipto em 1882 por parte dos britânicos, que durou 74 anos, forçou o Egipto à submissão ao poder britânico, o que garantiu o controle dos britânicos sobre o Canal do Suez. Este canal constituiu-se como uma via de comunicação essencial para os britânicos, pela ligação às suas colónias orientais. O Canal do Suez foi alvo de disputa por diversos povos, desde os Otomanos em 1915, aos Alemães na 2ª Guerra Mundial, porém os britânicos sempre conseguiram

⁵ Companhia sediada no Egipto, de financiamento e gestão francesa, que construiu o Canal do Suez.

manter o canal sobre o seu controlo, o que durante toda a 2ª Guerra Mundial se revelou fulcral para a vitória sobre as tropas do Eixo (Varble, 2003, pp. 11-15).

Após a 2ª Guerra Mundial, com a queda do império britânico, em particular a independência da Índia em 1947, a importância do Canal diminuiu na condução da estratégia britânica para o sudoeste asiático. No entanto, com a recuperação económica britânica no período pós-guerra, a economia deixou de se sustentar nas máquinas a carvão, passando a requerer petróleo, cuja fonte mais importante estava no MO, em particular no Golfo Pérsico.

Para evitar a suscetível instabilidade que afetasse os *pipelines* terrestres que bombeavam crude do MO até ao Mediterrâneo, os britânicos preferiam o transporte naval do crude, cujo percurso mais curto era através do Canal do Suez, onde em 1950 transitava dois terços de todo o fornecimento de petróleo para a Inglaterra. (Varble, 2003, pp. 11-15).

O Suez foi também palco de disputa nas décadas de 60-70 quando Israel ocupou o Sinai, permanecendo encerrado entre 1967 e 1975 (Goldschmidt & Davidson, 2010).

A China desenvolveu o seu comércio pelo Séc. II a.C. nas ligações intercontinentais, que se desenvolveram através de rotas que eram marcadas pelo ambiente geográfico (rios, passagens pelas montanhas, etc.), naquela que foi denominada por Rota da Seda. Ligava a região mediterrânica com a China, e tinha extensões até à península hindustânica, Ásia central e África.

A rota da seda complementava, além de uma rota terrestre, uma outra rota marítima entre a China e o Golfo Pérsico – a rota marítima da seda (Figura 21). Desempenhava, além do seu papel comercial, a oportunidade de encontro entre as grandes civilizações do Este e Oeste, chegando a formar a maior rede comercial do mundo (Eszterhai, 2017).

A China tem presentemente um projeto para renovar esta rota, uma estratégia conhecida por “*One Belt, One Road*” (Figura 22).



Figura 21 – As antigas rotas da seda (terrestre e marítima).

Fonte: Wikipedia (2012).



Figura 22 – Projeto chinês “One Belt One Road”.

Fonte: Cai (2017).

1.5.3. Militar

Apesar dos conflitos que grassaram a região do GMO serem inúmeros, fruto da forte disputa territorial pela região, neste estudo abordaremos aqueles que maior significado tem na atualidade e ainda o poder das armas nucleares na região.

1.5.3.1. O conflito Israelo-Palestino

Com a queda do Império Otomano que controlava o território da Palestina, fruto do acordo de *Sykes-Picot* a administração deste território passaria a ser efetuada pelo Reino Unido. Jerusalém passaria a ser uma cidade que iria aumentar gradualmente a sua população judaica, fruto da perseguição histórica dos cristãos europeus, culminando com o holocausto nazi no decorrer da 2ª Guerra Mundial. Sob o controlo britânico, foi tentada a ratificação de um acordo para uma Palestina independente, sob controlo Árabe e Judeu, que foi rejeitado por ambas as comunidades. Com o aumento exponencial de migrantes vindos da Alemanha nazi, a população judaica na Palestina cresceu e em 1947, perante a impossibilidade de traçar um acordo entre Árabes e Judeus, o Reino Unido abdica do mandato de administração sobre o território da Palestina, transferindo-o para a ONU. Esta organização adotou uma resolução que visava a divisão da Palestina entre a Israel judaica e a Palestina Árabe. Antes da adoção dessa resolução, os países árabes recusaram-se a colaborar com a mesma, embora tenha vindo a ser

adotada numa votação em que todos os países árabes votaram contra. Israel iria declarar a sua independência em 14 de maio de 1948, que seria o dia imediatamente após a cessação do mandato de administração britânica sobre a Palestina. No dia imediatamente seguinte, a Liga dos Estados Árabes ataca Israel, num conflito que tem perdurado entre desde então, entre guerras e outros focos de conflito, até aos dias de hoje (Giminez, 2012, pp. 95-102).

Não haverá paz no GMOA enquanto não houver uma resolução do conflito entre Israel e a Palestina (Emerson & Tocci, 2003, p. i).

1.5.3.2. O Iraque

Os USA e os seus parceiros da coligação entraram no Iraque em março de 2003, e desde então não foram capazes de desenvolver fontes de informação humana fiáveis e produtivas. Como consequência, a insurgência emergiu perante uma polícia mal-organizada, mal treinada e insuficientemente equipada para poder fornecer produtos de informações através de fontes humanas. Nisto, as forças da coligação não foram capazes de antever o emergir da insurgência, e quando se deu a afirmação dela, foi ignorada. Hoje em dia, questões elementares como o número de efetivos, liderança e estrutura, permanecem por esclarecer. Adicionalmente, pouco se sabe acerca do papel que desempenham os países vizinhos, embora alguns especialistas defendem que o Irão não tem interesse fundamental na instabilidade do Iraque, tendo como objetivo que esse país não venha a ser mais uma marioneta ocidental, ou uma República islâmica, que possa vir a constituir-se como um rival regional (Chubin, Hoffman, & Rosenau, 2004, pp. 1-2).

A localização do Iraque no Golfo Pérsico, na região anteriormente denominada como Mesopotâmia, torna-o numa importante região de ligação para as rotas comerciais internacionais entre o Este e Oeste (Ibrahim, 2012, p. 83).

O colapso da ordem pública e o vazio de segurança que seguiu a invasão do Iraque, bem como a destruição do regime *Baath*, ajudaram a dar cobertura à insurgência e continuou a sustentá-la. A sociedade iraquiana sob a liderança de Saddam Hussein era muito militarizada, perante a qual se consegue encontrar no seio da população, o treino militar e armamento automático. A dispersão de armamento e munições pelo país permitiu que os nacionalistas e islâmicos radicais disfrutem do seu renascimento, após um longo período de supressão pelo anterior regime, e nisto ajudam a alimentar os movimentos resistentes à ocupação ocidental e não-muçulmana. Mesmo que ninguém queira assistir a uma guerra civil no Iraque, a combinação volátil de milícias, a ausência de capacidade de autoridade estatal, e tensão interétnica, são os elementos necessários para um violento conflito interno. Enquanto as forças ocupantes tentam reconstituir os serviços de autoridade

iraquianos, persiste a ausência de segurança pública praticamente em todo o país, sendo aproveitado pelos grupos criminais e atores políticos na sua proliferação (Chubin, Hoffman, & Rosenau, 2004, pp. 2-3).

1.5.3.3. Influências Alargadas

Os recursos naturais encontram-se localizados num espaço geográfico que é organizado, no mundo contemporâneo, pela mútua exclusividade de espaços políticos definidos por delimitação territorial de Estados Soberanos. Portanto, qualquer pretensão sobre os recursos localizados no território de outro Estado, significa um ataque à soberania desse Estado. Isso faz aumentar a probabilidade de conflitos entre os Estados envolvidos, num nível muito superior. As rivalidades geoeconómicas definem de forma significativa e crucial as relações geopolíticas e a geoeconomia de certas regiões do mundo, como por exemplo no MO, causando uma instabilidade de longa duração que provoca fracas oportunidades para o desenvolvimento económico e social das regiões (Kurecic, 2015, p. 527).

A vontade dos estados dominantes (principalmente os EUA) que precisam recursos para preservar sua posição também tem aumentado. Os recursos disponíveis são frequentemente encontrados nas partes instáveis do mundo (GMO, África Subsaariana), razão pela qual a seguinte pergunta surge - são aquelas partes do mundo mais instáveis por causa dos seus recursos, associado ao desejo dos Estados dominantes para adquiri-los?

Garantir o fluxo constante de recursos, especialmente fontes de energia (predominantemente petróleo), é um pré-requisito para o funcionamento das economias (e sociedades em geral) dos Estados mais poderosos e desenvolvidos, bem como da maioria dos Estados. Este fluxo de recursos é visto pelos Estados poderosos como uma necessidade pela qual eles usam força militar nos Estados mais fracos, mas abundantes com recursos, com a finalidade de adquirir esses recursos. No entanto, a abundância de recursos não significa necessariamente que um Estado estará envolvido num conflito de recursos, seja interno ou externo. Esta alegação pode ser especialmente apoiada quando se trata do mais importante recurso não renovável, petróleo, listando exemplos de estados ricos em petróleo que nunca estiveram envolvidos em conflitos de recursos, ou pelo menos não estiveram envolvidos nelas há décadas (pelo menos não em seu solo), Arábia Saudita, Rússia, EUA, República Popular da China (RPC), Canadá e Noruega. Alguns desses estados estão entre os maiores exportadores de petróleo. Os EUA e a RPC são importantes produtores de petróleo, no entanto, por causa de seu imenso consumo, eles também são dois dos maiores importadores de petróleo do mundo. Os EUA travaram um certo número de conflitos de recursos,

ou seja, as guerras por petróleo (por exemplo, a Primeira e a Segunda Guerra do Golfo), mas esses conflitos foram travados longe do seu território, nos produtores significativos de petróleo, em partes instáveis do mundo (Iraque, Kuwait, Nigéria, Sudão, Angola, etc.), sendo por vezes dissimulados como conflitos étnicos ou religiosos, ou guerras civis. O fator chave que leva um estado a um conflito de recursos não é sua abundância em petróleo. A localização geográfica, importância geopolítica (militar, política, económica), e o grau de dependência que um determinado Estado tem nesse recurso, foram os principais fatores que empurraram alguns Estados para conflitos de recursos associados ao petróleo, juntamente com a dependência dos estados poderosos do mundo (especialmente os EUA) sobre as importações de petróleo de um determinado estado exportador de petróleo (Kurecic, 2015, pp. 531-539).

1.5.3.4. Poder nuclear

Em 1957, e com a ajuda dos EUA e outros estados ocidentais sob o programa, sob o programa *Atoms for Peace* desenvolvido pelo presidente Eisenhower, o Irão começou a desenvolver a tecnologia nuclear. Desenvolveram-se diversos projetos nucleares, que visavam atingir a produção de energia elétrica. O Irão estabeleceu um acordo com um consórcio francês chamado *Eurodif*, que fornecia o urânio enriquecido para as suas centrais nucleares, desde 1973, dado que não teria interesse em conduzir atividades de enriquecimento de urânio no seu território. Após a revolução iraniana de 1979, os EUA decidiram retirar o apoio ao desenvolvimento de capacidades nucleares do Irão, isolando-o através de sanções e outros meios. Com a pressão exercida pelos EUA, os franceses retiraram o acordo que tinham com o Irão através da *Eurodif* (Mousavian, 2012).

Com a invasão do Irão por parte do Iraque de Saddam Hussein, apoiado pelos EUA e fornecendo capacidade de produção de armas químicas que mataram e feriram centenas de iraquianos, o Irão impulsionou o desenvolvimento da sua capacidade nuclear para defender a sua existência e deter eventuais ataques de países árabes ou ocidentais, embora mantendo-se comprometidos com o Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (NPT). No momento atual, não existe a informação de que o Irão possua armas nucleares, alegadamente detendo apenas a capacidade nuclear para efeitos energéticos, ao abrigo do NPT (NTI, 2018).

Foram encetadas diversas tentativas de acordos para certificar que o Irão não faria uso da capacidade nuclear para fins militares, e foram aplicadas diversas sanções ao Irão, o que levou a que o assunto nuclear passasse a ser visto como matéria de orgulho nacional. A falta de acordo em negociar com sucesso os termos do desenvolvimento da capacidade nuclear, fez com que o Irão viesse a desenvolver

a capacidade de produzir o seu próprio urânio enriquecido (Mousavian, 2012).

No início da era nuclear, os EUA pretendiam manter o monopólio da sua nova arma, que em 1945 foram lançadas sobre *Hiroshima* e *Nagasaki*. Quatro anos depois, a Rússia (ex-União Soviética) conduzia o seu primeiro teste de explosão nuclear. O Reino Unido (1952), França (1960) e a China (1964) seguiram logo após. E numa perspetiva de impedir a proliferação de armas nucleares, estes Estados referidos anteriormente negociaram o NPT em 1968. O Iraque iniciou secretamente o desenvolvimento do seu programa nuclear antes da Guerra do Golfo Pérsico em 1991. A Coreia do Norte anunciou a sua saída do tratado em 2003, e o Irão e a Líbia têm vindo a desenvolver a atividade nuclear em violação dos termos do tratado. Ao contrário do Irão, a Índia, Israel e o Paquistão não ratificaram o NPT (Davenport, 2018).

1.6. CONCLUSÕES

A análise realizada neste estudo permite perceber que GMO é difícil de delimitar geograficamente, definindo-se acima de tudo pela identidade política e cultural árabe, que domina numa região cuja história é longa e rica, tendo servido de berço para civilizações e importantes inovações essenciais para a humanidade.

Na encruzilhada entre três continentes, o MO é um importante ponto de passagem das rotas comerciais e zona de confluência de múltiplas culturas. No seu seio nasceram 3 das principais religiões monoteístas, sendo o Islão a mais relevante para grande parte dos mil milhões de habitantes da região, vincando desde o Século VI a cultura, costumes e política do GMO.

Detentor de vastíssimos recursos energéticos, o GMO influencia abundantemente a esfera económica mundial e é palco de frequentes disputas pelo domínio desses recursos ou das rotas de passagem.

Por esse facto, o GMO é atualmente uma região militarmente tumultuosa, com muitos conflitos religiosos, étnicos ou de poder, ativos ou latentes, com raízes distantes que se esbatem no tumulto dos tempos, mas que se reavivam pontualmente, incendiando os velhos ódios e incitando modernas (velhas) formas de guerra, numa área provida de armas de destruição maciça.

A importância geoestratégica da região aguça o interesse e fomenta a presença de potências exteriores, que ali se digladiam em conflitos por procuração, pairando sobre ela, qual águia sobre a presa, no intuito de a influenciar e dominar, dando-lhe notoriedade e dimensão global, encorpendo o conceito de GMOA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albright, W. F. (30 de julho de 2014). *Britannica Online Encyclopedia*. Retirado de <https://www.britannica.com/place/ancient-Middle-East>
- Braudel, F. (1984). *Civilization and Capitalism, 15t-18th century* (Vol. I e III). (S. Reynolds, Trad.) London: Collins.
- Braudel, F. (2001). *The Mediterranean in the Ancient World*. London: Penguin Books.
- Brown, L. C. (1984). *International Politics and the Middle East. Old rules, dangerous game* (1ª ed.). New Jersey: Princeton University Press.
- Bryce, T., & Birkett-Rees, J. (2016). *Atlas of the Ancient Near East* (1ª ed.). Abingdon: Routledge.
- Cai, P. (março de 2017). *Understanding China’s Belt and Road Initiative*. Lowy Institute for International Policy.
- Chubin, S., Hoffman, B., & Rosenau, W. (2004). *The United States, Europe and the Wider Middle East*. Santa Monica: RAND Centre for Middle East Public Policy.
- CIA. (dezembro de 2018). *The World Factbook*. Retirado de Central Intelligence Agency: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/>
- Cole, J., & Symes, J. (2017). *Western Civilizations Vol I* (4ª Edição ed.). New York: W.W. Norton and Company.
- Davenport, K. (2018). *Arms Control Association*. Retirado de <https://www.armscontrol.org/factsheets/Nuclearweaponswhohaswhat>
- Derricourt, R. (2005). *Getting “Out of Africa”: Sea Crossings, Land Crossings and Culture in the Hominin Migrations*. *J World Prehist*(19), pp. 119-132.
- EB.(28dedezembrode2018).RetiradodeEncyclopædiaBritannica:<https://www.britannica.com>
- Emberling, G. (29 de dezembro de 2010). *The Geography of the Middle East*. Retirado de The Oriental Institute: <http://teachmiddleeast.lib.uchicago.edu/foundations/geography/essay/essay-01.html>
- Emerson, M., & Tocci, N. (2003). *The Rubik Cube of the Wider Middle East*. Brussels: Center for European Policy Studies.
- Enerdata. (2018). *Global Energy Statistical Yearbook 2018*. Retirado de www.yearbook.enerdata.net
- Eszterhai, V. (28 de novembro de 2017). *The Geopolitical Significance of One Belt, One Road from a Historical Perspective*. Pageo.
- Fagan, M. (25 de junho de 2000). *Sheikh Yamani predicts price crash as age of oil ends*. The Telegraph.

- FH.(2018). *Freedom in the World 2018*. Retirado de Freedom House: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2018>
- Fouberg, E. H., Murphy, A. B., & Blij, H. J. (2009). *Human Geography. People, place and culture* (9ª ed.). New Jersey: Wiley.
- Gasiorowski, M., & Yom, S. L. (2017). *The Government and Politics of the Middle East and North Africa* (8ª ed.). New York: Routledge.
- GC.(2002). *Global Connections - the Middle East*. Retirado de <https://www.pbs.org/wgbh/globalconnections/mideast/questions/resource/index.html>
- Giminez, L. (2012). *History of the Middle East*. Teaneck: Fairleigh Dickinson University.
- Goldschmidt, A., & Davidson, L. (2010). *A concise history of the Middle East* (9ª ed.). Boulder: Westview Press.
- GR. (2014). Retirado de Global Research: <https://www.globalresearch.ca/the-roots-of-the-iraq-and-syria-wars-go-back-more-than-60-years/5395778>
- Gritzner, J. A., & Gritzner, C. F. (2006). *North Africa and the Middle East* (1ª ed.). New York: Chelsea House.
- Guedes, A. M. (2019). *Aulas de Geopolítica ao CEMC 2018-2019*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- Güney, A., & Gökcan, F. (2010). *The 'Greater Middle East' as a 'Modern' Geopolitical Imagination in American Foreign Policy*. *Geopolitics*, 15, 22-38.
- Hillel, D., & Rosenzweig, C. (2013). *Handbook of Climate Change and Agroecosystems: Global and Regional Aspects and Implications*. London: Imperial College Press.
- Histotynet. (2018). Retirado de Historynet: <http://www.historynet.com/creating-chaos-lawrence-of-arabia-and-the-1916-arab-revolt.htm>
- Ibrahem, Z. (2012). *History of Middle East*. Teaneck: Fairleigh Dickinson University.
- IESM. (2007). ME 71-00-08, Elementos de análise Geopolítica e Geoestratégica. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IHR. (2007). *Philip's Atlas of World History* (2ª ed.). (P. K. O'Brien, Ed.) London: Philip's.
- ISTD. (28 de dezembro de 2018). *Middle East Climate*. Retirado de Israel Science and Technology Directory: <https://www.science.co.il/weather/middle-east-climate/>
- Kennedy Jr, R. (26 de fevereiro de 2016). *Global Research*. Retirado de <https://www.globalresearch.ca/middle-eastern-wars-have-always-been-about-oil/5510640>
- Khaldun, A. A. (1978). *The Muqaddima*. (F. Rosenthal, Trad.) London: Routledge & Kegan Paul.
- Kurecic, P. (2015). *Geo-economic and Geopolitical Conflicts: Outcomes of the Geopolitical Economy in a Contemporary World*. *World Review of Political Economy* Vol.6.

- Lewis, B. (fall de 1992). *Rethinking the Middle East*. Foreign Affairs, 71(4), pp. 99-119.
- Lewis, B. (1995). *The Middle East. A brief history of the last 2,000 years* (1ª ed.). New York: Scribner.
- López, S., Dorp, L. v., & Hellenthal, G. (2015). *Human Dispersal Out of Africa: A Lasting Debate*. Evolutionary Bioinformatics(11), pp. 57-68.
- Macdonald, H. (2002). *Geopolitics and Middle East conflict*. Oslo: Norwegian Institute for Defence Studies.
- Mannah, M. A., Makki, L., Haddad, A., Bazzi, H., & Hammoud, A. (2016). *Renewable Energy Technologies Penetration in MENA Region (2010-2030)*. Journal of Electrical Engineering(4), pp. 100-107.
- Mark, J. (2011). *Ancient History Enciclopedya*. Retirado de <https://www.ancient.eu/sumer/>
- Matos, J. S. (julho-dezembro de 2015). *Estratégia Naval de domínio do Oceano Índico, no início do Século XVI*. Anais do Clube Militar Naval, pp. 515-531.
- Mattos, C. L. (2011). *A abordagem etnográfica na investigação científica*. pp. 49-83.
- Middleton, J., & Rassam, A. (1995). *Encyclopedia of World Cultures* (Vol. IX). (D. Levinson, Ed.) New York: G.K. Hall & Company.
- Miller, G. (2010). *The Tigris and Euphrates : rivers of the fertile crescent*. St. Catharines: Crabtree.
- Mousavian,H.(2012).*ArmsControlAssociation*.Retiradodehttps://www.armscontrol.org/2012_07-08/The_Iranian_Nuclear_Dispute_Origins_and_Current_Options
- NTI. (2018). *Nuclear Threat Initiative*. Retirado de <https://www.nti.org/learn/countries/iran/>
- Nunes, R. (2003). *Do Médio Oriente à Ásia Central: o gás natural*. Janus.
- Özalp, O. N. (winter de 2011). *Where is the Middle East? The Definition and Classification Problem of the Middle East as a Regional Subsystem in International Relations*. Turkish Journal of Politics, 2(2), 5-21.
- PT.(2015).Retirado dePortTechnology:https://www.porttechnology.org/news/infographic_6_unknown_suez_canal_facts
- Pulsipher, L. M., Pulsipher, A., & Johansson, O. (2017). *World Regional Geography. Global patterns, local lives* (7ª ed.). New York: Macmillan Learning.
- ReseachGate. (2018). Retirado de ReseachGate: https://www.researchgate.net/figure/The-Eurasian-and-African-World-System-in-the-13-th-and-14-th-centuries_fig4_233244811
- Richardson, J., Guedes, A. M., Gorce, X. d., Salvy, A.-F. d., & Holthus, P. (december de 2012). *The Fractured Ocean. Current Challenges to Maritime Policy in the Wider Atlantic*. Brussels: GMF & OCP Foundation.

- Rodrigue, J.-P. (2004). Straits, Passages and Chokepoints. *A Maritime Geostrategy of Petroleum Distribution*. Cahiers de Géographie du Québec, 48(135), 357-374.
- Said, E. W. (2003). *Orientalism*. London: Penguin Books.
- Santos, E. E. (maio de 2009). *A geopolítica do Médio Oriente*. Revista Militar(2488). SBS. (27 de março de 2018). Retirado de SBS News: <https://www.sbs.com.au/news/which-nine-countries-have-nuclear-weapons>
- Sorkhabi, R. (2010). *Why so much oil in the Middle East?* Geo Ex Pro.
- Tibi, B. (1998). *Conflict and War in the Middle East*. From Interstate War to New Security (2ª ed.). London: Macmillan Press Ltd.
- UNESCO. (2012). *The Neolithic Site of Çatalhöyük - UNESCO World Heritage Centre*. Paris. Retirado de <https://whc.unesco.org/uploads/nominations/1405.pdf>
- Varble, D. (2003). *The Suez Crisis 1956* (1ª ed.). Oxford: Osprey Publishing.
- Weinryb, B. (abril de 1952). *Middle Eastern Agriculture in the Inter-War Years*. Agricultural History Society, Vol. 26.
- Wikipedia. (19 de março de 2012). Retirado de Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rota_da_Seda#/media/File:Silk_Road-pt.svg
- Worldometers. (28 de dezembro de 2018). *Population*. Retirado de <http://www.worldometers.info/population/world/>

2. O CONFLITO NA SÍRIA E IRAQUE: DINÂMICAS ESTRUTURAIS E DE COMPLEXIDADE

Jorge Miguel Sanches e Silva
Major de Cavalaria da GNR

Flávio Luiz Lopes Prazeres
Major do Exército Brasileiro

Paulo Alexandre Martins Cardoso Soares
Major de Infantaria do Exército

2.1. INTRODUÇÃO

Na sequência do tema apresentado, “*o conflito na Síria e Iraque: dinâmicas estruturais e de complexidade*”, não podemos desde já deixar de começar por clarificar os objetivos e as questões derivadas, para procurarmos o fio condutor do trabalho e assim, as respostas.

O objetivo central atribuído foi analisar a evolução recente do conflito, atores estatais e não estatais, e as suas implicações para a segurança local, regional e internacional.

Para definir o problema de investigação, adotamos um raciocínio indutivo, sendo delineada uma estratégia de investigação qualitativa, procurando-se corresponder a um objetivo geral e a três objetivos específicos, que, por sua vez, nos conduzem à determinação de uma questão central e a três questões derivadas.

Objetivo Geral: Analisar o conflito na Síria e Iraque: dinâmicas estruturais e de complexidade;

OE1: Analisar os atores estatais no conflito na Síria e Iraque;

OE2: Analisar os atores não estatais no conflito na Síria e Iraque;

OE3: Analisar as dinâmicas no conflito na Síria e Iraque.

2.2. ANÁLISE DIME

Consideramos pertinente, depois de definido o fio condutor que nos guiará ao longo do trabalho apresentar uma prévia análise DIME dos países em estudo e uma síntese das suas relações.

2.2.1. Análise DIME da República Árabe da Síria

A República Árabe da Síria, define a sua política como uma república presidencial e um regime altamente autoritário. O seu presidente é Bashar al-ASAD, desde o dia 17 de julho de 2000.

Em março de 2011 iniciam-se na Síria os protestos pró-democracia que

levaram o país para um conflito sem precedentes. Os manifestantes pretendiam que Bashar al-Assad terminasse as suas práticas autoritárias. No entanto, o governo sírio reprimiu os manifestantes de forma violenta. Estes atos levaram a que em 2011 se desse início à formação das milícias de oposição. Em 2012, a Síria passa a ter instalada uma guerra Civil (Britannica, 2018).

A capital do país é a cidade de Damasco (Figura 22). O seu território faz fronteira com o Líbano e o Mar Mediterrâneo a oeste; a Turquia ao norte; o Iraque a leste; a Jordânia ao sul e Israel ao sudoeste. Trata-se de um país de planícies férteis, altas montanhas e desertos, lar de diversos grupos étnicos e religiosos, inclusive árabes, gregos, armênios, assírios, curdos, circassianos, mandeus e turcos. Os grupos religiosos incluem sunitas, cristãos, alauítas, drusos, mandeus e iazidis. Os árabes sunitas formam o maior grupo populacional do país.



Figura 22 – Mapa da República Árabe da Síria.
Fonte: CIA (2018).

A população constitui-se maioritariamente como sunita e a liderança xiita. Os árabes sunitas representam 59–60% da população, a maioria dos curdos (9%) e turcomanos (3%) é também sunita, enquanto 13% são xiitas (alauítas, duodecimanos e ismaelitas combinados), 10% são cristãos e 3% drusos (CIA, 2018).

A família do presidente Bashar al-Assad é alauíta, grupo que domina o governo e ocupa os principais cargos militares.

Quanto à economia, esta revela-se fragilizada perante o conflito em curso, sendo que 40% das receitas de exportação derivam do petróleo. Em 2015, a

economia síria dependia de fontes de receita inerentemente incertas, devido à drástica diminuição da arrecadação devido à guerra civil. Desde o início do conflito, a economia síria contraiu-se em aproximadamente 60% e a libra síria perdeu 80% do seu valor, tornando-se a economia do país estatizada e de guerra. No início da guerra civil, o país era classificado pelo Banco Mundial como um país de renda “média-baixa” (CIA, 2018).

A Síria mantém-se dependente dos setores petrolífero e agrícola. Expedições marítimas comprovaram que existem grandes reservas de petróleo no fundo do mar Mediterrâneo, entre a Síria e o Chipre. O setor agrícola contribui com cerca de 20% do produto interno bruto (PIB) e 17% do mercado de trabalho. No entanto, as reservas de petróleo deverão diminuir nos próximos anos e a Síria já se tornou um importador líquido deste recurso. O governo depende cada vez mais de crédito proveniente de países como a Rússia e China (CIA, 2018).

Entre os problemas económicos de longo prazo, estão as barreiras ao comércio exterior, o declínio da produção de petróleo, o elevado desemprego, o aumento dos défices orçamentais e da pressão sobre o abastecimento de água, causada pelo excessivo uso hídrico na agricultura, o rápido crescimento populacional, a expansão industrial e a poluição da água. A taxa de desemprego situa-se nos 50% (CIA, 2018).

Os principais produtos de exportação da Síria são o petróleo bruto, minerais, produtos petrolíferos, frutas e legumes, fibra de algodão, têxteis, vestuário, carne e animais vivos, e trigo. A maior parte das importações sírias são máquinas e equipamentos de transporte, máquinas de energia elétrica, alimentos e pecuária, metal e produtos de metal, produtos químicos e plásticos, fios e papel. O lucro das exportações de petróleo, bem como as remessas de trabalhadores sírios que vivem no exterior, são as fontes de receitas mais importantes do governo (CIA, 2018).

A instabilidade política representa uma ameaça significativa para o desenvolvimento económico futuro. O investimento estrangeiro é limitado pela violência implantada, restrições do governo, sanções económicas e isolamento internacional. A economia local também continua a ser prejudicada pela burocracia estatal, pela queda na produção de petróleo, pelo aumento dos défices orçamentais e pela inflação (CIA, 2018).

2.2.2. Análise DIME da República do Iraque

A República do Iraque, define a sua política como uma república parlamentar federal. O seu presidente é Barham SALIH, desde 2 de outubro de 2018.

Outrora parte do Império Otomano, o Iraque foi ocupado pelo Reino

Unido durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1920, foi declarado o mandato da Liga das Nações sob administração do Reino Unido. Ao longo dos doze anos seguintes, o Iraque alcançou sua independência como reino em 1932, sendo a “república” proclamada em 1958, mas na realidade uma série de homens fortes governou o país até 2003. O último dos quais foi Saddam Hussein, no período decorrente entre 1979 a 2003.

Em agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait, mas foi expulso pelas forças de coligação da Organização das Nações Unidas (ONU) durante a Guerra do Golfo no início do ano de 91. Após a libertação do Kuwait, o Conselho de Segurança da ONU exigiu que o Iraque se desfizesse de todas as armas de destruição massiva, mísseis de longo alcance e permitisse inspeções de verificação da ONU. O incumprimento continuado do Iraque com as resoluções do CSNU durante um período de 12 anos levou à invasão do Iraque liderada pelos Estados Unidos da América (EUA), em Março de 2003 e à expulsão do regime do Saddam Hussein. As forças dos EUA permaneceram no Iraque sob mandato do Conselho de Segurança da ONU até 2009 e sob um acordo de segurança bilateral, ajudando a garantir a segurança e a treinar e orientar as forças de segurança iraquianas (CIA, 2018).

Em outubro de 2005, os iraquianos aprovaram uma constituição num referendo nacional e, de acordo com este documento, elegeram um Conselho de Representantes (COR) de 275 membros. O COR aprovou a maioria dos ministros em maio de 2006, marcando a transição do governo do Iraque.

Entre janeiro de 2009 e abril de 2013, o Iraque realizou eleições para conselhos provinciais em todas as províncias, exceto as três que compõem o Governo Regional do Curdistão e a província de Kirkuk. O Iraque realizou uma eleição legislativa nacional em março de 2010, escolhendo 325 legisladores num COR expandido e, após nove meses de impasse, o COR aprovou o novo governo em dezembro de 2010. Em abril de 2014, o Iraque realizou eleições legislativas nacionais e expandiu o COR para 328 legisladores. O primeiro-ministro Nuri al-MALIKI abandonou sua candidatura a um terceiro mandato, permitindo que o novo primeiro-ministro Haydar al-ABADI, um muçulmano xiita de Bagdad, ganhasse aprovação legislativa do seu novo gabinete, em setembro de 2014.

Desde 2014, o Iraque tem se envolvido numa campanha militar contra o Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) para recapturar territórios perdidos na zona oeste e norte do país. Em 2017, as forças iraquianas completaram as operações para retomar Mosul e expulsaram o ISIS das suas outras cidades no Iraque. No final de 2017, em resposta a um referendo do Governo Regional do Curdistão (KRG), as forças iraquianas assumiram o controlo dos territórios disputados no centro e norte do Iraque, que antes eram ocupados e governados por forças curdas. Em

dezembro de 2017, Abadi declarou publicamente a vitória contra o ISIS.

A República do Iraque (Figura 23), situa-se no Oriente Médio, na fronteira com o Golfo Pérsico, entre o Irão e o Kuwait, e tem ainda fronteiras com Jordânia, Arábia Saudita, Síria e Turquia. A sua capital é a cidade de Bagdad. O seu país é constituído principalmente por planícies longas, pântanos irrigados ao longo da fronteira iraniana no Sul com grandes áreas alagadas e montanhas ao longo das fronteiras com o Irão e Turquia. Os seus principais recursos naturais são petróleo, gás natural, fosfatos e enxofre.



Figura 23 – Mapa da República do Iraque.

Fonte: CIA (2018).

A população, estimada em cerca de mais de 40 mil milhões em julho de 2018, concentra-se nas zonas norte, centro e leste do país, com muitos dos maiores aglomerados urbanos situados ao longo dos rios Tigre e Eufrates. As áreas mais ocidentais e meridionais são pouco povoadas ou desabitadas.

Atualmente o Iraque encontra-se dividido religiosamente entre xiitas (60% a 65%), sunitas (30% a 32%) e cristãos ou outros (3%); e territorialmente em três grandes regiões ocupadas pelos xiitas (55%), sunitas (24%) e curdos (21%). Existem ainda, entre outras, as minorias Assírias, Turcas, Persas, Kawliyas, Arménias, Mandeanas, Shabakis e Circassianas (Sawe, Largest Ethnic Group in Iraq, 2018) que não vão ser tidas em consideração para o estudo de atores

não estatais internos devido à sua atual insignificante influência no rumo dos acontecimentos no Iraque.

O crescimento do PIB do Iraque desacelerou para 1,1% em 2017, um declínio acentuado em comparação com os dois anos anteriores, uma vez que o consumo interno e o investimento caíram devido à violência civil e a um mercado de petróleo mais lento. O governo iraquiano recebeu a terceira parcela do financiamento do Acordo Stand-By de 2016 (SBA) com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em agosto de 2017, que visa estabilizar suas finanças incentivando a melhoria da gestão fiscal, a reforma econômica necessária e a redução de gastos. Além disso, no final de 2017, o Iraque recebeu ainda mais de US \$1,4 bilhão em financiamento de credores internacionais, parte do qual foi gerado com a emissão de um bônus de US \$1 bilhão para a reconstrução e reabilitação em áreas reconquistadas ao ISIS. O investimento e a diversificação do setor chave são componentes cruciais para o desenvolvimento econômico de longo prazo no Iraque e exigem um clima de negócios fortalecido com supervisão legal e regulatória aprimorada para reforçar o envolvimento do setor privado. O padrão geral de vida depende dos preços globais do petróleo, da aprovação do governo central das principais reformas políticas, de um ambiente estável de segurança pós-ISIS e da resolução da discórdia civil com o KRG.

A economia do país, em grande parte estatal, é dominada pelo setor do petróleo, que fornece cerca de 85% da receita do governo, 80% dos ganhos em divisas e é um dos principais determinantes do destino da economia. Os contratos do Iraque com grandes empresas petrolíferas multinacionais têm potencial para expandir ainda mais as exportações e as receitas associadas ao petróleo, mas o Iraque precisará realizar atualizações significativas nos processos dos recursos do petróleo, oleodutos e infraestruturas de exportação para permitir que esses acordos atinjam seu máximo potencial econômico.

Em 2017, as exportações de petróleo iraquiano dos campos do norte foram interrompidas após um referendo do KRG que resultou numa reafirmação do governo iraquiano no controle federal sobre os campos de petróleo em disputa e infra-estrutura de energia em Kirkuk. O governo iraquiano e o KRG contestam o papel das autoridades federais e regionais no desenvolvimento e exportação de recursos naturais.

O Iraque tem um progresso lento na promulgação de leis e no desenvolvimento das instituições necessárias para implementar uma política econômica, e ainda são necessárias reformas políticas para acalmar as preocupações dos investidores em relação ao clima de incerteza dos negócios. O governo do Iraque está desejoso para atrair investimentos diretos estrangeiros adicionais,

mas enfrenta uma série de obstáculos, incluindo um sistema político ténue e preocupações com segurança e estabilidade social. A corrupção desenfreada, infraestruturas desatualizadas, serviços essenciais insuficientes, escassez de mão-de-obra qualificada e leis comerciais antiquadas sufocam o investimento e continuam a restringir o crescimento de setores privados e não-petrolíferos. No entanto, os líderes iraquianos continuam com grande dificuldade de traduzir os ganhos macroeconómicos num melhor padrão de vida para a população iraquiana. O desemprego continua um problema generalizado em todo o país, registando em 2016, cerca de 16% da população. O excesso de regulamentação tornou difícil para os cidadãos iraquianos e investidores estrangeiros iniciar novos negócios. A corrupção e a falta de reformas económicas, como a reestruturação de bancos e o desenvolvimento do setor privado, inibem o crescimento do setor privado.

2.2.3. Considerações sobre as relações entre os dois países

Quanto às relações entre a Síria e o Iraque, podemos afirmar que após o colapso do Império Otomano e a formação dos estados modernos da Síria e do Iraque, foram feitos esforços para unir ambos num único país. No entanto, quando a Síria e o Iraque eram governados pelo Partido Baath, a desconfiança entre os regimes rivais baathistas e as acusações de interferência nos assuntos internos de cada um, construíram mais de três décadas de relações hostis.

Durante este período, a Síria rompeu relações diplomáticas com o Iraque e mais tarde juntou-se à coligação anti-Saddam Hussein. Após o colapso do regime de Saddam, as relações entre os dois países assistiram a desenvolvimentos notáveis bastante positivos, nomeadamente a visitas mútuas de delegações de alto nível e à retoma das relações diplomáticas entre os dois países, que em 2006 levaram a uma série de acordos de cooperação económica.

Apesar de o Iraque e a Síria se encontrarem em pleno Médio Oriente e de possuírem uma fronteira física com o Líbano, Israel, Koweit, Arábia Saudita, Jordânia, Turquia e Irão, apenas iremos considerar os atores estatais relevantes e que positivamente ou negativamente têm implicações no contexto, que são: a Turquia, a Arábia Saudita e o Irão. A sua caracterização será feita segundo a Política, Geografia, Religião, Economia e Grupos Terroristas.

Turquia – País com uma democracia iliberal, constituída maioritariamente por muçulmanos sunita e com um estado laico com forte influência da religião. Etnicamente divide-se entre Turcos (70 a 75%), Curdos (19%) e outras minorias (7 a 12%). Situa-se entre a Europa e a Ásia. Apesar do setor dos serviços estar a crescer o seu grande pilar económico é a agricultura. Os grupos terroristas a atuar no seu território são: ISIS, Revolutionary People's Liberation Party/Front (DHKP/C), al-

Nusra Front, al-Qaeda (AQ) e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK). A Turquia mantém uma disputa antiga com a Grécia e mais recentemente entrou num conflito armado com Iraque por ter executado um ataque aéreo contra o PKK dentro do território iraquiano (Geneva Academy, 2018) (CIA, 2018) (Mota, 2017).

Arábia Saudita – País com uma monarquia autocrática e “teocrática”, constituída maioritariamente por muçulmanos sunitas salafistas. Etnicamente divide-se entre Árabes (90%) e Afro-asiáticos (10%). É uma das maiores reservas de petróleo, com mais de 50% das reservas mundiais e a sexta maior reserva de gás natural. Os grupos terroristas a atuar no seu território são: AQ, al-Qaeda na península arábica (AQPA) e o ISIS-Arábia Saudita (CIA, 2018).

Irão – É uma república autocrática e teocrática constituída na sua maioria por muçulmanos xiitas. Divide-se etnicamente entre Persas, Azeris, Curdos, Lur, Baloc, Árabes, Turcomenos e Turcos. Detém algumas reservas de petróleo e de gás natural, no entanto não garante a auto-suficiência. Os grupos terroristas a atuar no seu território são a Jaysh al Adl, a AQ e o PKK. O Irão tem protestado contra o Afeganistão sobre as barragens dos afluentes do rio Helmand; tem disputado as suas fronteiras marítimas com o Iraque no Golfo Pérsico; tem uma disputa com os Emirados Árabes Unidos pelas ilhas Tunb e a ilha Abu Musa; e não concorda com a divisão do Mar Cáspio efetuada entre o Azerbaijão, o Cazaquistão e a Rússia por entender ter direito a um quinto do mar (CIA, 2018).

2.3. ATORES ESTATAIS

Neste capítulo abordam-se os atores estatais com relevância nos conflitos da Síria e do Iraque. Para uma melhor compreensão dos mesmos realiza-se uma abordagem paralela dos dois estados, a Síria e o Iraque.

Assim, na situação geopolítica da Síria, encontram-se as grandes peças do xadrez internacional. Neste contexto, a Rússia e os EUA enfrentam-se, o Irão e Israel medem forças. Mais além, percebemos que da França à Arábia Saudita, da China à Turquia, passando pelo Reino Unido, os estados projetam poder, no entanto, não solucionam de forma absoluta a equação proposta para este intrigante conflito. A comunidade internacional ainda não encontrou os caminhos corretos nesta sequência de incertezas (Lima, 2015, p. 36).

Desta forma, a falta efetiva de ação da comunidade internacional, neste caso, representada pelos atores estatais diretamente envolvidos e, sobretudo a ONU, pode gerar consequências aos diferentes níveis no próprio enlace estratégico sírio e de uma forma global.

No caso iraquiano, a atuação aparenta ser menos complexa, o que não significa ser de fácil resolução, portanto, de igual relevância. Os atores são

praticamente os mesmos e disputam a influência regional. A Rússia e os EUA, a Arábia Saudita e o Irão, a Turquia e a Europa, por meio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), desempenham papel de destacada importância neste incerto cenário de conflito de interesses.

Como primeiro ator de relevância na Guerra da Síria, encontra-se o próprio Estado sírio, sob o uso da força do seu Presidente Bashar al-Assad. Presidente do Estado sírio desde 2000, após a morte do seu pai, general Hafez al-Assad, que impunha uma ditadura desde 1971. De etnia alawita, Bashar al-Assad sempre privilegiou para os seus altos cargos, os líderes da sua mesma etnia, o que gerou uma oposição sunita ao seu governo (Mariwala, 2014).

Ao manter um governo liderado por uma reduzida elite, que desfrutava de uma vida de luxúria, num país de evidentes desigualdades sociais, o Estado sírio, na pessoa do seu Presidente, atraiu a revolta do povo durante os eventos da Primavera Árabe, o que culminou com o atual conflito no seu território e que já perdura há oito anos (Khan & Khan, 2017, p. 591).

A sua principal aspiração neste conflito é o restabelecimento da ordem vigente sob seu controlo no País e retomar seu desenvolvimento. O País tem um papel fundamental no âmbito regional como um grande centro comercial económico e de equilíbrio entre os Estados árabes no Médio Oriente.

Por sua vez, o Estado Iraquiano procura a sua reconstrução após o desfecho da Guerra iniciada em 2003. O novo governo, de etnia xiita, procura apoio, principalmente, económico para a retoma da prosperidade do país. A capacidade militar é constituída por forças da coligação dos EUA e de países como França, Irão e Turquia, e com isso o Iraque tem demonstrado capacidade para combater o ISIS, reavendo territórios e estabelecendo a segurança nacional (HRW, 2018).

Na Síria, a Rússia encontra-se como um dos principais aliados do Regime de Bashar al-Assad, desenvolvendo uma relação histórica de aliança comercial e bélica, que passa por rentáveis transações de produtos até a instalação de uma base militar russa no porto de Tartus, na Síria nos anos 1970 (Tomás, A Guerra na Síria, 2014, p. 16).

Assim, os russos, para a manutenção desta rentável aliança desejam que Bashar al-Assad não seja destituído do seu cargo. Com isso, poderiam manter a sua influência regional, contrabalançando com a influência norte-americana já existente, para além de projetar poder e assegurar o curso de uma nova ordem mundial multipolar, em que a Rússia, teria especial influência global (Cepurītis, 2016, p. 137).

No Iraque, o interesse russo é refletido de forma económica essencialmente, sendo que estes fornecem material militar às forças iraquianas e investem em

importantes setores das infraestruturas de reconstrução do país. Procurando um equilíbrio com as forças dos Estados Unidos no Médio Oriente, tornando o mundo cada vez mais multipolar (Sallem, 2013, pp. 7-9).

Por sua vez, os EUA são um grande *player* no complexo tabuleiro de interesses sírio. Os norte-americanos possuem objetivos bem claros ao apoiar forças que sejam capazes de derrubar o regime de Bashar al-Assad. Dentre estes objetivos estão a não redução da sua influência no Médio Oriente, que com a vitória de Assad teria que ser dividida com a Rússia, maior estado apoiante do ditador sírio. Outro objetivo estratégico é o apoio à securitização de Israel, aliado internacional e fundamental para a projeção norte-americana na região (Vicent, Alves, & Boto, 2014, p. 28).

Em solo iraquiano, os Estados Unidos possuem tropas que combatem o ISIS e prestam apoio técnico-profissional às forças de segurança iraquianas. A cooperação é partilhada por tropas da NATO, que visam treinar e capacitar militares iraquianos para o fortalecimento das suas ações de reorganização do país (NATO, 2018).

A Europa, neste caso representada especialmente, pela França e Reino Unido atuam no conflito sírio de forma bastante específica. Inicialmente, no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, tentando impor sanções à Síria e, com isso, forçar uma derrota a Bashar al-Assad, o que alinharia às suas perspectivas democráticas ocidentais (Majid, 2014).

Além disso, juntamente com os EUA, estes países executaram bombardeamentos contra múltiplos alvos do governo sírio, em retaliação ao uso destas armas por parte das Forças sírias (BBC, 2018).

A China, como importante ator global, também exerce influência na Guerra da Síria, apoiando a mudança do regime de Assad somente em caso de manifestação popular, e que retirá-lo do poder poderia significar uma maior instabilidade regional, podendo alastrar a crise para outros países vizinhos (Cepuritis, 2016, p. 142). Para isso, atua no Conselho de Segurança da ONU para impedir qualquer sanção contra o regime sírio, seguindo o voto russo de proteção a Bashar al-Assad e com isso tenta reduzir a influência ocidental na região (Guardian, 2011).

A nova rota da seda chinesa, que passa pelo Iraque, é um dos grandes motivos de interesses dos asiáticos neste país. Esta rota constitui-se numa grande malha de infraestruturas que permitirá à China investir nos países desta região, especialmente no Iraque, pela sua capacidade energética e simultaneamente a necessidade de reconstrução, ainda assim, marcando a sua presença de forma bastante peculiar no Médio Oriente (Economist, 2016).

Outro relevante ator nesta complexa malha de interesses é o estado

de Israel, que se apresenta como o único país democrático liberal do Médio Oriente, mas que contudo, não julga os ideais democráticos fortes o suficiente para se perpetuar no seu âmbito regional. Naturalmente, os israelitas percebem que a queda da ditadura síria traz a esperança de um regime liberal regional, mas que no entanto, irá reduzir a influência do seu principal aliado mundial, os EUA, o que coloca Israel numa singular posição de expectativa quanto ao desfecho deste conflito (Lima, 2015, p. 59).

No caso iraquiano, Israel ocupa uma igual posição de espera, muito embora não estabeleça fronteiras com esse país, a guerra no Iraque interessa aos israelitas pelo fato de ser mais um campo para o fortalecimento da projeção do Irão no Médio Oriente. Isto passa, inevitavelmente, pela aspiração iraniana na aquisição de armas nucleares, o seu apoio ao Hezbollah, inimigo de Israel, levando a uma maior influência dos persas no âmbito regional (Eileen Babbitt, 2017).

A Turquia encontra-se no conflito da Síria numa posição bastante peculiar, sendo que as suas ações decorrem em coerência com as implicações que as guerras produzem no seu território, quer seja pela crise de refugiados, movimentos de terroristas ou, principalmente, pelos curdos que desejam a independência, fragmentando o estado. Desta forma, a neutralidade não é opção para este importante ator regional, que age com pró-ativismo e re-ativismo desde o início da guerra civil (Kudors, 2016, p. 13). Para isso, desenvolve ações em território sírio para combater o ISIS e o PKK, garantindo o apoio a Bashar al-Assad e combatendo os curdos separatistas do Norte do seu território (CNN, 2018).

No caso do Iraque, os turcos têm dois interesses bastante evidentes. O primeiro é a cooperação na reconstrução da infraestrutura iraquiana, onde empresas turcas atuam de forma decisiva para o ressurgimento do Iraque. O segundo ponto é a luta contra os curdos, que atuam em ações terroristas, destabilizando a formação do governo iraquiano e com isso encaminhando a sua independência. Desta forma, a Turquia teme que esta postura venha a ter um efeito colateral e os curdos alcancem a sua independência do Estado turco (Turunc, 2011).

Cabe destacar, que o Irão tem papel de grande relevância no xadrez sírio:

Na Síria, o Irão, [...], colabora com Damasco no conflito contra as forças rebeldes. Na perspectiva de Teerã, a manutenção de Assad no poder é essencial para sua estratégia no Oriente Médio, que consiste prioritariamente na contensão dos Estados Unidos e na disputa com a Arábia Saudita, além do confronto com Israel, não necessariamente direto, mas por meio de apoio a grupos como Hamas e Hezbollah. Nessa óptica, a Síria de Assad aparece

como uma peça-chave para os iranianos, pois o presidente sírio representa um bastião contra o fundamentalismo sunita no país, além de contribuir para evitar o isolamento do Irã no mundo árabe. (Fujii, 2015, p. 10)

Por sua vez, no Iraque, o Irão mantém uma ajuda financeira bastante expressiva, com o intuito de auxiliar o país vizinho e agora aliado, em especial, ao seu governo xiita, para o combate ao ISIS. Dessa forma, é capaz de além de manter a liderança xiita regional, estabilizar as suas fronteiras com os iraquianos, podendo no futuro conquistar vantagem geopolítica (Times, 2015).

A Arábia Saudita, na Síria, realiza apoio aos rebeldes que lutam contra o governo de Bashar al-Assad. Com isso, disputa o protagonismo contra seu rival, o Irão, visando aumentar seu arco de influência regional e afirmando-se com a liderança sunita no Médio Oriente. Como parte da complexidade nos conflitos do Médio Oriente, a Arábia Saudita atua juntamente com os Estados Unidos para apoiar o regime iraquiano, lutando contra o ISIS, o que colabora para realização de um obstáculo à influência do Irão nesta perspectiva (Ignatiev, 2017).

Desta forma, na rede de disputas por influência no Médio Oriente, a Arábia Saudita e o Irão, são dois países que possuem as maiores fronteiras com o Iraque, enfrentam inimigos opostos no teatro sírio, lutando em lados distintos e combatem o mesmo inimigo em solo iraquiano, o que demonstra a complexidade de atuação dos principais “*players*” regionais em torno destas guerras.

Neste contexto, cabe destacar, que a Arábia Saudita reatou as relações diplomáticas com o Iraque e visa, de forma bastante clara, fortalecer o Estado Iraquiano e, com isso, afastar a influência do Irão na região (Group, 2018).

Por fim, pode-se concluir que os atores estatais adotam posturas que se confrontam numa busca de um equilíbrio de poder e de choque indireto de forças. Tudo isso para potencializar a influência no Médio Oriente, através de disputas, que utilizam o espaço sírio e iraquiano como grande teatro de atuação.

2.4. IMPLICAÇÕES DOS ATORES ESTATAIS PARA A SEGURANÇA

2.4.1. Ao nível local

Ao nível local as ações dos atores estatais poderão gerar significativas consequências para a Síria e o Iraque.

Inicialmente na Síria, as ações dos estados representam um choque de interesses globais. A confrontação dos EUA e Rússia, do Irão e da Arábia Saudita, neste terreno, torna-o ainda mais constante e a solução para guerra um tanto mais distante. O cenário surge assim rodeado de uma enorme incerteza, pois com a

manutenção de Bashar al-Assad no poder, evoca a permanência da influência russa e iraniana no país e com a manutenção destes aliados. Consequentemente levará à manutenção do *status quo* onde os alawitas continuariam controlando o Estado e o Partido Baath manteria a sua hegemonia local.

Por outro lado, com a derrota de Assad, o desafio não será menor. A reconstrução do país também será instável e complexa, resultando naturalmente que a nível local, a Síria não se assumirá como fortalecida num período de curto ou médio prazo (Soares, 2018).

Face aos argumentos citados, suporta uma menor influência norte americana no país, o que já ocorre. Além disso, a Arábia Saudita perde a oportunidade de projeção neste território, o que demandaria a retoma de tal influência noutros cenários do Médio Oriente.

No caso iraquiano, a ação dos atores permite que internamente exista uma convergência para o fortalecimento do governo estabelecido, no entanto, pode levar algum tempo para a sua consolidação. A nível local, o ISIS tem reduzido, significativamente, as suas ações, o que fortalece a premissa anterior e caracteriza a intenção da coligação de atores estatais neste conflito. Há uma vulnerabilidade em grupos que não se sentem prestigiados nesta reconstrução, podendo gerar alguma instabilidade interna neste processo (Hoff, 2017, p. 4).

2.4.2. Ao nível regional

Ao nível regional as ações dos atores estatais não são muito diferentes.

O Médio Oriente desde o final da Segunda Guerra Mundial é palco de frequentes disputas de poder, sobretudo entre o Irão e a Arábia Saudita, outros atores como Síria, Iraque e Israel aparecem, no entanto, com menos robustez que os anteriores. Além disso, os Estados “ricos” em petróleo, recebem um forte apoio militar e político, em especial, dos EUA e Rússia, o que representa a tentativa de dominar a região por atores estatais com interesses diversos (Frederic Wehrey, 2010, p. 18).

No caso sírio, pode-se perceber que a disputa entre russos e americanos por uma constante influência irá permanecer de forma bastante evidente, independentemente, da manutenção de Assad ou não. A aliança síria com a Rússia e a proximidade de Israel serão capazes de alongar esta contenda (Kofman, 2016).

No Iraque, a influência norte-americana tende a diminuir com a retirada total das tropas, o que pode abrir caminho para uma maior influência russa e do Irão (Frederic Wehrey, 2010, p. 50). Ou seja, o tabuleiro do Médio Oriente será mais um cenário de disputas entre atores estatais que hoje promovem estes conflitos regionais. Além disso, a influência económica chinesa, com a imposição da “nova

rota da seda” irá contribuir para a ingerência deste no Médio Oriente.

O Irão e a Arábia Saudita tendem a continuar a sua disputa de liderança regional, travando um conflito paralelo como o dos russos e norte-americano. No entanto, num nível de proximidade fronteira real e efetivo.

Síria e Iraque — que no passado foram ícones do nacionalismo no mundo árabe — podem vir a perder a capacidade de se reconstituírem como Estados vestfalianos unificados. À medida que as facções em guerra buscam apoio de comunidades afiliadas pela região e para além dela, sua luta expõe ao risco a coerência de todos os países vizinhos. Se múltiplos Estados contíguos no coração do mundo árabe se mostram incapazes de estabelecer formas legítimas de governos e um controle efetivo de seus territórios, a disposição territorial do Oriente Médio fixada no período após a Primeira Guerra Mundial terá chegado a uma fase terminal. (Kissinger, 2015, p. 90)

Neste contexto, a Arábia Saudita e o Irão continuarão o confronto pela hegemonia regional, envolvendo os sistemas de governo e, especialmente, o vetor religioso, que para os dois atores e para toda a região são de total relevância. Isso tudo sem descorarmos a vontade e capacidade do Irão no desenvolvimento do armamento nuclear, o que pode gerar na Arábia Saudita a procura desta tecnologia, e que a nível regional e, em última instância, mundial não seria bem aceite (Kissinger, 2015, p. 89).

A Turquia tem recebido mais de 3 milhões dos 5 milhões de refugiados sírios, e isso representa um grande peso social para o país que tende a continuar a continuar a sua interferência e projeção na região para diminuir os impactos deste conflito no seu próprio território (Amnesty, 2018, p. 65). Esta influência no Iraque deverá ser mantida pelo fato dos curdos iraquianos ameaçarem a integridade territorial turca. Com isto, a Turquia demonstra a disposição de combatê-los, efetivamente com tropas, até que não apresentem maior ameaça ao seu Estado (Euronews, 2018).

2.4.3. Ao nível internacional

Ao nível internacional as ações dos atores estatais permanecerão em terreno fértil no espaço global, entendendo-se que o Médio Oriente é apenas uma porção desta complexa rede de disputa internacional entre poderosas nações pela hegemonia mundial num mundo essencialmente multipolar. “A Ordem Mundial [...] oscila de acordo com o elemento que adquire preponderância. Os conflitos refletem esses elementos. [...] de acordo com interesses estatais [...] os conflitos se materializam sendo esses interesses responsáveis por influenciar a conceção de Ordem Mundial” (Sampaio, 2016).

As *Proxy War* tendem a ser frequentes pelo fato dos países disputarem poder e a influência em diversos cenários mundiais, o que representa uma dualidade estendida para todo espaço mundial. Ou seja, um conflito no Médio Oriente pode gerar disputas na África ou no próprio território europeu.

2.5. ATORES NÃO ESTATAIS

Neste capítulo aborda-se os atores não estatais com relevância nos conflitos da Síria e do Iraque. Para uma melhor compreensão dos mesmos subdivide-se este subcapítulo em: Atores não estatais internos na Síria; Atores não estatais internos no Iraque; e Atores não estatais externos na Síria e no Iraque.

2.5.1. Atores não estatais internos na Síria

Existem vários grupos terroristas a executar ações dentro da Síria, contudo, devido à capacidade, ideologia, intenção e ligações dos mesmos, vamos falar do *Hay'at Tahrir al-Sham* da Síria, dos Curdos da Síria e de Outros grupos de oposição na Síria.

Hay'at Tahrir al-Sham (HTS) – Surge em 2017 após a junção ao *Jabhat Fateh al-Sham*, segundo maior grupo insurgente na Síria depois do ISIS, de vários grupos como *Harakat Nour al-Din al-Zinki*, *Liwa al-Haq*, *Jaysh al-Sunna* e *Jabhat Ansar al-Din*. Este grupo é ainda conhecido como *Jabhat Fateh al-Sham*, por ser o maior grupo que o constitui, assim como, entre outros, por al-Nusrah Front. (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017) (Newlee, 2018) (Counter Extremist Project, 2018).

Este grupo era filial da AQ na Síria mas o seu líder, *Abu Mohammad al-Jolani*, fez questão de afirmar que o HTS é um grupo independente e com interesses próprios, contudo esta não ligação à AQ não está confirmada (Counter Extremist Project, 2018) (Newlee, 2018) (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Este grupo sunita pretende criar um emirado islâmico e, eventualmente, um califado governado pela lei da sharia, apesar do seu líder também já ter afirmado ser um movimento jihadista sírio, e não global, com a intenção de derrubar o regime de *Assad* (Counter Extremist Project, 2018) (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Tem ainda a intenção de expulsar o ocidente do Médio Oriente assim como realizar ataques na América do Norte (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Controla áreas no noroeste da Síria na província de Idlib e possui uma capacidade militar entre 5.000 e 10.000 combatentes. Poderá ser vista para as nações do Golfo e Turquia como um potencial representante na vitória ao regime (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Coopera com outros grupos da oposição, tem utilizado uma retórica moderada com o intuito de ser facilmente aceite pelo povo sírio e tem-se oposto às negociações internacionais (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Outros Grupos Opositores da Síria – A oposição síria compreende um vasto conjunto de grupos, diferentes do ISIS e do *Jabhat Fateh al-Sham*, que de forma ativa efetuam alianças de forma fluida e ao nível regional. A ideologia dos diversos grupos é variada, entre “democratas relativamente seculares, nacionalistas curdos” e “radicais sunitas de linha dura” e muitos deles sofreram das políticas económicas desequilibradas e capitalistas do regime (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

A rede de grupos na Síria é: O *Free Syrian Army* (FSA), conhecido por ser a menos influente; O *Islamist Ahrar al-Sham* e a coligação curda-árabe-cristã, conhecida por *Syrian Democratic Forces* (SDF) são as mais poderosas (o primeiro integra alguns afiliados do FSA); e a *Southern Front coalition*. Esta rede de grupos tem a intenção de derrubar o governo de Assad e poderá ter aspirações à integração de um governo depois do conflito. No entanto, não é consensual o sistema de governo a criar no futuro (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Dependendo da sua posição, mais moderada ou radical, os grupos vão procurando apoios do exterior (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

O seu fraco sucesso no campo de batalha poderá fazer com que os mesmos grupos, no futuro, aceitem entrar em negociações, mesmo que do antecedente tenham defendido a deposição de Assad (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Curdos da Síria – Este grupo, constituído por cerca de 12% da população da Síria, é um grupo étnico distinto que se situa no Norte do país. Dividem-se entre o Cantão de Afrin, Cantão de Cizne e o Cantão de Kobanî, que em conjunto formam a região de Rojava. Apesar de os Cantões não serem contíguos a intenção dos Curdos é de os juntar (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Esta etnia tem sido abusada, deslocada e marginalizada por parte do governo, neste momento estão sem capacidade económica, mas têm capacidade de estabelecer indústrias de exploração agrícolas e de petróleo (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Em 2016, os Curdos sírios, estabeleceram a *Federasyona Bakurê Sûriyê*⁶ (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017). A sua intenção é a de proteção da sua etnia, ter uma representação política nacional e ganhar autonomia ou federalismo (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

⁶ Que significa *Federation of Northern Syria–Rojava*.

Têm uma boa capacidade militar, incluindo forças femininas e são excelentes no emprego do *soft-power* para angariar apoio Ocidental. Poderão explorar o apoio dos restantes Curdos dos países vizinhos. Com o apoio da Rússia à Síria, a intenção dos Curdos é a de provar à Turquia que não pertencem ao PKK, para posteriormente poderem desenvolver com eles, com o KRG e o Irão a sua indústria de petróleo na Rojava.

2.5.2. Atores não estatais internos no Iraque

Internamente existem grupos terroristas como o *Ansar al-Islam* (AAI), o *Jaysh Rijal al-Tariq al-Naqshabandi* (JRTN), o *Kata'ib Hizballah* (KH) e o PKK, contudo, não serão tidos em consideração neste estudo por os mesmos não serem relevantes na conflitualidade do Iraque. Os grupos referidos anteriormente vão apoiando determinados grupos étnicos/religiosos que serão abordados mais à frente.

Como atores não estatais internos no Iraque consideramos os Curdos do Iraque, os Sunitas e as milícias Xiitas. De ressaltar que após a deposição do regime de Saddam Hussein houve um esforço para afastar todos os que pertenciam ao anterior poder e constituir um governo com as três maiores comunidades no Iraque (Curdos, Sunitas e Xiitas), no entanto, a experiência mostrou-se desastrosa.

Curdos Iraquianos – A intenção dos curdos do Iraque é a de criar um Curdistão independente com o Sudoeste da Turquia, o Oeste do Irão e o Norte da Síria. “O Curdistão Iraquiano é uma região semiautónoma” que “mantém o seu próprio parlamento e as suas próprias forças de segurança – os Peshmerga” (Counter Extremist Project, 2018). “Ao nível nacional, a identidade Curda é forte” e a “sua língua tornou-se pública e foi ensinada em escolas e instituições de ensino” (Sawe, World Atlas, 2018).

Após o surgimento do ISIS na região e a sua conseqüente conquista de terreno “os Curdos Iraquianos juntaram-se à luta para repelir o grupo terrorista através das forças Peshmerga apoiadas pelos EUA”. No entanto, com o intuito da criação de um Curdistão Independente, tentaram assegurar parte dos territórios libertados do ISIS, ação essa que foi condenada pelas autoridades iraquianas por “se anteciparem” antes da completa derrota do ISIS no país (Counter Extremist Project, 2018).

Através de um referendo em setembro de 2017, os Curdos iraquianos manifestaram a sua intenção independentista com 92% a favor, contudo, o governo iraquiano não reconheceu o referendo como constitucional e em resposta a isso o KRG ofereceu-se para “congelar” os resultados obtidos no referendo para poder passar ao diálogo (Counter Extremist Project, 2018).

Localizados em cima de recursos petrolíferos, hospedam a Exxon Mobile

e têm procurado desenvolver acordos com a Turquia e o Irão (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Sunitas Iraquianos – A posição dos sunitas não é clara e não é consonante. Se por um lado não se revêem no governo iraquiano e na coligação, por outro também não se revêem no ISIS. Contudo, a aceitação do ISIS no Iraque teve expressão em território de maioria sunita, poder-se-á induzir que essa mesma aceitação é fruto das perseguições, torturas e condenações sofridas às mãos dos antigos governos pós-Saddam. Uma boa parte dos sunitas permitiram que o ISIS representasse o descontentamento sunita no país (Cockburn, 2014).

No entanto, sunitas, fizeram parte do ataque iraquiano e da coligação que levou à recuperação de Mossul às mãos do ISIS (Counter Extremist Project, 2018).

Minorias xiitas – Após a queda de Saddam o Irão expandiu ainda mais a sua influência no Iraque através do apoio financeiro e material aos vários grupos de minorias xiitas (Counter Extremist Project, 2018).

Em 2008, o primeiro-ministro iraquiano, Nouri Al-Maliki, consegue anular as milícias xiitas, contudo, com o avanço do ISIS no Iraque o mesmo primeiro-ministro encorajou-os a regressar para poder defender o território iraquiano devido ao colapso das Forças de Segurança estatais e do Exército Nacional (Cockburn, 2014).

Com esse intuito o governo iraquiano, em Junho de 2014, cria o Xiita *Popular Mobilization Forces* (PMF), constituída por mais de 110.000 iraquianos voluntários, também conhecidos como *Hashib al-Shaabi*. Este grupo inclui grupos como o *Asaib Ahl al-Haq* (AAH), o *Badr Organization* e o KH. O PMF, para além de receber apoio do Iraque e dos EUA, recebe alegadamente apoio do Irão. A 26 de novembro de 2016 é aprovada a lei, pelo parlamento iraquiano que incorporou a PMF às forças e serviços de segurança (Counter Extremist Project, 2018).

Especifica-se de seguida o AAH, do *Badr Organization* e do KH.

A AAH é uma milícia xiita que recebe apoio do Irão e um partido político que opera principalmente no Iraque, mas também na Síria e Líbano. Até à saída dos EUA do Iraque em 2011, os seus alvos eram os americanos, os iraquianos e os ocidentais. A intenção do grupo é a de expandir a influência religiosa do Irão no Iraque, controlar o Iraque e expulsar os ocidentais. Em 2006, a AAH separa-se do Exército Mahdí'e e em 2011 anuncia a sua entrada na política do Iraque. Apesar de ter entrado na política continua a efetuar ataques sectários e a ameaçar os países ocidentais que têm presença na Síria (Counter Extremist Project, 2018).

A *Badr Organization* é um partido político xiita e também uma força paramilitar apoiada pelo Irão. Sendo considerado, pela Reuters e citado pela Counter Extremism Project (2018), como o mais poderoso dos grupos paramilitares

a lutar no Iraque. Após o derrube de Saddam o grupo alterou o nome para *Badr Organization of Reconstruction and Development* e atualmente a organização combate como principal força ao lado das unidades iraquianas (Counter Extremist Project, 2018).

O KH foi criado entre 2006 e 2007 e assume-se como antiamericana. É responsável por ataques sofisticados contra forças dos EUA e coligação. Fruto disso é a única milícia xiita que os EUA consideram como terrorista. Este grupo tem fortes ligações com o ramo militar externo do Irão, a IRGC-Quds Forces e o Hezbollah no Líbano. Atualmente o KH luta na Síria para proteger o regime de Assad, luta contra os sunitas e extremistas no Iraque e Síria. Contudo, promete continuar os seus ataques sobre os EUA, se os mesmos não retirarem após a derrota do ISIS (Counter Extremist Project, 2018).

A *Badr Organization*, o KH e o AAH coligaram-se a outras unidades da PMF, em janeiro de 2018, e formaram o Partido Político da Aliança Fatah. Nas eleições de Maio de 2018 ganharam 47 assentos e, em junho, juntaram-se com a Aliança Sairoon de Muqtada al-Sadr, que haviam vencido as eleições. Esta coligação levou a manifestações no Sul do Iraque no dia 13 de julho de 2018, contra o Irão (Counter Extremist Project, 2018).

2.5.3. Atores não estatais externos na Síria e no Iraque

ISIS – Após o afastamento de Saddam Hussein em 2003 a Al-Qaeda do Iraque (AQI) ressurgiu como um ator central na insurgência contra o governo iraquiano e muda o seu nome para o ISIS (Counter Extremist Project, 2018) e aliando a perícia militar ao fanatismo religioso, os seus combatentes, tiveram uma inesperada e rápida conquista do Norte e Oeste do Iraque. Após a conquista de Mossul, a segunda maior cidade iraquiana, em Junho de 2014 o ISIS declara um califado no território controlado por eles na Síria e Iraque (Cockburn, 2014).

O ISIS no seu auge, no Iraque, chegou a controlar mais de 40% do território e a sua conduta caracteriza-se essencialmente por ser um grupo sectarista sunita, grandemente inspirado no wahhabismo e extremamente violento. Executa assassinatos, sequestros e escraviza não sunitas (Counter Extremist Project, 2018).

A sua estrutura é composta por ex-Oficiais do antigo regime iraquiano e jovens sunitas, maioritariamente, oriundos das zonas sunitas sob o seu controlo, contudo o popularismo do sucesso das suas conquistas, exponenciado pelo vetor da propaganda fizeram com que o seu recrutamento se estendesse a países ocidentais. Parte dos seus fundadores estiveram presos num campo criado pelos EUA no Iraque (Camp Bucca) (Cockburn, 2014).

Apresenta ter uma grande capacidade militar e financeira e pretende alargar

o seu território a fim de levar a sharia a todo o mundo (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Alguns sunitas poderão não concordar com a totalidade das ações do ISIS, contudo o sofrimento causado pelos governos e as ações com baixas colaterais levadas a efeito pelas forças governamentais e/ou da coligação têm conduzido a uma maior aceitação por parte dos sunitas ao ISIS, representando em certos casos, a expressão da revolta sunita (Cockburn, 2014).

A tática do ISIS tem variado entre o Convencional e a Guerrilha, dependendo do tipo de controlo territorial de que dispõem.

Atualmente, e devido à reconquista de território ao ISIS, por parte das forças iraquianas e da coligação, não significa que o mesmo tenha sucumbido, conforme foi comunicado pelo primeiro ministro Haider al-Abadi, mas sim alterado a sua tática. Relatos afirmam que o ISIS se refugiou numa região montanhosa no Nordeste do Iraque (Counter Extremist Project, 2018) (Cockburn, 2014).

O ISIS não pretende assumir uma posição governativa no Iraque ou na Síria. A sua intenção é a de criar um grande Estado onde o território iraquiano e sírio é parte integrante. Uma das suas ações nesta região tem sido a da destruição cultural e arqueológica.

2.6. IMPLICAÇÕES DOS ATORES NÃO ESTATAIS PARA A SEGURANÇA

2.6.1. Ao nível local

Na Síria, o HTS, logo a seguir ao Daesh, apresenta-se como o grande grupo de oposição ao regime de Assad. Este grupo sunita e ex-filiado da AQ tem-se demonstrado moderado e independente de qualquer grupo de âmbito regional ou internacional, chegando a declarar ter apenas pretensões locais. Contudo, desconhecendo a verdade da sua retórica e com o possível apoio vindo do Ocidente para vencer o regime sírio, as suas ambições poder-se-ão alterar. O fato de não querer entrar em negociações não é favorável para o alcançar da paz na região.

Os outros Grupos Opositores da Síria têm criado alianças e opõem-se também ao regime de Assad, contudo poderão não ser um foco de instabilidade preocupante por ser espectável que aceitem entrar em negociações.

2.6.2. Ao nível regional

Os Curdos, de uma forma geral, apresentam-se como um desestabilizador regional por o Curdistão abranger território pertencente a Estados soberanos e legalmente reconhecidos, como é o caso do Iraque, da Síria, da Turquia, do Irão e da Arménia. As suas pretensões na criação de um território independente são

bastante antigas e têm colidido com as intenções dos países onde se localizam, entre outras, por motivos religiosos, de integridade territorial e por nessa região existirem boas reservas energéticas. O Curdistão ainda não foi reconhecido por qualquer país, contudo os países ocidentais poderão ter uma maior aproximação a este povo por dois motivos essencialmente: para apoiar a queda do regime de Assad e segundo, manter a colaboração entre os Curdos iraquianos e o governo.

Um dos grandes focos de instabilidade continua a ser a luta entre xiitas e sunitas que nesta região atravessa a fronteira. Muitos dos grupos que combatem na Síria e Iraque combatem ao mesmo tempo nos dois países e recebem apoio externo de outros grupos de igual ideologia. Se por um lado as milícias xiitas, apoiadas pelo Irão, combatem os países ocidentais e o ISIS no Iraque, por outro lado, têm demonstrado ser um importante aliado do governo da Síria.

2.6.3. Ao nível internacional

O ISIS é uma ameaça internacional por ambicionar uma expansão mundial. Para além das conquistas locais e regionais, tem procurado inspirar, através do sucesso militar e da propaganda, o recrutamento de mais combatentes e grupos aliados. Não só para se juntarem a eles no Médio Oriente, mas também para conduzir ataques de forma indiscriminada nas suas regiões de origem, com especial ênfase nos países Ocidentais. Pelas suas características o ISIS é uma ameaça de cariz transnacional.

Não existe uma clara presença da AQ na região, contudo, este mesmo grupo deu origem a vários outros que combatem tanto na Síria como no Iraque. O seu reaparecimento em outros locais da região e a ideologia idêntica noutros grupos que atuam na Síria e no Iraque poderão ser fatores mais que suficientes para o alerta à possível expansão deste grupo nesta região.

2.7. CONCLUSÕES

A atuação dos atores estatais na Síria e no Iraque formam uma cadeia complexa de relações e interesses, como de cariz económico, político, militar e religioso, ou seja, abordando todos os campos do poder internacional. Isso caracteriza, de forma bastante evidente, a nova ordem mundial multipolar sendo bastante incerta, complexa e indefinida (Marshall, 2016). Os atores estatais adotam posturas que se confrontam numa busca de um equilíbrio de poder e de choque indireto de forças. Tudo isto para aumentar a influência no Oriente Médio, por meio de disputas, que utilizam o espaço sírio e iraquiano como grande teatro de atuação.

“A Ordem Mundial [...] oscila de acordo com o elemento que adquire

preponderância. Os conflitos refletem esses elementos. [...] de acordo com interesses estatais [...] os conflitos se materializam sendo esses interesses responsáveis por influenciar a concepção de Ordem Mundial” (Sampaio, 2016).

As *Proxy War* tendem a ser frequentes e a influenciar diversos cenários mundiais, ou seja, um conflito no Médio Oriente pode gerar disputas noutra qualquer local do planeta e até mesmo no próprio território europeu.

Quanto aos atores não estatais temos diversos atores mais e menos relevantes, no entanto, não podemos deixar de referenciar os mais importantes por nível de influência.

Assim, ao nível local relembramos o HTS, filial da AQ na Síria, mas cujo seu líder, *Abu Mohammad al-Jolani*, fez questão de afirmar se trata de um grupo independente e com interesses próprios.

Ao nível regional, os Curdos constituem-se um foco desestabilizador por o Curdistão abranger território pertencente a Estados soberanos e legalmente reconhecidos.

Transversal ao nível local, regional e internacional, não podemos deixar de mencionar o ISIS como uma ameaça que ambiciona uma expansão mundial e diversas conquistas locais e regionais, inspirando através das suas capacidades militar e da propaganda, o recrutamento de combatentes e grupos aliados pelo mundo fora.

Em particular o médio oriente compreende uma região onde se concentram cerca de 80% dos recursos energéticos do globo, mas que não se encontram distribuídos de forma homogénea. Na sua maioria os estados são teocráticos e o Islão é a religião dominante, apesar das diferenças internas da religião. Existe uma disparidade regional com diferenças entre os estados ao nível político, religião e económico que provoca a instabilidade, causando impacto na segurança internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academy, G. (2018). *Non-international armed conflicts in Iraq*. Retirado de RULAC: <http://www.rulac.org/browse/conflicts/non-international-armed-conflicts-in-iraq>

Adams, S. (2015). *Failure to protect: Syria and the UN Security Council*. New York: The Global Centre for the Responsibility to Protect.

Amnesty. (2018). *O Estado dos Direitos Humanos no mundo*. Londres: Anistia Internacional.

Andrews, J. (2015). *The world in conflict*. London: The Economist Books.

- Babbitt, E., Bell, A., Lempereur, A., Mandell, B., & Wolf, D. (2017). *Negotiating conflict in the Middle East and North Africa - A System analysis after the arab spring, the Iran nuclear deal, and the rise of ISIS*. Cambridge: Harvard Kennedy School Negotiation Project.
- BBC. (13 de abril de 2018). www.bbc.com. retirado de Site da BBC: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43762137>
- Britannica. (6 de dezembro de 2018). *Syrian civil war*. Retirado de Britannica: <https://www.britannica.com/event/Syrian-Civil-War>
- Britannica, T. E. (2018). *Al-Qaeda in Iraq*. Retirado de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/topic/al-Qaeda-in-Iraq>
- Carranca, A. (2018). *Algumas reflexões sobre a geopolítica global pós-guerra do Iraque*. Retirado de JUS: <https://jus.com.br/artigos/5486/algumas-reflexoes-sobre-a-geopolitica-global-pos-guerra-do-iraque>
- Carranca, A. (2018). *Iraque, um país arrasado e três estados*. Retirado de Defesa NET: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/20408/Iraque--um-pais-arrasado-e-tres-estados/>
- Cepurītis, M. (2016). *Russia's strategy in Syria: multiple aims*. Em T. C. Studies, *The War in Syria: lessons for the West* (pp. 137-138). Riga: University of Latvia Press.
- CIA. (3 de dezembro de 2018). *The world factbook*. Retirado de Central Intelligence Agency: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ir.html>
- CNN. (18 de 03 de 2018). www.edition.cnn.com. (W. M. Isil Sariyuçe, Produtor, & CNN) Retirado de site da CNN: <https://edition.cnn.com/2018/03/18/middleeast/turkey-afrin-syria---intl/index.html>
- Cobban, H. (1997). *Syria and the peace: a good change missed*. USA: Strategic Studies Institute.
- Cockburn, P. (2014). *O novo Estado Islâmico*. Carcavelos: Self.
- Counter Extremist Project. (2018). *Counter extremist project*. Retirado de Counter Extremist Project: <https://www.counterextremism.com/countries/iraq>
- Counter Extremist Project. (2018). *Nusra Front (Jabhat Fateh al-Sham)*. Retirado de Counter Extremist Project: <https://www.counterextremism.com/threat/nusra-front-jabhat-fateh-al-sham>
- Department of War Studies, K. C. (2018). *ICSR*. Retirado de Internacional Center for the Study of Radicalisation: <https://icsr.info>
- Economist. (02 de 07 de 2016). www.economist.com. Retirado de Site The Economist: <https://www.economist.com/china/2016/07/02/our-bulldozers-our-rules>

- Eileen Babbitt, A. B. (2017). *Negotiating conflict in the Middle East and North Africa*. The MENA Negotiation Report, Interdisciplinary Center Herzliya., Cambridge: Harvard Kennedy School Negotiation Project (KSNP).
- Euronews. (05 de fevereiro de 2018). www.pt.euronews.com. (R. Brasbosa, Produtor, & AP/Reuters/AFP) Retirado de Site da Euronews Portugal: <https://pt.euronews.com/2018/02/05/operacao-turca-pode-afetar-fronteira-entre-siria-e-iraque>
- Frederic Wehrey, D. D. (2010). *The Iraq effect: the Middle East after the Iraq war*. Pittsburgh: Rand Corporation.
- Fujii, W. (2015). *O Estado Islâmico e o xadrez geopolítico dos conflitos na Síria e no Iraque*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- Geneva Academy. (15 de fevereiro de 2018). *Turkey*. Retirado de Rulac: <http://www.rulac.org/browse/countries/turkey#collapse1accord>
- Group, C. (22 de 05 de 2018). www.crisisgroup.org. (I. C. group, Produtor) Retirado de Site do International Crisis Group: <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/iraq/186-saudi-arabia-back-baghdad>
- Guardian, T. (05 de outubro de 2011). Site do The Guardian. Retirado de www.theguardian.com: <https://www.theguardian.com/world/2011/oct/05/russia-china-veto-syria-resolution>
- Hoff, N. L. (2017). *A reconstrução pós-bélica do iraque como um fator determinante para o fortalecimento da insurgência no país: uma leitura crítica do processo*. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil: UFPR.
- HRW. (2018). *Iraq*. Nova Iorque: Human Rights Watch.
- Ignatiev, P. (2017). *Iraque: desenvolvimentos internos e externos nos anos pós-saddam*. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, 6(12), 38-65.
- Khan, H. U., & Khan, W. (2017). *Syria: History, The Civil War and Peace Prospects*. *Journal of Political Studies*, 24, pp. 587- 601.
- Kissinger, h. (2015). *A Ordem Mundial*. (C. Figueiredo, Trad.) Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kofman, M. (2016). *US and Russia in Syria's War: cooperation and competition*. Em A. P. Andis Kudors, *The War in Syria: lessons for the West* (pp. 65 - 86). Riga: The Centre for East European Policy Studies.
- Kudors, A. (2016). Introdução. Em A. P. Andis Kudors, *The War in Syria: lessons for the west* (p. 13). Riga.
- Lima, B. P. (2015). *A Síria em pedaços*. Lisboa, Portugal: Tinta da China.
- Majid, R. (2014). *The Syrian civil war: four concentric forces of*. Tampa, Florida, USA: University of South Florida.

- Mariwala, A. (2014). *The Syrian civil war - regime of bashar al-assad. Stanford model united nations conference*. Palo Alto: Stanford University.
- Marshall, A. (21 de 03 de 2016). *From civil war to proxy war: past history and current dilemmas*. *Small Wars & Insurgences*, 27, 183-195. retirado de <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09592318.2015.1129172?needAccess=true>
- Mota, F. T. (31 de março de 2017). *Turquia cada vez mais longe da democracia*. Retirado de Publico: <https://www.publico.pt/2017/03/31/mundo/opiniaio/turquia-cada-vez-mais-longe-da-democracia-1767074>
- NATO. (31 de 10 de 2018). www.nato.org. Retirado de Site da NATO: https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_160039.htm?selectedLocale=en
- Newlee, D. (2018). *Hay'at Tahrir al-Sham (HTS) - TNT terrorism backgrounder*. Retirado de Center for Strategic & International Studies (CSIS): <https://www.csis.org/programs/transnational-threats-project/terrorism-backgrounders/hayat-tahrir-al-sham-hts>
- Peace, T. U. (2018). *USIP*. Retirado de The United States Institute of Peace: <https://www.usip.org/>
- Project, C. E. (2018). *Counter extremism project*. Retirado de Counter Extremism Project: <https://www.counterextremism.com/countries/iraq>
- Ribeiro, F. (2014). *Dinâmicas de globalização do conflito*. Lisboa: IESM.
- Sallem, P. (2013). *Iraq's tangled foreign interests and relations*. Washington D.C.: Carnegie Middle East Center.
- Sampaio, J. (2016). *A evolução dos conflitos e da ordem mundial num mundo multipolar*. (O. Político, Ed.) Lisboa: Work paper #62. Retirado de http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2016/06/WP_Jo%C3%A3o-Sampaio-62-20161.pdf
- Sawe, B. E. (2018). *Largest ethnic group in Iraq*. Retirado de Worldatlas: <https://www.worldatlas.com/articles/largest-ethnic-groups-in-iraq.html>
- Sawe, B. E. (7 de junho de 2018). *World Atlas*. Retirado de Largest Ethnic Groups In Iraq: <https://www.worldatlas.com/articles/largest-ethnic-groups-in-iraq.html>
- Soares, J. V. (2018). *A guerra civil na Síria: atores, interesses e desdobramentos* (Vol. 5). (P. D. Aguilar, Ed.) Marília, São Paulo, Brasil: Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus de Marília – SP. Retirado de <http://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/serie---a-guerra-civil-na-siria---atores-interesses-e-desdobramentos.pdf>

- Times, T. N. (16 de 03 de 2015). www.nytimes.com. (E. Schmitt, Produtor, & NYT) Retirado de Site do The New York Times: <https://www.nytimes.com/2015/03/17/world/middleeast/iran-sent-arms-to-iraq-to-fight-isis-us-says.html>
- Tomás, M. J. (2014). *A guerra na Síria*. Em R. Vieira, & T. Rodrigues, O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança. Lisboa: IESM.
- Tomás, M. J. (2014). *O conflito da Síria: as dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança*. Lisboa: IESM.
- Turunc, H. (2011). *Turkey's global strategy: Turkey and Iraq*. (L. S. Science, Ed.) London, UK: LSE IDEAS.
- Vicent, V., Alves, R., & Boto, G. (2014). *Avaliação estratégica*. Em R. Vieira, & T. Rodrigues, O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança. Lisboa: IESM.
- Vieira, R., & Rodrigues, J. (2014). *O conflito da Síria: as dinâmicas de globalização, diplomacia e segurança*. Lisboa: IESM.

3. O CONFLITO NA LÍBIA: UM PONTO FOCAL NO AMPLO ARCO DE INSTABILIDADE NO ‘GRANDE MÉDIO ORIENTE’ ALARGADO

Raúl Carvalho Morgado

Major de Transmissões do Exército

Elton Roque Feliciano

Major de Artilharia do Exército

3.1. INTRODUÇÃO

A Líbia situa-se a meio da costa mediterrânica do Norte de África, fazendo fronteira com a Tunísia e a Argélia a Oeste, e com o Egípto a Este. Ao longo do Deserto do Sahara, a Sul, faz fronteira com o Níger, com o Chade e com o Sudão. A Líbia está dividida em três regiões: Fezã a Sul, Cirenaica a Este e a Tripolitânia a Oeste em que o poder tende a dividir-se entre as regiões Oeste e Este (Stratfor, 2018).

Apesar de ser o 4º maior país de África em território, a Líbia está em 36º lugar em população, tendo apenas 6,7 milhões de habitantes. No entanto tem a 9ª maior reserva de petróleo mundial, fazendo com que o comércio e as rotas marítimas sejam cruciais para a prosperidade e segurança na Líbia (Stratfor, 2018).

Uma vez que a Líbia não tem barreiras naturais a limitar as suas fronteiras, o principal desafio geográfico da Líbia é guardar a sua longa linha costeira e as suas fronteiras terrestres, enquanto utiliza os seus substanciais recursos naturais para desenvolver o país (Stratfor, 2018).

Neste trabalho pretende-se analisar a evolução do conflito que eclodiu na Líbia após a queda de Muahmar Gaddafi, a intervenção dos atores externos próximos no conflito, a ligação do conflito ao Grande Médio Oriente e as implicações para a segurança internacional.

3.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A história da Líbia é caracterizada e bastante influenciada por ocupações sucessivas de diversos povos, nomeadamente, fenícios, gregos, romanos, e mais significativamente pelos árabes que introduziram a língua árabe e o islamismo (Metz, 1989). Durante a maior parte dos séculos, as províncias de Tripolitânia, Cirenaica e Fezã estiveram sujeitas a diversas sucessões de governantes e de interesses estrangeiros que conseqüentemente moldaram o país, constituindo-se, então, a geografia como o principal fator de separação histórica no desenvolvimento do país (Vandewalle, 2012, p. 1).

A partir de 1551 os otomanos conquistaram Tripolitânia, a Cirenaica e Fezã, incorporando estas três regiões no império otomano, onde os respetivos líderes locais gozavam de plena autonomia apesar de estarem sob alçada das leis otomanas. Esta situação manteve-se até 1911, altura em que os italianos invadiram a Líbia, iniciando o colonialismo italiano (Metz, 1989; John, 2006).

No fim da II Guerra Mundial os ingleses ficaram com o controlo da Cirenaica e da Tripolitânia, enquanto que os franceses ficaram com o controlo de Fezã (Metz, 1989; John, 2006; Vandewalle, 2012).

Em 1949 a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou que a Líbia se tornaria um Estado independente, situação que veio a acontecer em 24 de dezembro de 1951 (Vandewalle, 2012). Até à descoberta em 1959 de petróleo, a Líbia era um país bastante empobrecido que enfrentava diversos desafios políticos e económicos, onde as diferenças geográficas e culturais entre as províncias levaram ao regionalismo e a rivalidades que ameaçavam a unidade do país. Esta descoberta trouxe novas riquezas ao país, levando a que, em meados da década de 1960, se tenha tornado um dos mais importantes países produtores de petróleo do mundo (Metz, 1989; Vandewalle, 2012).

Em 1 de dezembro de 1969, um grupo de oficiais do exército líbio liderados por Muammar Gaddafi efetuou um golpe militar na Líbia terminando com a monarquia no país. Gaddafi tornou-se no ditador da Líbia permanecendo no poder 42 anos. Nesse período governou sem qualquer constituição formal, suprimiu deliberadamente os media e a sociedade civil, bem como proibiu o estabelecimento de partidos políticos. Esta governação que só beneficiava os grupos leais, juntamente com a intolerância à oposição de Gaddafi, constituía uma bomba relógio à espera de explodir no devido tempo (Gebremichael, et al., 2018).

A agitação social, denominada de “Primavera Árabe”, que eclodiu em vários países do Médio Oriente e Norte de África, foi caracterizada na Líbia pela brutal repressão de Gaddafi contra os manifestantes e pelo despoletar de uma guerra-civil. A ONU autorizou uma intervenção aéreo-naval pela comunidade internacional (Gebremichael, et al., 2018) que levou à morte de Gaddafi, tendo o regime sido substituído por um governo de transição que posteriormente entregou o poder a um parlamento eleito em 2012 (Kuperman, 2013; Britannica, 2018).

Após mais de seis anos da queda de Muammar Gaddafi, a Líbia continua mergulhada num estado completamente caótico. O governo, apoiado pelas Nações Unidas (NU), empenha esforços face às fações rivais para exercer o controlo sobre o território. Além do mais, os grupos e as milícias armadas exploram todas as situações de turbulência, usando o país como base para a radicalização e o crime organizado, constituindo-se uma ameaça para a região e para além dela (Peace, 2018).

3.3. QUADRO GEOPOLÍTICO DE REFERÊNCIA

A atual crise na Líbia pode ser entendida por diferentes interpretações. Alguns apontam para a frágil identidade nacional da líbia e referem que a ingovernabilidade do país se deve à fragmentação geográfica interna causada pelo tribalismo, localismo e regionalismo (Combaz, 2014). Para outros, indicam que a responsabilidade da crise prolongada é consequência de um processo de polarização política entre forças seculares e islamitas (Holm, 2013). Contudo, ainda há outros fatores relevantes associados à crise prolongada na Líbia no que diz respeito ao cenário internacional e ao papel dos atores externos no quadro geopolítico da Líbia (Lacher, 2013, p. 35).

No sistema internacional a hierarquia de poder e de prestígio muda muito rapidamente e a sua contínua evolução representa um dos principais aspetos impulsionadores de insegurança (Lacher, 2013). Neste quadro, a região do mediterrâneo alargado constitui-se como o epicentro da desordem global e a crise da Líbia surge como uma das suas principais causas (Holm, 2013). Por outro lado, a interferência das potências internacionais e dos atores regionais contribuíram para a divisão da Líbia dificultando ainda mais a condução do processo de reconciliação nacional (Fitzgerald, 2018).

Desde a queda do regime de Gaddafi, a Líbia já conheceu diversas fases do conflito. Contudo e apesar das mais recentes tentativas de chegar a uma solução negociada entre as partes concorrentes, o país continua dividido com a Câmara dos Representantes (HoR⁷) em Tobruk e o Conselho Presidencial (PC⁸) liderado pelo primeiro ministro Fayez al-Serraj, apoiado pelas NU, em Trípoli. No entanto, nenhuma das partes é capaz de governar em virtude de ambas serem “reféns” das milícias que supostamente apoiam os respetivos governos. O Exército Nacional Líbio (LNA⁹), liderado pelo Marechal Khalifa Haftar, que controla a Cirenaica e apoia a HoR de Tobruk, enquanto as milícias de Misrata e de Trípoli apoiam o PC.

Em boa verdade na Líbia não há muitos atores nacionais, sendo na grande maioria atores de nível local, alguns relevantes ao nível nacional, que representam os interesses da sua região ou cidade (Toaldo & Fitzgerald, 2018).

Os grupos tribais ou étnicos permaneceram ativos e relevantes na vida política e social, atuando de forma alternativa como instigadores de conflitos bem como de recurso para a gestão de conflitos. Os seus principais grupos étnicos são os árabes, os berberes, os touareg e os tebou (Combaz, 2014; Academy, 2017; Fitzgerald, 2018).

⁷ *House of Representatives*

⁸ *Presidential Council*

⁹ *Libyan National Army*

Os grupos armados desempenham um papel relevante na Líbia. Estes grupos eram essencialmente regionais e englobavam atores islamitas e não-islamitas. Desde 2012 as milícias, ou coligações de milícias têm-se tornado cada vez mais politizadas através de afiliações com os principais partidos no país. Estas afiliações podem-se dever a múltiplas motivações tais como elos regionais, tribais, religiosos ou ideológicos (Durac, 2015).

Os sistemas políticos estão divididos pelos três centros de poder, o PC e o Governo de Acordo Nacional (GNA¹⁰) em Trípoli, a HoR e as “autoridades de Tobruk” a Este, e o Governo de Salvação Nacional (NSG) em Trípoli, este último com um poder já residual (Fundação Bertelsmann, 2018). Estes têm sido um canal para as elites lutarem pelos seus interesses e recursos locais. As coligações mudam frequentemente e os partidos políticos têm uma organização débil (Combaz, 2014; Academy, 2017; Fitzgerald, 2018).

Neste cenário, os atores regionais e internacionais têm apoiado repetidamente, ora uma parte ora a outra, de acordo com os seus próprios interesses. Face a tudo isso, as condições na Líbia são um espelho das divisões ao nível regional e internacional (Combaz, 2014).

No que se refere aos vários atores internacionais, estes assumem um papel fundamental na dinâmica do conflito da Líbia. Desde logo, a ONU está envolvida no país desde o início da revolta da Líbia em 2011. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na primavera de 2011, contribuiu para a queda do regime de Gaddafi após a aprovação da sua intervenção militar pelas NU. Consequentemente, as NU implementaram em setembro de 2011, a missão de apoio à Líbia designada de *United Nations Support Mission in Libya* (UNSMIL) com o desígnio de procurar a reconciliação entre os vários grupos revolucionários. No entanto, esta tem sido prejudicada pelo crescente intervencionismo de países rivais na região que, face à instabilidade e à espiral de violência entre os grupos locais, viram uma oportunidade de promover os seus próprios interesses (Dessi & Greco, 2018).

Em paralelo com a iniciativa da ONU, muitos atores internacionais juntaram-se ao processo multilateral, mas também começaram a competir entre si para obter dividendos da Líbia. Esses atores podem ser agrupados de acordo com os seus interesses comuns (Mezran & Varvelli, 2017).

Um primeiro grupo pode ser constituído pelo Egipto, os Emirados Árabes Unidos (EAU) e pela Rússia. Estes atores têm apoiado firmemente a HoR em Tobruk e fornecem armas e poder aéreo ao Marechal Haftar no seu esforço para

¹⁰ *Government of National Accord*

expulsar grupos rivais de Benghazi e da parte Este da Líbia. Este conjunto de países mantém uma posição dual na Líbia. Por um lado, apoiam formalmente as NU nas negociações entre os beligerantes, e por outro apoiam as forças de Haftar. Esta ambiguidade traduz-se num desequilíbrio a favor de Haftar, inviabilizando condições de sucesso nas negociações (Jones, et al., 2017; Mezran & Varvelli, 2017; Toaldo & Fitzgerald, 2018).

O segundo grupo de países consiste na Turquia, no Qatar e no Sudão que apoiavam o NSG de Trípoli. Estes países exercem influência em apoio às forças revolucionárias na Líbia, sendo que muitas delas têm agendas políticas com orientação islamita (Jones, et al., 2017; Mezran & Varvelli, 2017; Toaldo & Fitzgerald, 2018).

Um terceiro grupo é constituído pelos países vizinhos ocidentais da Líbia, em particular pela Tunísia e Argélia. Apesar da sua renitência em intervir, estes países participam nas discussões diplomáticas sobre o futuro da Líbia e sobre o envolvimento dos atores internacionais nos seus esforços para estabilizar o país (Jones, et al., 2017; Mezran & Varvelli, 2017; Toaldo & Fitzgerald, 2018).

Finalmente, o quarto grupo consiste em países ocidentais, especialmente a Itália, a França e os Estados Unidos da América (EUA). A Itália investiu capital político, tanto oficialmente como oficiosamente, sendo de grande interesse da Itália manter boas relações com todos os atores locais da Líbia de modo a que estes controlem a zona costeira, principal ponto de partida para os migrantes a caminho de solo italiano. Quanto aos EUA, o seu empenhamento está centrado no contraterrorismo, conduzindo ataques aéreos contra alvos do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) na Líbia. (Mezran & Varvelli, 2017).

A França tem apoiado Haftar e, em simultâneo, o Reino Unido, que tem patrocinado o governo de al-Serraj apoiado pelas NU, aceitou que Haftar também deveria ter um papel de maior relevo (Jones, et al., 2017).

Parece bastante claro que a crise na Líbia ultrapassou os limites de uma disputa doméstica entre tribos, fações e vários grupos. O conflito apenas pode ser compreendido e possivelmente resolvido se o inserirmos num contexto regional e internacional mais alargado. No entanto, para chegar a uma potencial solução é preciso em primeiro lugar perceber claramente as dinâmicas das ações e os interesses dos diversos atores internacionais (Mezran & Varvelli, 2017; Academy, 2017).

3.4. CENÁRIO ESTRATÉGICO BÁSICO

3.4.1. Atores políticos nacionais

3.4.1.1. O Concelho Presidencial e o Governo de Acordo Nacional

O PC está localizado em Trípoli, tendo como funções exercer a chefia do Estado e de Comandante Supremo das Forças Armadas. O seu presidente, Fajez al-Serraj é cumulativamente o primeiro ministro do Governo de Acordo Nacional (GNA), também baseado em Trípoli. O PC é um organismo criado sob os termos do Acordo Político Líbio (LPA¹¹) patrocinado pela ONU e assinado em dezembro de 2015. Atualmente o GNA é o governo oficialmente apoiado e reconhecido pela ONU na Líbia (Missaglia, 2017). A HoR é o órgão legislativo reconhecido pela comunidade internacional e encarregue da legitimidade democrática do GNA. (Missaglia, 2017).

3.4.1.2. O Marechal Khalifa Haftar e o Exército Nacional Líbio

O Marechal Khalifa Belgasim Haftar é um importante ator político-militar na Líbia, sendo o Comandante do LNA. O LNA exerce o controlo *de facto* da região da Cirenaica, no Leste do país, sendo uma força heterogénea composta por militares, ex-polícias, forças especiais, civis armados e Brigadas de milícias. Inicialmente o LNA foi formado com uma função anti-islamita, com o lançamento em 2014 da chamada “*Operation Dignity*”, mas evoluiu para uma autêntica ferramenta de poder político. Haftar é apoiado pelo Egipto, pelos EAU, pela Rússia e pela França. Graças ao seu poder militar, Haftar é quem controla a HoR, sediada também em Tobruk, tendo assim a capacidade de adiar indefinidamente o reconhecimento legal do GNA e do PC de al-Serraj em Trípoli (Missaglia, 2017).

O objetivo do General Haftar é alargar e estender o seu poder, minar progressivamente a liderança de al-Serraj e forçar a comunidade internacional a incluí-lo oficialmente no processo de transição do país (Missaglia, 2017).

3.4.1.3. O Governo de Abdullah al Thinni

A Este da Líbia, na cidade de al-Bayda, perto de Tobruk, existe um centro de poder, conhecido por “autoridades de Tobruk”, que consiste num governo liderado desde março de 2014 por Abdulah al-Thinni, como primeiro ministro (Missaglia, 2017).

Este governo é herdeiro do governo de transição interino eleito após a

¹¹ *Libyan Political Agreement*

queda de Gaddafi e que, oficialmente, deveria ter transferido a sua autoridade para o GNA de al-Serraj. No entanto esta transferência de poderes ainda não ocorreu oficialmente porque a HoR ainda não deu o voto de confiança ao GNA. A chave para compreender esta situação pode ser o facto de o General Haftar exercer influência não apenas na HoR, mas também no governo sediado em al-Bayda (Missaglia, 2017).

3.4.1.4. O Governo de Salvação Nacional de Khalifa Ghwell

Em Trípoli existe um outro centro de poder, o Governo de Salvação Nacional (NSG¹²), liderado pelo “também” primeiro ministro Khalifa Ghwell. Este governo, de tendência islamita e hostil ao GNA de al-Serraj, baseia a sua legitimidade na autoridade do Congresso Geral Nacional (GNC¹³), tendo sido criado sobre o remanescente do parlamento original eleito na Líbia em 2012, mas que não é reconhecido pelo GNA nem pela ONU (Missaglia, 2017).

O consentimento popular inicial ao GNC tem vindo a dissipar-se, no entanto o GNC ainda é capaz de minar a eficiência do GNA e de al-Serraj através de atos de sabotagem. Em outubro de 2016, por exemplo, Ghewll tentou um golpe de estado falhado contra o governo de al-Serraj (Missaglia, 2017).

3.4.2. Atores não estatais

3.4.2.1. O Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) na Líbia

Instalado originalmente na parte Este da cidade de Derna em 2014, desde 2015 até à primavera de 2016, o ISIS controlou a cidade de Sirte e a região circundante, lançando operações militares e ataques terroristas sobre outras cidades, incluindo a capital (Missaglia, 2017).

Com início em março de 2016, milícias apoiantes do GNA apoiadas por meios aéreo dos EUA, lançaram uma campanha militar contra o ISIS, o que levou à libertação da cidade no início de agosto de 2016 (Missaglia, 2017).

Apesar do ISIS ainda estar presente na Líbia, muito provavelmente na forma de células adormecidas, o seu potencial ofensivo na Líbia está agora reduzido drasticamente (Missaglia, 2017). Apesar deste potencial remanescente já não lhe permitir controlar terreno, o ISIS ainda tem alguma capacidade de conduzir ataques terroristas, tendo realizado 6 ataques em 2017 e 12 em 2018 (Ibrahim, 2018).

¹² *National Salvation Government*

¹³ *General National Council*

3.4.2.2. Os Grupos Islâmicos

A principal coligação de grupos islamitas armados não pertencentes ao ISIS a operar na Líbia é o Concelho da Shura dos Revolucionários de Bengazi (BRSC¹⁴), uma coligação militar composta por milícias islamitas e jihadistas criada em 2014 como resposta à “*Operation Dignity*” do General Haftar (Missaglia, 2017).

Esta coligação tem o seu quartel general na cidade de Bengazi onde, até à data, os confrontos com o LNA têm sido particularmente intensos, e inclui os grupos *Ansar al-Sharia*, *Libya Shield*, a Brigada dos Mártires de 17 de fevereiro e outras milícias islamitas. Entre os membros do BRSC, o *Ansar al-Sharia* é o mais números e o mais poderoso (Missaglia, 2017).

Após a queda de Gaddafi, o *Ansar al-Sharia* organizou campos de treino para combatentes estrangeiros, maioritariamente tunisinos, e procurou recrutar jovens radicalizados como consequência da campanha militar de Haftar (Missaglia, 2017).

Após a ofensiva de Haftar sobre Bengazi, em maio de 2017, o *Ansar al-Sharia* anunciou que havia perdido muitos combatentes e líderes para que pudesse continuar a operar, no entanto em 2018 ainda foi registado um confrontos entre a *Ansar al-Sharia* e o LNA (CEP, 2018).

3.4.2.3. Os Guardas das Instalações Petrolíferas

Nos anos que se seguiram ao afastamento de Gaddafi, o grupo chamado “Guardas das Instalações Petrolíferas” (PFG¹⁵), uma milícia guiada pelo líder revolucionário Ibrahim Jadhran, esteve presente em diversas partes do país e foi oficialmente mandatada para proteger as infraestruturas petrolíferas, os poços de petróleo e os terminais na Líbia (Missaglia, 2017).

Hoje em dia o PFG foi praticamente dissolvido, mas o termo ainda é utilizado para designar as milícias que ainda se mantém fiéis a Jadhran (Missaglia, 2017).

Em setembro de 2018 as NU e os EUA impuseram sanções a Jadhran por este ter atacado e conquistado, com a sua milícia, os portos petrolíferos de Ras Lanuf e de Al Sidra. Este ataque criou uma crise económica e política que custou à Líbia mais de 1,4 mil milhões de dólares e prejudicou os esforços diplomáticos para promover o progresso político e a estabilidade na Líbia (OS, 2018).

¹⁴ *Benghazi Revolutionary Shura Council*

¹⁵ *Petrol Facility Guards*

3.4.3. Atores externos próximos

3.4.3.1. Argélia

A Argélia tem apoiado pela via diplomática, a formação do governo Líbio apoiado pela ONU, o GNA, com o objetivo de diminuir a instabilidade na Líbia e procurando contribuir assim para a sua própria estabilidade (Harchaoui, 2018).

A política atual da Argélia consiste em trabalhar com as várias fações não jihadistas com a finalidade de obter compromissos. A Argélia favorece uma transição suave para uma Líbia unificada em detrimento de um cenário em que uma fação procure impor à força a estabilidade, o que poderia resultar em consequências não desejadas na fronteira com a Argélia (Harchaoui, 2018).

Imperativos geoestratégicos e idiossincrasias ideológicas têm sido uma fonte contínua de fricção entre a França e a Argélia no Sahel. Neste sentido, a Argélia pode tentar explorar a disputa entre a França e a Rússia pelo apoio a Haftar através do incremento da sua parceria securitária com Moscovo, minando assim aquilo que entende como uma faixa quase contínua de influência francesa que se estende desde Marrocos, ao Mali e ao Egito, entre outros (Harchaoui, 2018).

3.4.3.2. Egito

Desde a queda de Gaddafi em 2011 que a insegurança na Líbia, especialmente no Leste da Cirenaica tem sido vista como uma ameaça direta à segurança nacional do Egito. Para o presidente Egípcio em particular, um anti-islamita, a crise na Líbia representa um desafio relevante para a própria estabilidade nacional e para a sua legitimidade política (Dentice, 2017).

A presença de grupos jihadistas em ambos os países têm forçado as autoridades egípcias a utilizar todos os recursos necessários para garantir a segurança das suas fronteiras a fim de impedir a passagem de armamento e de elementos radicalizados para o interior do seu país. Para além disso, as ações Egípcias são dirigidas a erradicar a proliferação profunda de tráfico ilícito (imigração ilegal, armas e drogas) entre a Líbia e o Egito (Dentice, 2017).

Em linha com a visão secular do presidente Abdel Fattah al-Sisi, o General Haftar tem sido beneficiado pelo apoio Egípcio, em particular pela partilha de informações e na assistência militar (Dentice, 2017).

O vácuo de poder na Líbia e a crescente instabilidade no Egito Ocidental estão a criar uma séria ameaça à estabilidade do Egito (Dentice, 2017). Por esta razão torna-se importante para a política externa do Egito procurar a estabilização da Líbia e a colocação no poder Líbio de fações anti-islâmicas.

3.4.3.3. Tunísia

A crise na Líbia tem provado ser particularmente desestabilizadora para a Tunísia. Atualmente, a transição democrática em curso na Tunísia corre o risco de falhar devido à instabilidade vinda da Líbia (Meddeb, 2017).

A Tunísia está a tentar conter o risco de instabilidade através da participação ativa em iniciativas diplomáticas que envolvam os países fronteiriços à Líbia, tendo como objetivo a reconciliação dos vários grupos e a resolução da polarização e fragmentação da sociedade Líbia (Meddeb, 2017).

No entanto, dificuldades económicas internas, a economia de conflito emergente na fronteira com a Líbia, as consequências da crescente securitização da fronteira e o risco de alastramento da violência a partir da Líbia, têm vindo a deteriorar as clivagens já existentes junto da fronteira e a enfraquecer a resiliência Tunisina, nomeadamente a capacidade do Estado e da sociedade de gerir crises externas e de implementar internamente as reformas necessárias para resolver as desigualdades sociais, alienação económica e a desilusão com o poder político junto à periferia do país (Meddeb, 2017).

Para a Tunísia, o estabelecimento de um entendimento político é essencial, pois considera que nenhuma das partes em conflito na Líbia é capaz de “ganhar a guerra”. Dadas as boas relações que a Argélia e a Tunísia têm mantido com as diferentes fações na Líbia, a iniciativa Argelina-Tunisina poderá contribuir para levar os beligerantes à mesa das negociações (Meddeb, 2017).

3.4.4. Outros atores estatais no “Grande Médio Oriente”

3.4.4.1. Emiratos Árabes Unidos

Em linha com a abordagem do Egipto, Os EAU assumem-se como um apoiante do Marechal Haftar, o que reflete uma vontade vincada de projeção de poder regional. Surgiu de facto uma aliança focada na segurança regional entre estes três atores, que partilham entre si uma atitude hostil face ao “islão político”, particularmente incorporado na Irmandade Muçulmana (IM). Os EAU têm garantido meios aéreos ao LNA e foram acusados pela ONU de violar o embargo de armas atualmente em vigor, ao fornecer armamento ao seu aliado local. Ao nível diplomático, Abu Dhabi foi um local de encontro entre al-Sarraj e Haftar antes do encontro oficial que teve lugar nos arredores de Paris em julho de 2017 (Dessi & Greco, 2018).

3.4.4.2. Qatar

À semelhança dos EAU, o Qatar tem estado envolvido no conflito na Líbia desde 2011. No entanto, o seu apoio à IM da Líbia, bem como ao mais alargado espectro de fações islâmicas colocam-no em confronto ideológico com os EAU e com o Egito. Oficialmente o Qatar apoia o governo de Trípoli, reconhecido pela ONU. Na prática, o Qatar tem fornecido santuário para um número de académicos do fundamentalismo islâmico e cooperado com militantes Líbios, particularmente através de apoio financeiro e material aos grupos islamitas (Dessi & Greco, 2018).

3.4.4.3. Turquia

O empenhamento da Turquia foi limitado durante a sublevação (demarcando-se inicialmente da OTAN e procurando mediar em favor de Gaddafi), mas tornou-se mais pronunciado através do seu apoio financeiro ao Concelho Nacional de Transição. Para além disso, a proximidade ideológica do partido no governo Turco, o Partido do Desenvolvimento e da Justiça (AKP¹⁶), coloca-a num campo pró-IM, juntamente com o Qatar e com o Sudão. Para além da óbvia afinidade para com os islamitas políticos, a Turquia tem também fortes motivações económicas, dado que a Líbia representa o segundo mais importante mercado para os empreiteiros Turcos (Dessi & Greco, 2018).

3.4.5. Atores supra-estatais

3.4.5.1. A Organização das Nações Unidas

Após diversas tentativas do Conselho de Segurança (CS) das NU entre 2010 e 2011 para o fim imediato da violência contra civis na Líbia, em 17 de março de 2011, o CS tomou a resolução 1970(2011), ao abrigo do capítulo VII da carta das NU, autorizando Estados Membros (EM) individuais ou ao abrigo de acordos regionais, a tomar todas as medidas necessárias para proteger os civis e as áreas populacionais sob a ameaça de ataque pelas Forças do regime de Gaddafi e estabelecendo uma *no-fly zone* sobre a Líbia a fim de proteger os civis (CS, 2012).

Após o caos que se seguiu à intervenção militar da OTAN na Líbia (ao abrigo da resolução 1970 do CS), no final de 2014 a ONU procurou mediar a paz entre as principais milícias, especialmente entre Tobruk e Trípoli (Santopinto, 2018).

Após um conjunto de negociações que foram concluídas em Skhirat (Marrocos), em 17 de dezembro de 2015, a ONU conseguiu obter um acordo (LPA) de paz entre parte das fações em conflito. Como o acordo não foi inclusivo de todas as partes envolvidas, a Líbia continuou dividida entre duas autoridades

¹⁶ *Adalet ve Kalkınma Partisi*

concorrentes, as de Tobruk e as de Trípoli (Santopinto, 2018).

A mediação conduzida pela ONU tem continuado sendo agora entendida que é também necessário a inclusão de Haftar num novo Governo de União Nacional que permita estabelecer as bases para a realização de eleições inclusivas.

Neste sentido, em 9 de setembro de 2018, Ghassan Salamé (o atual chefe UNSMIL) afirmou no CS que para restaurar a estabilidade na Líbia existe uma necessidade urgente de estabelecer instituições civis e militares fortes e unificadas que funcionem para o benefício de todos os cidadãos.

Assim, a UNSMIL vai procurar facilitar o esforço de entendimento entre as partes numa forma inclusiva e pragmática, criando as fundações para esforços de longo prazo para estabilizar o país através da unificação das instituições do sector securitário (UNSC, 2018).

3.4.5.2. Organização do Tratado do Atlântico Norte

A partir de 25 de março de 2011, a OTAN liderou uma operação de imposição de uma *no-fly zone* sobre a Líbia, como parte da Operação *Unified Protector* (OUP) ao abrigo da resolução 1973(2011) do CS das NU (OTAN, 2011).

A finalidade da operação da OTAN foi fechar o espaço aéreo Líbio a todos os sobrevoos, exceto os humanitários e assim prevenir outros meios aéreos de atacar civis (OTAN, 2011).

À medida que a Operação de imposição da *no-fly zone* foi conduzindo missões sobre a Líbia, a operação da coligação continuou a colocar pressão sobre as forças que continuavam a atacar os civis (OTAN, 2011). Em complemento à imposição da *no-fly zone*, a 31 de março de 2011, a OTAN assumiu o comando das operações internacionais sobre a Líbia, tendo como objetivo proteger os civis e as áreas populacionais (OTAN, 2011).

Durante o decorrer da OUP, um número de outras nações parceiras, também, apoiaram a operação, incluindo a Suécia, o Qatar, os EAU, a Jordânia e Marrocos (OTAN, 2015).

A OTAN pode vir a assumir um papel importante na Líbia através da projeção de estabilidade e do fornecimento de apoio em vários setores, principalmente na edificação de instituições. Desde 2017, por diversas vezes, Al-Sarraj solicitou o seu apoio na área da segurança e “aconselhamento para desenvolver o ministério da Defesa Líbio, o Estado Maior da Defesa, bem como os serviços de segurança e de informações sob o controlo civil do governo” (Ghasem, 2018).

Recentemente, no dia 04 de dezembro de 2018, o secretário geral da OTAN, Jens Stoltenberg afirmou que a Aliança está preparada para ajudar o país a reconstruir as suas instituições militares e de segurança (Assad, 2018),

no entanto não é expectável que tal aconteça sem que haja um acordo de paz inclusivo entre as partes e um entendimento prévio das principais fações na Líbia de que tal apoio seja necessário.

3.4.5.3. União Europeia

Quando o regime de Muammar Gaddafi colapsou em 2011, a França e o Reino Unido, os principais instigadores da campanha da OTAN na Líbia, estavam longe de perceber que a Líbia iria tornar-se num conflito complexo e prolongado, muito à semelhança de outros conflitos no Médio Oriente (Santopinto, 2018).

De acordo com a posição oficial da União Europeia (UE), esta tem apoiado a transição da Líbia, através de ações diplomáticas e com apoios concretos, tendo como objetivo tornar a Líbia um país estável e funcional. A UE tem também apoiado os esforços de mediação da ONU e sublinha a importância da inclusividade no processo político da Líbia através da participação de todas as partes Líbias legítimas (UE, 2018).

As prioridades da UE são reduzir o fluxo de imigrantes ilegais para o Sul da Europa e impedir o alastramento do terrorismo islâmico pelo Norte de África, incluindo a Líbia. O receio de haver combatentes islâmicos a viajar entre a Europa e a Líbia tem também contribuído para o aumento do interesse Europeu na estabilização do país (Dessi & Greco, 2018).

Bruxelas destacou duas missões de gestão de crises para fortalecer as autoridades de Trípoli: A missão naval EUNAVFOR MED¹⁷ “*Sophia*”, com o objetivo de reduzir a ação dos traficantes de imigrantes e a missão EUBAM¹⁸ na Líbia, com o objetivo de fornecer assistência na área do controlo de fronteiras (Santopinto, 2018).

Quanto aos estados membros da UE, eles têm respeitado, de forma geral, a aproximação adotada ao nível da UE. A mediação que a UE pretendia por parte da ONU foi apoiada sem hesitação. Diversos países (o Reino Unido, a França, a Itália, a Alemanha e a Espanha) também têm colocado pressão tanto em Trípoli como em Tobruk para adotarem uma atitude construtiva para com as negociações conduzidas pela ONU (Santopinto, 2018).

Os principais países membros da UE ativos na Líbia são a Itália e a França. O voluntarismo de Itália pode ser explicado por razões históricas e pela necessidade de conter o fluxo migratório a partir da Líbia. Quanto à França, está empenhada contra o terrorismo no Sahel e no Norte de África. Neste sentido, necessita de desempenhar um papel chave na Líbia e, neste contexto, reconhece Haftar como um interlocutor privilegiado (Santopinto, 2018).

¹⁷ European Union Naval Force – Mediterranean Operation

¹⁸ European Union Border Assistance Mission

3.4.5.4. União Africana

A União Africana (UA) tem tentado desempenhar um papel coordenador na resolução do conflito na Líbia ao convocar um conjunto de encontros entre os principais grupos de poder Líbios (Dessi & Greco, 2018).

Estes encontros diplomáticos podem apoiar e facilitar os esforços de paz, permitindo às partes em conflito dialogar as suas posições. Uma das motivações basilares para a forma com a UA procura resolver o conflito pode ser o facto de a Líbia de Gaddafi ter sido um dos mais generosos provedores de apoio financeiro a esta organização pan-Africana (Dessi & Greco, 2018).

3.4.5.5. Liga Árabe

Para além de pedidos regulares à ONU para levantar o embargo de armas à Líbia, principalmente devido a exigências do Egipto, dos EAU e do PC, a Liga Árabe (LA) solicitou também aos atores internacionais para levantarem o congelamento de bens Líbios detidos no estrangeiro. No entanto, até à data, a LA não apresentou nenhuma iniciativa da sua parte. De forma óbvia, isto reflete as dificuldades em atingir uma posição única árabe, devido às diferentes visões dos EM da LA sobre como lidar com o conflito na Líbia. Estas clivagens internas têm sido demonstradas por tensões entre o Egipto e os EAU, por um lado, e o Qatar por outro, estando os três países profundamente envolvidos no conflito na Líbia (Dessi & Greco, 2018).

3.5. ANÁLISE DOS FATORES

Na análise dos fatores geopolíticos, os fatores devem ser entendidos como “um conjunto de agentes, elementos, condições ou causas de natureza geográfica, suscetíveis de serem operadas no levantamento de hipóteses para a construção de modelos dinâmicos de interpretação da realidade [. . .]” (IESM, 2007). No presente documento, apenas se apresenta os fatores e os seus elementos mais relevantes de modo a compreender corretamente as considerações geográficas com influência nas dinâmicas do conflito da Líbia.

3.5.1. Fator físico

A Líbia (Figura 24) é um país do Magreb, com uma área total de 1.759.540 Km², sendo o décimo sétimo maior país do mundo e o quarto maior do continente africano. Possui seis fronteiras terrestres, com o Egipto, Sudão, Chade, Níger, Argélia e Tunísia. Quanto à sua costa mediterrânica, o país tem 1770 Km de extensão. Pode-se considerar que a Itália e Malta são os seus vizinhos “indiretos” via marítima, mais importantes (<https://fanack.com>, 2018).



Figura 24 – Mapa da Líbia.

Fonte: fanack (2018).

A Líbia tem três regiões principais (Figura 25): a Oeste Tripolitânia, com a capital Trípoli; a Este Cirenaica, sendo sua a principal cidade Benghazi; e a Sul Fezã, com a sua principal cidade de Sabha. As características geográficas predominantes são a sua costa longa e aberta, ausência de barreiras naturais terrestres exceto no deserto do Sahara. O Sahara ocupa a maior parte do país e é a característica geográfica dominante (<https://fanack.com>, 2018).



Figura 25 – Regiões da Líbia.

Fonte: fanack (2018).

3.5.2. Fator humano

A Líbia tem uma população total de 6,754 milhões de habitantes e mais de 12% são imigrantes (CIA, 2018). A sua densidade populacional é bastante baixa, com apenas 3,46 pessoas por Km² e com uma distribuição muito desigual (Figura 26). Mais de 90% da população vive nas zonas costeiras, com mais de 50 habitantes/Km², sendo que 80,1% da população total vive em áreas urbanas. As maiores áreas urbanas são a capital Trípoli com 1,158 milhões de habitantes, Benghazi com 799 mil, Misratah com 801 mil e Sabha com 75 mil habitantes (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

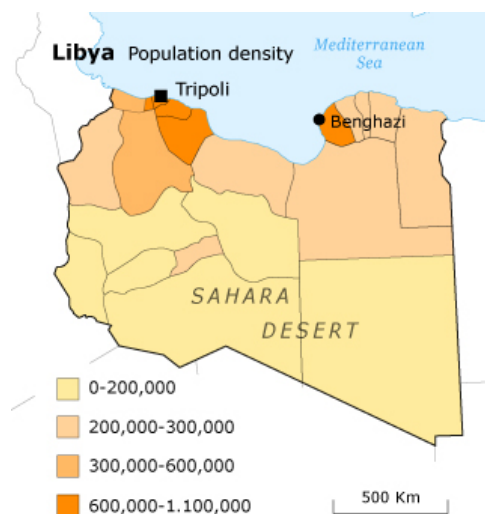


Figura 26 – Densidade Populacional da Líbia.

Fonte: fanack (2018).

Quanto aos grupos étnicos (Figura 27), 92% é de origem árabe, 5% são berberes e outras pequenas comunidades toubou e tuareg, e 3% são de origem grega, maltesa, egípcia, paquistanesa, turca, indiana e tunisina (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

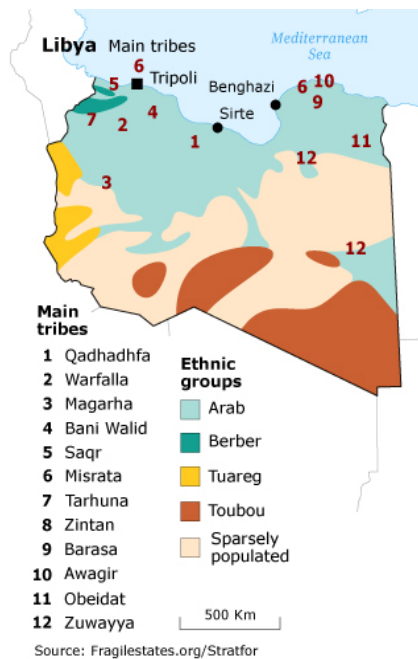


Figura 27 – Grupos Étnicos e Principais Tribos.

Fonte: fanack (2018).

No que concerne à religião, a grande maioria são muçulmanos sunitas (96,6%). Também se estima que exista aproximadamente 140 diferentes tribos na Líbia (<https://fanack.com>, 2018).

3.5.3. Fator recursos

Os principais recursos naturais da Líbia são o petróleo e o gás natural. As reservas de petróleo conhecidas totalizam 48000 milhões de barris, a nona maior do mundo e cerca de 3% das reservas totais do mundo. O petróleo da Líbia é de fácil extração e está próximo dos principais mercados de destino na Europa. Outro recurso natural de elevada importância para a Líbia é o gás natural. De acordo com as estimativas, as reservas naturais deste recurso situam-se em 177 trilhões de pés cúbicos. Para tornar mais eficiente a transformação destes recursos, a Líbia possui uma extensa rede de oleodutos e de gasodutos que ligam os campos de extração às refinarias e portos, para posterior exportação (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

O país ainda possui recursos minerais em quantidades consideráveis, mas com menor impacto na sua economia, tais como o gesso, cimento hidráulico, ferro gusa e ferro bruto (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

A agricultura é limitada pelo ambiente e pela escassez de mão de obra. Apenas 1% da área total do país é cultivada e apenas um décimo dessa área é irrigada. O trigo é a maior cultura, embora a cevada se adapte bem ao clima e ao solo. A agricultura apenas representa 2,6% do seu Produto Interno Bruto (PIB) e emprega 17% da população (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

No que concerne à pesca, o país embora tenha uma zona costeira extensa não possui uma forte tradição de pesca e de consumo de peixe (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

3.5.4. Fator circulação

O sistema rodoviário e ferroviário da Líbia foi desde sempre um problema. A estrada principal é uma autoestrada na zona costeira com 1170Km entre as fronteiras da Tunísia e do Egípto. Contudo, pouco mais de metade das estradas são asfaltadas. O país não possui sistema ferroviário (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

O sistema marítimo e aéreo apresenta várias infraestruturas. Existem vários portos, sendo os principais o de Trípoli, Benghazi, Marsa el-Brega, Minsurat e Al-Sidra. Também existem cinco grandes terminais petrolíferos. Quanto a aeroportos e aeródromos, a Líbia tem 59 com pistas pavimentadas e 83 com pistas não pavimentadas. A Líbia possui ainda seis aeroportos internacionais, sendo o principal o aeroporto internacional de Trípoli (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

3.5.5. Fator científico-tecnológico

A Líbia tem como motor de crescimento económico o setor energético ligado ao petróleo. Apesar disso, é de referir o projeto *Great Man-Made River* e o projeto de irrigação de Kufra, que tentaram ser um fator de desenvolvimento agrícola (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

O país possui diversas universidades e faculdades das áreas das ciências e das engenharias, no entanto existe uma grande predominância de mão de obra estrangeira em cargos científicos e técnicos especializados (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

3.5.6. Fator político-administrativo

No presente momento, a Líbia tem três centros de poder já referidos. Salientamos o reconhecido pela ONU, o PC, com sede em Trípoli, sendo liderado por Fayez al-Sarraj. Em dezembro de 2015 foi assinado o LPA, negociado pelas NU. De acordo com este documento o PC preside o GNA, também baseado em Trípoli. O GNA deveria ser empossado pela HoR, baseada em Tobruk (Toaldo & Fitzgerald, 2018).

Quanto ao poder local, o país tem 22 distritos. Relativamente a partidos políticos foram criados muitos partidos no fim da queda do regime de Gaddafi que disputam o poder entre si. No que concerne ao sistema judicial, o corpo administrativo do sistema judicial é independente do governo (<https://fanack.com>, 2018).

3.5.7. Fator económico

A economia do país, quase totalmente dependente das exportações de petróleo e gás natural, tem passado por dificuldades devido à insegurança e instabilidade política dos últimos anos, interrupções na produção de petróleo e pelo declínio nos preços do crude. A moeda local perdeu muito valor desde 2014 e a diferença entre as taxas de câmbio oficiais e do mercado negro estimulou o crescimento de uma economia paralela que contribui para o aumento da inflação (CIA, 2018; <https://fanack.com>, 2018).

3.5.8. Fator sociocultural

A população da Líbia é bastante homogénea, com uma comunidade predominantemente árabe e algumas pequenas minorias de berberes, tuaregues e toubou. Face a isto, a cultura árabe tornou-se dominante (<https://fanack.com>, 2018).

3.5.9. Fator militar

Atualmente o exército líbio está num momento de transição. O governo não consegue exercer controlo sobre as milícias, sendo o estado das forças armadas irreconhecível. Grande parte do armamento do regime de Gaddafi foi destruído nos combates, mas a parte restante está em parte desconhecida. Contudo vários países estão a apoiar a Líbia na reedificação das forças armadas da Líbia (<https://fanack.com>, 2018).

3.6. ANÁLISE GEOPOLÍTICA DO CONFLITO

3.6.1. Enquadramento e evolução do conflito

Os protestos iniciais de 15 a 19 de fevereiro de 2011, que se iniciaram com uma manifestação contra a prisão de um advogado de direitos humanos em frente à sede da polícia de Benghazi, transformaram-se numa guerra civil quando várias cidades do Norte da Líbia foram tomadas por grupo rebeldes armados que expulsaram violentamente as forças do governo e tentaram derrubar o governo central (Siebens & Case, 2012; Eriksson, A Fratricidal Libya and its Second Civil War, 2015). Simultaneamente aos confrontos e ao uso da violência indiscriminada e ilegal, as autoridades da Líbia iniciaram uma série de ofensivas para conter as

manifestações e prender os ativistas (Counterterrorism, 2012).

Em 26 de fevereiro de 2011, o conselho de segurança das NU aprovou, unanimemente, a Resolução 1970 referente à crise na Líbia, que serviu para avisar Gaddafi que a comunidade internacional não iria tolerar qualquer tipo de repressão violenta sobre manifestantes (Counterterrorism, 2012; Siebens & Case, 2012).

Em 27 de fevereiro de 2011, os rebeldes da revolução de Benghazi formaram um órgão político chamado de Conselho Nacional de Transição (TNC¹⁹) para atuar como face política da revolução e servir como representante legítimo do país e das pessoas da Líbia (Counterterrorism, 2012).

Depois de semanas de continuadas repressões por parte das forças líbias, o conselho de segurança das NU preparou e aprovou, em 17 de março de 2011, a Resolução 1973 que autorizava forças da OTAN a intervir na Líbia para proteger civis, incluindo uma zona de interdição aérea e embargo de armas (Siebens & Case, 2012; Eriksson, *A Fratricidal Libya and its Second Civil War*, 2015). O objetivo da operação militar iniciada a meio de março era proteger civis e reduzir a violência, mas a operação evoluiu para uma campanha para remover Gaddafi do poder. Em agosto de 2011, as forças rebeldes apoiadas pela OTAN, iniciaram uma ofensiva contra as forças do governo para recuperar território perdido nos últimos meses e conquistar a capital Trípoli (Siebens & Case, 2012; Eriksson, *A Fratricidal Libya and its Second Civil War*, 2015).

Em 16 de setembro, o TNC foi reconhecido pelas NU como representante legal da Líbia, substituindo o governo de Gaddafi. Muammar Gaddafi foi capturado e morto em 20 de outubro de 2011 na cidade de Sirte por rebeldes. O TNC declarou a libertação da Líbia e o fim da guerra em 23 de outubro de 2011, data a partir da qual o país entrou numa fase de transição política caracterizada por uma nova ordem social e política e, também, por uma insurgência de baixa intensidade levada a cabo por grupos leais a Gaddafi (Eriksson, *A Fratricidal Libya and its Second Civil War*, 2015).

Após a revolução e na ausência de um exército organizado, as milícias armadas continuaram a afirmar o seu papel como guardiões da revolução, havendo relatos de confrontos entre milícias rivais. Por outro lado, face aos inúmeros grupos armados não regulamentados, o TNC convocou todos esses grupos para se registarem e se unirem sob a égide do ministério da defesa. Esta iniciativa estabeleceu legitimidade a muitos grupos armados, incluindo o general Khalifa Haftar que legalizou o LNA (Chivvis & Martini, 2014).

Em julho de 2012 houve eleições livre e democráticas pela primeira vez, onde o GNC foi eleito. O TNC foi formalmente dissolvido em novembro desse

¹⁹ *Transitional National Council*

ano. Desde o verão de 2014 e decorrente de um grande turbilhão político, o poder político foi dividido em três governos diferentes, a meio de um crescente conflito no país (Chivvis & Martini, 2014; Toaldo & Fitzgerald, 2018).

A segunda guerra civil na Líbia é consequência do resultado das tensões políticas entre centristas, liberais e islamitas. Outro ponto de vista para o conflito é a disputa pelo controlo do território e do petróleo do país. A consequente escalada de violência resultou de uma situação em que havia três governos e forças armadas associadas disputando o domínio militar na Líbia e, ao mesmo tempo, procurando uma solução política negociada. Há, também, o aparecimento de outros atores, entre os quais os jihadistas que incluíam o ISIS (Eriksson & Bohman, 2018).

Apesar de todas as divergências políticas existentes e após negociações prolongadas ainda não foi possível assinar um acordo político verdadeiramente inclusivo que pusesse fim ao conflito.

3.6.2. O conflito e o Norte de África

O conflito na Líbia acarreta drásticas consequências para o Norte de África. Historicamente, as fronteiras da Líbia sempre foram bastante fáceis de cruzar por grupos armados. Essa situação, ainda se agravou mais, devido à dificuldade das autoridades da Líbia em controlar o seu território (Eriksson, 2015).

As políticas da Tunísia, Argélia e Marrocos para com a Líbia têm sido de contenção do conflito. Não só pela presença ao longo dos tempos de grupos armados na região, mas também pelo aparecimento de novos grupos que despertaram estes países para se manterem em alerta para possíveis ataques. A Tunísia, por sua vez, está a receber população em fuga proveniente da Líbia. Esta situação está a pressionar a Tunísia em termos sociais, como é o exemplo do aumento do preço da comida e do preço de compra ou de alugar de habitação, em virtude do aumento da população. Contudo a consequência mais imediata do conflito da Líbia são os grupos jihadistas armados que se podem alastrar para a Tunísia, bem como o número exageradamente alto de migrantes que se pode transformar num risco para a segurança do país (Eriksson, 2015; Lounnas, 2018).

A Argélia e Marrocos, assumiram o papel de agentes de poder na Líbia. Embora estes dois países prefiram resultados políticos diferentes para a Líbia, a unidade de um governo e a estabilidade da Líbia são preferíveis. Uma Líbia estável reduziria diversos desafios de segurança, incluindo pressionar os grupos armados que podem esconder armas e combatentes no seu território (Eriksson, 2015; Lounnas, 2018).

Quanto ao Egípto, um dos grandes desafios no que concerne à sua segurança nacional é o conflito da Líbia. A possibilidade de o conflito trazer a IM

da Líbia para o poder é um dos seus piores receios. Outro desafio de segurança prende-se com grupos terroristas que possam migrar para o Egipto ou apoiar os grupos aí sediados. Assim, quando o processo político na Líbia se desenvolveu desfavoravelmente para o Egipto, este envolveu-se militarmente no conflito interno da Líbia, apoiando as forças anti-islamitas de Haftar. Outra medida por parte do Egipto foi fechar a sua fronteira aos migrantes e refugiados (Eriksson, 2015).

3.6.3. O conflito e o “Grande Médio Oriente”

A intervenção militar da NATO na Líbia não foi feita sem o apoio da LA. Logo no seguimento da denúncia pelo CS das NU no final de fevereiro de 2011 de que Gaddafi estava a cometer crimes contra a humanidade, empregando a força letal contra o seu povo, a própria LA suspendeu a Líbia de participar nas suas sessões e apelou à comunidade internacional para impor uma *no-fly zone* sobre a Líbia (Daalder & James G. Stavridis, 2012). A própria coligação militar liderada pela NATO contou com a participação efetiva de meios aéreos do Qatar, dos EAU e da Jordânia (OTAN, 2015). No entanto, os interesses destes países, em particular o Qatar e os EAU diferiram desde o início do conflito.

Devido às relações pessoais entre a elite do Qatar, figuras autoritárias da IM e intelectuais e personalidades com tendências islamitas, o Qatar apoiou abertamente a revolta contra Gaddafi e operou ativamente para fortalecer as forças próximas dos seus aliados Islamitas, continuando a fazê-lo ainda hoje. Os interesses do Qatar na Líbia não são apenas económicos e políticos; o seu empenhamento na Líbia é uma forma de projeção de poder através da qual o Qatar apoia o estabelecimento de regimes que lhe são favoráveis em áreas de importância estratégica (Miller & Mezran, 2017).

Grande parte do apoio que o Qatar fornece aos seus aliados é feito em coordenação com as autoridades Turcas. O presidente turco, Recep Erdogan, tem falado muitas vezes com simpatia para com a causa dos islamitas na Líbia (Miller & Mezran, 2017).

Por seu lado, os EAU e a Arábia Saudita detêm uma posição diametralmente oposta à do Qatar. Na última década estes países têm visto a IM e o islão político como uma ameaça à sua própria existência. Como resultado têm lançado uma campanha determinada contra o Islão político por toda a região. Estas ações atingiram o seu pico em 2017 quando a Arábia Saudita, os EAU, o Egipto e o Bahrain agravaram os seus laços diplomáticos com o Qatar e procuraram isolar Doha através do corte das suas rotas terrestres, marítimas e aéreas, originando uma das mais significativas clivagens diplomáticas no Golfo Pérsico em décadas (Miller & Mezran, 2017).

3.6.4. Desafios e implicações para a segurança internacional

O conflito na Líbia veio trazer muitas implicações para a segurança internacional. Uma delas é o perigo de alastramento de grupos islâmicos e do radicalismo para os países vizinhos no Norte de África, nomeadamente a Tunísia, a Argélia e o Egipto. Neste sentido, estes países têm procurado a resolução do conflito para trazer estabilidade à região. Quanto aos dois primeiros, têm procurado, através da via diplomática, obter acordos entre as principais fações na Líbia a fim de obter uma solução o mais inclusiva possível, que traga estabilidade ao país e, conseqüentemente à região do Norte de África. Quanto ao Egipto, face aos próprios problemas internos que tem tido com a IM e com grupos radicalizados na península do Sinai e junto à fronteira com a Líbia, este tem apoiado diplomaticamente e militarmente a fação liderada por Haftar, o líder que está alinhado com a sua política de anti-islão político.

A miríade de atores internacionais que apoia as diferentes fações na Líbia, quer motivados por interesses económicos, políticos ou religiosos, também não têm sido fomentadores de uma solução inclusiva e verdadeiramente democrática. De um lado temos a Rússia, a França e os EAU, que apoiam Haftar. Os primeiros veem neste Marechal uma figura mais forte que poderá conseguir unir o país sob um único líder, e conseqüentemente mais estabilidade na região e eventualmente dividendos económicos ou diplomáticos. Os EAU, por seu turno, vêm em Haftar a possibilidade de conduzir uma *proxy war* contra o Qatar. Os EAU procuram que as fações islamitas apoiadas pelo Qatar não tomem o poder na Líbia. Esta visão do Islão como interveniente na política dos Estados é vista pelos EAU como uma ameaça ao seu próprio governo, pelo que procura suprimi-la sempre que pode. Quanto ao Qatar e à Turquia, por motivações ideológicas, políticas e económicas têm apoiado as fações islamitas e eventualmente, no caso do Qatar, até mesmo organizações terroristas. Estes países, em claro contraste com os apoiantes de Haftar são ilustradores da divergência de interesses existentes no conflito. O não acordo entre estes atores internacionais com diferentes interesses no país sobre uma solução para o conflito na Líbia pode perpetuar o conflito na Líbia através do apoio político, financeiro e material que vão dando às diferentes fações.

Outra grande implicação para a segurança internacional é o tráfego de imigrantes de África para a Europa. O desemprego elevado e a fraca microeconomia resultantes do conflito, levou a que o contrabando de imigrantes que vêm da fronteira Sul da Líbia em direção à Europa, fosse uma alternativa viável para obter rendimentos. Assim, a permeabilidade das suas fronteiras e o entendimento de que esta migração pode ser uma importante fonte de rendimento local coloca uma grande pressão na comunidade internacional para conter esta vaga de imigração.

A não estabilização económica da Líbia força o país a uma economia que vive da securitização local para proveitos locais e privados, bem como à exploração do tráfico e do contrabando como alternativa à ausência de emprego.

Por seu turno, a exploração dos seus ricos recursos naturais, em particular o petróleo, por grandes empresas petrolíferas²⁰ leva a que a resolução do conflito não seja imperativa para que os grandes interesses económicos instalados no país retirem os seus dividendos²¹. Independentemente da fação que controla as instalações e os portos petrolíferos, salvo algumas interrupções, os barris de petróleo continuam a ser exportados da Líbia. Sem que a comunidade internacional, principal interessada nos recursos, imponha a estabilidade, o consenso, a paz e a boa governação como requisitos para a autorização da exportação de petróleo, principal fonte de recursos do país, as principais fações não se sentirão pressionadas a chegar a um acordo entre si.

O insucesso da comunidade internacional, das organizações internacionais e das próprias instituições nacionais em atingir um consenso que leve a um acordo de paz duradouro e à estabilização da Líbia têm resultado num elevado desemprego, num fraco sentido de justiça social e a um vácuo de valores que pode levar a que a sociedade Líbia e os jovens em particular, vejam na radicalização e na criminalidade uma solução para os problemas.

3.7. CONCLUSÕES

Enquanto os recursos energéticos da Líbia lhe conferem uma importância económica à escala global, a sua posição de charneira entre a África e a Europa, conjugada com a permeabilidade das suas fronteiras tornam-na um ponto focal de interesse europeu para o controlo da migração ilegal para a Europa, bem como para grupos terroristas islâmicos que procuram espalhar a sua influência na região do Norte de África. Para além disso, a instabilidade existente no país é preocupação constante para os países vizinhos do Norte de África que temem o aumento da influência de grupos islamitas já existente no interior dos seus próprios territórios.

Enquanto a ONU procura obter um acordo para o conflito o mais inclusivo possível, diferentes países minam os esforços das NU através do apoio às fações em conflito, de forma a servirem os seus próprios interesses securitários, ideológicos, políticos ou religiosos.

Para o futuro da Líbia é essencial que sejam obtidos acordos inclusivos

²⁰ As empresas estrangeiras com participação na National Oil Corporation (NOC) da Líbia são a ENI, italiana, a TOTAL, francesa e as norte-americanas ConocoPhillips e Hess (Lewis, 2018).

²¹ A BP e a Shell acordaram firmar contratos anuais com a Líbia para adquirir petróleo (Wardany & Laura Hurst, 2018).

entre as principais funções para que, mediante a unificação dos poderes político e militar se possa caminhar para a construção do Estado e para a estabilização securitária e económica do país. Caso esse acordo seja conseguido é essencial que a comunidade internacional, em especial a UE, esteja pronta para investir fortemente no país no âmbito económico e securitário para que a sociedade Líbia, através da prosperidade e desenvolvimento, possa encontrar alternativas viáveis ao radicalismo, à criminalidade e ao contrabando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Academy, G. (2017). *Libya: A Short Guide on the Conflict*. Geneva: The Geneva Academy of International Humanitarian Law and Human Rights.
- Assad, A. (04 de dezembro de 2018). *NATO says ready to help rebuild Libya's security and military institutions*. The Libya Observer. Retirado de <https://www.libyaobserver.ly/news/nato-says-ready-help-rebuild-libyas-security-and-military-institutions>
- Britannica, T. E. (27 de novembro de 2018). *Libya Revolt of 2011*. Retirado de Encyclopaedia Britannica: <https://www.britannica.com/event/Libya-Revolt-of-2011>
- CEP. (18 de dezembro de 2018). *Ansar al-Sharia in Libya (ASL)*. Retirado de Counter Extremism Project: <https://www.counterextremism.com/threat/ansar-al-sharia-libya-asl>
- Chivvis, C., & Martini, J. (2014). *Libya After Qaddafi: Lessons and Implications for the Future*. RAND Corporation.
- CIA. (2018). <https://www.cia.gov>. Retirado de The World Factbook: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ly.html>
- Combaz, E. (2014). *Key actors, dynamics and issues of Libyan political economy*. Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham.
- Counterterrorism, I. f. (2012). *Libya Conflict: Mapping the Libyan Armed Conflict*. Syracuse, New York: Syracuse University College of Law.
- CS. (2012). *Repertoire of the Practice of the Security Council, 2010-2011: The Situation in Libya*. Nova Iorque: ONU.
- Daalder, I. H., & James G. Stavridis. (março/abril de 2012). *NATO's Victory in Libya - The Right Way to Run an Intervention*. Foreign Affairs, pp. 1-7.
- Dentice, G. (2017). *Egypt's Security and Haftar: al-Sisi's strategy in Libya*. Milão: instituto per Gli Studi di politica Internazionale. Retirado de <https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/egypts-security-and-haftar-al-sisis-strategy-libya-16284>

- Dessi, A., & Greco, E. (2018). *The Search for Stability in Libya*. Roma: Nuova Cultura. Retirado de http://www.iai.it/sites/default/files/iairs_1.pdf
- Durac, V. (2015). *The Role of Non-State Actors in Arab Countries after the Arab Uprisings*. Dublin: School of Politics and International Relations.
- Eriksson, M. (2015). *A Fratricidal Libya and its Second Civil War*.
- Eriksson, M., & Bohman, E. (2018). *The Second Libyan Civil War: Security developments during 2016-2017*.
- Ferreira, C. J. (2014). *Geopolítica do Brasil – A consolidação de uma Potência Regional e o despontar de uma Superpotência Emergente (1995 – 2010)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Fitzgerald, M. (2018). *Socio-Political Situation in Libya from the Urban Perspective*. Barcelona: Barcelona Centre for International Affairs.
- Fundação Bertelsmann. (2018). *BTI 2018 Country Report — Libya*. Gütersloh: Fundação Bertelsmann. Retirado de https://www.bti-project.org/fileadmin/files/BTI/Downloads/Reports/2018/pdf/BTI_2018_Libya.pdf
- Gebremichael, M., Kifle, A. A., Kidane, A., Wendyam, H., Fitiwi, M., & Shariff, Z. S. (2018). *Libya Conflict Insight*. Institute for Peace and Security Studies.
- Ghasem, S. (03 de outubro de 2018). natoassociation.ca. Retirado de NATO Association of Canada: Libya’s Main Players and NATO’s potential post-conflict role: <http://natoassociation.ca/libyas-main-players-and-natos-potential-post-conflict-role/>
- Harchaoui, J. (2018). *Too Close for Comfort - How Algeria Faces the Libyan Conflict*. Genebra, Suíça: Small Arms Survey. Retirado de <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/T-Briefing-Papers/SAS-SANA-BP-Algeria-Libya.pdf>
- Holm, U. (2013). *Libya in Transition: The Fragile and Insecure Relation between the Local, the National and the Regional*. Em L. R. Andersen, How the Local Matters. Democratization in Libya, Pakistan, Yemen and Palestine (pp. 26-45). Copenhagen: Danish Institute for International Studies. Retirado de http://www.diiis.dk/files/publications/Reports2013/RP2013-01-How-the-local-matters_web.jpg.pdf
- <https://fanack.com>. (29 de novembro de 2018). Retirado de Geography of Libya: <https://fanack.com/libya/geography/>
- Ibrahim, A. (26 de setembro de 2018). *Strategic Insights: ISIS in Libya: A Threat or a Dead-End?* Retirado de Strategic Studies Institute: <http://ssi.armywarcollege.edu/index.cfm/articles/ISIS-In-Libya/2018/09/26>
- IESM. (2007). Manual Escolar 71-00-0B, *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa.

- John, R. B. (2006). *Historical Dictionary of Libya*. Toronto: The Scarecrow Press, Inc.
- Jones, S. G., Dobbins, J., Byman, D., Chivvis, C. S., Connable, B., Martini, J., . . . Chandler, N. (2017). *Rolling Back the Islamic State*. Santa Monica, California: RAND Corporation. Retirado de https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1912.html
- Kuperman, A. J. (2013). *Lessons from Libya: How Not to Intervene*. Retirado de Harvard Kennedy School – Kelfer Center Quarterly Journal: International Security: <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/Kuperman%20policy%20brief%20published%20version%202.pdf>
- Lacher, W. (2013). *Fault Lines of the Revolution: Political Actors, Camps and Conflicts in the New Libya*. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik / German Institute for International and Security Affairs. Retirado de http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2013_RP04_lac.pdf
- Lewis, A. (05 de março de 2018). *How unstable is Libya's oil production?* Retirado de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-libya-oil-explainer/how-unstable-is-libyas-oil-production-idUSKBN1GH2LY>
- Lounnas, D. (2018). *The Libyan Security Continuum: The Impact of the Libyan Crisis on the North African/Sahelian Regional System*. MENARA Working Papers.
- Meddeb, H. (abril de 2017). *Precarious Resilience: Tunisia's Libyan Predictament*. projeto "MENARA" financiado pela European Union's Horizon 2020 Research and Innovation programme.
- Metz, H. C. (1989). *Libya: a Country Study*. Library of Congress. Federal Research Division.
- Mezran, K., & Varvelli, A. (2017). *Libyan Crisis: International Actors at Play*. Foreign Actors in Libya's Crisis, pp. 13-21.
- Miller, E., & Mezran, K. (2017). *Libya: From Intervention to Proxy War*. Washington: Atlantic Council. Retirado de https://www.atlanticcouncil.org/images/publications/Libya_From_Intervention_to_Proxy_War_web_712.pdf
- Missaglia, N. (02 de fevereiro de 2017). *Chaos in Libya: A Background*. (I. p. Internazionale, Ed.) Retirado de www.ispionline.it: <https://www.ispionline.it/it/publicazione/chaos-libya-background-17108>
- OS. (12 de setembro de 2018). *The United States and UN Sanction Libyan Militia Leader Ibrahim Jadhran*. (B. o. Relations, Editor, & O. o. Spokesperson, Produtor) Retirado de U.S. Department of State: <https://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2018/09/285870.htm>
- OTAN. (2011). *NATO No-Fly Zone over Libya Operation UNIFIED PROTECTOR Fact Sheet*. Public Diplomacy Division (PDD). Retirado de https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_03/20110325_110325-unified-protector-no-fly-zone.pdf

- OTAN. (2011). *Operation UNIFIED PROTECTOR Protection of Civilians and Civilian-Populated Areas & Enforcement of the No-Fly Zone - Fact Sheet*. Public Diplomacy Division (PDD). Retirado de https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2011_10/20111005_111005-factsheet_protection_civilians.pdf
- OTAN. (09 de novembro de 2015). *NATO and Libya (Archived)*. Retirado de www.nato.int: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_71652.htm#
- Peace, T. U. (05 de abril de 2018). *The Current Situation in Libya*. Retirado de The United States Institute of Peace: <https://www.usip.org/publications/2018/04/current-situation-libya>
- Prashad, V. (2012). *Arab Spring, Libyan Winter*. AK Press.
- Santopinto, F. (2018). *Crise libyenne : rôles et enjeux de l'UE et ses membres*. Bruxelas: Groupe de Recherche et d'Information sur la Paix et la Sécurité.
- Siebens, J., & Case, B. (2012). *The Libyan Civil War: Context and Consequences*. Think International and Human Security.
- Stratfor. (2018). *Libya overview*. Retirado de stratfor: <https://worldview.stratfor.com/region/middle-east-and-north-africa/libya>
- Toaldo, M., & Fitzgerald, M. (28 de novembro de 2018). *A Quick Guide to Libya's Main Players*. Retirado de European Council on Foreign Relations: https://www.ecfr.eu/mena/mapping_libya_conflict
- UE. (09 de novembro de 2018). *EU-Libya relations*. Bruxelas, Bélgica. Retirado de https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/19163/EU-Libya%20relations
- UNSC (Realizador). (2018). *SRSR Ghassan Salame briefs UN Security Council on Libya (5/9/2018)* [Filme]. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=kLSEasAr3aY>
- UNSMIL. (08 de dezembro de 2018). *UNSMIL Mission in Libya*. retirado de UNSMIL Mission in Libya: <https://unsmil.unmissions.org/mandate>
- Vandewalle, D. (2012). *A History of Modern Libya (2ª Edição ed.)*. New York: Cambridge University Press.
- Wardany, S. E., & Laura Hurst. (17 de janeiro de 2018). *Shell and BP to Buy Libyan Oil as Country Recovers*. Retirado de bloomberg: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-01-17/shell-and-bp-are-said-to-agree-2018-deals-to-buy-libyan-oil>

4. CONFLITO NO IÉMEN: DINÂMICAS ESTRUTURAIS E A SUA DENSIDADE EMERGENTE

Adérito Grazina Rodrigues
Major de Infantaria da GNR

Jorge Manuel Martins Magalhães
Major de Infantaria do Exército

4.1. INTRODUÇÃO

O Médio Oriente tem sido palco de conflitos violentos, com significativos impactos à escala local que também se refletem à escala global. As alterações geopolíticas originaram a competição pelo poder entre potências regionais e globais, Estados e atores não estatais (Kausch, 2015). Variados atores estatais e não estatais procuram exercer a sua influência através do uso da força na procura do poder. O vazio de poder levou à disseminação das *proxy war*, que segundo Guedes (2014) aludem “a guerras nas quais os oponentes utilizam partes terceiras, sejam elas forças governamentais, mercenários, ou atores não-estaduais, como seus substitutos na condução material do conflito” (Guedes, 2014, p. 1).

Neste contexto, o Iémen é um país que tem passado por conflitos armados com impacto ao nível regional e global. Trata-se do país mais a Sul da Península Arábica, que vive uma situação grave, que para além da pobreza, enfrenta um conflito de difícil solução e uma grave crise humanitária. Uma guerra civil multipolar apoiada por potências regionais e globais concorrentes criou um impasse sangrento com pouco incentivo para qualquer das partes negociar. O Estado não tem capacidade para exercer o seu poder e os atores não estatais controlam partes do território, incluindo infraestruturas críticas, gerando oportunidades para a proliferação de organizações terroristas (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017). Economicamente é altamente dependente dos recursos petrolíferos que têm vindo a escassear. Embora seja um país em que se fala de uma “guerra esquecida” pelo facto da comunidade internacional encarar a situação com aparente indiferença, o Iémen é possuidor de um ponto estratégico com especial importância para o comércio marítimo mundial, o Estreito de *Bab el-Mandeb*, com grande interesse para os vários atores do Médio Oriente e do Ocidente.

O presente trabalho enquadra-se no tema geral “O ‘grande médio oriente’ alargado: atores estatais e não estatais, internos e externos, próximos e distantes”, sendo o tema específico deste trabalho “O conflito no Iémen: dinâmicas estruturais e a sua densidade emergente”.

A investigação tem como objetivo geral (OG) analisar a evolução recente do

conflito (atores estatais e não estatais internos) e as suas implicações securitárias gerais. Para o efeito será analisado o Iémen na atualidade com foco nos fatores político, militar, económico, social, informacional, infraestruturas e ambiente físico. Neste seguimento, passar-se-á igualmente a analisar o potencial estratégico do Iémen na Península Arábica e a implicação securitária do conflito na atualidade.

Com base no OG pretende-se explorar os fatores que potenciaram o conflito no Iémen. Desta forma, ao longo da investigação serão abordadas as características do potencial estratégico do Iémen na Península Arábica, os atores estatais e não estatais internos, e as respetivas implicações securitárias do conflito.

A metodologia adotada baseia-se no raciocínio indutivo, procurando desenvolver uma visão alargada do fenómeno no Iémen, que permita consolidar perspetivas e orientações para o futuro (Freixo, 2011; Santos & Lima, 2016). Optou-se por uma estratégia de investigação qualitativa pelo facto de se pretender recolher informação em profundidade e em continuidade, com o objetivo de compreender o fenómeno em estudo na sua totalidade e alcançar uma interpretação da realidade (Vilelas, 2009).

4.2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Neste capítulo será efetuado o enquadramento histórico do Iémen, nomeadamente, os principais acontecimentos que estiveram na génese da formação deste país, a fim de enquadrar os acontecimentos na atualidade.

A geografia foi um fator que determinou fortemente a história do Iémen (Andrews, 2016) desde logo com surgimento das grandes civilizações antigas a Norte e Leste do Egípto, da Mesopotâmia e da bacia do Mediterrâneo. Desde 1000 antes de Cristo (a.C.) até 500 depois de Cristo (d.C.) este canto da Península Arábica permitiu a ligação comercial terrestre entre estas civilizações e os bens provenientes do Sul da Arábia, da África Oriental e do subcontinente Indiano. Esta ligação era conhecida pela rota do incenso que seguia ao longo do deserto, desde a costa Noroeste do Mar da Arábia passando por *Najran*, *Petra* e outros entrepostos até chegar às civilizações mais ricas e desenvolvidas a Norte (Burrowes, 2010).

Segundo Burrowes (2010) e Andrews (2016), a prosperidade dos Estados e das sociedades do interior do Iémen resultava das capacidades destas controlarem e taxarem a passagem de bens procurados por outros povos, de tal forma que o Iémen era conhecido na Roma antiga por “Arábia Felix” que significava feliz ou rica, por contraposição à região que, hoje corresponde à Arábia Saudita e que nessa época era conhecida por “Arábia Deserta”. Contudo, quando os Romanos ocuparam o Egípto (século I a.C.), rapidamente transformaram o Mar Vermelho na sua principal rota de comércio provocando o declínio dos povos e reinos comerciais do interior do Iémen (Burrowes, 2010).

A era Islâmica que teve início no século VII d.C., comporta um conjunto de eventos críticos para a formação do Iémen e do seu povo. A força com que o islamismo “explodiu” para fora de Meca e Medina provocou, entre outras, a islamização do Iémen. De acordo com Burrowes (2010) os Turcos Otomanos, que tinham invadido o Iémen no século XVI, foram, após uma longa luta onde o líder era o Imã *Zaydi*, expulsos no século seguinte, tendo servido esta luta para fazer crescer o sentimento de união entre o povo do Iémen. Apesar do rápido desenvolvimento do Iémen junto à costa devido ao comércio de café, os povos da zona interior continuaram isolados e ignorados pelo resto do mundo desde a metade do século XVII até metade do século XIX. Durante este período a Europa Ocidental teve um desenvolvimento tecnológico enorme começando a exercer um controlo sobre o resto do mundo, incluindo sobre o Iémen (Burrowes, 2010), como veremos a seguir.

Em termos históricos, o Iémen não foi um país onde predominassem os conflitos religiosos ou confessionais pois a população do país é quase totalmente muçulmana e destes cerca de 35% é xiita (Andrews, 2016; Burrowes, 2010). No entanto, inúmeros episódios de confrontos não só tribais, mas também entre o Norte e o Sul do país que levou inclusive à formação de dois países independentes que predominaram durante quase todo o século XX (Andrews, 2016). De acordo com Burrowes & Wenner (2018) este processo de formação iniciou-se em 1839 com a tomada de Áden pela Grã-Bretanha que, converteu o porto numa importante base naval como forma de controlar o Mar Vermelho e ao mesmo tempo celebrar acordos com nove tribos do interior do território do Iémen como forma de se protegerem de possíveis investidas por terra. Estas tribos constituíam praticamente todos os povos do Sul do Iémen, criando-se assim em 1874 um protetorado Britânico. Por sua vez em 1849, os Turcos Otomanos ocuparam militarmente e de forma progressiva o Norte do Iémen até que em 1872 todo o Norte do Iémen era já uma província Otomana (Stearns, 2002). Durante este período de ocupação os Turcos Otomanos tentaram reformar o país e torná-lo mais desenvolvido, mas as tribos iemenitas lideradas por *Yahya*, cedo se revoltaram principalmente contra o acordo firmado entre os Otomanos e os Britânicos que efetivava a divisão Norte/Sul do país.

O Norte do Iémen conquistou a independência do Império Otomano no ano de 1918 logo após a derrota dos Turcos na I Guerra Mundial, tendo sido liderados durante esse processo, pelo imã zaidita *Yahya Muhamma Hamid ad-Din* que, em 1926 se autoproclamou monarca do reino *Mutawakkilita* do Iémen. Já o protetorado dos Britânicos no Sul do Iémen, veio a terminar em 1967 quando estes retiraram do Suez (Andrews, 2016). A partir desta altura, *Yahya* já como monarca governou o reino de forma autocrática e isolacionista usando políticas de autossubsistência que não promoviam qualquer tipo de desenvolvimento económico-social levando

à insatisfação de alguns estratos da sociedade iemenita. Esta insatisfação originou em 1948 um golpe de estado onde o líder *Yahya* foi assassinado (Stearns, 2002). O seu sucessor, apoiado pelas elites tribais, foi o seu filho *Ahmad*, que governou de forma ainda mais autocrática e repressiva que o seu pai, mas acabou com a política isolacionista permitindo a prospeção de petróleo, a presença de embaixadores de outros países e ajuda externa, chegando mesmo a pertencer em 1958, aos Estados Árabes Unidos²².

Apesar de tudo, o Norte e o Sul nunca tiveram grande estabilidade como iremos ver de seguida. Em 1962, os Oficiais do Exército iemenita desencadearam um golpe de Estado provocando uma guerra tribal entre monárquicos e republicanos²³ tendo estes, vencido e criado a República Árabe do Iémen (RAI). Em 1963, a Frente de Libertação do Iémen do Sul Ocupado (FLISO) e a Frente de Libertação Nacional (FLN), inspiradas na RAI, iniciaram a luta armada contra o domínio britânico no Sul, saindo vitoriosos e criando em 1967 a República Popular do Iémen do Sul (RPIS), que em 1970 mudou o nome para República Popular Democrática do Iémen (RPDI). Em 1986 houve novamente uma guerra civil e em 1990, o Norte e a RPDI aceitaram unir-se. Esta união deveu-se não só ao colapso da União Soviética, mas também a uma promessa de descoberta de petróleo e de gás na fronteira dos dois países (Norte e RPDI) tendo sido o presidente *Saleh*, o primeiro presidente da nova nação chamada República do Iémen (Andrews, 2016).

Contudo, esta união não se afigurou fácil, pois o não apoio do Iémen aos EUA aquando da primeira Guerra do Golfo levou como retaliação, à consequente expulsão dos trabalhadores iemenitas pela Arábia Saudita, mergulhando o país em novas disputas entre fações e confrontos entre o Norte e o Sul, e a uma nova guerra civil em 1994, com o Sul a declarar a sua secessão criando a República Democrática do Iémen (Andrews, 2016; Chatam House, 2015) sem no entanto nunca terem obtido o reconhecimento internacional.

4.2.1. Síntese

Durante séculos o Iémen tem sido um país em constantes guerras internas não só entre as tribos do Norte e as tribos do Sul, entre as tribos e as potências colonizadoras, mas também entre os rebeldes *Houthis* e o governo do país. Na história mais recente têm existido conflitos violentos entre grupos terroristas, o governo e os rebeldes *Houthis*. Este conflito será mais o resultado de uma fricção entre tribos do que propriamente um conflito sectário ou religioso. Atualmente,

²² Estados Árabes Unidos: confederação constituída pela Síria, Egípto e Iémen e que apenas durou três anos.

²³ Os monárquicos eram apoiados pela Arábia Saudita e os republicanos pelo Egípto.

existem grupos terroristas como a AQPA e o EI, que atuam permanentemente no Iémen em virtude da turbulência constante que existe no país.

4.3. ATORES ESTATAIS E NÃO-ESTATAIS INTERNOS DO CONFLITO

Passaremos agora a apresentar e descrever os atores estatais e os atores não-estatais internos (Figura 1) que são responsáveis para que este conflito permaneça sem um fim à vista, nomeadamente os *Houthis*, o *Islah*, o Presidente Hadi e a aliança com o *Islah*, a *Al-Qaeda* na Península Arábica (AQPA), o autoproclamado Estado Islâmico (EI) os mercenários e os atores não cinéticos da região.

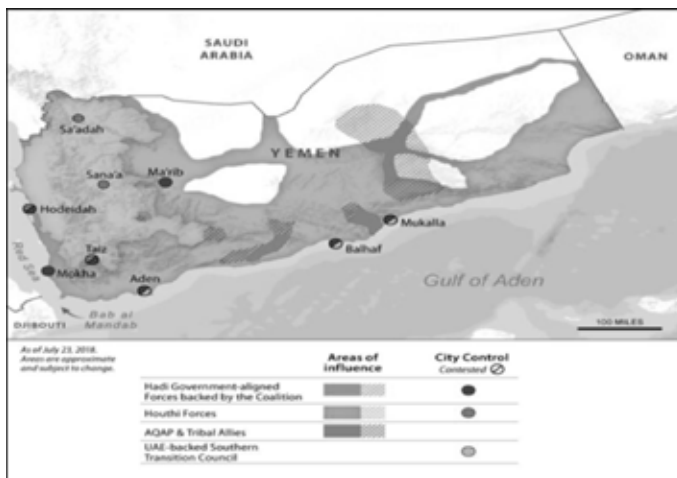


Figura 28 – Áreas de influência de atores estatais e não estatais do Iémen.
Fonte: Sharp (2018, p. 3).

Os *Houthis* também designados como *Ansar Allah* (Ajudantes de Deus), são muçulmanos zaiditas, ou seja, pertencem a uma pequena seita xiita próxima do Islão sunita que neste caso específico se caracterizam por venerar cinco imãs²⁴. O seu nome é proveniente de *Hussein Badreddin al-Houthi* que foi membro do parlamento iemenita e que ficou conhecido por, em junho de 2004, ter encetado uma rebelião contra o presidente *Saleh* (Andrews, 2016). Os *Houthis* controlam a cidade de *Sanaa* e grande parte do Oeste do Iémen. O seu notável aumento de poder leva a que se especule que poderão ser os próximos governantes do Iémen (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Os *Houthis* travaram seis guerras contra o governo do ex-presidente *Saleh*, entre 2004 e 2010. Os levantamentos de 2011, aquando da Revolução iemenita

²⁴ Existem outros xiitas que veneram 7 e outros 12 imãs (Andrews, 2016).

que alteraram a dinâmica política do país e catalisaram a ascensão dos *Houthis*, impulsionou-os para o centro do cenário político nacional. Participaram ativamente nessa Revolução defendendo posições populares como a existência de um Estado Federal e o pluralismo político. A sua posição contra o ex-presidente *Saleh* ajudou-os a ganhar credibilidade. Rejeitaram a implementação do *Gulf Cooperation Council* (GCC) de *Hadi*, por considerarem um jogo de poder das elites que não representava os interesses do povo do Iémen. O atual líder, *Abdul Malik al Houthi*, vem de uma proeminente família *Zaydi*, que procura restaurar a liderança *Zaydi* que terminou em 1962. *Abdul Malik al Houthi* tornou-se líder após a morte de seu irmão, *Hussein al Houthi* em 2004, e lidera agora em conjunto com outro irmão *Houthi* de nome *Yahi* (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Os *Houthis* são um movimento composto a partir de partidos religiosos, esquerdistas e rebeldes, unidos sob uma coligação contra a política e a sociedade estabelecidas. Existem assim, três elementos que constituem a espinha dorsal da sua ideologia – o zaidismo, o anti ocidentalismo e o anti convencionalismo (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Ao longo dos seus conflitos com o governo iemenita (2004 a 2011), mantiveram sempre a sua mensagem deliberadamente inclusiva, mas vaga. Dentro deste movimento existem uns que têm como objetivo restaurar a liderança *Zaydi* e governar o Iémen, enquanto outros querem apenas criar um estado independente no Nordeste do país. Muitos destes membros contrastam a sua retórica inclusiva com táticas de repressão, demonstrando uma clara falta de tolerância religiosa contra os sunitas, nas áreas em que tomaram o poder (Andrews, 2016).

O Partido *Islah* foi fundado em 1990 depois da criação do novo Estado iemenita. Foi o resultado da combinação da Irmandade Muçulmana, muito influentes nas maiores cidades, dos islamistas tribais e de líderes salafistas que administravam o sistema das madraças. Politicamente este partido representava os interesses comerciais, os conservadores, os pragmáticos e os tradicionalistas. Este partido foi incorporado no parlamento, mas separou-se deste no final dos anos 90. O *Islah* é atualmente, um partido pragmático que já foi oponente, mas também apoiante do governo do país.

Existem enormes variações nas suas crenças de tal forma que num dos seus manifestos afirmam que são uma organização política popular que procura a reforma de todos os aspetos da vida com base em princípios e ensinamentos islâmicos. Existem dois fatores que são da maior importância para o *Islah*: em primeiro lugar, acreditam na lei da *Sharia* e na implementação do Islamismo como forma de estruturar a vida social e política, são orgulhosos defensores do sunismo e preocupam-se com a influência dos *Houthis* e do Irão no país e defendem a

liberdade individual, os direitos de género e a democracia. O seu membro mais famoso é o ativista dos direitos humanos e Prémio Nobel *Tawakel Karman*. Em segundo lugar, são um partido que acredita na mudança evolutiva e que esta deve ser atingida através da *realpolitik* e da tomada de decisões, demonstrando-se dispostos a trabalhar em conjunto com outros partidos iemenitas (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017; Central Intelligence Agency [CIA], 2018).

Tal como acontece com os *Houthis*, também o *Islah*, devido à amplitude ideológica dentro do próprio partido, não consegue falar a uma só voz nas questões importantes. No entanto, o *Islah* quer limitar a força dos *Houthis* para ser uma parte ativa e importante do próximo governo do Iémen; cimentar os valores islâmicos no centro da governação política e catalisar uma melhoria rápida nas condições do país (CIA, 2018).

O *Islah* desempenhou um papel fundamental na formação do Estado iemenita e na manutenção do governo de *Saleh*. O seu poder vem das ligações muito próximas com famílias tribais e valores religiosos tradicionais, juntamente com os próprios líderes tribais. A grande proeza militar do *Islah* resulta da Arábia Saudita confiar e apoiar-se neles para combater os *Houthis* no terreno. Contudo esta é uma situação complicada devido ao facto da Arábia Saudita não gostar da Irmandade Muçulmana. O *Islah* tem também um forte histórico de sucesso na prestação de serviços sociais, trabalhando com os líderes comunitários com o objetivo de proporcionar educação, habitação e cuidados de saúde (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

O Presidente *Hadi* alega que a Resolução n.º 2216 do Conselho de Segurança das Nações Unidas legitima o seu governo, uma vez que apela a todas as partes que se abstenham de tomar quaisquer medidas que prejudiquem a legitimidade do Presidente do Iémen. O *Islah*, no que a este ponto diz respeito, apoia a posição de *Hadi* mas não acredita que este esteja preparado para ser presidente do Iémen. *Hadi* era Major do Exército iemenita do Sul, fugindo para o Norte em 1986 e tornando-se aliado de *Saleh*. Foi durante 18 anos, vice-presidente de *Saleh* e assumiu a presidência após as insurreições de 2011 (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017). Acredita que tem o direito de governar o país e que deve ser o presidente de um único e unificado Iémen. Porém, *Hadi* tem pouca legitimidade junto da população e, como resultado, tem uma esfera de influência limitada. Tem sido acusado de corrupção, associação com o antigo regime e incapacidade de inspirar as pessoas e de unir os líderes. Até mesmo os Sauditas, não têm certeza da sua capacidade governar. *Hadi* pode ser, portanto, um presidente a prazo até aparecer uma alternativa melhor. Contudo, ele mantém o controlo das Forças Armadas do Iémen, que apesar das muitas deserções permanecem bem equipadas

(Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

A AQPA foi descrita pela Administração Obama como a mais ativa e perigosa filial da Al-Qaeda, sendo constituída por vários milhares de adeptos e combatentes dentro do Iémen (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017). A AQPA resultou da junção, em janeiro de 2009, da Al-Qaeda no Iémen e da Al-Qaeda na Arábia Saudita. Está sediada no Iémen devido à elevada repressão das autoridades da Arábia Saudita e era liderada por *Nasir al-Wuhayshi* que foi morto em 2015 num ataque de um *drone* americano (Andrews, 2016). Em dezembro de 2015, a AQPA controlava grande parte da Província de *Abyan*, e apesar de terem perdido o controlo de *Mulkalla* na Primavera de 2016, mantêm ainda uma quantidade significativa de território controlado. A AQPA iniciou uma campanha de “*hearts and minds*” para conquistar os iemenitas, cansados de décadas de governações desastrosas e ineficazes (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

Osama Bin Laden, ele próprio iemenita, planeou fazer do Iémen – devido às características do território montanhoso e malgovernado, próximo da África Oriental e sem grande atenção concedida por parte da Comunidade Internacional (CI) - a base da Al-Qaeda. Segundo Andrew (2016), pensa-se que a AQPA tenha entre 1000 e 3000 combatentes e embora tenha sofrido algumas baixas de vulto, resultado dos esforços de contraterrorismo dos EUA e do regime iemenita, a verdade é que continua a realizar vários ataques à bomba e ataques suicidas, não só no Iémen mas também no Ocidente. (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

A Al-Qaeda é um grupo radical transnacional. Em 2012 podia ler-se no seu sítio da internet a necessidade de “expulsar os judeus e cristãos da Península Arábica” e “estabelecer o califado islâmico e o regime de *Shari’ah* que os governos apóstatas suspenderam” (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017). A AQPA atuava no Iémen dentro de uma rede salafista abrangente, onde estavam incluídos muitos daqueles que faziam parte do *Islah* e que eram hostis ao radicalismo da AQPA levando a uma grande fonte de tensão entre as partes, mas que ultimamente, tem diminuído devido ao aumento do grau de cooperação entre eles (Andrews, 2016).

O objetivo da Al-Qaeda é estabelecer um califado transnacional. A AQPA tem historicamente tentado através do terror e da luta armada a desestabilização e dissolução do Estado iemenita. Ao contrário do autoproclamado Estado Islâmico, a AQPA tentou sempre inserir-se nas populações locais, em vez de cometer atentados terroristas, ganhando a reputação de serem governadores firmes e eficazes.

O EI tem como objetivo substituir o governo do Iémen e as forças *Houthis*. A sua atividade é exercida principalmente no Sul e no centro do Iémen, onde os operacionais realizam ataques contra forças *Houthis*, muçulmanos, xiitas, instalações e pessoal do governo (CIA, 2018; Middle East and North Africa [MENA], 2015).

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) têm enviado secretamente mercenários colombianos para combater no Iémen. A experiência dos colombianos em combater guerrilheiros esquerdistas e traficantes de drogas no seu país tornou-os recrutas atraentes para os EAU que fazem parte da coligação que combate os *Houthis* mas cujo Exército é relativamente inexperiente. Por outro lado, na consulta de outras fontes, foi possível apurar que os mercenários têm sido contratados por empresas privadas americanas e, em alguns casos, diretamente pelos EAU (Agency French Press [AFP], 2015). Segundo o analista *William Hartung*, o governo dos EUA treinou cerca de 30 mil soldados dos quatro países que compõem a força mercenária latino-americana no Iémen (Near East News Agency [NENA], 2015).

No Iémen existem diversas organizações nacionais e internacionais a trabalhar no terreno para fornecerem apoio à população, mesmo com perigo para a segurança dos seus elementos. Enfrentam ainda diversos obstáculos, sugerindo-se a consulta da Figura 2 sobre as principais restrições. A fragmentação do controlo territorial tornou extremamente difícil fornecer assistência, particularmente no Sul do país, onde o Estado é incapaz de se afirmar e oferecer garantias de segurança para os ativistas humanitários. Algumas instalações das agências humanitárias têm sido alvo de ataques afetando severamente a capacidade das mesmas em operar (MENA, 2015).

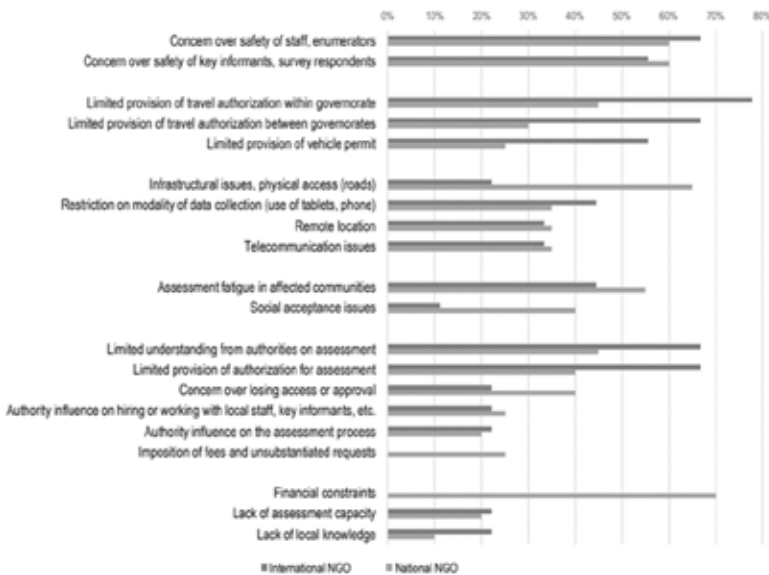


Figura 29 – Restrições às Organizações internacionais e nacionais no Iémen.

Fonte: REACH (2017).

4.3.1. Síntese

De forma a exercer uma ação indireta, os EUA e os EAU, têm recorrido à contratação e treino de mercenários colombianos, principalmente para combater os *Houthis*, embora também lutem contra todas as forças opositoras ao governo do Iémen.

No âmbito da ajuda humanitária existem diversas organizações nacionais e internacionais que por muitas vezes não conseguem executar o seu trabalho no terreno e que acabam por ser vítimas das forças hostis em conflito no Iémen.

4.4. ESTUDO DOS FATORES GEOESTRATÉGICOS (ORDEM GEOGRÁFICA E ESTRUTURAL)

Considerando o enquadramento histórico e os atores estatais e não-estatais internos, passa-se a realizar a análise dos fatores geoestratégicos, de ordem geográfica e estrutural, do Iémen.

Como fatores geoestratégicos de ordem geográfica, passaremos a apresentar os fatores físico, humano, recursos naturais e circulação.

O Iémen é um importante país no Médio Oriente que tem uma longa fronteira com a Arábia Saudita e acesso direto às principais vias navegáveis, incluindo o Mar Vermelho e o Golfo de Áden (Figura 3). O território fora da capital de *Sanaa* tem uma geografia diversa, incluindo vastas áreas desérticas e montanhas extremamente acidentadas (Terril, 2011).



Figura 30 – Mapa do Iémen.

Fonte: On the world map (2018).

O Iémen possui um território com cerca de 527.000 Km², situado a Sudoeste da Península Arábica no Mar Vermelho. A sua fronteira terrestre é dividida entre *Oman*, com uma extensão de 294 Km, e a Arábia Saudita, com 1307 Km de extensão. É provido de uma área costeira de 1906 Km, limitado ao Sul pelo Golfo de Áden e pelo Mar da Arábia e a Oeste pelo Mar Vermelho. Também possui várias ilhas, entre as quais o grupo *Kamarân* e as ilhas *Hanesh* no Mar Vermelho, a ilha de *Socotra*, sendo a maior ilha do Iémen, localizada no Mar da Arábia e a ilha de *Perim*, no Estreito de *Bab el-Mandeb*, que separa a Península Arábica do continente africano (Worldatlas, 2018).

No que respeita à zona marítima, o Iémen reivindica um mar territorial de 12 milhas náuticas, uma zona contígua de 24 milhas náuticas, uma zona económica exclusiva de 200 milhas náuticas e uma plataforma continental de 200 milhas náuticas (Dumont, 2010). Importa destacar o Estreito de *Bab el-Mandeb*, que constitui uma localização estratégica pois liga o Mar Vermelho ao Golfo de Áden e por ser ainda o único acesso deste ao Oceano Índico, constituindo uma das rotas marítimas mais ativas do mundo (CIA, 2018).

A população do Iémen é predominantemente árabe, mas também inclui afro-árabes, sul-asiáticos e europeus. O árabe é a língua oficial, embora a língua inglesa também seja usada nos círculos oficiais e empresariais. A maioria da população é muçulmana, cerca de 99,1%, dos quais 65% são sunitas e 35% são xiitas. Os restantes, cerca de 0,9%, inclui judeus, *bahá'ís*, hindus e cristãos (CIA, 2018). As divisões religiosas do Iémen são em grande parte paralelas à geografia do país. O Noroeste do Iémen é habitado principalmente por xiitas. O Sul e o Leste do país, são habitados por muçulmanos sunitas, que têm mais em comum quanto às crenças religiosas com os outros países árabes e com o Egito (European Council on Foreign Relations [ECFR], 2017).

Devido aos conflitos no país, a situação humanitária é grave. Segundo os dados do *The World Bank*, mais de 3 milhões de pessoas foram forçadas a fugir das suas casas, das quais 2 milhões permanecem deslocadas. Cerca de 22,2 milhões de pessoas necessitam de assistência humanitária, mais da metade (11,3 milhões) requerem assistência urgente (The World Bank, 2018). A fragmentação territorial tornou extremamente difícil fornecer assistência, particularmente no Sul do país, onde o estado é incapaz de se afirmar e oferecer garantias de segurança para os ativistas humanitários (MENA, 2015).

Os principais recursos naturais do Iémen são o petróleo, o gás natural e as terras agrícolas produtivas no Oeste. Outros recursos naturais incluem peixe e marisco, sal, mármore e pequenos depósitos de carvão, ouro, chumbo, níquel e cobre (Dumont, 2010). O país não possui fontes naturais de água permanentes,

O estreito está localizado entre o Iémen, o Djibuti e a Eritreia, e liga o Mar Vermelho ao Golfo de Áden e ao Mar da Arábia. A maioria das exportações do Golfo Pérsico que transitam pelo Canal do Suez e pelo oleoduto do *Arab Petroleum Pipelines Company* (SUMED)²⁵ também passam por *Bab el-Mandeb* (Cordesman, 2015).



Figura 32 – Chokepoint - Estreito de Bab el-Mandeb.

Fonte: Business Insider (2015).

Respeitante aos fatores de ordem estrutural, passa-se a descrever os fatores político-administrativo, económico e militar.

A figura política mais importante do Iémen de 1978 a 2012 foi o antigo presidente *Ali Abdullah Saleh*, que deixou o cargo em fevereiro de 2012 como resultado de uma grande pressão a nível interno, regional e internacional para resignar ao cargo. O poder foi então assumido pelo seu vice-presidente, *Abdrabbuh Mansour Hadi*, sem ter havido processo eleitoral, sendo por isso considerado ilegítimo no Iémen. *Ali Saleh* foi assassinado em dezembro de 2017 pelos *Houthis*. (Baron, Ugolini, Marini, Goeminne, & Davies, 2017). As forças partidárias com maior expressão são o *General People's Congress* (GPC) e o *Al Islah*. O GPC foi fundado em 1982 pelo ex-presidente *Ali Saleh* e na atualidade continua a ter influência na política local. Politicamente, o Estado está fragmentado e o Iémen está a caminho de se tornar num Estado Falhado. O Iémen está dividido entre forças rivais. De um lado o governo do presidente *Abdullah Hadi*, apoiado pelos sauditas, onde existe uma aliança militar liderada pela Arábia Saudita. Os membros da aliança incluem os Kuwait, Bahrein, Qatar, Marrocos, Sudão, Jordânia e Egito (Andrews, 2016). Do outro lado, os *Houthis*, que controlam a capital e grande parte do Norte e Oeste do país (Amnesty, 2018; Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

A economia iemenita deteriorou-se desde 2011 e, em particular, desde a influência *Houthi* em 2014. As receitas gerais do estado diminuíram 45,5% em

²⁵ Oleodutos do Egito que ligam o Golfo de Suez ao Mar Mediterrâneo (Enciclopedia Britannica, 2018).

2015 e as receitas de gás e petróleo também caíram 52% (Baron, Ugolini, Marini, Goeminne, & Davies, 2017). Segundo dados constantes na página digital do *The World Bank*, estima-se que o Produto Interno Bruto (PIB) do Iémen tenha diminuído cerca de 50% desde 2014. O petróleo representa uma importante fonte de receita para o governo (Figura 6). No entanto, o Iémen é um pequeno produtor de petróleo e não pertence à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A produção de petróleo está concentrada em cinco regiões: *Jannah* e *Iyad* no centro do Iémen; *Shabwa* e *Masila* no Sul e *Marib* e *Jawf* no Norte (Al-Shibani, 2013).



Figura 33 – Transferência de petróleo através dos chokepoints.

Fonte: Sharp (2018, p. 8).

Os sectores agrícola e piscícola, que empregavam mais de 54% da força de trabalho rural, encontram-se em recessão por existir pouca produção agrícola e atividade piscatória. A luta pelo controlo das instalações portuárias estratégicas interrompeu as importações mais importantes. Devido ao colapso do poder de compra da população, a produção de petróleo e gás está a cerca de 10% da capacidade pré-guerra e as exportações foram suspensas (The World Bank, 2018). Assim, face às atuais divisões políticas e conflitos existentes, criaram-se as condições para o estabelecimento de extremismos políticos, terrorismo e lutas sectoriais entre sunitas e xiitas, conduzindo a economia para um nível de crise absoluta (Cordeman, 2015).

As forças militares do Iémen estão organizadas por ramos, pois dispõe de um exército, da marinha, da força aérea e forças de reservas. No entanto, o equipamento militar do Iémen é obsoleto, especialmente quando comparado com os estados vizinhos do Golfo Pérsico (Dumont, 2010). Segundo Terril (2011) existem

registos de observadores que apontaram que, ao longo da história recente, cada uma das brigadas iemenitas agiu mais como uma milícia independente de base regional, fiel ao seu comandante, em vez de uma força leal ao governo nacional. As forças militares do Iémen têm vindo a receber treino e equipamento dos EUA para fazer face ao terrorismo no país, bem como de outros países amigos (Terril, 2011).

4.4.1. Síntese

A situação no Iémen é considerada um dos piores desastres humanitários do mundo. Existem referências a uma “guerra esquecida” que tem afetado milhares de pessoas. A população é numerosa, mas os recursos são extramente limitados, deixando grande parte da população na pobreza. O Iémen tem problemas políticos e económicos que são gerados pela capacidade limitada do governo central em estender a sua influência para áreas remotas além da capital e das grandes cidades, fruto da divisão do país, pelos conflitos entre facções e a existência de grupos terroristas. A fonte de riqueza do país encontra-se em declínio, pois as reservas de petróleo e gás estão limitadas e as exportações encontram-se suspensas. Além destas dificuldades, o Iémen também enfrenta uma variedade de problemas de segurança nacional que sobrecarregaram os recursos limitados do governo, forças militares e forças de segurança.

O Estreito de Bab-el-Mandeb, localizado na Península Arábica atribui importância estratégica ao Iémen, o qual representa uma rota vital para o transporte de petróleo para o resto do mundo.

4.5. ANÁLISE DO CONFLITO

São várias as facções envolvidas na guerra do Iémen. Contudo, podemos dizer que as partes que participam neste conflito se dividem em duas principais categorias: as forças pró-governamentais lideradas pelo presidente *Hadi* e as forças antigovernamentais dos *Houthis*.

Em meados de 2015, os *Houthis* controlavam grande parte do Sul do país. Atualmente, apenas mantêm o controlo das principais províncias centrais no Norte. Segundo Schuster (2017) o governo de *Hadi*, reconhecido internacionalmente e sediado em Áden, chegou mesmo a acusar o Irão de fornecer armamento aos *Houthis*, apesar do governo de Teerão rejeitar sempre essas acusações. Em março de 2015, devido ao avanço territorial dos *Houthis* o presidente *Hadi* exilou-se em Riade, e numa tentativa de recolocar *Hadi* no poder, a Arábia Saudita lançou uma operação militar apoiada por uma coligação internacional que realizou ataques aéreos em solo iemenita (Schuster, 2017; Andrews, 2016). Nesta operação, os

EUA e o Reino Unido forneceram apoio logístico e *intel* à coligação liderada pelos sauditas. Este é um conflito complexo principalmente pelas tensões existentes entre Arábia Saudita e o Irão (duas potências regionais), sendo que este apoia os rebeldes *Houthis* (Andrews, 2016).

Ao mesmo tempo que, em 2011, se desenvolvia a Primavera Árabe²⁶ ocorreram na cidade de *Sanaa* inúmeras manifestações contra o presidente *Saleh* que conduziram a uma constante violência e em que vários políticos e figuras militares de relevo, se aliaram ao cada vez maior movimento tribal contra o regime que estava no poder há cerca de 33 anos (Andrews, 2016). Em setembro de 2014 os rebeldes *Houthis*, apoiados pelo Irão, assumiram o controlo de várias regiões a Norte e Oeste entre as quais a cidade de *Sanaa* obrigando o presidente *Hadi* a fugir e refugiar-se na Arábia Saudita (Schuster, 2017).

Este conflito aumentou de intensidade em 2015, quando uma coligação de aliados sunitas liderada pela Arábia Saudita iniciaram uma campanha aérea contra alvos dos rebeldes *Houthis* no sentido de os impedir de chegarem a *Áden*, cidade para onde tinha sido transferido o governo do Iémen (Burrowes & Wenner, 2018). Em resposta a este ataque da coligação, durante 2017, os rebeldes *Houthis* foram disparando frequentemente mísseis contra alvos na Arábia Saudita, chegando mesmo a atingir o aeroporto da capital em Riade o que fez com que a Arábia Saudita retaliasse e, em novembro de 2017, impusesse um bloqueio aos portos e aeroportos do Iémen (Schuster, 2017). Esta é uma guerra que já dura há 4 anos e que, segundo a ONU, tem conduzido um dos países mais pobres do mundo a enfrentar a pior crise humanitária do planeta. A 12 de junho de 2018, a coligação lançou a operação *Golden Victory* cujo objetivo era recuperar o controlo do porto marítimo da cidade de *Al Hudaydad*, crucial para a importação de bens comerciais e ajuda humanitária. Para a coligação, o controlo daquele porto alterava totalmente o rumo desta guerra, mas até ao presente apenas conseguiram recuperar o controlo do aeroporto de *Áden*. No início de agosto deste ano dezenas de iemenitas morreram num ataque contra um mercado de peixe e um hospital na cidade de *Al Hudaydad* e tanto as forças da coligação como os rebeldes *Houthis* se culpam mutuamente. Desde que se iniciaram os ataques aéreos por parte da coligação que, segundo a ONU, já morreram quase 10 mil pessoas e cerca de 55 mil ficaram feridas (Sharp, 2018). A intervenção da Arábia Saudita na guerra do Iémen é atribuída ao facto de o príncipe herdeiro Saudita ver o Irão, seu principal rival ao nível regional, apoiar os rebeldes *Houthis* (Schossler, 2018).

²⁶ Primavera Árabe: onda de protestos e revoluções ocorridas no Médio Oriente e Norte de África em que a população saiu para as ruas para derrubar ditadores ou reivindicar melhores condições sociais de vida (Connolly, 2013).

4.5.1. Síntese

O fim deste conflito não parece estar para breve pois as partes intervenientes no conflito não parecem querer aceitar qualquer solução para este problema. O Irão não parece querer desistir de incomodar a Arábia Saudita através do seu apoio aos rebeldes *Houthis*. A Arábia Saudita não aceita este apoio do Irão aos rebeldes *Houthis* e quer restaurar o governo de *Hadi* no país. A acrescentar a este facto, devido à falta de controlo existente dentro do país começam a surgir grupos terroristas ligados à Al-Qaeda e ao EI. Este é um conflito com origens tribais e jogos de poder internos que extravasou para o nível regional e que faz com que o Iémen seja um país candidato a se transformar num Estado Falhado.

4.6. AS IMPLICAÇÕES SECURITÁRIAS DO CONFLITO

Os ataques aéreos, confrontos armados e ataques às infraestruturas civis levaram o Iémen à maior crise no que respeita à segurança e à questão humanitária.

No presente capítulo serão apresentadas as implicações securitárias, no âmbito regional e global, geradas pelo conflito no Iémen, bem como as perspetivas para futuros desenvolvimentos.

Mais de dois anos e meio desde a escalada do conflito, o povo iemenita continua a suportar o peso das hostilidades e o grave declínio económico. A falta de coesão social do Iémen permitiu que os atores regionais conseguissem envolver-se nas políticas internas do país. Este clima de insegurança levou a que milhares de pessoas abandonassem o país, embora o governo tente evitar a fuga em massa da população, tem dificuldades em controlar a fronteira. A capacidade de influência do Iémen, dentro e fora de fronteiras, ficou muito limitada devido ao conflito interno. Isto implica que fique dependente de outros países, tais como a Arábia Saudita e os EUA, os quais são importantes na luta contra os *Houthis*, a AQPA e o EI (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017). O poder enfraquecido e dividido entre vários atores criou condições para que as redes terroristas tomassem o controlo de pontos importantes do Iémen, ameaçando desta forma a segurança da Península Arábica. O declínio da produção de petróleo e os ataques frequentes às infraestruturas energéticas do Iémen influenciaram negativamente a exploração, produção e transporte de recursos energéticos no país (Axon, 2016).

No que respeita à segurança marítima, os conflitos armados e a falta de capacidade do governo deixaram a costa do Iémen vulnerável à pirataria e ao contrabando. A pirataria ameaça as rotas marítimas internacionais do Estreito de *Bab el-Mandeb* (Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN], 2010).

A região também se tornou um ponto de trânsito para armas, tráfico de

seres humanos, drogas e outros produtos ilegais da África Oriental para a região do Golfo. As armas representam um problema grave para a segurança, pois são usadas em ataques nos países vizinhos (OTAN, 2010).

A nível regional o conflito originou questões graves no âmbito da segurança humanitária, com cerca de 3,2 milhões de iemenitas deslocados, escassez de alimentos para milhões de pessoas, propagação de doenças e dificuldades de ajuda humanitária por parte das organizações internacionais. Em 2017, registaram-se um total de 435.070 refugiados, requerentes de asilo e migrantes. A partir de 15 de outubro de 2017, foram relatadas mais de 8.757 mortes relacionadas com conflitos armados e mais de 50.610 feridos, e mais de três milhões de pessoas foram forçadas fugir de suas casas (Figura 7).

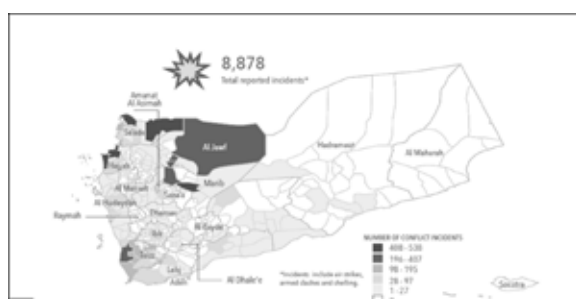


Figura 34 – Incidentes no Iémen.

Fonte: OCHA (2018, p. 6).

Todas as partes do conflito têm violado repetidamente as regras do Direito Humanitário, dirigindo ataques para infraestruturas críticas, escolas, estabelecimentos de saúde e mercados (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs [OCHA], 2018). De 1 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, um total de 8.878 incidentes relacionados com conflitos armados, desde ataques aéreos, confrontos e bombardeamentos, foram relatados em todo o Iémen. Aproximadamente 82% destes incidentes ocorreram em *Taizz, Saada, Al Jawf, Hajjah e Sanaa* (OCHA, 2018).

A Arábia Saudita, o Irão e os EUA exercem uma grande influência no conflito do Iémen. Estes atores tentam manter a ordem política atual no país de forma a conseguirem proteger os seus interesses. Os EUA e a Arábia Saudita assumem que uma economia vacilante ameaça a estabilidade política e torna o Iémen incapaz de conter ameaças aos interesses geopolíticos americanos e sauditas (Brehony & Al-Sarhan, 2015). Os EUA têm interesse em combater a AQPA e o EI, mantendo as condições de segurança no Golfo do Áden e no Estreito de *Bab el-Mandeb*, face à sua importância estratégica, principalmente quanto aos corredores de circulação do petróleo. Considerando a sua

localização, faz do Iémen um país importante no comércio internacional de energia e um ponto de ligação entre o Canal de Suez e o Mediterrâneo. Um eventual encerramento do estreito forçaria os petroleiros a percorrer a ponta Sul de África para chegar aos mercados da Europa, América do Norte e América do Sul (Axon, 2016). Este perigo provoca um aumento da insegurança energética e um risco para a segurança dos Estados importadores dependentes, bem como uma vulnerabilidade para a circulação de petroleiros, ficando à mercê de ataques terroristas ou de pirataria (Rodrigues, 2013).

Por outro lado, o Irão apoia o movimento dos *Houthis*, os quais contribuem para o aumento da sua influência na Península Arábica (Sajedi, 2014). A Arábia Saudita tem pressionado para manter a ideia de que se trata de uma guerra destinada a reinstalar um legítimo presidente iemenita. O Irão e a Arábia Saudita encontram-se em lados opostos do conflito no Iémen, pois o conflito interno aumenta a animosidade e a desconfiança entre eles, o que, por sua vez, aumenta os conflitos regionais (Sadjadpour & Taleblu, 2015).

A situação do Iémen poderá não ter uma resolução num futuro próximo. Permanece a necessidade de mitigar a escalada dos conflitos na região e enquanto tal não acontecer, a crise tenderá a manter-se a todos os níveis (político, económico, militar e humanitário) (Babbitt, Bell, Lempereur, Mandell, & Wolf, 2017).

O conflito entre o Irão, que por sua vez tem uma aliança com os EAU, e a Arábia Saudita no território, levanta sérias preocupações quanto à possibilidade de deflagrar uma guerra entre os dois países. Os EAU e a Arábia Saudita adquiriram diferentes zonas de responsabilidade que evoluíram para esferas de influência competitivas no Iémen, aumentando a incerteza sobre seu papel futuro numa paz negociada ou na fase de reconstrução pós-guerra (Ulrichsen, 2018).

4.6.1. Síntese

A conflitualidade levou o Iémen a um estado de crise. Os conflitos entre a Arábia Saudita e o Irão em terreno iemenita causam incertezas sobre o surgimento entre uma guerra entre estes dois países. Entretanto, a Al-Qaeda e o EI têm aproveitado o conflito para implementar as suas ações no Iémen, controlando partes do território e algumas infraestruturas críticas. Por outro lado, a influência externa de outros atores pode ter aumentado as consequências do conflito no país.

Os fracos recursos representam um fator que pode desencadear conflitos no futuro. Por exemplo, a escassez de água pode desencadear tensões e guerras para a obtenção de recursos, o que irá agravar a situação existente no Iémen, igualmente com consequências regionais e globais.

A par desta situação, a crise humanitária tem levando à fuga em massa e causando graves consequências na estabilidade da população do Iémen, desde o

nível económico à saúde. A crise humanitária, resultante dos conflitos armados representa um sério desafio tanto a nível regional como a nível global.

4.7. CONCLUSÕES

O conflito no Iémen tem raízes profundas na sua história e desde a sua criação tem enfrentado conflitos em pequena escala entre os sunitas e xiitas. Esta rivalidade étnica é explorada pela Arábia Saudita e pelo Irão para aumentar sua área de influência na região.

Se aprofundarmos a sua história, identificamos facilmente as causas das divisões e as razões do conflito que se formou desde a sua independência. Trata-se de um dos Estados criados artificialmente pelas potências coloniais, a fim de indiretamente poder governá-lo, dando legitimidade aos membros das tribos para governar um país. Da mesma forma, o papel de poderes externos não pode ser negligenciado, face ao aproveitamento de um governo frágil para alcançar segundas intenções, em vez de resolver seus problemas internos. O Iémen é um dos países mais pobres do Médio Oriente e com o menor PIB da região, resultado dos conflitos internos e da degradação da governação, especialmente após a Primavera Árabe, período a partir do qual a situação interna se degradou mais. O país enfrenta graves problemas a nível político, económico e social e o Estado encontra-se fragmentado politicamente.

O Iémen enfrenta uma série de riscos que tendem a manter-se face à grande instabilidade política, o que aliado à transição para uma economia pós-petróleo e à iminente crise económica forçada pela queda da produção de petróleo, representam o maior risco para uma possível estabilização. As reservas de petróleo poderão desaparecer nos próximos anos, bem como os recursos do governo, e caso não existam alternativas, poderá enfrentar maiores desafios na administração do país.

A dispersão geográfica, o terreno difícil, uma população pobre e carente das necessidades básicas prejudica fortemente o poder do governo, fazendo com que a pressão sobre os recursos já escassos, onde a falta de água representa um problema grave, e sobre o fornecimento de bens e serviços se possa tornar insustentável. As condições da população têm vindo a agravar-se, pois vários alvos civis foram atacados deliberadamente, nomeadamente infraestruturas de água e transportes, produção e distribuição de alimentos, estradas, escolas, monumentos culturais, clínicas, hospitais, entre outros. Tudo isto tem originado milhares de deslocados e refugiados, a grande maioria vindos do Corno de África, com o objetivo de transitar para a Arábia Saudita e outros países do Golfo. Milhares de iemenitas deixaram o país desde a escalada do conflito em março de 2015, procurando o refúgio nos países próximos. A par destas situações, existem graves problemas alimentares e de saúde pública.

Na segurança interna, o país tem várias tensões regionais que levaram a uma guerra civil no Norte e a movimentos secessionistas no Sul. Os militantes da AQPA na Península Arábica face à sua influência crescente, representam uma ameaça à segurança interna do país, bem como o EI, o qual começou a ter influência e pretende com as suas ações terroristas substituir o governo do Iémen e as forças *Houthis*.

O Iémen, além de todos os problemas atuais, tem importância estratégica devido à existência do Estreito de *Bab-el-Mandeb*, o qual é vital para as rotas marítimas de transporte de petróleo para o resto do mundo. Entretanto este importante ponto tem vindo a ser ameaçado por atos de pirataria e tem servido igualmente para o tráfico de armamento, que posteriormente é utilizado em atos violentos noutros países próximos.

O Estreito de *Bab el-Mandeb* é um *chokepoint* entre o Corno de África e o Médio Oriente, e é um elo de ligação estratégico entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Índico. A maioria das exportações do Golfo Pérsico que transitam pelo Canal do Suez e pelo oleoduto do SUMED também passam por *Bab el-Mandeb*. Um eventual encerramento do estreito forçaria os petroleiros a percorrer a ponta Sul de África para chegar aos mercados da Europa, América do Norte e América do Sul.

Encontramos atores estatais e não estatais internos que têm grande influência na situação do Iémen. Os *Houthis* são um amplo movimento composto de partidos religiosos, esquerdistas e rebeldes, unidos sob uma coligação contra a política e a sociedade estabelecidas. Poderão ter como objetivo restaurar a liderança *Zaydi* e governar o Iémen ou criar um estado independente no Nordeste do país. O *Al Islah* tem uma ideologia conservadora em princípios islâmicos, constituindo atualmente o maior partido da oposição política. Quer limitar a força dos *Houthis* para ser uma parte ativa e importante do próximo governo do Iémen, cimentar os valores islâmicos no centro da governação política e por fim catalisar uma melhoria rápida nas condições do país. O GPC é o partido político mais popular e influente do Iémen há décadas. Atualmente o GPC enfrenta um desafio sem precedentes e uma perspetiva pouco clara. O presidente do Iémen acredita que tem o direito exclusivo de governar o Iémen e que deve ser o presidente de um único e unificado Iémen. Contudo, *Hadi* tem pouca legitimidade perante a população e, como resultado, tem uma esfera de influência limitada. A AQPA, cujo objetivo é estabelecer um califado transnacional, tem historicamente tentado através do terror e da luta armada a destabilização e dissolução do Estado iemenita. O EI com o objetivo de substituir o governo do Iémen e as forças *Houthis*, tem exercido a sua atividade principalmente no Sul e centro do Iémen, onde os operacionais realizam ataques contra forças *Houthis*, muçulmanos, xiitas, instalações e pessoal do governo. As forças opositoras ao governo têm sido combatidas também com recurso a combatentes colombianos recrutados pelos EAU e pelos EUA, face à sua experiência no combate de

guerrilha aos cartéis de droga e tráfico de armas na Colômbia.

A conflitualidade levou o Iémen a um estado de crise. Os conflitos entre a Arábia Saudita e o Irão em terreno iemenita causam incertezas sobre o surgimento de uma guerra entre estes dois países. A crise humanitária tem vindo a agravar-se, levando à fuga em massa e causando graves consequências na estabilidade da população do Iémen, desde o nível económico à saúde. A escassez de água pode desencadear tensões e guerras para a obtenção de recursos, o que irá agravar a situação existente no Iémen, com consequências regionais e globais. A luta pelo controlo dos pontos importantes da região, incluindo o Estreito de *Bab el-Mandeb*, representa uma séria ameaça para o transporte de petróleo, o qual tem vindo a ser ameaçado por atos de pirataria e tem servido também para o tráfico de armamento, pessoais e substâncias ilegais. A grave situação no país é exponenciada pela influência externa de outras potências (EUA, Arábia Saudita, Irão) que provavelmente aumentaram as consequências dos conflitos entre os atores internos.

Da análise histórica, verifica-se que a questão do território tem grande importância nos conflitos internos atuais. Existiram desde cedo confrontos tribais entre o Norte e o Sul do país que levou à formação de dois países independentes que predominaram durante quase todo o século XX. No Norte predominou o domínio pelos Turcos do Império Otomano e no Sul o domínio Britânico, tendo estes domínios conhecido o seu fim após a vitória da FLISO e da FLN. Os golpes em ambas as regiões mergulharam o país em décadas de violência, terminando com a sua reunificação em 1990. A guerra do Iémen teve os seus maiores desenvolvimentos com a Primavera Árabe em 2011, marcada por manifestações contra o governo de *Saleh*, seguindo-se confrontos entre as forças militares e as milícias tribais. A transferência do poder para o vice-presidente *Hadi*, abriu o caminho para a revolta dos rebeldes *Houthis* do Norte. Estes insurgentes acabaram por tomar a capital, forçando *Hadi* a transferir o governo para a cidade portuária de Áden, no Sul do país.

Face ao exposto, é possível verificar que o domínio Otomano e Britânico, as divisões internas do país, a importância estratégica do Iémen, os diversos atores estatais e não estatais internos e atores externos têm tido influência nos contornos atuais do conflito, do qual a população é a principal vítima em questões de índole humanitária e de Direitos Humanos. O conflito é do interesse de vários atores no Médio Oriente, onde o Irão apoia os rebeldes *Houthis*, enquanto a Arábia Saudita e os EAU, apoiam as forças de *Hadi*. O Iémen tem sido uma base segura para vários grupos terroristas, nomeadamente a AQPA e o EI que tentam aproveitar o vazio de poder. A posição estratégica na foz do Mar Vermelho, por onde passam algumas das mais importantes rotas de navegação do mundo, pode comprometer o comércio global, sendo este um problema com repercussões a nível regional e global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agency French Press [AFP]. (2015). *UAE Sending Colombian Mercenaries to Yemen: Sources*. Retirado de <https://tribune.com.pk/story/1012727/uae-sending-colombian-mercenaries-to-yemen-sources/>
- Al-Shibani, K. (2013). *Second national communication under the United Nations Framework Convention on climate change*. Yemen: Republic of Yemen.
- Amnesty, I. (2018). *Yemen: the forgotten war*. Retirado de <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2015/09/yemen-the-forgotten-war/>
- Andrews, J. (2016). *The World in Conflict: understanding the world's troublespots* (1ª ed.). Lisboa: Clube do Autor, S. A.
- Axon, A. (2016). *Middle East 2016 : The Economic and Political Report* (37 ed.). Cambridge, England: World of Information.
- Babbitt, E., Bell, A., Lempereur, A., Mandell, B., & Wolf, D. (2017). *Negotiating Conflict in the Middle East and North Africa: A System Analysis after the Arab Spring, the Iran Nuclear Deal, and the Rise of ISIS*. Cambridge, MA, USA: Harvard University.
- Baron, A., Ugolini, M. M., Marini, W. L., Goeminne, A. P., & Davies, E. G. (2017). *Mapping The Yemen Conflict*. Retirado de <https://www.ecfr.eu/mena/yemen>
- Brehony, N., & Al-Sarhan, S. (2015). *Rebuilding Yemen : Political, Economic and Social Challenges*. Berlin, Germany: Gerlach Press.
- Burrowes, R. D. (2010). *Historical Dictionary of Yemen* (2ª ed.). Plymouth, UK: The Scarecrow Press, Inc.
- Burrowes, R., & Wenner, M. W. (26 de novembro de 2018). *Encyclopaedia Britannica*. Retirado de <https://www.britannica.com/place/Yemen>
- Business Insider. (2015). *Iran-backed Houthi militants in Yemen just captured a military base along one of the world's major oil lanes*. Retirado de <https://www.businessinsider.com/houthis-captured-base-on-bab-el-mandeb-2015-3?r=US>
- Chatam House. (17-18 de novembro de 2015). *Yemen: Key Players and Prospects for the Peace*. Middle East and North Africa Programme. 10 St James's Square, London, UK.
- Central Intelligence Agency [CIA]. (2018). *The world factbook - Yemen*. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ym.html>
- Connolly, K. (13 de dezembro de 2013). *BBC NEWS*. Retirado de https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/12/131213_primavera_arabe_10consequencias_dg
- Cordesman, A. H. (2015). *America, Saudi Arabia, and the Strategic Importance of Yemen*. Retirado de <https://www.csis.org/analysis/america-saudi-arabia-and-strategic-importance-yemen>

- Dumont, G. A. (2010). *Yemen : Background, Issues, and Al Qaeda Role*. New York: Nova Science Publishers, Inc.
- European Council for Foreign Relations [ECFR]. (2017). *Mapping the Yemen conflict*. Retirado de <https://www.ecfr.eu/mena/yemen>
- Enciclopedia Britannica. (2018). *Egypt*. Retirado de <https://www.britannica.com/place/Egypt/Resources-and-power>
- Freixo, M. J. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (3 ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Guedes, A. M. (2014). *Proxy Wars*. Retirado de https://www.academia.edu/9201902/Proxy_Wars
- Humanitarian Response. (2013). *List of Humanitarian Organizations in the South*. Retirado de <https://www.humanitarianresponse.info/sites/www.humanitarianresponse.info/files/documents/files/List%20of%20Humanitarian%20Organisations%20in%20the%20South08102013.docx>
- Kausch, K. (2015). *Geopolitics and Democracy in the Middle East*. Spain, Spain: FRIDE.
- Kaválek, T., & Mares, M. (2018). *PKK's Friends and Foes in the Meaddle East*. *Central European Journal of International and Security Studies*(2), pp. 100-129.
- Middle East and North Africa [MENA]. (2015). *Yemen: Key Players and Prospects for Peace. Middle East and North Africa Programme Workshop Summary* (pp. 1-16). London: Chatham House. The Royal Institute of International Affairs. Retirado de https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/events/2015-11-07-yemen-key-players-prospects-peace-meeting-summary_4.pdf
- Near East News Agency [NENA]. (2015). *Mercenaries in Yemen: The United States Connection*. Retirado de <http://nena-news.it/mercenaries-in-yemen-the-us-connection/>
- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs [OCHA]. (2018). *Humanitarian Needs Overview. Yemen*. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Retirado de <http://www.unocha.org/yemen>
- On the world map. (2018). Retirado de <http://ontheworldmap.com/yemen/large-detailed-map-of-yemen-with-cities-and-towns.html>
- Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN]. (2010). *Yemen: danger ahead?* Retirado de https://www.nato.int/docu/review/2010/yemen/yemen_region_problems/en/index.htm
- REACH. (2017). *Survey on Humanitarian Assessments in Yemen*. Retirado de http://www.reachresourcecentre.info/system/files/resource-documents/reach_ymn_factsheet_assessmentconstraintsurvey_apr2017_1.pdf
- Rodrigues, J. J. (2013). *Os recursos energéticos estratégicos como fatores de poder (A reorientação do domínio dos recursos petrolíferos após o embargo de 1973)*. (Tese de doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Estudos Estratégicos). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Retirado de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7149/1/tese%20definitiva.pdf>

- Sadjadpour, K., & Taleblu, B. B. (2015). *Iran: leveraging chaos*. Em K. Kausch, Geopolitics and Democracy in the Middle East (pp. 35-48). Spain: FRIDE.
- Santos, L. A., & Lima, J. M. (2016). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Pedrouços: Instituto Universitário Militar.
- Schossler, A. (09 de agosto de 2018). *DW Made for minds*. Retirado de <https://www.dw.com/pt-br/entenda-a-guerra-no-iemen/a-45024449>
- Schuster, K. (2017 de novembro de 2017). *DW Made for Minds*. Retirado de <https://www.dw.com/pt-br/a-guerra-esquecida-do-iemen/a-41327420>
- Sharp, J. M. (2018). *Yemen: Civil War and Regional Intervention*. Washington: Congressional Research Service. Retirado de <https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43960.pdf>
- Stearns, P. (2002). *The Encyclopedia of World History: Ancient, Medieval and Modern* (6th ed.). Boston: Houghton Mifflin Company.
- Terril, W. A. (2011). *The conflicts in Yemen and U.S. national security*. EUA: Strategic Studies Institute.
- Ulrichsen, K. C. (2018). *Endgames for Saudi Arabia and the United Arab Emirates in Yemen*. Politics, governance and reconstruction in Yemen, pp. 31-33.
- United Nations High Commissioner for Refugees [UNHCR]. (s.d.). Yemen. Regional Refugee and Migrant Response Plan. Retirado de <http://data.unhcr.org/yemen/partnerlist.php>
- Vilelas, J. (2009). *Investigação: O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Worldatlas. (2018). *Yemen Geography*. Retirado de <https://www.worldatlas.com/webimage/countrys/asia/yemen/yeland.htm>

5. DO CORNO DE ÁFRICA AO NORTE DO GOLFO DA GUINÉ: A INTENSIFICAÇÃO E O ALARGAMENTO DO ARCO SUBSAARIANO DE INSTABILIDADE

João Manuel Sena Janeiro
Major de Infantaria da GNR

Jorge Emanuel Ferreira Louro
Major de Infantaria do Exército

5.1. INTRODUÇÃO

Para o Médio Oriente, o ano de 1979 constituiu-se como um marco para o mundo muçulmano. No início de fevereiro desse ano deu-se a revolução iraniana, a cargo do *ayatollah* Khomeini, dando origem a uma república islâmica, que teve repercussões em todo o mundo árabe. Em novembro, a sagrada mesquita de Meca foi tomada de assalto por um grupo radical islâmico, como sinal de protesto para o alegado servilismo saudita aos Estados Unidos da América (EUA). E em dezembro a União Soviética invade o Afeganistão, confluindo muitos guerreiros muçulmanos desejosos de combater os infiéis (Torres, 2009). Iniciava-se assim uma nova era de expansão extremista, com vontade, capacidade e meios.

Autores como al-Banna, Qutb, Shariati e Mawdudi construíram propostas de Estados Islâmicos, nos quais a *Sharia* seria aplicada, embora sejam caracterizados por serem totalitários, na medida em que visam manter a título permanente, o islão como centro do poder (Gonçalves, 2011).

Tendo como referência, esta visão dominadora de um Médio Oriente expansionista, efetuámos uma análise à evolução recente dos conflitos por parte de atores estatais e não estatais internos optando pelo Mali, Nigéria, Chade, Djibouti, Etiópia, Eritreia, Somália e Sudão, identificando a sua ligação ao Médio Oriente e as suas implicações para a segurança internacional, através de conclusões prospetivas (Figura 35). Numa análise exploratória poderiam ser adicionados países como a Argélia, Burkina Faso, Níger e República Centro Africana (RCA), aumentando, no entanto, o volume do trabalho. Esta opção também se versou na escolha dos grupos islâmicos insurgentes mais proeminentes e com maior letalidade no espaço de estudo identificado, não aprofundando exaustivamente. No entanto em anexo, poderão ser consultados todos os grupos insurgentes em África.



Figura 35 – Países instáveis do Corno de África ao Norte do Golfo da Guiné.
Fonte: Welt-atlas (2018, p. 2).

A percepção de que os conflitos no espaço de estudo identificado são de índole religiosa, são um erro, que não devemos cometer. A independência conseguida pelos países Africanos aos “impérios” europeus, não suavizou os problemas étnicos existentes desde as tribos animistas, tendo mesmo aumentado, com a luta de poderes através de guerras civis, nacionalistas ou territoriais. O fator religião aparecerá posteriormente, usando e sendo usado pelos atores estatais e não estatais para alcançar os seus objetivos.

A religião dificilmente será responsável pela criação de um conflito, como fator único. Nações e indivíduos, sempre tentarão impor a sua ideologia, território e procura por recursos. Lutarão entre eles pela procura da sua identidade, como vaticinou Samuel Huntington em 1990 no seu famoso livro *Clash of Civilizations* (Andrews J., 2015).

Serve o presente trabalho para que os decisores militares, públicos ou privados, institucionais ou empresariais, não ignorem o ambiente em que poderão vir a atuar, em que a busca de recursos, religião ou insurgência não cede a decisões fáceis, porque todos sabem que colocar “Deus no campo de batalha ou no centro da vida política dos povos, não corresponde ao paradigma de visão em que as principais instituições do eurocentrismo, fazem assentar grande parte das suas decisões” (Gonçalves, 2011, p. 18), em especial quando somos assolados por um crescente fluxo emigratório que todos os dias atravessa o Mar Mediterrâneo.

5.2. CARACTERIZAÇÃO DOS RECENTES CONFLITOS NO ALARGAMENTO DO ARCO SUBSAARIANO

Neste capítulo efetuaremos uma breve análise aos conflitos latentes dos países desde o Corno de África ao Norte do Golfo da Guiné. Serão analisados na dimensão étnica, territorial e religiosa.

5.2.1. Conflito no Mali

Em janeiro de 2012, iniciou-se um conflito armado no Norte do Mali, em que os rebeldes de etnia Tuareg, controlaram uma vasta região semidesértica, declarando a independência desse território, batizando-o de Azawad. O conflito, devido a variados fatores, provocou um golpe de estado no Mali, tendo sido atacadas várias instalações representativas da democracia nacional, degenerando posteriormente numa luta de território entre insurgentes islamitas radicais, Tuareg e FAM (Forças Armadas Malianas). Como resposta à consequente vitória e expansão do domínio islamita radical, em janeiro de 2013, foram projetadas forças francesas através da Operação Serval. Num mês de combates intensos, as forças militares francesas e malianas reconquistaram o Norte, tendo sido efetuadas novas eleições a 11 de agosto, restaurando provisoriamente o controlo do Mali. No entanto a situação manteve-se volátil, degenerando em múltiplas flagelações e ataques cirúrgicos de pequena dimensão, especialmente no Norte e no centro do Mali. O presidente eleito, Ibrahim Boubacar Keita, solicitou apoio internacional com intuito de manter o controlo, tendo autorizado em agosto de 2013 a entrada da *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA) e posteriormente a *European Training Mission Mali* (EUTM), entre outras forças estrangeiras em apoio ao país.

Apesar da forte presença de forças internacionais, em conjunto com as forças francesas (Operação Barkhane) e o aumento de capacidades das FAM, o reforço no Norte do Mali de ex-combatentes da Síria e Líbia nas fileiras islamitas (*Jama`a Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin`* (JNIM)), com um forte apoio financeiro da *Al-Qaeda Organization in the Islamic Maghreb* (AQIM), continua a ser uma preocupação permanente nacional e internacional pelo controlo do Norte do Mali (Azawad). Como resultado desta consequente instabilidade e insegurança, para além da radicalização do povo maliano, gerou-se um aumento do fluxo de imigração de refugiados dos países pertencentes ao *G5 Sahel* (Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger) para o sul da Europa, em especial a Península Ibérica (EUTM, 2018).

Por motivos históricos e étnicos, continuam a existir confrontos, da etnia Tuareg e Fulani (normalmente recrutados pelos grupos insurgentes radicais), com as restantes etnias integradas no Mali. Acresce a luta de grupos insurgentes (Figura 36), por vezes aliados aos radicais islâmicos, com a intenção de tornar Azawad independente. No entanto, a instabilidade nos dias de hoje, resume-se à tentativa de radicalização por parte dos insurgentes de índole salafistas, tendo um enorme apoio da Al-Qaeda (Keita, 1998).



Figura 36 – Grupos insurgentes no Mali.

Fonte: MINUSMA (2016, p. 23).

5.2.2. Conflito na Nigéria

O país mais populoso de todo o continente Africano, com mais de 180 milhões de habitantes, é constituído por uma mistura étnica e cultural enorme, cujas fronteiras delimitam o espaço onde convivem cerca de 350 grupos diferentes (Andrews J. , 2016). A diversidade étnica constitui um dos principais fatores de instabilidade do país, onde a partilha pelo espaço é disputada, entre outros, por *Oyos*, *Igbos*, *Kanem-bornus* e *Hausa-fulanis*, principais herdeiros dos impérios ancestrais que residiram naquele território, com regras muito próprias, que levam, por exemplo, a que a ocupação de certos cargos nalguns estados só possa ser garantida por nativos da região (Sodiq, 2017). Um dos principais focos de conflito é o petróleo, uma das fontes de riqueza mais importantes do país. O delta do Níger é o palco onde “tropas governamentais abrem fogo sobre civis; empregados da Shell e outras empresas são raptados; e vários grupos étnicos defrontam-se uns aos outros por causa da indemnização paga pelas empresas petrolíferas.” (Andrews J. , 2016, p. 140). As questões ambientais constituem também um dos motivos do conflito armado na região do delta do Níger, existindo grupos que lutam contra a destruição do meio ambiente e o inexistente retorno em prol da população, tendo como exemplo o *Movement for the Survival of the Ogoni People* (MOSOP) (Akinola, 2018). A disputa pelo retorno dos benefícios

económicos do petróleo, levou à criação de outros movimento armados na região do delta do Níger, como é o caso do *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* (MEND), ou da *Niger Delta People's Volunteer Force* (NDPVF), que ameaçam a estabilidade na região e declaram firmemente guerra aberta, contra a industria petrolífera (Andrews J. , 2016).

Mas a ameaça mais complexa é materializada pela *Jama'at Ahlis Sunna Lidda'Awati Wal-Jihad* ou, como é mais conhecido em todo o mundo, o grupo terrorista Boko Haram.

5.2.3. Conflito no Chade

A história deste grande país é extremamente rica em episódios de guerra e destruição. Com cerca de 12 milhões de habitantes, Chade é o quinto maior país de África, contando com uma população muito pobre, com sérios problemas de fome, falta de educação e de infraestruturas básicas, onde a esperança média de vida ronda os 50 anos de idade, para os cerca de 50% da população muçulmana, 43% animistas e 7% cristãos (Decalo, 1997).

A independência da África Equatorial Francesa, em 1960, não abonou muito em prol da estabilidade e desenvolvimento do país. As guerras civis, rebeliões e confrontos étnicos parecem prevalecer com o tempo, colocando o Norte (maioritariamente muçulmano) em permanente litígio com o Sul (onde a população é maioritariamente negra), num país dividido por apoios externos diferenciados ao longo do tempo, pela Líbia e Sudão (Andrews J. , 2016).

Desde François Tombalbaye, o primeiro presidente do Chade independente (cristão que morreu em 1975 durante um golpe de estado), passando por Felix Malloum (também ele cristão e líder do golpe de estado que depôs Tombalbaye), por Goukouni Oueddei, até Hissène Habré (deposto em 1990), vários são os episódios de violência extrema registados no país. O atual presidente, Idriss Déby, também assistiu a várias tentativas de golpe de estado por parte de grupos rebeldes, apoiados pelo Sudão, fazendo com que a paz no país continue até hoje a ser uma utopia (Andrews J. , 2016). Um país onde a constituição apenas foi aprovada em 2018, com enormes lacunas ao nível dos direitos humanos, em que muito há por fazer até que seja atingida a prosperidade. Em 31 de dezembro de 2010 terminou o mandato da ONU no Chade, no âmbito da operação MINURCAT, ao abrigo da Resolução 1834/2008, após ter sido verificado que o país estaria em condições de proteger os seus cidadãos e o território (Security Council, 2008).

A situação no Chade é altamente volátil, com uma enorme comunidade de refugiados na zona sul (mais de 300.000, fruto do conflito do Darfur), com presença de membros de grupos terroristas, como é o caso do *Boko Haram*,

na sua permanente procura pelo restabelecimento do califado, e da AQIM na região do Lago de Chade.

5.2.4. Conflito no Sudão

Mais de seis décadas de independência (desde 1956) e o Sudão ainda não encontrou o rumo para a paz. Este país, cuja dimensão já foi bastante maior (antes da separação do Sudão do Sul, através da independência proclamada em 2011), vive em constante conflito: desde o genocídio do Darfur, passando pelos confrontos com rebeldes do Cordofão do Sul e do *Al Bahr al Azraq* (Nilo Azul), até às constantes disputas fronteiriças com o Egito e com a Etiópia (Andrews J. , 2016). O resultado das constantes contendidas é extremamente complexo para os cerca de 44 milhões de habitantes, de maioria muçulmana sunita, cuja esperança média de vida é de 65,8 anos (Agency, 2018).

De referir que foi inicialmente povoado pelos Dinka, Nueres e Shilluk, pertencentes a um grupo de povos africanos que falam línguas nilóticas, que habitam na região sul do vale do rio Nilo, desde a Etiópia à Tanzânia, tendo-se espalhado pelo Sudão, onde são dominantes.

*Bilad al-sudan*²⁷ tem sido dominado por líderes militares, que se sucederam num jogo de poder onde os golpes de estado alternavam entre as vagas de estabilidade aparente. As fortes clivagens das diversas regiões que constituem o Sudão são uma mostra do vazio de poder absoluto que ainda não conseguiu triunfar no país. O caso da região do Darfur é certamente o mais preocupante em termos humanos, onde os direitos básicos não existem e a profanação da dignidade do Homem são uma constante.

A região do Darfur é o palco dos conflitos entre milícias árabes pró-governamentais, conhecidas por *janjaweed*, e grupos de rebeldes Africanos (Andrews J. , 2016). Os principais movimentos presentes na região são o *Sudan Liberation Army* (SLA) e o *Justice and Equality Movement* (JEM) (Sørbø & Ahmed, 2013). Os resultados destes conflitos

continuam a espantar o Mundo a cada dia que passa. Mais de quinze anos depois da crise do Darfur, com a presença de uma missão da ONU desde 31 de dezembro de 2007, pela *United Nations - African Union Hybrid Operation in Darfur* (UNAMID), que ainda não se conseguiu resolver a questão, que para uns será estatística, mas para outros é um verdadeiro tormento. Os dados são de seis milhões de pessoas afetadas pela crise, dois milhões de deslocados no interior do

²⁷ Nome pelo que era conhecido o atual território onde se encontra o Sudão, pelos muçulmanos da época medieval (Sudan, 2018).

país numa situação de necessidade de assistência humanitária, 930.000 refugiados e 2,3 milhões de crianças em situação de desnutrição severa (Commission, 2018).

5.2.5. Conflito na Eritreia

Na Eritreia todos cumprem serviço militar obrigatório, em que homens e mulheres têm de servir o país durante 16 meses, sem receberem qualquer ordenado (Riggan, 2016). Esta é uma das formas que o governo ditatorial de Isaias Afwerki, tem para garantir a defesa do país, num estado sem regras e graves problemas de respeito pelos direitos humanos, dos seus cerca de 6.000.000 de habitantes (sem que este número possa ser validado, uma vez que os últimos censos datam de 1931) (Plaut, 2016).

Em 1993 a Eritreia tornou-se independente da Etiópia, constituindo um momento importante para todo o Corno de África, espectando-se um período de paz na região. Contudo, Afwerki manteve uma postura de má vizinhança para com os restantes países contíguos, registando-se conflitos com o Iémen em 1995 através da invasão das ilhas Hanish, com a Etiópia, entre 1998 e 2001, devido a uma disputa territorial que culminaria na tomada da cidade de Badme pela Etiópia e que hoje ainda se mantém, e com o Djibouti, no ano de 2008, por disputas territoriais na região fronteiriça entre os dois países (Andrews J. , 2016). Por sua vez, o Sudão, acusou a Eritreia de auxílio aos rebeldes do Leste do Sudão, tendo a própria Organização das Nações Unidas (ONU) acusado formalmente a Eritreia de apoiar o grupo terrorista Al-Shabaab, que operava na Somália, tendo os factos sido veementemente negados pelo ditador Afweri. A ONU acabou por impor um embargo à venda de armas à Eritreia, bem como outras sanções que só este ano estão a ser revogadas, após a confirmação (ou pelo menos presunção) de que o apoio ao Al-Shabaab, já não se verifica e que os conflitos com os países vizinhos são obra do passado (UN, 2009).

A maior barreira à paz na Eritreia é o seu próprio governante. A instabilidade na região do Corno de África, é um dos fatores que podem potenciar o desenvolvimento de novos conflitos com o envolvimento, direto ou indireto, de Afweri e do seu regime. Por outro lado, a fragilidade do estado, os elevados índices de subdesenvolvimento, fome e desespero das populações, contribuem para que movimentos que lutam pela reposição da democracia no país, como é o caso da *Eritrean National Salvation Front* (ENSF), do *Red Sea Afar Democratic Organization* (RSADO) ou do *Saho People's Democratic Movement* (SPDM), tentem derrubar o governo e devolver a paz à nação (Andrews J. , 2016).

5.2.6. Conflito na Etiópia

A República Federal da Etiópia é composta por nove regiões autónomas, correspondentes ao mesmo número de etnias, por duas cidades, Addis Ababa e Dawa, com subdivisões em sessenta e oito zonas, que ainda se dividem em 550 *woredas* (unidades locais), contando com um total de cerca de 97 milhões de habitantes registados no país (Tesfaye, 2017). A pobreza e a fome registadas no país, convivem lado a lado com um clima de tensão permanente, que muitas vezes leva a conflitos violentos entre a Etiópia e os países vizinhos, num ambiente completamente instável.

A história moderna dos conflitos na Etiópia releva-nos ao ano de 1941, quando o imperador Haile Selassie libertou o país da ocupação da Itália, que se iniciara em 1936. Após a deposição de Selassie e o fim da monarquia, em 1974, a Etiópia emergiu em longos anos de conflitos. Primeiro através da ação de um conselho de administração militar provisório, por um grupo marxista liderado por Mengistu Haile Mariam, seguido pela Frente Democrática Revolucionária Popular Etíope (FDRPE), que em 1991, tomou o poder e instituiu o atual nome do país, preconizando-se vários anos de massacre da população que morria de fome e dos efeitos do conflito (Andrews J. , 2016). Em 1993, a Eritreia derrotou as tropas etíopes e proclamou a independência do território que tinha acesso ao mar, passando a Etiópia a ser um estado enclausurado no deserto e na fome. As disputas com a Eritreia continuaram, especialmente na definição dos limites territoriais entre os dois países, culminando na conquista da cidade fronteiriça de Badme (Andrews J. , 2016).

O novo governo da Etiópia pretende introduzir alterações profundas nas dinâmicas do país, contudo os conflitos surgem como fantasmas, regressando sempre aos locais onde sempre se desenvolveram. Exemplo da conflitualidade permanente é a presença da Al-Shabaab, que retalia a presença da Etiópia na missão da União Centro Africana (UCA) na Somália. Ao mesmo tempo surgem ataques de grupos separatistas, como é o caso da *Oromo Liberation Front* (OLF), que pretende destabilizar as estruturas democráticas e controlar Addis Ababa (BBC, 2018).

As relações com o Egipto, também são pouco favoráveis à proliferação de uma paz estável, num país que luta pela sua sobrevivência e a de quase um milhão de refugiados, oriundos de outros países da região, que apenas procuram por uma vida melhor.

5.2.7. Conflito no Djibouti

Ocupando uma posição estratégica extremamente importante no Corno de África, Djibouti é a porta de entrada para o Mar Vermelho, garantindo o

controlo das rotas marítimas numa região fulcral do globo mundial. Djibouti é uma das mais pequenas repúblicas de todo o continente Africano, ocupando apenas 23.000 quilómetros quadrados, tendo-se tornado independente de França em 1977 (Bisaillon, 2003). A população, com pouco mais de 884.000 habitantes, é maioritariamente somali (cerca de 60% do total de habitantes), estando a grande maioria localizada na região da capital do país (Agency, 2018).

A posição geográfica do Djibouti é um dos seus trunfos no âmbito diplomático. A prova disso, é a corrida das grandes potências mundiais para instalarem naquele pequeno país, bases militares que lhes confirmam supremacia no acesso ao Mar vermelho e, conseqüentemente, à rota do Canal do Suez. Neste momento, Djibouti serve de base militar a diversos países, entre os quais os EUA, a Itália, a França, o Japão e mais recentemente, a China (Mações, 2018). Se por um lado, parecem existir indícios de que o Djibouti poderá ser um país próspero e seguro, por outro surgem os problemas relacionados com a história de conflitos no Corno de África, como é o caso da disputa territorial e definição de fronteiras entre os países que se ligam com o Djibouti. Ao mesmo tempo, a situação dos refugiados que fogem dos países vizinhos (Etiópia, Somália e Iémen), constitui-se um problema humanitário que parece não ter fim, somado à escassez de meios dos próprios habitantes, devido à seca e falta de alimentos (OCHA, 2018).

Uma das ameaças constantes é a presença do grupo terrorista Al-Shabaab que, como retaliação à participação do Djibouti na missão da *African Union Mission in Somália* (AMISOM), continua a ser um desestabilizador da sua segurança (Agency, 2018).

5.2.8. Conflito na Somália

Num país onde a pirataria é o negócio mais rentável, transcreve-se uma realidade já por si de índole negativa. Os quase 12 milhões de somalis, são o exemplo vivo da capacidade que o ser humano tem para se adaptar aos mais inóspitos habitats onde, no entanto, tudo tem um limite. Depois de se ter tornado independente da Itália e da Grã-Bretanha, em 1960, a Somália, tal como a grande maioria dos países do Corno de África, entrou num longo período de conflitos, levando à destruição das bases mínimas que garantissem a sustentação do país (Janzen, 2018). A população, maioritariamente muçulmana sunita, está estratificada em clãs e subclãs, sendo os mais importantes o *Darod*, *Dir*, *Haweyi* e *Isaaq*. As divisões sectárias, conduzem à falta de orientação ideológica, deixando espaço à governação de senhores da guerra, levando a que o país regredisse, encontrando-se hoje classificado como estado-falhado (Andrews J. , 2016).

A falta de hegemonia interna deixa espaço para a proliferação de grupos

terroristas, um pouco por toda a Somália, o que agoniza ainda mais a situação caótica que se vive no país. O grupo terrorista Al-Shabaab, com ligações à Al-Qaeda, é o exemplo vivo do aproveitamento da fragilidade do estado, impondo a sua vontade, através da disseminação do terror e da morte, com o objetivo de englobar a Somália num estado islâmico que é pregado ao mundo (Felter, Masters, & Sergie, 2018). A missão da AMISOM, mandatada pelo Conselho de Segurança da ONU, tem sido o principal apoio ao restabelecimento da paz e segurança na Somália desde 2007, contando com a presença de forças de polícia, militares e de apoio humanitário.

A forte presença de atividade terrorista, por parte da Al-Shabaab na Somália, tem como objetivo direto, a descridibilização daquele estado falhado perante a comunidade internacional, especialmente dos EUA que, para a maioria dos grupos terroristas que operam no Corno de África, são uma ameaça muito importante ao seu domínio no território (Council on Foreign Relations, 2018). A par do terrorismo, a Somália é também conhecida pelos constantes episódios de ataques de piratas a embarcações, que ousam cruzar as suas águas territoriais. A importância comercial das rotas marítimas que circulam naquela parte do globo, com elevados fluxos de mercadorias vitais para as economias mais desenvolvidas, fazem com que a pirataria seja uma das principais fontes de rendimento para grupos de crime organizado. A consequente luta à pirataria tem obrigado à presença de forças internacionais, como são os casos das missões da ONU e da União Europeia (UE) em matéria de segurança marítima (Gilmer, 2014).

5.3. LIGAÇÃO RELIGIOSA DO MÉDIO ORIENTE A ÁFRICA

Com o intuito de explicar cada uma das variações da religião praticada pelos muçulmanos, nascida e criada no Médio Oriente, será necessário explicitar a correlação existente entre variantes, que muitas vezes são subvertidas por vários autores.

Começemos pelo maior grupo, denominado de Muçulmanos, os seguidores do Corão, ensinamentos do profeta Maomé e da *Sunnah*²⁸-*Hadith*²⁹ (Figura 37). Este grupo inclui os Sunitas, os Xiitas, que poderão possuir uma vertente sufista ou não. Deste grupo retira-se um subgrupo, os Islamitas, muçulmanos que querem a lei islâmica (*Sharia*) como fonte primária da lei e cultura para definirem a identidade de um estado.

A seguinte camada corresponde aos salafistas, que são muçulmanos Sunitas, que querem estabelecer e governar estados islâmicos, baseando-se apenas na

²⁸ Tradição oral de expressar as palavras e ações do profeta Maomé.

²⁹ Explicação detalhada de como aplicar todos os dias os princípios estabelecidos pelo Corão.

primeira geração de interpretação dos ensinamentos do Profeta e Corão. O seu objetivo é alcançar a unificação dos estados islâmicos, tendo a versão radical expansionista. Termina-se com os guerreiros sagrados (*jihadistas*), apelidados de terroristas, fazendo parte do grande movimento salafistas, justificando todas as suas ações com a ideologia salafista (Drinkwine, 2009).

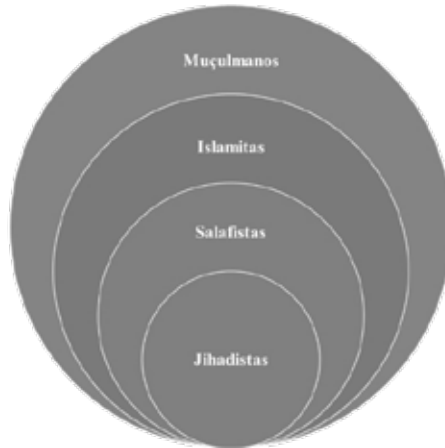


Figura 37 – Grupos insurgentes no Mali.

Fonte: Drinkwine (2009, p. 15).

Encontrando-nos enquadrados, verificaremos as variações da religião praticada pelos muçulmanos no Médio Oriente e a sua ligação com Norte e centro de África.

5.3.1. Os Sunitas e sua expansão em África

O nome deriva de *Suna*³⁰. Duas visões islâmicas surgiram após a morte de Maomé, no ano 632, em Medina, na Arábia Saudita, como consequência da disputa entre os seus seguidores pela liderança da comunidade, mergulhando numa guerra civil. Da discussão pelo direito à sucessão do Profeta, surgiram duas seitas majoritárias, os sunitas e os xiitas. Genericamente, os sunitas acreditam que Maomé não deixou herdeiros legítimos, devendo o seu sucessor ser eleito numa votação entre as pessoas da comunidade islâmica.

Para efeitos de contextualização do trabalho, efetuaremos uma análise à escola sunita que se expandiu do Médio Oriente para África. A escola Maliki (Figura 38), é uma das quatro maiores escolas de pensamento (*madhhab*) de

³⁰ Significa “Caminho percorrido”, nome dado às palavras e atos de Maomé pelos seus primeiros seguidores.

jurisprudência islâmica sunita, tendo sido fundada por Malik ibn Anas no século VIII. Baseia-se no Corão e *hadiths*³¹, derivando do livro e escritos com comentários do *Al-Muwatta* de Malik ibn Abas. A interpretação da lei é efetuada primeiro a partir do Corão, *hadiths* e *Al-Muwatta*. Se for ambígua, consultam o *Ama*³², com o consenso de *Sahabah* (considerados os companheiros de Mohammed), de acordo com o *Istislah*³³ e da *Urf*³⁴ (Ali, 2003).



Figura 38 – Mapa das maiores escolas sunitas, xiitas e outras.

Fonte: Lostislamichistory (2018).

Ao contrário de outras escolas, a escola Maliki considera na sua jurisprudência o consenso do povo de Medina³⁵ como uma fonte válida da lei islâmica, sendo uma das mais prolíferas escolas na comunidade sunita, ficando apenas atrás da escola Hanafi (Figura 38).

Com o califado *Umayyads*³⁶, a escola Maliki foi promovida como lei estatal, em todos os territórios conquistados, que chegaram a ser a Península Ibérica (mantida pelos Almorávidas, que controlavam um futuro condado Portucalense), Norte e Oeste de África (al-Ta`wil, 2004). Dos países em análise, esta escola possui enorme expressão nos países do Norte de África, em contraste com o Corno de África onde predomina a escola Shafi`i.

A escola Shafi`i foi fundada pelo estudioso árabe al-Xafi`i no início do século IX. Para esta escola as fontes primárias são apenas o Corão e *hadiths*. Quando as fontes primárias são ambíguas, primeiro buscam orientação na lei religiosa

³¹ Profecias, escritos e narrativas relacionadas com as escrituras de Mohammed e seus seguidores como fonte primária de interpretação.

³² Costumes, ensinamentos e práticas do povo de Medina.

³³ Interesse e bem estar do islão e muçulmanos sunitas.

³⁴ Costumes dos muçulmanos no mundo.

³⁵ Cidade e ponto central administrativo e legislativo da lei islâmica na região Al-Madinah na Arábia Saudita.

³⁶ Segundo califado dos quatro maiores califados estabelecidos após a morte de Mohammed.

a partir do *Ijma*³⁷. Não havendo consenso, baseia na opinião individual *Tjtihad*³⁸ dos companheiros de Maomé. Esta escola foi a mais seguida, no período de nascimento do islão. Porém, com a expansão do Império Otomano, foi substituída pela escola Hanafi, permanecendo em África na região costeira oriental (Kamal, 2012).

5.3.2. Os Xiitas e sua expansão em África

Os xiitas acreditam que o Profeta Maomé nomeou o seu genro, Ali ibn Abi Talib, como seu sucessor, o primeiro verdadeiro Imã. A base dos xiitas é a doutrina *Imamah*, em que os Imãs são a verdadeira figura central de todo o sistema de doutrina islâmica, tendo de pertencer à linhagem da família Ahl al-Bayt, que acreditam possuir autoridade espiritual e política sobre a comunidade islâmica (EUTM, 2018). Quando Maomé morreu em 632, Ali Talib e sua família começaram a preparar o funeral. Neste período, três líderes³⁹ reuniram-se com os líderes de Medina, tendo sido eleito Abu Bakr como o próximo califa. Nenhum aceitou a submissão, passando a existir a vertente xiita (baseada na consanguinidade) e sunita (nomeação pela escola de Medina). Os xiitas desenvolveram as suas próprias escolas de jurisprudência, filosofias elaboradas e tradições místicas. Todos creem na infalibilidade dos Imãs, mas seitas distintas acreditam num número diferente de Imãs. Após o desaparecimento do Imã Mahdi, com quatro anos de idade, a teologia xiita continua a postular que vive sobrenaturalmente, escondido pela humanidade, e que se revelará no final dos tempos. Durante a sua ausência um erudito xiita, um *Ayatollah*, pode atuar como sua sombra, justificando-se as ações do líder da revolução iraniana, *Ayatollah Khomeini*.

A expressão xiita nos países compreendidos entre o Corno de África e Norte do Golfo da Guiné não é expressivo, variando entre os 5% a 10%, conforme se pode verificar na Figura 39. Para autores menos atentos, a rivalidade ancestral entre sunitas e xiitas, não se constitui um problema nos países analisados neste contexto, sendo porventura o problema do Médio Oriente. Desta forma, pode-se concluir que não existe ligação conflituosa nesta vertente islâmica entre Médio Oriente e África (Sardar, 2007).

³⁷ Efetuadas reuniões para existir o consenso dos *sahaabi* (designados de companheiros de Maomé).

³⁸ Interpretação individual pelos juristas religiosos. Dependendo da fonte, desde o século X, somente os xiitas reconhecem e praticam o *Ijtihad*, enquanto que o sunismo pratica o *taqlid* (imitação).

³⁹ Abu Bakr, Umar e Abu ibn al Jarrah



Figura 39 – Mapa de influências sunitas e xiitas.

Fonte: EUTM (2018, p. 64).

5.3.3. O Sufismo Islâmico em África

O sufismo surgiu como reação contra o puritanismo e o legalismo árido (base dos salafistas). Hassan al-Basri foi educado por Umm Salama, umas das mulheres de Maomé, proclamando que os muçulmanos deveriam procurar a “doçura” durante a oração, ao recordar Deus enquanto liam o Alcorão. O objetivo da vida sufista é alcançar a *fana*, o abandono do materialismo. “O termo Sufi tem origem na palavra *suf*, que significa lã. Os sufistas usavam mantos feitos a partir de lã não colorida, como símbolo da sua renúncia ao mundo e aos seus prazeres” (Sardar, 2007, p. 92).

O sufismo está associado ao uso de música, poesia, dança e ensinamentos de mestres sufistas, que podem servir como intermediários entre Deus e os humanos, a fim de atingir o sentido espiritual do verdadeiro significado de Deus. As principais práticas dos sufistas é a definição de *bid'ah*⁴⁰, o *Mawlid* (celebração dos anos do profeta Mohammed), o *Urs* (comemoração da morte dos santos sufistas), a *Nasheed* (poesia utilizada para adorar Mohammed), a *Ziyarat* (visita a sepulturas de profetas e santos sufistas) e a *Tawassul* (suplicar a Alá através de profetas ou santos sufistas mortos ou vivos) (Lings, 1993). Mas a principal filosofia de todos os sufistas, é que a sua interpretação do Corão é de motivação e amor a Deus, em que as suas regras específicas de adoração, devem incidir sobre o abandono de acreditar em si mesmo, para acreditar na unidade de Deus (Drinkwine, 2009).

A maioria dos muçulmanos sunitas no Norte de África são sufistas, em que o estilo de vida e religião coaduna com a permissividade e o tolerar da existência de diferentes etnias. No entanto, esta avaliação da quantidade de sufistas pode ser subjetiva, tendo em consideração que existem imensos sunitas Maliki, que não se

⁴⁰ Sufistas possuem uma visão holística e inclusiva, enquanto que os salafistas apoiam uma visão exclusiva e literal dos escritos de Mohammed.

enquadram na variante sufista ou salafista, acabando por ser contabilizados como sufistas. Poderíamos mesmo referir que o sufismo seria a razão de não existirem tantos conflitos e instabilidade do Corno de África ao Norte do Golfo da Guiné, não fosse a perseguição e ostracização por parte dos salafistas.

5.3.4. O movimento Salafista em África

Como referimos no ponto anterior, o salafismo e sufismo são dois movimentos islamitas com diferentes interpretações do islão, sendo historicamente divergentes, refletindo-se em muitos dos conflitos no mundo islâmico nos dias de hoje. O salafismo está associado à literal, estrita e pura aproximação da visão do islão, tendo ligações ao *ihadismo* para o mundo ocidental (Meijer, 2016). Têm sido hostis às práticas sufistas, proclamando que o sufismo é inconciliável com o verdadeiro islão, sendo um dos responsáveis por corrompê-lo nos dias de hoje, devido às suas práticas e crenças anti islão. São expressamente contra o *Mawlid*, o *Urs*, a *Nasheed*, a *Ziyarat* e a *Tawassul*. Para um salafista, só existe três locais creditados para o Islão, sendo eles Meca, Medina e a Mesquita de Jerusalém. Também designados por puritanos e fundamentalistas radicais, têm a noção de que o Islão e o estado são uma e a mesma coisa, procurando a implementação de estados islâmicos controlados pela lei islâmica e por chefes religiosos. Defendem que o Ocidente em geral e os EUA em particular, são inimigos intrínsecos do Islão (Sardar, 2007). Da correlação de vários autores, os salafistas pretendem criar vários estados islâmicos, governados apenas pelas primeiras interpretações retiradas dos ensinamentos de Maomé e do Corão, abandonando todos os ensinamentos do mundo moderno, criando-se os califados. Este movimento salafistas, provém da teologia da escola *Hanbali* do Islão, tendo ao longo dos tempos, atraído os militantes mais radicais islamitas, conhecidos como *ihadistas* (Drinkwine, 2009).

Podemos associar os salafistas, ao islamismo radical, através de uma ideologia política que, recorrendo a justificações religiosas como manifesto político e usando a “linguagem marxista, procura implementar, através da *Jihad*, um estado islâmico, que é totalitário, visando manter o islão como centro do poder e no qual a *Sharia* será aplicada” (Gonçalves, 2011, p. 53), entendida esta apenas como o Corão e a tradição ligada às ações e aos ditos atribuídos a Maomé.

A partir dos clérigos da Arábia Saudita, que propagam os ensinamentos salafistas nas mesquitas ou nas publicações de inspiração *ihadista*, disseminam-se mensagens e atos que têm vindo a intensificar e a alargar o arco subsaariano de instabilidade, visível nos grupos insurgentes radicais salafistas.

5.3.5. Religiões em África não islâmicas e sua influência

Do Norte do Golfo da Guiné até ao Corno de África a expressão de muçulmanos em comparação com os católicos e animistas é exponencialmente maior (entre 80% a 90%), exceto na Nigéria (aproximadamente 50% para cada) e RCA (aproximadamente 15% de muçulmanos para 40% de católicos). Para além destas duas religiões maioritárias, existem as crenças tribais, respeitantes a etnias que sofreram poucas alterações e influências ao longo dos períodos de colonização, sendo denominados por alguns autores de animistas.

Os animistas acreditam que os objetos, lugares e criaturas possuem uma distinta essência espiritual, visualizando em todas as coisas, animais, plantas, rochas, rios, tempo, obras humanas, até mesmo algumas expressões como animadas ou vivas. Devido à imensa diversidade etnolinguística e cultural, existem várias vertentes, quanto ao animismo provir de experiências ancestrais comuns das tribos em todo o mundo, ou se deve ser considerada uma religião única com “próprio direito” (Taylor, 2005). Os confrontos religiosos entre muçulmanos, católicos e animistas nos países em análise, são uma realidade com maior expressão nos três países indicados, não deixando de existir nos restantes.

5.4. GRUPOS INSURGENTES ISLAMITAS EM ÁFRICA

Podendo por vezes parecer confuso, quais os objetivos dos principais grupos insurgentes apresentados neste capítulo, existem determinados vetores que confluem num desígnio grandioso e visão idílica idêntica a todos. Esta união traduz-se na implantação da autoridade islâmica do Corno de África ao Golfo da Guiné, a consagração da *sharia*, como a única lei com legitimidade para regular a humanidade, por emanar diretamente de Deus (Torres, 2009). Em conclusão o seu objetivo é a instauração de um “califado pan-islâmico”, tendo, no entanto, a noção pela nossa parte, de que estão apenas apresentados os mais relevantes.

5.4.1. Al-Shabaab (Harakat al-Shabaab al-Mujahideen)

O grupo terrorista Al-Shabaab surgiu como braço armado da união dos tribunais islâmicos (Andrews J. , 2016), tendo ficado mundialmente conhecido quando tomou a capital da Somália, Mogadíscio (Council on Foreign Relations, 2018). São muito provavelmente herdeiros do legado da *Al Ittihad al Islamiyya*⁴¹, com uma orientação para o *jihadismo*, que tiveram na sua génese a tentativa de

⁴¹ Grupo salafista com influências de tradição *Wahhabi*, oriunda da Arábia Saudita.

repor a lei e a ordem na Somália, aquando da queda do presidente Muhammad Siad Barre, em 1991.

A expansão do grupo passou pelo rápido aumento de seguidores, através de estreitas ligações à Al-Qaeda, que se baseou para definir o seu *módus operandi*, através da partilha da ideologia e utilização de táticas semelhantes (Shinn, 2011). A Somália, como estado falhado, constitui o território ideal para a prossecução dos seus interesses, onde desenvolvem a grande maioria das suas ações com severos impactos no tecido social, existindo apenas alguns registos de ações fora do país, especialmente contra as nações que enviaram tropas para a operação AMISOM na Somália.

As relações do Al-Shabaab com a Al-Qaeda, vão mais além da simples defesa dos princípios da formação de um estado islâmico. As trocas de experiências, de doutrina e até de combatentes, colocam o grupo dos “Homens Jovens” num patamar de reconhecimento internacional, facto que levou os EUA a reconhecerem o Al-Shabaab formalmente como um grupo terrorista em 2008. O grupo tem passado por diversas fases de desenvolvimento desde o seu surgimento oficial. Na primeira e segunda fase (até abril de 2008) a ação do Al-Shabaab era caracterizada como *jihadista* e insurgente. Na terceira fase, entre maio de 2008 e julho de 2011, manteve-se como insurgente e alterou a sua postura para *takfír*⁴². Na quarta fase, desde agosto de 2011 até aos dias de hoje, o grupo passou para ações de terrorismo estratégico assentes numa base *takfír*.

5.4.2. Boko Haram (Jamā’at Ahl as-Sunnah lid-Da’wah wa’l-Jihā)

No final dos anos 90 do século passado, na cidade de Maiduguri, capital do estado nigeriano de Borno, surgiu o grupo que hoje conhecemos como Boko Haram, muito longe daquilo que se tornou a partir do ano 2002 (MacEachern S. , 2018). A “Assembleia do povo empenhado na propagação dos ensinamentos do Profeta e na Guerra Santa”, ou Boko Haram, como são conhecidos em todo o Mundo, são um grupo extremista de linha salafista, cujo principal objetivo é tornar a Nigéria num Estado islâmico (Andrews J. , 2016). Vencedor do prémio de “grupo terrorista mais mortífero de 2016”, o Boko Haram transformou-se num dos discípulos da Al-Qaeda mais empreendedor naquilo que faz, em espalhar o terror na Nigéria (Zenn, 2017).

O modo de atuação deste grupo terrorista tem vindo a mostrar cada vez

⁴² *Takfír* é uma declaração teológica referente a um muçulmano que se tornou um apóstata ou um infiel. Para o islamismo, tornar-se *takfír* é um pecado capital, cuja punição vai para além da vida (Hassan, 2017).

mais argúcia, desprezo e letalidade. As suas ligações a outros grupos terroristas que atuam em África é um dos fatores de preocupação para a Nigéria, uma vez que os grupos extremistas começam a formar alianças que lhes permite um aumento significativo de capacidade. Desde “*Erasmus*” entre grupos, com a disseminação de táticas que até há bem pouco tempo apenas eram postas em prática pela Al-Qaeda, até à criação de um mercado único de armamento para os grupos terroristas, muitos têm sido os avanços nos campos da cooperação entre aqueles que, com a força das armas e da destruição, tentam colonizar África com o credo que defendem (Andrews J. , 2016). Em termos de exemplo da eficácia das parcerias entre os grupos de terroristas, destaca-se o apoio recebido pelo Boko Haram da Al-Qaeda e do Al-Shabaab, naqueles que foram os primeiros registos da utilização de bombistas suicidas em toda a Nigéria. A configuração da Nigéria, especialmente em termos de geografia humana, é um dos principais fatores de sucesso do Boko Haram. As profundas clivagens étnicas e religiosas, a sede de poder e a incapacidade de o Estado estabelecer mecanismos de controlo e prevenção eficazes, são umas das falhas aproveitadas pelo grupo terrorista para maximizarem o seu poder. Existem autores que defendem, por exemplo, que o Boko Haram é financiado por partidos políticos, que se dizem democráticos.

5.4.3. JNIM (Jama’ a Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin)

Constitui-se como um grupo insurgente islamita, formado a 06 de março de 2017, para conseguir expulsar os infieis estrangeiros do Norte de África, estabelecendo como base a região de Azawad⁴³. Face às derrotas constantes que os vários grupos insurgentes estavam a sofrer pelo exército francês na operação *Serval* e *Brakhane*, como pela ação da MINUSMA, estabeleceram várias reuniões orquestradas pelo ramo da Al-Qaeda na região, por forma a unir esforços. Desta forma fazem parte os grupos insurgentes *Ansar Dine*, *Macina Liberation Front*, *Al-Mourabitoun* e *Al-Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM), sendo encabeçados por Iyad Ag Ghaly (EUTM, 2018).

As suas mensagens e discursos *jihadistas* de índole salafista (Figura 40), são pura instigação contra a presença estrangeira e governos apoiantes a esta presença, em particular no Mali, Niger, Burkina Faso e Argélia, sendo o seu objetivo a implementação estrita da lei islâmica. Com pouco tempo de existência, têm efetuado vários ataques cirúrgicos, fogo indireto, atentados bomba e *Improvised Explosive Devices* (IED), utilizando como base a pouco controlada região Azawad.

⁴³ Território localizado no Norte do Mali, que tem sido palco de frequentes combates pela sua independência, sendo uma das razões pela instabilidade no Mali e países vizinhos.



Figura 40 – Jama’á Nusrat ul-Islam wa al-Muslimin.

Fonte: EUTM (2018, p. 68).

5.4.4. AQIM (Al-Qaeda in the Islamic Maghreb)

Conhecidos inicialmente como *Groupe Salafist pour la Predication et le Combat* (GSPC), têm as suas origens no *Groupe Islamic Armé* (GIA), que combateu na guerra civil contra o governo argelino em 1990. Como curiosidade, em 1994 este grupo insurgente tentou obrigar pilotos do avião *Air France*, que tinha tomado de assalto, a embater contra a Torre Eiffel, sendo um predecessor do 11 de setembro (Torres, 2009). Devido às mesmas ideologias, uniram-se à Al-Qaeda em 2000, alterando o seu nome para AQIM em 2006, quando juraram fidelidade à liderança da Al-Qaeda (Tobie, 2017). A sua presença em toda a região Sahel⁴⁴ encontra-se marcada por raptos a turistas, diplomatas e trabalhadores internacionais, efetuando constantes assassinatos a altas patentes militares. A sua estratégia passa por criar santuários a partir dos quais operam, como o objetivo de “Afeganizar toda a região do Sahel” (Stewart, 2014, p. 40). As suas mensagens e discursos são autênticas retóricas *jihadistas* de índole salafista, com frequentes referências ao *fitna* (desordem), *jahiliyya* (ignorância pré-islâmica), *fasad* (corrupção) contra os governos da região Sahel, Argélia, Líbia, Marrocos e Tunísia, sendo compostos por ateus, que necessitam de ser convertidos à estrita interpretação da lei islâmica, a imposição da *sharia* (Stewart, 2014).

A Al-Qaeda fundada em 1987 por Abdullah Yusuf Azzam, um ideólogo palestino da Jordânia e mentor do conhecido Osama bin Laden, conseguiu reunir com um propósito religioso, todos os combatentes veteranos árabes da guerra contra a União Soviética no Afeganistão, formando um grupo ideológico numa

⁴⁴ Compreende a região da Mauritânia, Senegal, Mali, Niger, Nigéria, Chad, Sudão e Eritreia, dependendo de autores.

jihad para salvar os muçulmanos em todo mundo. Desta forma Azzam tornou-se um líder espiritual de guerreiros sagrados financiados, com influência militar e política que apoia nos dias de hoje, vários grupos sobre o mesmo bastião, sendo o AQIM, responsável pela região Sahel (Keita, 1998). Os seus princípios são nunca negociar a paz com infiéis, conduzir ataques de terror às forças convencionais, explorar a capacidade de conduzir ações complexas através de melhorias em armamento e táticas, com o objetivo final de estabelecer um califado Islâmico, através do uso da força para expulsar do poder os infiéis (Drinkwine, 2009).

Estabeleceram-se no Corno de África em 1990, através da implementação de campos de treino, tendo, no entanto, sofrido algumas dificuldades, que podem vir a ser ultrapassadas devido à constante instabilidade na região do qual tem usufruído.

Os seus membros proveem em grande maioria da Argélia, Marrocos, comunidades do Sahara, tribos Tuaregs, ex-combatentes do exército líbio e etnias ostracizadas (Fulani). Possuem estreitas ligações com os três grupos insurgentes descritos nos pontos anteriores, sendo a sua base de suporte ideológico, monetário e logístico, estimando-se até ao momento apoio na ordem dos 50 milhões de dólares (Figura 41) (EUTM, 2018).



Figura 41 – Estandarte da Al-Qaeda in the Islamic Maghreb.

Fonte: EUTM (2018, p. 70).

5.5. LIGAÇÃO DO MÉDIO ORIENTE À INSTABILIDADE NO ARCO SUBSAARIANO

Com o intuito de perceber a ligação e intenção adotada pela Arábia Saudita como representante do Médio Oriente, importa perguntar à história a causalidade da instabilidade no Arco Subsaariano. Maomé encontrou imensa oposição em Meca, a cidade onde iniciou as suas pregações, tendo inclusivamente sentido a sua vida ameaçada de forma séria pela maior tribo local, os Quraysh. No ano 622, Maomé e o seu grupo de acólitos retirou-se de Meca e estabeleceu-se em

Medina, iniciando a formação de um poderoso exército, que anos mais tarde viria a conquistar Meca e as regiões circundantes (Kamal, 2012). A retirada estratégica, designada de *Hégira* tem como significado a passagem da meditação e pregação, eminentemente tolerante, evocativa de paz e da concórdia entre os povos, para uma *jihad*, na luta defensiva contra os pagãos, numa interpretação ideológica, devendo ser perseguidos e subjugados. Estas duas fases de Maomé foram alteradas ideologicamente, sendo a justificação para o uso de uma força, gerada a partir da instabilidade, iniciada pela formação, passando à luta por imposição, neste caso vertida por grupos insurgentes (Torres, 2009).

Tendo como base estas interpretações de ligação provenientes do Médio Oriente, segue-se uma análise que correlaciona os conflitos existentes no Arco Subsaariano, com a imposição do salafismo através de grupos insurgentes.

5.5.1. Relação dos recentes conflitos com a religião

Hoje em dia o islamismo extremista tem muitas raízes, podendo-se denotar desde as consequentes invasões do Afeganistão, desemprego jovem nos países do Médio Oriente sobreviventes do petróleo, tensões tribais no Corno de África, corrupção, economia flutuante no Norte de África, competição por matérias primas e competição por água e terra em todo o continente africano. Todos estes fatores, impelem os muçulmanos radicais a fazer uso da violência através da interpretação fundamentalista salafista do Islão, com aspiração para criar uma nova sociedade muçulmana idêntica à do século VII (Andrews J. , 2015).

Numa análise aos conflitos abordados no primeiro capítulo, verifica-se que no Corno de África, os países circundantes desde a sua independência, se confrontaram por motivos de território. A Somália em conflitos territoriais com a Etiópia, Quênia e Djibouti, tendo como adição os conflitos étnicos e entre senhores da guerra, em 2003, viu crescer o movimento salafista proveniente de grupos educados nos países árabes do Médio Oriente, que combateram no Afeganistão em 1990 (Pais, 2014). A Etiópia com mais de metade da população católica, percecionou o problema, invadiu a Somália (2007) aumentando ironicamente as fileiras e expansão do salafismo até ao seu território. No entanto, a Etiópia também possui um conflito de anexação com a Eritreia, desde a sua independência (1993) até à luta pela região de Badme. Inclusive sempre acusou a Eritreia de ser responsável pelo apoio à expansão salafista na Somália, fazendo uso do extremismo religioso para criar instabilidade (Pais, 2014). O fundamento da Eritreia, ser uma das bases para a expansão do extremismo religioso foi confirmado pelo Sudão (2002) e mais tarde pela ONU. Para além dos jogos de poder aliados à religião, o Sudão enfrentou uma divisão em 2011, devido a confrontos entre um Norte muçulmano e sul cristão/

animista, criando-se um dos estados mais novos, o Sudão do Sul, deixando no entanto uma porta para a expansão do salafismo (Andrews J. , 2015). Djibouti por seu lado é mais uma Eritreia sem expressão significativa.

Poder-se-ia pensar que os conflitos religiosos entre muçulmanos e católicos para a região *Sahel*, seria umas das razões de instabilidade. Apesar de existir e ser proeminente, a luta é desencadeada entre a vertente sufista e salafista, em que os primeiros são denotados como impuros, sendo o Mali o centro da discórdia e permanentes conflitos a partir de Azawad (Stewart, 2014). Abordámos no trabalho a análise ao Chade, podendo, no entanto, ser Burkina Faso ou Níger.

Resta uma Nigéria com 350 étnias, que apesar de localizada bem longe do Corno de África, sofre dos mesmos problemas do Sudão, podendo num futuro ser dividida entre Norte muçulmano e sul cristão, se os apoios da Al-Qaeda continuarem a fluir (Piedade, et al., 2014).

5.5.2. Relação da religião com os grupos insurgentes islamitas

Numa análise coerente e séria aos grupos insurgentes no espaço delimitado, poder-se-ia numa primeira avaliação, cometer-se num erro frequente, em que a sua grande estratégia baseia-se fundamentalmente na superioridade militar para controlar o terreno, consolidação, governação e política para formar a base de uma sociedade, antes de estabelecer a autoridade religiosa. Esta metodologia tipifica o Estado Islâmico (EI) oriundo do Médio Oriente. No entanto, a grande diferença que distingue esta visão da Al-Qaeda e dos grupos insurgentes apresentados, é a de acreditarem na autoridade religiosa e aceitação social, por forma a alcançar o “califado pan-islâmico” (Martins S. A., 2014).

É no Médio Oriente, principalmente na Península Arábica, que os ideólogos islamitas vivem, professando continuamente as suas teorias e crenças salafistas de índole *jihadista*. Nesta região onde se encontra o “coração” do Islão, constantemente rejuvenesce e inspira novos recrutas e recursos, através de bases militantes no Yémen e Arábia Saudita, tendo desempenhado um papel fundamental desde 1990, retirando-se como exemplo Bin Laden (Drinkwine, 2009).

Dos grupos insurgentes analisados, consegue-se compreender um apoio monetário e logístico, na retaguarda por parte da Al-Qaeda, que no caso do Norte de África é representado pelo AQIM, através da implementação da sua ideologia sunita salafista, fornecendo um mote para a consecução de ações rebeldes, destabilizando e ganhando controlo de pequenos nichos. Através da proliferação desta religião, são fundadas e implementadas várias mesquitas e madraças,

atacando constantemente escolas e estabelecimentos de ensino, para uma maior difusão da mensagem (Andrews J. , 2015).

Através da proliferação dos ensinamentos radicais islamitas, a expulsão dos infieis dos países muçulmanos (numa análise global aos países do Norte ao Corno de África, cerca de 70% da população é muçulmana sunita da escola Maliki), e a substituição dos atuais governos corruptos e apóstatas por regimes islâmicos, é uma intenção que se torna realidade através dos grupos insurgentes, sendo a paciência e perseverança uma virtude (Torres, 2009). A intenção da restauração do califado medieval com sede na Arábia Saudita, a terra da profecia, que se estendeu desde o Médio Oriente, passando por África ao *Al-Andalus*⁴⁵, apoiada pela sucursal do AQIM (Torres, 2009).

5.5.3. Relação dos recentes conflitos com os grupos insurgentes islamitas

Numa análise ao descrito no presente trabalho e bibliografia enquadrante, poderão ser tiradas várias ilações, sendo, no entanto, mais complexas as interligações dos grupos insurgentes com os conflitos explanados, passíveis de serem analisadas em documentação classificada que não pode ser vertida no presente documento.

Nos últimos anos, o Norte de África tem vindo a enfrentar uma das suas maiores crises humanitárias, onde 150 milhões de pessoas tentam sobreviver aos confrontos territoriais e étnicos, às alterações climáticas com erráticas chuvas e secas, à pobreza extrema e a uma explosão demográfica que se prevê duplicar nos próximos 20 anos, onde o extremismo religioso se tenta impor, com o intuito de oferecer uma oportunidade de índole religiosa (Lanzer, 2017).

O JNIM a atuar principalmente no Mali, o Boko Haram na Nigéria e a Al-Shabaab na Somália, neste momento possuem uma estrutura capacitada para se financiarem, instruírem e equiparem, tendo como objetivo principal a implementação da sua visão salafista, através da *sharia*. Esta implementação exige destabilização dos estados governativos, concebendo um ambiente onde podem operar livremente, controlando uma economia paralela, criando bases de apoio e treino, destruindo pontos de apoio educacionais adversos e estabelecendo madraças e mesquitas para proliferação da sua ideologia. Esta instabilidade nos estados e entre estados, por vezes torna-se tão insípida que leva países como a Eritreia a apoiar estes grupos insurgentes, para sobreviver num ambiente inóspito. O Mali, é um excelente exemplo desta adaptação dos grupos insurgentes islamitas,

⁴⁵ Corresponde nos dias de hoje à Península Ibérica, tendo nascido Portugal da conquista de território aos ocupantes muçulmanos.

quando em 2012 um grupo independentista (MNLA) proclamou a independência de Azawad, solicitando apoio a Ansar Dine (salafistas com apoio da Al-Qaeda). Deposto o governo do Mali e garantido o controlo da região, Ansar Dine iniciou a sua limpeza religiosa, impondo a *sharia*, contra a vontade do grupo independentista. Após vários combates os independentistas foram expulsos, vendo defraudadas todas as suas intenções, em prol de um novo estado islâmico (EUTM, 2018).

Para além de apoio próprio por parte dos grupos insurgentes islamitas, o AQIM é a peça em falta numa engrenagem bem oleada. As orientações, logística e difusão de intenções, provém da Al-Qaeda, que inicialmente se apoiou na Argélia, sendo o comando de uma estrutura cada vez mais organizada numa visão descentralizada. Todo o apoio monetário e logístico é garantido através do controlo das antigas rotas comerciais (Figura 42), que nos dias de hoje se tem transformado em tráfico de estupefacientes, refugiados e armamento.



Figura 42 – Rotas comerciais utilizadas pelos grupos insurgentes.

Fonte: West African Studies (2014).

5.6. CONCLUSÕES

Numa análise dedicada a países pertencentes ao Corno de África e Golfo da Guiné, centrando-nos naqueles que desde a sua independência das potências colonizadoras, foram geradores de conflitos, denotámos que os conflitos territoriais e étnicos, encontram-se a serem explorados por uma vertente religiosa de índole muçulmana sufista extremista. Como verdadeiro exemplo desta correlação, elegemos o Mali, que alia os confrontos étnicos de Tuareg e Fulani com as restantes etnias, à vontade de tornar independente o território Azawad, usufruindo para isso do apoio extremista religioso salafista, através da aliança do grupo insurgente JNIM

com o apoio da Al-Qaeda, proveniente do Médio Oriente, em particular da Arábia Saudita. Toda esta intensificação de instabilidade, está bem vertida e projetada por uma visão islâmica extremista, que tem como mão ativa a Al-Qaeda.

A Al-Qaeda tem a perfeita consciência que é necessário destabilizar os alicerces da prosperidade e da influência ideológica ocidental, minar a sua credibilidade e assim esbater o seu poder efetivo de intervenção nos países muçulmanos. Tem vindo a tornar-se cada vez mais uma ideologia e menos uma estrutura física, passando a ser uma fonte de inspiração para uma miríade de muçulmanos revoltados e oprimidos pelo mundo inteiro, desejosos de uma causa para a sua vivência, espalhando-se neste caso pelo Norte de África, assumindo uma estrutura crescentemente descentralizada em filiais e sucursais, tendencialmente de base regional (principalmente no Mali, Nigéria e Somália), recorrendo para isso ao estreitamento de laços com grupos radicais, com quem tem mantido ligações pessoais, institucionais e afinidades ideológicas.

No entanto, alguns países usufruem deste apoio e instabilidade, para se manterem emergentes e ativos, como por exemplo a Eritreia e Djibouti, tentando desta forma sobreviver num confronto belicista entre a Somália e Etiópia. Outros países são divididos ou tentam ser divididos, podendo, no entanto, ser uma premissa para que a crescente edificação de madraças e mesquitas nas regiões Norte, culminem num califado islâmico com a imposição da *sharia*, como é o caso do Sudão ou numa futura Nigéria.

A instabilidade sempre existiu nestes países, desde as suas independências. No entanto o Médio Oriente, lembrando os áureos tempos da expansão do califado Umayyad, soube utilizar inteligentemente estes conflitos como fundamento para implementar um califado rigoroso, justo e disciplinado.

Parecendo simples, a solução parte por apoiar o desenvolvimento dos países em conflito, garantindo estabilidade governamental, provocando um “garrote” na afiliação de novos recrutas, para os grupos insurgentes extremistas e expansão de ideologia extremista salafista. Desta forma conseguiremos estancar um fluxo emigratório para a Europa, e conseqüente expansão de uma visão radical originária da Arábia Saudita, reforçada pelo Iémen. Se a solução não for encontrada, a missão estratégica do islamismo extremista, expansão da *jihad* através da nação muçulmana, preparação e treino qualificado de muçulmanos para a *jihad*, apoio e ajuda a movimentos *jihadistas* por todo o mundo e coordenação internacional de movimentos *jihadistas* para criar um unificado e global movimento *jihadista*, será alcançada!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agency, C. I. (2018). *The World factbook*. Retirado de Central Intelligence Agency: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/>.
- Akinola, A. O. (2018). *Globalization, Democracy and Oil Sector Reform in Nigeria*. Gewerbestrasse, Suíça: Palgrave Macmillan.
- al-Akhdari, S. A. (2012). *Summary on Ibadat according to the School of Imam Malik*. Marrocos: Bewley virtual.
- Ali, A. b. (2003). *Prayer and Purification according to the Maaliki School of Islamic Jurisprudence*. Marrocos: Prayer Purification.
- al-Ta`wil, S. M. (2004). *The Special Characteristics of the Maliki Madhhab*. Marrocos: Fes Marroco.
- Andersen, M., & Bort, E. (2001). *The Frontiers of the European Union*. Edinburgh: Palgrave.
- Anderson, M. (2014). *Refugees and patchy rains trigger new Sahel hunger crisis*. Londres: The Guardian. Retirado de <https://www.theguardian.com/global-development/2014/jul/31/refugees-rains-sahel-hunger-crisis>.
- Andrews, J. (2015). *The World in conflict* (1 ed.). London: Profile Books Ltd.
- Andrews, J. (2016). *Os grandes conflitos mundiais - uma análise estratégica sobre as zonas mais perigosas e as ameaças à estabilidade do nosso mundo*. (A. G. Lucas, Trad.) Lisboa: Clube do Autor.
- Baldick, J. (1989). *Mystical Islam: An introduction to sufism*. New York: New York University Press.
- Barrie, D., Barry, B., Boyd, H., Chagnaud, M.-L., Childs, N., Giegerich, B., Schutz, T. (2018). *Protecting Europe: meeting the EU's military level of ambition in the context of Brexit*. Alemanha: DGAP.
- Bar-Tuvia, S., & Franke, M. (2017). *Why some E.U. states want hotspots in the Sahel*. Retirado de <https://www.newsdeeply.com/refugees/community/2017/11/10/why-some-e-u-states-want-hotspots-in-the-sahel>.
- Batha, E. (2013). *Sahel region set to see rise in “climate refugees” report*. Londres: Thomson Reuters Foundation.
- BBC (2 de outubro de 2018). BBC News. Retirado de BBC: <https://www.bbc.com/news/world-africa-45724440>.
- Bisaillon, L. M. (2003). *Slight and Strategic Djibouti: a story from the Horn of Africa*. Sina Forum: Sharing information and your experiences around Africa.
- Bossard, L. (2014). *West African Studies: An Atlas of the Sahara-Sahel*. Club Secretariat.
- Bretherton, C., & Vogler, J. (1999). *The European Union as a Global Actor*. Londres: Routledge.

- Bruns, B., Happ, D., & Zichner, H. (2016). *European Neighbourhood Policy*. Leipzig: Palgrave.
- Chauzal, G., & van Damme, T. (2015). *The roots of Mali's conflict: Moving beyond the 2012 crisis*. Holanda: Clingendael.
- Chiltick, W. (2000). *Sufism: A short introduction*. Oxford: Oneworld.
- Commission, E. (23 de novembro de 2018). *European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations*. Sudan. Retirado de <http://ec.europa.eu/echo>.
- Council on Foreign Relations. (2018). *Global Conflict Tracker - Council on Foreign Relations*. Retirado de <https://www.cfr.org/interactives/global-conflict-tracker>.
- Debos, M. (2016). *Living by the gun in Chad. Combatants, impunity and state formation*. (A. Brown, Trad.) Londres: Zed Books.
- Decalo, S. (1997). *Historical Dictionary of Chad*. Londres: The Scarecrow Press, Inc.
- Drinkwine, B. (2009). *The Serpent in our garden: Al-Qa`ida and the Long War*. USA: U.S. Army War College.
- Essoungou, A. M. (2013). *The Sahel: One region, many crises. Africa Renewal*. Retirado de <https://www.un.org/africarenewal/magazine/december-2013/sahel-one-region-many-crises>.
- European Commission. (2018). *European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations*. Brussels: European Union.
- EUTM. (2018). *Country Handbook Republic of Mali*. Bamako: EUTM.
- Felter, C., Masters, J., & Sergie, M. (2018). *Al-Shabab*. Retirado de Council on Foreign Relations: <https://www.cfr.org/background/al-shabab>.
- Fergusson, J. (2013). *The World's most dangerous place*. Boston: Da Capo Press.
- Gilmer, B. (2014). *Political geographies of piracy: constructing threats and containing bodies in Somalia*. New York: Palgrave MacMillan.
- Gonçalves, F. (2011). *O Islamismo Radical e o combate às suas ameaças*. Lisboa: Diário de Bordo Editores.
- Hagberg, S., Koné, Y., Koné, B., Diallo, A., & Kansaye, I. (2017). *Vers une sécurité par le bas* (1 ed.). Uppsala: Uppsala University.
- Harmon, S. (2014). *Terror and Insurgency in the Sahara-Sahel region*. Pittsburg: Ashgate.
- Hassan, M. H. (2017). *The Danger of Takfir (Excommunication): Exposing IS' Takfiri Ideology*. Counter Terrorist Trends and Analyses, 3-12.
- Hicks, C. (2018). *The trial of Hissène Habré. How the people of Chad brought a tyrant to justice*. Londres: Zed Books.
- Hill, J. (2010). *Sufism in Northern Nigeria: A force for counter-radicalization*. USA: U.S. Army War College.

- Huntington, S. P. (1993). *The Clash of Civilisations? Foreign Affairs*, p. 49.
- IESM. (2007). ME 71-00-08 *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Ingiriis, M. H. (2018). *From Al-Itihaad to Al-Shabaab: how the Ethiopian intervention and the ‘War on Terror’ exacerbated the conflict in Somalia*. Third World Quarterly. doi: <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1479186>.
- IUM. (2018). Workshop: *Crises Humanitárias, migrações, grupos vulneráveis, direitos humanos nos conflitos da região*. Lisboa: IUM.
- Janzen, I. M. (28 de agosto de 2018). *Somalia*. Retirado de Encyclopedia Britannica: <https://www.britannica.com/place/Somalia>.
- Kamal, A. (2012). *History of the Middle East*. Teaneck: Fairleigh Dickinson University.
- Keita, K. (1998). *Conflict and conflict resolution in the Sahel*. USA: U.S. Army War College.
- Kissinger, H. (2014). *World Order* (1ª ed.). New York: Penguin Press.
- Lanzer, T. (2017). *Sahel overview of humanitarian needs and requirements*. Gaza: OCHA.
- Lings, M. (1993). *What is Sufism?* Cambridge: The Islamic Texts Society.
- Lousada, J. (2010). *As fronteiras africanas (II)*. JANUS: Anuário de relações exteriores.
- Maçães, B. (16 de janeiro de 2018). *The coming wars: The most valuable military real estate in the world*. Retirado de Politico: <https://www.politico.eu>.
- MacEachern, S. (2009). *The Islamic World*. Londres: The Brown Reference Group Ltd.
- MacEachern, S. (2018). *Searching for Boko Haram: A History of Violence in Central Africa*. New York: Oxford University Press.
- Mackinder, H. (1904). *The Geographical Pivot of History* (1 ed.). London: STOR.
- Maher, S. (2016). *Salafi-Jihadism, The history of an idea*. Oxford: Oxford University Press.
- Martins, J. (2011). *Estudo Geopolítico do Chade*. Lisboa: IUM.
- Martins, R. F. (1996). *Nação e Defesa* (1 ed.). Lisboa: MDN.
- Martins, S. A. (2014). *O Estado Islâmico: Análise e contributos à sua compreensão*. Lisboa: IUM.
- Maszka, J. E. (2017). *A Strategic Analysis of Al Shabaab*. Tese de Doutoramento, Bournemouth University.
- Meijer, R. (2016). *Global Salafism*. Oxford: Oxford University Press.
- Migon, E. X. (2011). *Análise geopolítica e geoestratégica: Nigéria*. Lisboa: IUM.
- Ministry of Defence. (2010). *Global Strategic Trends - Out to 2040*. Ministry of Defence.

- OCHA, U. N. (2018). Djibouti. Retirado de Unites Nations Office for the Coordination of Human Affairs OCHA: <https://www.unocha.org/southern-and-eastern-africa-rosea/djibouti>.
- Pais, J. M. (2014). *Somália - Estado falhado com impacto na economia mundial*. Lisboa: IUM.
- Piedade, L., Martinho, F., Moura, G., Rodrigues, S., Guedelha, M., Anli, S., & Chaves, B. (2014). *A Nigéria: Relações de poder e de influência à escala regional e global*. Lisboa: IUM.
- Plaut, M. (2016). *Understanding Eritrea: Inside Africa's Most Repressive State*. New York: Oxford University Press.
- Reliefweb. (2017). *Story Highlights*. N'Djamena: Reliefweb. Retirado de <https://reliefweb.int/report/niger/sahel-refugees-human-face-regional-crisis>.
- Riggan, J. (2016). *The Struggling Sate: Nationalism, Mass Militarization, and the Education of Eritrea*. Philadelphia: Temple University Press.
- Santos, N. A. (2011). *A incerteza nigeriana*. Lisboa: IUM.
- Sardar, Z. (2007). *Em que acreditam os Muçulmanos?* Lisboa: Booket.
- Shinn, D. (2011). *Al Shabaab's Foreign Threat to Somalia*. *Orbis*, 55, 203-215. doi: <https://doi.org/10.1016/j.orbis.2011.01.003>.
- Sodiq, Y. (2017). *A history of the application os Islamic Law in Nigeria*. Gewerbestrasse, Suíça: Palgrave Macmillan.
- Sørbø, G. M., & Ahmed, A. (2013). *Sudan Divided: Continuing Conflict in a Contested State*. New York: PALGRAVE MACMILLAN.
- Stewart, J. (2014). *What is next for Mali? The roots of conflict and challenges to stability*. USA: Strategic Studies Institute.
- Sudan, R. O. (2018). *Embassy of the Republic of the Sudan*. Retirado de Embassy of the Republic of the Sudan: <http://www.sudanembassy.org/index.php/about-sudan-sp-942178989>.
- Tarjumana, A. A., & Johnson, Y. (2014). *Introduction to translation of Malik's Muwatta*. Turquia: Al-muwatta.
- Taylor, B. (2005). *Encyclopedia of Religion and Nature*. Londres e Nova Iorque: Continnum.
- Tesfaye, A. (2017). *State and Economic Development in Africa: The Case of Ethiopia*. Wayne: Palgrave Macmillan. doi:10.1007/978-3-319-57825-5_2
- Tobie, A. (julho de 2017). *A Fresh perspective on security concerns among Malian civil society*. SIPRI, p. 13.
- Tobie, A. (dezembro de 2017). *Central Mali: Violence, local perspectives and diverging narratives*. SIPRI, p. 19.
- Torres, J. (2009). *Terrorismo Islâmico: Gestão dos riscos para a segurança nacional*. Coimbra: Universidade Autónoma de Lisboa.

- UN, S. C. (23 de dezembro de 2009). Resolution 1907 (2009). Adopted by the Security Council at its 6254th meeting. United Nations.
- UNESCO, C. C. (2010). *História Geral da África V* (1 ed.). Brasília: Bethwell Allan Got.
- UNHCR. (2014). *An Overview of the Sahel humanitarian response plan 2014-2016*. Gaza: OCHA.
- União Europeia. (2016). *From Shared Vision to Common Action: Implementing the EU Global Strategy*. Bruxelas: União Europeia.
- Wagemakers, J. (2015). *Salafism in Jordan*. Cambridge: Cambridge University Press.
- West African Studies. (2014). *An Atlas of the Sahara-Sahel*. Berlim: OECD.
- Williams, J. A. (1980). *As grandes religiões do mundo*. Lisboa: Verbo.
- World Bank. (2017a). *The Refugee Situation in the Sahel: An Unprecedented Crisis*. World Bank. Retirado de <http://www.worldbank.org/en/region/afr/publication/the-refugee-situation-in-the-sahel-an-unprecedented-crisis>.
- World Bank Group. (2017b). *Sahel Refugees: The Human Face of a Regional Crisis*. Niger: WBG.
- Zenn, J. (2017). *Demystifying al-Qaida in Nigeria Cases from Boko Haram’s Founding, Launch of Jihad and Suicide Bombings*. *Perspectives on Terrorism*, 173-189.

6. O IRÃO E OS FORMATOS DA SUA ATUAÇÃO NOS CONFLITOS NO “GRANDE MÉDIO ORIENTE” ALARGADO

Paulo Miguel Santos Gonçalves
Major de Infantaria da GNR

Américo Filipe da Costa Pereira
Major de cavalaria do Exército

6.1. INTRODUÇÃO

O Grande Médio Oriente (GMO) alargado é a região do planeta que inclui o Norte de África, o Corno de África, a Ásia central e, até certo ponto, o subcontinente indiano (Kaplan, 2012). Inclui vastos desertos, oásis, montanhas, rios longos, megacidades e planícies costeiras.

É, ainda, a região detentora de consideráveis recursos naturais, em especial aqueles que são extremamente desejados por todos os países industrializados e em processo de industrialização: o petróleo e o gás (Marshall, 2017). Estima-se que cerca de 70 % das reservas de petróleo comprovadas do mundo e que 40 % das reservas de gás natural se encontrem na região (Kemp & Robert E. Harkavy, 1997).

Trata-se, ademais, de uma zona de convergência de continentes, rotas terrestres e marítimas. Densamente povoada e instável caracteriza-se por um conjunto desordenado e desconcertante de reinos, sultanatos, teocracias, democracias e autocracias de estilo militar, “cujas fronteiras comuns parecem ter sido formadas por uma faca instável” (Kaplan, 2012).

Neste desconcertante mapa do GMO alargado destacam-se três características geográficas: a Península Arábica, a ponte terrestre da Anatólia e o Planalto Iraniano (Kaplan, 2012).

O Planalto Iraniano é a zona territorial de um só país: o Irão⁴⁶. O Irão é um gigante não árabe cuja maioria é de língua *parse*. É maior que a França, a Alemanha e o Reino Unido juntos, mas enquanto as populações desses países ascendem a 200 milhões de pessoas, o Irão tem apenas 78 milhões. Contudo, é três vezes superior à população da Arábia Saudita (Marshall, 2017).

No GMO alargado, o Irão, por possuir a geografia fundamental do Médio Oriente - em termos de localização, população e recursos energéticos - é crucial para a geopolítica global (Kaplan, 2012). Conforme refere Silva (2013, p. 287), “para o Ocidente, o Irão teve sempre uma grande importância geoestratégica, ainda que o país estivesse envolto numa mistura de um certo misticismo e desconhecimento”.

⁴⁶ A designação oficial é República Islâmica do Irão (RII), contudo será mencionado como Irão no presente trabalho.

Apesar dessa permanente importância, é no século XX que encontramos o ressurgimento do Irão (no início do século ainda como Pérsia) nas relações internacionais, devido não só à sua relevância em termos estratégicos, mas, sobretudo como ator relevante nos cenários geoestratégico e geopolítico para as grandes potências (Silva, 2013).

Para o correto entendimento da importância do Irão no mundo contemporâneo, o ano de 1979 é crucial (Silva, 2013). Em 1979, ocorreu no país a Revolução Islâmica (RI). Para além de ter levado ao poder Ayatollah Khomeini, este acontecimento veio evidenciar ainda mais as diferenças religiosas na região, particularmente, entre o “gigante” shiita iraniano e o “gigante” sunita saudita. Desde essa data, a luta entre os dois países tem sido permanente. Não só em virtude das mencionadas diferenças religiosas, mas também pela conquista da influência no mundo muçulmano. Ambos, anseiam tornar-se a potência diretora regional (Silva, 2016).

Tendo em vista esta aspiração, o Irão tem estado consideravelmente ativo nos conflitos do GMO alargado. Assim, revela-se importante analisar em especial a sua forma de atuação.

O objeto de estudo do presente trabalho é, assim, o Irão e os formatos da sua atuação nos conflitos no Grande Médio Oriente Alargado. Face a esta delimitação em termos de espaço e conteúdo, optou-se por restringir a investigação em termos de tempo aos conflitos ativos na atualidade. O trabalho irá assentar em três grandes vetores: a perspetiva histórica e geopolítica; a perspetiva estratégica e a estratégia de atuação nos recentes conflitos do Grande Médio Oriente alargado.

Neste contexto, o percurso de investigação está alinhado com o objetivo geral (OG): Caracterizar os interesses geopolíticos na região e analisar a intervenção nos conflitos do GMO alargado. Para cumprir o OG e para facilitar a sua abordagem, formularam-se três objetivos específicos (OE). O OE1, “Analisar a história e a geopolítica do Irão”; o OE2, “Identificar a geoestratégica do Irão em relação ao GMO alargado”; e o OE3 “Analisar a intervenção do Irão nos conflitos do GMO alargado”.

No plano da metodologia, conforme Santos et al (2016, p. 29), será seguida uma estratégia de cariz qualitativo e interpretativo, onde se releva a complexidade, a descoberta e a lógica indutiva, e o desenho da pesquisa assume, sobretudo, a forma descritiva, assentando o foco da investigação na forma de atuação do Irão nos conflitos atuais do GMO.

6.2. CONTEXTO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO

Neste capítulo pretende-se abordar as raízes históricas do Irão (Figura 43) e fazer um breve enquadramento geopolítico do país, ao nível político, geográfico, económico e militar.



Figura 43 – Mapa o Irão.

Fonte: University of Texas (s.d.).

6.2.1. Enquadramento Histórico

No Irão reside uma das mais antigas civilizações do mundo: a Pérsia. A este povo são atribuídas diversas descobertas como a domesticação de animais e o Cilindro de Ciro, a mais velha Carta dos Direitos Humanos.

Desde a Antiguidade, o seu território foi constantemente cobiçado. Foi conquistado e reconquistado por diversos impérios e imperadores dos quais se destacam Alexandre o Grande e Genghis Khan (Costa, 2000).

No final do séc. XV, a Pérsia foi ocupada pela dinastia safávida⁴⁷ de origem turca e curda do Azerbaijão. Os safávidas eram seguidores do islamismo xiita e tornaram o Irão o maior país xiita do mundo (Costa, 2005). Até ao final do sec. XVI a Pérsia foi um grande império sob a dinastia Safávida. Após este período entrou em decadência.

No final do século XIX, encontrando-se entre os impérios russo - Ásia Central - e britânico - Índia, perdeu, para cada um deles diversos territórios. Designadamente, Bahrein, Azerbaijão, Quirguistão, Turquemenistão, Tadjiquistão,

⁴⁷ Dinastia xiita formada por azeris e curdos, que governaram a Pérsia de 1501 a 1722.

Uzbequistão e partes do Afeganistão (Campanini, 2006).

Neste período, no qual imperava uma corrupção significativa, tornou-se dependente do Ocidente e começou a fazer concessões na gestão de diversas matérias-primas. Primeiro o tabaco, que era bastante apreciado e consumido na Pérsia, depois o petróleo, o que originou revoltas sociais. Os religiosos – *ulamã* – aproveitaram o ambiente para ganharem protagonismo no seio da população (Costa, 2005, pp. 72-74).

Assim, no início do século XX, na sequência da Revolução Constitucional persa, foi estabelecido o primeiro parlamento da nação, criado no âmbito de um sistema político de monarquia constitucional. Neste período, foi ainda autorizada a exploração de campos de petróleo no sudoeste da Pérsia. A exploração foi iniciada pela Companhia Petrolífera Anglo-Persa que era detida, antes da I Guerra Mundial (IGM), maioritariamente pela Inglaterra (Costa, 2000, pp. 194-199).

Durante a IGM, a Pérsia encontrava-se numa posição considerada estratégica: entre o Afeganistão e os Impérios Otomano, Russo e Britânico. O conflito entre o Império Otomano e o Império Russo afetaram o Norte da Pérsia. Nesse seguimento, com o pretexto de garantir os termos do armistício impostos ao Império Turco e deter a influência russa, o Norte da Pérsia foi invadido por forças inglesas que assumiram o controlo dos campos de petróleo (Figura 44) (Costa, 2000, pp. 195-197).



Figura 44 – Viatura da Companhia de Petrolífera Anglo-Iraniana.

Fonte: WayBack (2014).

Em 1935, o país passa a denominar-se Irão, derivado de “aryānã”⁴⁸ (Costa, 2000, p. 199).

Durante a II Guerra Mundial (IIGM), o Xá demonstrou simpatia pela Alemanha,

⁴⁸ “terra dos arianos”

acolhendo pessoal alemão em Teerão. Alarmadas por este comportamento, as duas potências intervieram, depondo o Xá, e assumindo o poder o seu filho Mohammad Reza Pahlavi, que lhes era mais favorável (Silva, 2013).

Sucedeu que, em 1951, ascendeu a primeiro-ministro um nacionalista - Muhammad Mossadeq - que, no seguimento da vontade demonstrada pelo parlamento, determina a nacionalização da Companhia Anglo-Iraniana de Petróleo, atingindo de forma categórica os interesses económicos de Inglaterra. Esta, respondeu com um embargo económico que agravou significativamente a situação do povo iraniano. O desenrolar destes acontecimentos, conjugados com o enfraquecimento da monarquia, convenceram as potências ocidentais a intervir, designadamente os EUA e a Inglaterra, uma vez que temiam um vazio de poder numa zona nevrálgica do Médio Oriente. No verão de 1953, numa ação planeada pela CIA e pelos serviços secretos ingleses, que originou um golpe de estado, Mossadeq foi destituído e detido na sua residência. O Xá assumiu o controlo total do país, e passou a governar cada vez mais de forma autocrática e absoluta (Campanini, 2006).

No seguimento desta autonomia, aproximou-se dos países ocidentais, designadamente dos EUA, passando a receber apoio económico e militar. Esta aproximação foi encarada com bastante apreensão por alguns setores da sociedade iraniana, nomeadamente o religioso, e alguns setores políticos (Costa, 2005).

Todavia, o Xá continuou a ocidentalização do país e encetou, em 1963, uma “Revolução Branca” que visava abrir o país ao Ocidente, em especial aos EUA, a fim de o modernizar e democratizar (Silva, 2013).

Esta acelerada aproximação ao ocidente, que revelava uma política substancialmente anti-islâmica, associada a uma gestão totalmente desrespeitadora dos direitos humanos e a uma grave crise económica (Campanini, 2006), intensificou as vozes internas de discórdia e viria a revelar-se um dos propulsores da RI, que ocorreu em 1979 (Silva, 2013).

Apesar de não ter tido o apoio do governo dos EUA, o Xá Reza tentou reprimir pela força as revoltas de descontentamento que se tornavam cada vez mais sangrentas e generalizadas. Incapaz de conter o desenvolvimento das ações, fugiu do país a 16 de janeiro de 1979 para os EUA, onde se exilou (Campanini, 2006).

Por seu turno, a 19 de janeiro, após um exílio de 24 anos, regressa ao país o Ayatollah Khomeini. Sancionada, através de referendo, o fim da monarquia, assume o poder da primeira república islâmica do mundo (Sadjadpour & Ben Taleblu, 2018). Khomeini era profundamente anti-ocidental, e uma das primeiras medidas adoptadas consistiu no corte de relações com aqueles países que considerava uma má influência para o Irão e para os valores do Islão (Silva, 2013). Professava, ainda,

uma visão ideológica de islamização da região, em que o Irão teria um papel fulcral. Este afastamento do ocidente, nomeadamente dos EUA e seus aliados, como Israel, viria a causar um isolacionismo do Irão, inclusive de países islâmicos como o Iraque, que aproveitou a conjuntura do momento para invadir o país.

Em 1980, iniciou-se a Guerra Iraque-Irão, por disputas na fronteira do *Shatt al Arab*. Para Saddam Hussein, a Guerra Iraque-Irão, era vista como uma oportunidade de enfraquecer ainda mais o Irão, conquistando território, e pelo receio de que a maioria xiita iraquiana pudesse desestabilizar o regime do Iraque (Simão, 2011). Esta guerra só terminaria a julho de 1988, após negociações com a ONU, com resultados catastróficos para ambos os países (BBC, 2018).

Liberto do peso desta guerra, concentra-se na oposição a Israel e à Arábia Saudita. Esta animosidade, é materializada pelo apoio que o Irão providenciou tanto ao Hamas como ao Hezbollah, que planeiam e executam atentados em locais de interesse de ambos os países. Por seu turno, enceta uma aproximação à Rússia e à China. Um dos objetivos é iniciar o programa nuclear que lhe permita alcançar a hegemonia na região (Simão, 2011).

Para travar esta ambição, em janeiro de 2002, o então Presidente dos EUA, George Bush, refere-se ao Irão como integrante do “eixo do mal”, juntamente com o Iraque e Coreia do Norte, e deixa o alerta para a proliferação de mísseis de longo alcance (BBC, 2018).

No entanto, em setembro do mesmo ano, o Irão inicia a construção do primeiro reator nuclear em cooperação com técnicos russos. No ano seguinte, em novembro, sete meses após o final da segunda invasão do Iraque, o Irão afirma que suspendeu o programa nuclear e permite uma inspeção da ONU que confirma a declaração feita. Já em 2005, o Irão declara que retomou o programa nuclear, mas com fins pacíficos, em violação do Tratado de Não Proliferação, o que resultou em sanções contra o Irão em 2007 (BBC, 2018).

Na sequência do estrangulamento da sua economia, da elevadíssima corrupção e despesas cada vez maiores com projetos militares, em 2009, Teerão deparou-se com um dos maiores desafios desde a guerra com o Iraque: a “Revolução Verde”. Esta revolução começou com manifestações contra uma fraude eleitoral – o segundo mandato do Presidente Ahmadinejad – e terminou com protestos contra o custo das políticas expansionistas (Al-Hayat, 2018).

Em 2015, Irão e a Comunidade Internacional chegam a um acordo de limitar a atividade nuclear em troca de levantamento de sanções, através do Plano de Ação Integral Conjunto⁴⁹ (JCPOA). Em maio de 2018, o Presidente dos EUA,

⁴⁹ Joint Comprehensive Plan of Action, assinado a 14Jul15 pela China, França, Alemanha, EU, Irão, Rússia, Reino Unido e EUA.

Donald Trump, anuncia a retirada deste Plano, por suspeitas de o Irão continuar o seu programa de forma camuflada. O Irão respondeu que iria retomar a atividade (BBC, 2018).

6.2.2. Breve Enquadramento geopolítico

No Médio Oriente, o Irão é detentor de uma geografia fundamental, em termos de população, localização, mas também em recursos energéticos, sendo fundamental para a geopolítica global (Kaplan, 2012).

Tem uma população estimada (em julho de 2018) de 83.024.745 pessoas, colocando-o na 17.ª posição de países com maior população no mundo. A maioria da população encontra-se na faixa etária 25 – 54 anos (48,86 %), apresentando uma taxa de crescimento estimada em 2018 de 1,19 %. Cerca de 74,9% desta população está localizada em áreas urbanas (CIA, 2018).

Trata-se do 19.º país maior do mundo com uma área total de 1.648.195 km². Faz fronteira com Afeganistão, Arménia, Azerbaijão, Iraque, Paquistão, Turquia, Turquemenistão (CIA, 2018).

A sua posição geográfica é extremamente valorizada pelos teorizadores. Segundo a teoria de Mackinder (1904), o mundo está dividido em três áreas, cada uma das quais irradia concentricamente a partir do centro da Euroásia. Nesta teoria, o autor valoriza, significativamente, o papel da Rússia enquanto *pivot* estratégico do *Heartland* (Figura 45) – quem controlasse o *Heartland* comandava a ilha mundial e por inerência o mundo (Correia, 2012).

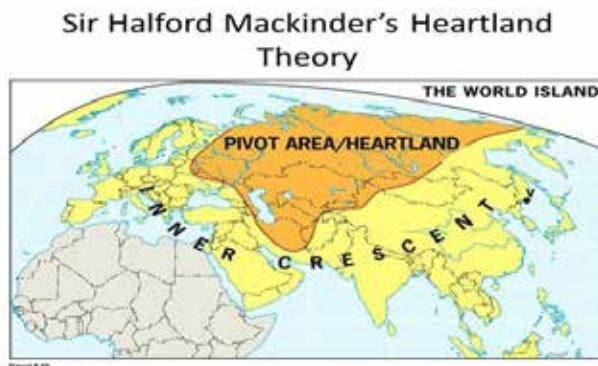


Figura 45 – Teoria de Mackinder.

Fonte: Peakoil (2016).

Diferente perspetiva é assumida por Spykman. Este autor, por sua vez, considera que para a contenção deste *pivot* estratégico, a zona envolvente, que designou de *Rimland* (Figura 46), seria fundamental (Mello, 1999).



Figura 46 – Teoria de Spykman.

Fonte: Coffey (2014).

Constata-se, pois, que o Irão encontra-se na zona sul do pivot estratégico do Heartland de Mackinder e no interior do Rimland de Spykman, o que lhe concede uma importante vantagem geográfica (Kaplan, 2012).

Mas, atualmente, esta localização confere-lhe um controlo efetivo sobre o Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz, vitais para as rotas marítimas pelas quais se transportam o petróleo bruto (CIA, 2018).

De facto, praticamente todo o petróleo e gás natural do GMO está nas regiões do Golfo Pérsico ou do Mar Cáspio. Assim, como as rotas de navegação irradiam do Golfo Pérsico, os oleodutos irradiam da região do mar Cáspio para o Mediterrâneo, o Mar Negro, a China e o Oceano Índico. Com efeito, o único país que abrange as duas áreas produtoras de energia é o Irão, que se estende do Mar Cáspio ao Golfo Pérsico (Kaplan, 2012). Para além de controlar todo o Golfo Pérsico, controla 300 quilómetros de costa no Mar Árabe, incluindo o porto de Chabahar perto do Paquistão.

Em termos energéticos, o Irão é o terceiro maior produtor mundial de petróleo, com 133 bilhões de barris e detém a segunda maior reserva de gás natural, com 27 trilhões de metros cúbicos.

No entanto, não obstante estes recursos, continua com uma economia frágil, mercê, fundamentalmente, da corrupção e das sanções económicas que impediram a modernização de determinados ramos da sua indústria (Marshall, 2017).

Em 2016, o levantamento da maioria das sanções impostas no âmbito do JCPOA originou um impulsionamento da produção e receita de petróleo e, por conseguinte, o rápido crescimento do PIB. Contudo, em 2017, o crescimento económico diminuiu novamente e continua a sofrer de baixos níveis de investimento, o que acarreta o declínio da produtividade e elevadas taxas de desemprego, em

especial entre as mulheres e jovens universitários (CIA, 2018). Acresce que este crescimento económico ainda foi mais afetado com a saída dos EUA do JCPOA, no verão de 2018 (The Atlantic, 2018).

Apesar deste estrangulamento da economia, a aposta no instrumento militar tem sido considerável. O instrumento militar do Irão integra cerca de 530.000 efetivos, distribuídos por 350.000 no Exército, 125.000 na Guarda Revolucionária Islâmica, 18.000 na Marinha, 30.000 na Força Aérea e 40.000 em paramilitares (IISS, 2017). No orçamento de Defesa para este país estima-se, em 2016, que tenham sido gastos 14.548 milhões de dólares, sendo apenas ultrapassado pela Arábia Saudita, no valor de 69.413 milhões de dólares, e por Israel, no valor de 16.489 milhões de dólares (SIPRI, 2018). Esta estratégia define claramente as intenções do regime político vigente no Irão.

Oficialmente, o Irão continua a ser uma teocracia, onde a religião integra a sociedade. A Constituição continua a garantir ao Líder Supremo o poder absoluto, designadamente a supervisão do funcionamento dos poderes legislativos, judicial e executivo que funcionam na dependência do governo (Silva, 2013).

6.2.3. Síntese Conclusiva

Poucos países reúnem a geografia, localização estratégica, história, cultura e os recursos naturais que o Irão combina. Com uma linha de costa com 650 km a Norte no Mar Cáspio e com 1.770 km a Sul nos Golfo Pérsio e Golfo de Omã, o seu território tem perto de 1.650.000 km². É o décimo oitavo maior país do mundo, só vencido no Médio Oriente pela Arábia Saudita. O seu território foi o centro de vastos impérios, como o de Alexandre o Grande, de Genghis Khan e o Império Persa, com vários séculos de existência e um povo de cultura própria, tendo sido o berço de algumas invenções que ainda hoje são atuais.

O Médio Oriente está repleto de recursos naturais de subsolo, e este país goza desse privilégio, sendo alvo de cobiça das grandes potências desde o século XIX. A combinação destas condições, aliadas a uma política de hegemonia na região, quer pela religião, quer pelos recursos (incluindo a vertente nuclear), faz do Irão um ator importante regional que tem uma palavra a dizer sobre o Médio Oriente, influenciando todo Sistema Político Internacional.

Rodeado de aliados dos EUA (Arábia Saudita, Israel, Iraque e Afeganistão), está limitado a virar-se para Norte e Este, nomeadamente a Rússia e China, para o acesso aos mercados e apoiar o seu programa nuclear.

6.3. PERSPETIVA GEOESTRATÉGICA DO IRÃO

Caracterizadas brevemente as dimensões históricas e geopolíticas do Irão, pretende-se retratar no presente capítulo as suas ambições geoestratégicas, nomeadamente nos domínios político, militar e económico.

Mas antes, para perceber a sua idiosincrasia nacional, importa destacar que o país, como refere Pollack (2005), apresenta três variáveis fundamentais: a vastidão do poder e da influência do Império Persa revestiu o povo iraniano de um sentimento de superioridade em relação aos seus vizinhos mais próximos; nos últimos 500 anos tem sido o único estado shiíta no mundo; a partir do século XIX, tornou-se uma presa para os mais fortes atores do palco internacional, em especial das potências europeias que procediam a uma intensa industrialização das suas economias.

6.3.1. Estratégica política

“Nem Oriente, nem Ocidente, mas a República Islâmica”

Ayatollah Khomeini citado por Simão (2011, p. 314)

Considerando a natureza estratégica e disputada da região do Golfo Pérsico e a constante presença de potências externas, a frase referida retrata fielmente a política de equilíbrio, assente na imparcialidade e no não-alinhamento, que os diferentes regimes em Teerão procuraram implementar (Simão, 2011).

A ideologia perdura na identidade, cultura e história do Irão (Frye, 1996). Além da ideologia, a política do Irão assenta ainda no pragmatismo necessário para assegurar os seus interesses geoestratégicos nacionais e a sua segurança (Ramazani, 2004). No seguimento deste pragmatismo mantém uma postura de equilíbrio que lhe proporciona uma ação flexível (Figura 47) (Simão, 2011).



Figura 47 – Ayatollah Ruhollah Musavi Khomeini.

Fonte: BBC (1989).

Com a Revolução de 1979 e o advento da República Islâmica, liderada pelo Ayatollah Khomeini, o Irão passou a ser governado por religiosos, sendo o Líder Supremo a mais alta entidade do país. Khomeini defendia uma ideologia revolucionária islâmica e anti-imperialista que visava expandir a influência pela religião nos países árabes, procurando que o Irão, no papel de charneira na exportação da referida revolução, consolidasse a unidade islâmica (Rajacc, 1983). No âmbito desta ideologia, defendia ainda que a falta de unidade islâmica era devido às potências imperialistas, em especial os EUA, e o seu principal aliado na região – Israel (Takeyh, 2009).

A Revolução Islâmica também veio evidenciar as diferenças religiosas entre uma Arábia Saudita maioritariamente sunita e um Irão maioritariamente xiita. Para além destas diferenças, o Irão passou a acusar a Arábia Saudita de ser um agente dos EUA e de representar os seus interesses em vez dos interesses muçulmanos. Desde então que prevalece entre ambos uma verdadeira “guerra fria”, em que o objetivo principal é um deles tornar-se a “potência diretora regional” (Silva, 2016, p. 151).

No prosseguimento destes objetivos, o Irão, através da criação de movimentos armados como o Hezbollah no Líbano, ou o Hamas na Palestina, criou uma suspeita profunda, não só entre os seus vizinhos, como na Comunidade Internacional (CI) (Simão, 2011).

Assim, hodiernamente, além da Síria e do Iraque, o Irão não tem aliados no Médio Oriente (Sadjadpour & Ben Taleblu, 2018).

Acresce que, atualmente, apesar de não ter pretensões imperiais (Marshall, 2017), procura de facto constituir-se como a potência regional (Spyer, 2016).

Tendo em vista a concretização desse objetivo, ambiciona estabelecer uma linha contínua de entidades pró-iranianas entre a fronteira Iraque-Irão e o mar Mediterrâneo e, também, projetar a sua influência para o lado árabe do Golfo Pérsico (Marshall, 2017) (Spyer, 2016).

6.3.2. Estratégia Económica

Conforme refere Ribeiro (2008, p. 80), “o Irão é o prémio do Golfo Pérsico em termos económicos – possui reservas de gás natural, posição geográfica que facilita o acesso a outras regiões produtoras e a regiões consumidoras, e detém potencial humano com elevada qualificação face aos países islâmicos vizinhos”.

Por outro lado, como atesta o seu programa nuclear, o Irão está entre os países tecnologicamente mais avançados do GMO (de acordo com sua cultura e política) e, como tal, construiu projetos hidroeléctricos, rodovias e ferrovias nos países da Ásia Central que, um dia, os ligarão ao Irão - diretamente ou através do Afeganistão. Além disso, um gasoduto de gás natural conecta o sudeste do

Turcomenistão com o nordeste do Irão, trazendo gás turcomano para a região do mar Cáspio, e, assim, libertando a própria produção de gás de Teerão no sul do Irão, para exportação através do Golfo Pérsico (Kaplan, 2012).

Apesar destas características, a economia iraniana passa por graves dificuldades, o que será exponenciado pela saída dos EUA do JCPOA. Com esta saída, prevê-se que o cenário económico será idêntico ao de 2012, quando os EUA impuseram elevadas sanções económicas a quem comprasse petróleo ao Irão, o que causou uma grave recessão na economia iraniana.

Contudo, a situação não apresenta os mesmos pressupostos. Aparentemente, serão apenas os EUA e seus seguidores a impor restrições ao Irão. Enquanto este cumprir a sua parte do JCPOA, os restantes ratificantes, nos quais se incluem os principais países da Europa, a China, a Rússia e os UE, manterão o acordo (Stratfor Worldview, 2018).

Apesar das situações diferirem de 2012 para 2018 - economia maior, com mais reservas oficiais, menor percentagem de desemprego e uma coerência e coesão política no governo, que lhe permitirá consenso na aplicação de reformas no país - o Irão terá de enfrentar uma recessão da sua economia (Figura 48) (Stratfor Worldview, 2018).

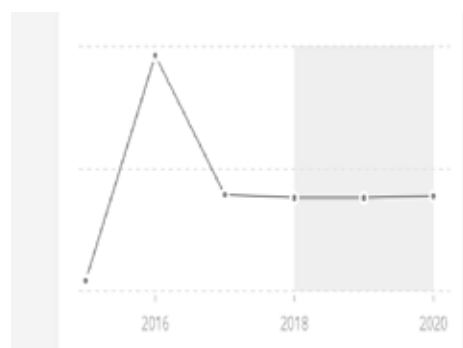


Figura 48 – Previsão do Crescimento do PIB do Irão.

Fonte: The World Bank (2018).

Porém, para superar as consequências das sanções dos EUA, a estratégia assentará numa “resistência económica ágil” (Sputnik, 2018). O ponto principal desta estratégia, está assente na posição geopolítica do Irão e, em caso extremo, visa o encerramento do Estreito de Ormuz aos petroleiros dos EUA (Figura 49). Paralelamente, o regime iraniano deverá apostar nas rendas não petrolíferas – mais precisamente nas receitas de impostos, já que as sanções não as compreendem – e na reestruturação da despesa estatal que é extremamente elevada (Sputnik, 2018).



Figura 49 – Estreito de Ormuz.

Fonte: Nazemroaya (2012).

6.3.3. Estratégia militar

Para alcançar os seus objetivos, o instrumento militar é fundamental. Este, sofreu uma transformação de paradigma depois da RI, implicando uma alteração na doutrina militar (Czulda, 2018). Esta modificação baseou-se em quatro pontos: (i) análise das fraquezas do tempo do Xá; (ii) Sanções que impediam o acesso a novas tecnologias; (iii) perda de recursos materiais e conhecimento especializado devido à Guerra Iraque-Irão; (iv) análise das últimas guerras que favoreciam métodos assimétricos face a atores com maior potencial (Czulda, 2018).

A implementação da doutrina militar resultou num conceito de “defesa mosaico”, baseado no conflito irregular com táticas “*hit-and-run*”. A concentração atual de tropas nas fronteiras permite ganhar tempo para organizar a defesa interna do país, centrando os combates em áreas urbanas com formações táticas independentes e preparadas para executar ações de emboscada com uso de IED, artilharia e *snipers*, tirando partido da geografia do país (Czulda, 2018).

Não obstante a implementação desta doutrina, Teerão sabe que não será invadida. Contudo, também tem a noção de que as “potências hostis podem usar as suas minorias para tentar estimular a dissidência e pôr em perigo” a RI (Marshall, 2017, p. 255).

Ademais, e apesar de gastar cerca de 10% do PIB na Defesa, o seu desinvestimento no instrumento militar convencional não lhe permite uma ação direta sobre os seus inimigos da região que, para além de contarem com o apoio dos EUA, estão mais e melhor equipados (Figura 50) (Stratfor Worldview, 2018).

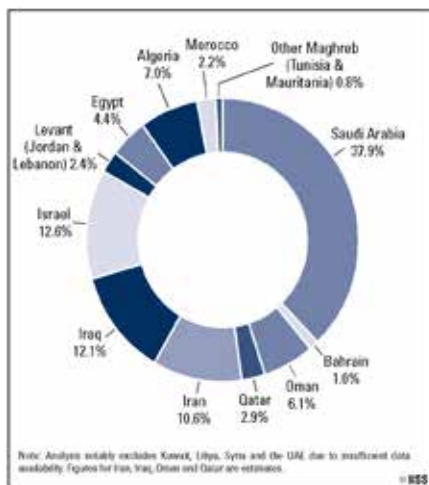


Figura 50 – Estimativa de gastos com a Defesa no Médio Oriente e Norte de África.
 Fonte: The Military Balance (2017).

Neste seguimento, a implementação do programa nuclear para fins militares é para o país fundamental, em especial como fator de dissuasão (Stratfor Worldview, 2018).

Entretanto, para superar a desvantagem referida e atingir os seus objetivos, o Irão tem apostado no desenvolvimento de um programa de mísseis balísticos e nos conflitos assimétricos (Spyer, 2016). Com base numa estratégia assente, essencialmente, nos conflitos assimétricos, construiu um “brilhante império militar pós-moderno sem os habituais acompanhamentos de poder - designadamente, blindados e porta-aviões”. Ou seja, assente numa “estratégia tripla de guerra por procuração, armas assimétricas e um apelo aos oprimidos” (Kaplan, 2012).

Para o reforço desta estratégia, muito contribuiu o levantamento das sanções económicas no âmbito do JCPOA e o empenhamento do seu Corpo de Guardas da Revolução Islâmica (CGRI), em especial a sua Unidade al-Qods (Foreign Affairs, 2018). O propósito específico desta Unidade é criar ou patrocinar milícias militares noutros Estados, tendo em vista defender os interesses iranianos (Spyer, 2016).

Para a materialização dos seus objetivos, o país deverá manter a aposta nesta estratégia de atuação, mas também deverá apostar no empenhamento de pequenas embarcações de defesa costeira e veículos aéreos não tripulados (UAV’s), fundamental para controlar – e destabilizar - o Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz. O investimento nestes meios reflete essa intenção (Spyer, 2016).

Contudo, importa relevar que, será impossível a um Irão economicamente estrangulado, “continuar a financiar uma rede de aliados que se estende do Iémen à Faixa de Gaza, passando pelo Iraque, Síria, e Líbano” (Al-Hayat, 2018, p. 85).

6.3.4. Síntese conclusiva

Apesar da saída dos EUA do JCPOA, e consequentes sanções e embargos, a principal ambição iraniana não se alterará: constituir-se como a potência regional, consolidando, desse modo, o seu regime e a sua RI.

Tendo em vista a execução desse objetivo, pretende estabelecer uma linha contínua de entidades pró-iranianas entre a fronteira Iraque-Irão e o mar Mediterrâneo e, também, projetar a sua influência para o lado árabe do Golfo Pérsico (Figura 51).

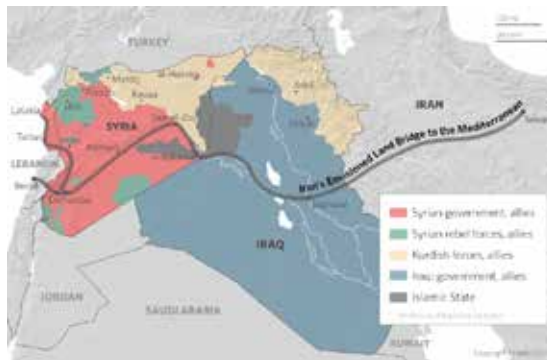


Figura 51 – Ligação Irão - Mediterrâneo.

Fonte: Stratfor (2017).

Mas, para tal, é necessário fazer face às sanções económicas impostas atualmente pelos EUA.

A estratégia económica adotada passa sobretudo pela implementação da referida “resistência económica ágil”. Nesta, o controlo do Estreito de Ormuz é fundamental (Sputnik, 2018).

Ora, para estas estratégias serem implementadas é fundamental o instrumento militar. Em especial, é essencial dominar o Golfo Pérsico, através do empenhamento de pequenas embarcações de defesa costeira e de UAV’s e, ainda, apostar nas guerras por procuração, onde são especialistas na arte de patrocinar milícias locais, com o objetivo de estabelecer a tal linha continua de entidades pró-iranianas, entre a fronteira Iraque-Irão e o mar Mediterrâneo e, também, projetar a sua influência para o lado árabe do Golfo Pérsico, como melhor se irá observar no próximo capítulo.

6.4. CONFLITOS NO GRANDE MÉDIO ORIENTE ALARGADO

Tendo em vista alcançar os seus objetivos, o Irão permanece muito ativo nos conflitos do Médio Oriente.

Através do CGRI, em especial da sua Unidade Especial “al-Qods”, Teerão tem mantido a sua influência nos países onde os muçulmanos xiitas e seus aliados estão em posição de força – Iraque, Síria e Líbano -, mas, também, no Iémen, onde os houthis continuam a resistir à pressão saudita, e na Palestina, onde a “Marcha do Retorno” prossegue.

6.4.1. Israel – Palestina

Os iranianos, não sendo árabes nem muçulmanos sunitas, sofrem, num Médio Oriente predominantemente sunita, de uma “lacuna de legitimidade” (Spyer, 2016, p. 29). Para colmatar esta lacuna têm apostado no financiamento e no treino de organizações que combatem diretamente Israel, como o movimento da Jihad Islâmica da Palestina (JIP), o Hamas ou a Fatah. O JIP foi fundado em 1981, por ativistas influenciados diretamente pela Revolução Islâmica iraniana. Desde essa data, que o Irão mantém uma aliança estratégica com o movimento, que continua a beneficiar da sua ajuda e do seu apoio financeiro. Em contrapartida, o JIP continua a defender os interesses do Irão (Spyer, 2016, p. 34).

No entanto, na década de 90 do século passado, dadas as reduzidas dimensões do movimento e a sua limitada ambição, os iranianos procuraram estabelecer um acordo estratégico com o mais poderoso dos grupos islâmicos palestinos – o Hamas. A ligação foi estabelecida e atingiu um patamar de franca consolidação. Sucede que, após a primavera árabe, a ascensão da Irmandade Muçulmana no Egipto e a eclosão da guerra da Síria, a aproximação foi interrompida. O Hamas, com fortes ligações à Irmandade Muçulmana, quis distanciar-se do Irão, apoiante do regime Sírio que estava empenhado em sustentar uma revolta sunita (Spyer, 2016, p. 34). Para materializar a rutura, o Hamas retirou o seu quartel-general de Damasco. Simultaneamente, fomentou uma aproximação ao bloco regional da Irmandade emergente, quer no Egipto, quer no Qatar. Apesar da emergência do bloco regional não se ter concretizado, a saída do Hamas de Damasco originou um distanciamento com o Irão, essencialmente ao nível político. A este nível, o Hamas tentou uma aproximação ao Qatar e à Arábia Saudita. No entanto, ao nível militar as relações mantiveram-se, em especial com o Ktaeb al-Qassam, a ala militar do Hamas. Apesar da liderança política do Hamas preferir um alinhamento com o Qatar e uma reparação das relações com a Arábia Saudita, a ala militar tem a perceção que a luta militar com Israel só será viável com o apoio do Irão (Spyer, 2016, p. 34).

As novas gerações dirigentes emergentes, quer na Arábia Saudita, liderada pelo príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, quer nos EAU, no qual o principal arquiteto da política externa é o príncipe herdeiro do Abu Dhabi, Mohamed bin

Zayed, estão perfeitamente conscientes que os palestinos não são apoiantes entusiastas da sua luta contra o islamismo xiita, representado pelo Irão, e o islamismo sunita, simbolizado pela Irmandade Muçulmana. Por sua vez, esta nova geração está convencida que ao favorecer os palestinos, estão a favorecer o Irão. De tal modo que, Mohammed bin Salman já reconheceu o direito de existência de Israel (Jornal HA'ARETZ, 2018).

Acresce que, o Irão, durante a segunda intifada, encetou contatos e apoiou a facção armada da Fatah, rival do Hamas. Provavelmente, este suporte e apoio ainda se mantém (Spyer, 2016).

Para além deste apoio, a partir de 2015, através de um ex-militante do JIP – Hisham Salem –, o Irão patrocinou a criação de um movimento com uma matriz idêntica ao do Hezbollah, o al Sabirin. Este grupo, para além de estar a ser financiado pelo Irão, está a ser organizado e treinado pela al-Qods (Yaari, 2018).

6.4.2. Iraque

O Iraque, maioritariamente constituído por população xiita, tem no poder um governo do partido Dawa, tradicionalmente pró-iraniano. O Irão tem concedido assistência a este governo na organização de milícias populares. Estas foram fundamentais para combater o Estado Islâmico (EI), especialmente no Verão de 2014, quando impediram o seu avanço para leste (Spyer, 2016, p. 31).

As milícias mais poderosas são organizações simultaneamente políticas e militares e, apesar de existir um Comitê de Mobilização Popular, possuem uma ligação direta ao Irão, em particular ao CGRI. Para tal, o CGRI mantém no terreno uma equipa permanente de oficiais graduados – no verão de 2016 era constituída por quatro brigadeiros-generais, que dependiam diretamente do Comandante das Forças al-Qods, Qasem Soleimani – com o objetivo de supervisionar o processo de cooperação com as milícias xiitas (Abdullah, 2018).

As milícias xiitas mais expressivas, e com mais poder, são a organização Badr, liderada por Hadj al-Ameri e o Ktaeb Hezbollah, liderado por Abu Mahdi al-Muhandis (Jamal Ibrahim). Tanto al-Ameri como al-Muhandis são ativistas islâmicos xiitas veteranos pró-iranianos, com longas e fortes ligações ao CGRI, em especial às forças al-Qods e ao seu Comandante Soleimani (Spyer, 2016, p. 32). Ambos lutaram pelo Irão na Guerra Iraque-Irão.

As milícias xiitas, como organizações políticas e militares, são o principal instrumento do Irão no Iraque. Através destas, os iranianos são capazes de influenciar o processo político. No entanto, apesar da derrota do EI, o Iraque permanece um país dividido. O Norte é controlado pelos curdos, o centro e o Sul pelo governo. Acresce que, tanto as milícias xiitas como as forças armadas

iraquianas parecem não estar a conseguir unir o país. Em virtude das suas ações sectárias, em especial contra civis sunitas. Por sua vez o separatismo curdo está a aumentar (Spyer, 2016, p. 32).

Sucedem que é no Norte controlado pelos curdos que o Irão tem colocados 1500 elementos do al-Qods, com pretensões de estabelecerem posições permanentes entre as cidades de Kirkuk e Mossul. O interesse iraniano nesta zona é expresso através de uma ampla coordenação com as milícias xiitas que estão envolvidas numa disputa por terras com o Governo Regional Curdo. No entanto, o Irão também estabeleceu ligações próximas com o movimento União Patriótica do Curdistão, o principal rival do partido com maior expressão no Governo Regional Curdo, o Partido Democrático Curdo (Abdullah, 2018).

Constata-se, pois, que a influência iraniana no Iraque é profunda. Mas, o resultado dessa influência tem sido a fragmentação da nação, ao invés do surgimento de um estado iraquiano fortemente unido ao Irão. (Spyer, 2016, p. 32). Por outro lado, o Iraque não parece disposto a tornar-se um estado satélite do Irão (Foreign Affairs, 2018, p. 83).

6.4.3. Síria

Na Síria, o Irão está determinado em preservar o governo de Assad. Estes dois países mantêm uma aliança militar desde 1982. Com base nesta aliança, o Irão tem prestado assistência financeira, ajuda na organização militar e na formação de milícias regionais. No entanto, no presente conflito, o Irão, através do CGRI, teve de empenhar militares no terreno (Spyer, 2016, p. 31).

Mas, para manter Assad no poder, foi necessário a intervenção (também) direta russa, a partir de setembro de 2015, apesar dos apoios já concedidos. Esta derivou da percepção por parte de Moscovo de que, apesar da intervenção iraniana, o regime de Assad estava numa situação desfavorável. O empenhamento russo foi o resultado direto de uma visita do comandante do al-Qods, Brigadeiro-General Qasem Soleimani, a Moscovo em julho de 2015, e na qual foi apresentada a situação crítica das forças de Assad (Reuters, 2015).

A ação do Irão na Síria, foi limitada pela grande dificuldade em recrutar forças e recursos humanos para atuar num sistema de “forças por procuração”, consequência da natureza sectária do regime de Assad. Este, carecia de um efetivo apoio leal por parte da população síria. Por conseguinte, o principal obstáculo do regime ao longo do conflito foi a escassez de recursos humanos leais. De qualquer modo, a aliança estabelecida pelo governo de Assad com o Irão foi fundamental para colmatar essa lacuna, através do empenhamento direto do CGRI e do Hezbollah libanês (Spyer, 2016, p. 31).

As forças libanesas do Hezbollah estavam ativas na frente síria desde 2012. Com o agravamento da situação do regime, o Hezbollah aumentou o seu compromisso e o efetivo no terreno. Acresce que, o Hezbollah, em conjunto com o CGRI, foram vitais para a criação das Forças de Defesa Nacional, uma milícia Alauíta, constituída, em 2013, por cerca de 100.000 homens. (Reuters, 2013). A constituição desta força de estilo Basij⁵⁰ é um exemplo claro da forma de atuação do Irão. Ou seja, através de um intermediário, no caso o Hezbollah, mas sob a sua orientação direta, criou e treinou uma força de infantaria ligeira assente no sectarismo (Spyer, 2016, p. 31).

Entre 2014 a 2015, para fazer face à escassez de recursos que ainda persistia, uma representação mais ampla dos interesses iranianos juntou-se ao conflito na Síria. Designadamente, as milícias xiitas iraquianas: Ktaeb Hezbollah; Asaib Ahlhal Haq e as Brigadas Sadristas Iman Ali (Spyer, 2016, p. 31). Para além destas forças, no final de 2014, uma brigada de refugiados afegãos Hazara Shi'i – Brigadas Fatemiyun – também estiveram ativas na importante frente do noroeste da Síria (Aljazeera, 2016).

A presença destas forças demonstra a dificuldade do regime sírio em recrutar recursos humanos. Contudo, também demonstra a capacidade do CGRI em reunir, mobilizar e criar forças paramilitares e empenhá-las no terreno, em particular em situações de necessidade (Spyer, 2016, p. 31).

6.4.4. Iémen

No Iémen, o aliado iraniano é a organização Ansar Allah, mais conhecida como Houthis. Os Houthis controlam a capital iemenita, Saná, desde setembro 2014. Desde essa data, o governo do presidente Abd-al Rabbo Mansour Hadi encontra-se no exílio na Arábia Saudita. Com intenção de controlar o Golfo de Aden e controlar definitivamente todo o território do país, os Houthis avançaram para Sul (Spyer, 2016, p. 33).

Para impedir esse objetivo, a 26 de março de 2015, a Arábia Saudita e os EAU decidiram prestar assistência às forças do governo iemenita. Posteriormente, o Egito, Marrocos, Jordânia, Sudão, Kuwait, Qatar e Bahrein também se juntaram à coligação contra os Houthis. Apesar dos esforços, estes, não conseguiram tomar Aden City. Desse modo, concordaram em aderir a um plano mediado pela ONU, negociado em Mascate, Omã. O plano incluía um cessar-fogo e o retorno do governo iemenita a Saná. No entanto, o cessar-fogo nunca foi implementado e o conflito foi retomado. Seguidamente, um segundo cessar-fogo entrou em vigor a

⁵⁰ Milícia iraniana

11 de abril de 2016, mas as negociações de paz no Kuwait permaneceram num impasse. O grupo apoiado pelo Irão continua a dominar o norte do país, mas não conseguiu o principal objetivo estratégico do Irão no Iémen: assegurar o controlo do Estreito de Bab el-Mandeb. Este ponto estratégico, entre o Golfo de Aden e o Mar Vermelho, teria permitido bloquear o transporte marítimo efetuado através do Canal de Suez. Mas os Houthis não conseguiram alcançar este estreito. No entanto, o conflito dividiu profundamente o país com graves consequências para a população (Spyer, 2016, p. 33).

A relação iraniana com os Houthis é complexa. O movimento não foi criado pelos iranianos. Contudo, é evidente que Teerão presta assistência ao movimento. Em janeiro de 2013, as forças de segurança do Iémen intercetaram um fornecimento de armas remetido pelo CGRI para os Houthis. A remessa incluiu granadas de propulsão por foguete, mísseis terra-ar e explosivos de alta potência (Spyer, 2016, p. 33). Também em março de 2015, um navio iraniano descarregou entre 160 e 180 toneladas de equipamento militar no porto de al-Saleef do Iémen, no Mar Vermelho (al-Arabiya, 2015).

Destarte, os Houthis viajaram para o Irão a fim obterem treino. O ritmo da assistência iraniana aumentou significativamente, de acordo com o aumento de importância do movimento e, em especial, depois de ter assumido o controlo da capital - Saná. Apesar do Irão não exercer um comando e um controlo direto dos Houthis, como sucede com outros movimentos, é certo que prestam assessoria no terreno e, para além de patrocinarem os Houthis através de avultadas somas de dinheiro, concedem treino e armas (USA Today, 2015).

6.4.5. Líbano

O Líbano e, em especial o Hezbollah, demonstram o sucesso das estratégias de subversão aplicadas pelo Irão. O Hezbollah é o protótipo de um grupo político-militar criado, apoiado e suportado pelo Irão. Estabelecido pelo CGRI no início dos anos 80 é, desde 1990, a única organização não-governamental autorizada a manter no Líbano uma componente armada⁵¹ (Shatz, 2004).

Acresce que, demonstra total independência em relação ao governo libanês. Para além de possuir uma rádio, um canal de televisão por satélite e de implementar diversos programas de ação social, em 2006, sem o consentimento do governo libanês, entrou em guerra com Israel e, em 2008, contrariou uma tentativa do governo central de controlar algumas das suas atividades (Spyer, 2016, p. 32).

Na guerra contra Israel, com o treino e equipamento obtido através do Irão,

⁵¹ À exceção de grupos palestinos autorizados a transportar armas em campos de refugiados

demonstrou - e surpreendeu Israel - com a aplicação de uma sofisticada combinação de táticas militares convencionais e subversivas, conjuntamente com o emprego de armas e sistemas de comunicação, normalmente associados às forças armadas dos países desenvolvidos. Neste conflito ao nível estratégico, fez uso efetivo da Internet e outros meios de comunicação para informar e efetuar propaganda. A atuação a este nível foi totalmente eficaz a influenciar a opinião pública global, superiorizando-se a Israel (Wither, 2016, p. 75).

Na guerra da Síria, o Hezbollah, como aliado do Irão, desempenhou um papel fundamental, participando ativamente nos combates. Atualmente, o principal desafio para este movimento é monitorizar os refugiados sírios, de maioria sunita, que podem fragilizar o status quo do movimento que, de momento, é considerado sólido.

Atualmente, no Líbano, ao Hezbollah não é imposta qualquer restrição à sua liberdade de ação. Contudo, tal não reflete que o movimento tenha intenções de substituir o atual regime libanês por um idêntico – ou inspirado – ao iraniano. Aliás, segundo Spyer (2016, p. 33) não tem necessidade nem, tão pouco, a capacidade de impor tal regime. Tal não parece provável, nem iminente. Contudo, o Irão, ao longo da fronteira com Israel, implantou diversos recursos militares que lhe permite uma entrada direta no conflito israelo-árabe e a capacidade de apoiar os seus aliados que se encontram em territórios ocupados da Palestina.

No entanto, apesar das perdas, o Hezbollah na Síria adquiriu importantes capacidades de âmbito operacional e logístico. Ao nível operacional, desenvolveu capacidades de combate em áreas urbanas, onde empregou drones como uma arma de guerra. Ao nível logístico, demonstrou, em território estrangeiro, uma sofisticada cadeia logística (Spyer, 2016, p. 33). Estas capacidades adquiridas poderão ser fundamentais para continuar a apoiar os movimentos pró-iranianos no Iraque, Iémen e nos territórios da Palestina.

O investimento do Irão no Hezbollah do Líbano representa o seu investimento mais bem-sucedido, numa “proxy” organização desde que a República Islâmica do Irão foi estabelecida (Spyer, 2016, p. 33).

6.4.6. Síntese Conclusiva

O Irão tem estado muito interventivo nos conflitos do Grande Médio Oriente. A sua atuação caracteriza-se, essencialmente, por uma intervenção indireta através de milícias armadas que financia e treina. Para a implementação desta estratégia de atuação tem sido fundamental o empenhamento do CGRI, em particular a sua unidade especial al-Qods. Esta unidade, está especialmente vocacionada para criar, treinar e financiar milícias armadas em estados terceiros com o objetivo de, entre outros, defender os interesses do Irão, designadamente da sua “Revolução

Islâmica”. Neste particular, o Irão apurou a arte de patrocinar e arregimentar milícias locais como ficou patente na Síria. Para tal, também se tem aproveitado da fragmentação dos Estados e do sectarismo vigente, especialmente dividido em dois grandes vetores: o sunita e o shiita (Figura 52) (Foreign Affairs, 2018).



Figura 52 – Diagrama de Relações.

Fonte: Adaptado de The Economist (2015).

No entanto, a opção por esta estratégia de atuação em todos os teatros de operações analisados revela não só a aversão ao risco por parte de Teerão, mas também a sua incapacidade de projetar as suas forças militares convencionais para além das suas fronteiras (Spyer, 2016).

Uma rara exceção a este princípio verificou-se na Guerra da Síria, entre setembro de 2015 e fevereiro de 2016. Dada a situação crítica das forças fiéis a Assad, o Irão foi obrigado a empenhar as suas próprias forças em combate, em conjunto com a Rússia.

Com esta forma de atuação, constata-se que o JCPOA não afetou a ação do Irão. Pelo contrário. Reforçou a sua estratégia através da disponibilização de maior financiamento, consequência do alívio das sanções.

No presente, esta forma de atuação permitiu ao Irão alcançar vitórias militares, tanto na Síria, como no Iraque. Porém, “no Médio Oriente, os benefícios políticos nem sempre seguem o sucesso das armas. O Iraque não parece disposto a tornar-se um estado satélite do Irão. Na Síria, Assad poderá abandonar o protetor iraniano, se a Rússia e Israel garantirem a sobrevivência do seu regime” (Foreign Affairs, 2018).

Assim, o resultado desta atuação para além de, visivelmente, não ter

originado grandes benefícios para o Irão, tem provocado a fragmentação interna de vários Estados, como se verifica atualmente no Líbano.

CONCLUSÕES

O Irão, por possuir a geografia privilegiada do Médio Oriente - em termos de localização, população e recursos energéticos - é crucial para a geopolítica global.

Numa perspetiva histórica e geopolítica (QD1), apesar da sua permanente importância, é no século XX que deparamos com um ressurgimento do Irão nas relações internacionais, devido não só à sua relevância em termos estratégicos, mas sobretudo como ator relevante nos cenários geoestratégico e geopolítico para as grandes potências.

Desde a RI que o Irão anseia tornar-se a potência regional, tendo uma importante vantagem geográfica, confirmada pelos argumentos das teorias de Mackinder e de Spykman, uma vez que o país se encontra na zona sul do pivot estratégico do Heartland e no interior do Rimland. Ademais, essa localização confere-lhe um controlo efetivo sobre o Golfo Pérsico e o Estreito de Ormuz, vitais para as rotas marítimas pelas quais se transportam diariamente uma grande percentagem do petróleo mundial. O seu território é também atravessado por importantes gasodutos.

Para além de uma localização estratégica, história e cultura invejável, o seu subsolo está repleto de recursos naturais extremamente cobiçados: petróleo e gás.

Não obstante estes recursos, continua com uma economia frágil, mercê, fundamentalmente, da corrupção e das sanções económicas que impediram a modernização de determinados ramos da sua indústria.

No entanto, a sua ambição relativamente ao GMO mantém-se. Atualmente, apesar de não ter pretensões imperiais, procura de facto constituir-se como a potência regional. Tendo em vista a concretização desse objetivo idealizou uma estratégia assente em três vetores: pretende, sendo fundamentalmente xiita, alcançar legitimidade num mundo árabe essencialmente sunita através do combate a Israel; ambiciona estabelecer uma linha contínua de entidades pró-iranianas entre a fronteira Iraque-Irão e o mar Mediterrâneo; e, também, projetar a sua influência para o lado árabe do Golfo Pérsico.

Com efeito, para a concretização desta ambição as suas estratégias económica e militar são fundamentais.

Em termos económicos, em resposta ao novo estrangulamento imposto pelos EUA, através da saída deste do JCPOA, a sua estratégia passará pela implementação da denominada "resistência económica ágil". Em último recurso, esta estratégia prevê o encerramento do Estreito de Ormuz ao tráfego marítimo internacional.

Em termos militares, uma vez que não tem capacidade para exercer uma ação direta sobre os seus inimigos da região que, para além de contarem com o apoio dos EUA estão mais e melhor equipados, a implementação do programa nuclear para fins militares é para o país fundamental, em especial como fator de dissuasão. Contudo, enquanto esta capacidade não é alcançada - supostamente ainda não foi - a sua estratégia tem passado, essencialmente, pelo desenvolvimento de um programa de mísseis balísticos, pelo empenhamento de pequenas embarcações de defesa costeira e UAV's no controlo do Golfo Pérsico e, especialmente, pelas guerras por procuração, assentes em conflitos assimétricos, através da criação e financiamento de milícias militares.

Assim, através de uma intervenção indireta assente, essencialmente, em milícias militares - que cria, financia e treina -, como o Hezbollah e o Hamas, o Irão tem estado muito interventivo nos conflitos do GMO.

Com base nesta estratégia, em que é especialista, construiu, um eficiente instrumento militar sem os habituais acompanhamentos de poder - blindados e porta-aviões. Para tal, foi fundamental o desempenho altamente eficiente da seu CGRI, em especial da sua unidade especial al-Qods, que desenvolveu uma estratégia tripla: guerra por procuração, armas assimétricas e apelo aos oprimidos.

No presente, esta forma de atuação permitiu ao Irão alcançar vitórias militares, tanto na Síria, como no Iraque. Porém, no Médio Oriente, os benefícios políticos nem sempre acompanham o sucesso das armas. O Iraque não parece disposto a tornar-se um Estado satélite do Irão. A Síria poderá abandonar Teerão se a Rússia e Israel garantirem a sobrevivência de Bashar al-Assad.

Ademais, também tem provocado a fragmentação interna de vários Estados e, por sinal, a criação de uma suspeita profunda quer nos seus vizinhos – que se uniram contra um inimigo comum e endureceram a repressão aos opositores islamitas nos seus territórios – quer na CI, que temem efetivamente o avanço da RI.

Assim, atendendo às características de atuação do Irão, considera-se que tem efetivamente um elevado interesse geopolítico no GMO alargado (QC), onde no imediato pretende impor-se como potência diretora regional através, de quatro vetores: do estabelecimento de uma linha contínua de entidades pró-iranianas entre a fronteira Iraque-Irão e o mar Mediterrâneo, do controlo efetivo do Golfo Pérsico e do Estreito de Ormuz, do projetar da sua influência para o lado árabe do Golfo Pérsico e do combate a Israel para legitimar a sua RI.

A limitação que se destaca do presente estudo prende-se com a dificuldade de acesso a informação relativa aos instrumentos militares usados pelo Irão e, bem assim, à sua concreta forma de actuação, atenta a sua natureza marcadamente secreta. A divulgação de tal, julga-se de total interesse porquanto permitiria o

estudo do tema com outra acuidade e profundidade.

Como proposta de futuras investigações, considera-se pertinente dar seguimento a este estudo, em particular analisar se a saída dos EUA do JCPOA está efectivamente relacionada com o desenvolvimento de armas nucleares por parte do Irão ou se, por outro lado, se tratou tão só de uma forma de bloquear a sua estratégia de atuação atual. Ainda se julga pertinente e desafiante proceder a um estudo da relação Irão – Rússia ou Irão – China a fim de melhor perceber se tais relações são suscetíveis de alterar a posição do Irão na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdullah, D.. *Six Iranian Military Camps South of Kirkuk... Others on the Way*. Retirado de Asharq al-Awsat: <https://eng-archive.aawsat.com/d-abdullah/news-middle-east/six-iranian-military-camps-south-kirkuk-others-way>
- Ajawin, A., Al-Saiyani, W., & Al-Hajri, A.. *History of the Middle East*. (A. Kamal, Ed.) Retirado de DocPlayer: <https://docplayer.net/59790155-History-of-the-middle-east-a-research-project-of-fairleigh-dickinson-university-by-zaidullah-zaid-editor-ahmad-kamal.html>
- al-Arabiya. *Iranian ship unloads 185 tons of weapons for Houthis at Saleef port*. Retirado de Al Arabiya English Middle East: <http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2015/03/20/Iranian-ship-unloads-185-tons-of-weapons-for-Houthis-at-Saleef-port.html>
- Al-Hayat. (2018). Teerão e Ancara: Reféns da Economia. *Courrier Internacional*, 85.
- Aljazeera. (2016). *Iran 'foreign legion' leans on Afghan Shia in Syria war*. Retirado de Aljazeera: War & Conflict: <https://www.aljazeera.com/news/2016/01/iran-foreign-legion-leans-afghan-shia-syria-war-160122130355206.html>
- BBC. (2018). *Iran profile - timeline*. Retirado de BBC: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-14542438>
- Campanini, M. (2006). *História do Médio Oriente*. Lisboa: Editorial Teorema.
- CIA. (18 de dezembro de 2018). *The World Factbook*. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ir.html>
- Coffey, R. (3 de julho de 2014). *Infographics, Maps, Music and More*. Retirado de Geostrategy (What is the Heartland?): <https://infomapsplus.blogspot.pt/2014/07/geostrategy-what-is-heartland.html>
- Correia, P. (2012). Geopolítica e Geoestratégia. *Nação e Defesa*, 131, 229-246.
- Costa, H. S. (2000). *Shiismo Iraniano - Uma Abordagem Histórico-Sociológica*. Lisboa: ISCSP.
- Costa, H. S. (2005). *Da Pérsia Moderna ao Irão Pahlavi*. Lisboa: ISCSP.
- Czulda, R. (2018). *The Defensive Dimension of Iran's Military Doctrine: How Would They Fight?* Retirado de Middle East Policy Council: <https://www.mepc.org/journal/defensive-dimension-irans-military-doctrine-how-would-they-fight>

- Foreign Affairs. (2018). Do Magrebe ao Iémen: a grande desordem. *Courrier International*, 82-89.
- Frye, R. N. (1996). *The Golden Age of Persia: The Arabs in the East*. Nova Iorque: Barnes & Noble.
- IISS. (2017). *The Military Balance 2017*. IISS.
- Jornal HA'ARETZ. (2018). Esqueçam a Palestina. *Courrier International*, 86.
- Kaplan, R. D. (2012). *The revenge of geography: what the map tells us about coming conflicts and the against fate*. New York: Random House.
- Kemp, G., & Robert E. Harkavy. (1997). *Strategic geography and the Changing Middle East*. Washington DC: Brookings Institution Press.
- Mackinder, H. (1904). *The Geographical Pivot of History*. Londres: The Geographical Journal.
- Marshall, T. (2017). *Prisioneiros da Geografia*. Rio de Janeiro: ZAHAR (Apple Books).
- Mello, L. (1999). *Revista de Sociologia e Política*. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000100011
- Middle East and North Africa. (2017). Retirado de Stratfor: <https://worldview.stratfor.com/article/2018-annual-forecast/middle-east-and-north-africa>.
- Peakoil. (25 de dezembro de 2016). The United States and The Race For Global Hegemony. Retirado de Peak oil news & message boards: <https://peakoil.com/publicpolicy/the-united-states-and-the-race-for-global-hegemony>.
- Pollack, K. (2005). *The Persian Puzzle: The conflict between Iran and America*. New York: Random House.
- Rajacc, F. (1983). *Islamic Values and World View: Khomeini on Man, the State and International Politics*. New York: University Press of America.
- Ramazani, R. K. (2004). Ideology and Pragmatism in Iran's Foreign Policy. *The Middle East Journal*, 549-559.
- Reuters. (21 de abril de 2013). *Insight: Battered by war, Syrian army creates its own replacement*. Retirado de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-syria-crisis-paramilitary-insight/insight-battered-by-war-syrian-army-creates-its-own-replacement-idUSBRE93K02R20130421>
- Reuters. (7 de agosto de 2015). *Iran Quds chief visited Russia despite U.N. travel ban: Iran official*. Retirado de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-russia-iran-soleimani/iran-quds-chief-visited-russia-despite-u-n-travel-ban-iran-official-idUSKCN0QC1KM20150807>
- Ribeiro, J. F. (2008). *O Iraão, os EUA e a Geopolítica do Golfo Pérsico*. Nação & Defesa, 73-86.
- Sadjadpour, K., & Ben Taleblu, B. (29 de novembro de 2018). *Iran: leveraging chaos. Geopolitics and Democracy in the Middle East*, pp. 35-48. Retirado de http://fride.org/download/geopolitics_and_democracy_in_the_middle_east.pdf

- Santos, L., Garcia, F. P., Monteiro, F. T., Lima, J. V., Silva, N. P., Silva, J. F., . . . Afonso, C. D. (2016). *Orientações Metodológicas Para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Estudos Militares.
- Scalea, D. (3 de junho de 2010). *A colocação geopolítica do Irão*. Eurasia – Revista de estudos geopolíticos.
- Schatz, A. (2004). *In Search of Hezbollah*. The New York Review of Books.
- Silva, T. d. (2013). Irão: Poderá a República Islâmica tornar-se a potência diretora do médio oriente. Em *Estratégia* (pp. 287-299). Lisboa: Instituto Português da Conjuntura estratégica.
- Silva, T. d. (2016). A “Guerra Fria” do Médio Oriente: a Luta da Arábia Saudita e do Irão pela Hegemonia Regional. Em A. S. (Coord), *Previsão e Mudança: Estudos Políticos e Internacionais* (pp. 151-162). Lisboa: MGI.
- Simão, L. (janeiro de 2011). *República Islâmica do Irão. Política externa: as relações internacionais em mudança*.
- SIPRI. (novembro de 21 de 2018). *Data for all countries from 1988–2017 in constant (2016) USD*. Retirado de SIPRI Military Expenditure Database: <https://www.sipri.org/databases/milex>.
- Sputnik. (2 de agosto de 2018). *Sputnik Brasil*. Retirado de Sputniknews: <https://br.sputniknews.com/opiniao/2018080211860527-ira-eua-sancoes-estrategia-resistencia-economica-agil-tensoes/>.
- Spyer, J. (2016). Patterns Of Subversion: Iranian Use Of Proxies In the Middle East. *MERIA - Middle Review of International Affairs*, 29 - 36.
- Stratfor Worldview. (22 de dezembro de 2017). *Middle East and North Africa*. Retirado de Stratfor Worldview: <https://worldview.stratfor.com/article/2018-annual-forecast/middle-east-and-north-africa>
- Stratfor Worldview. (30 de maio de 2018). *Iran’s Strategy for Surviving U.S. Sanctions*. Retirado de Stratfor Worldview: <https://worldview.stratfor.com/article/iran-strategy-surviving-us-sanctions-nuclear-deal>
- Takeyh, R. (2009). *Guardians of the Revolution. Iran and the World in the Age of the Ayatollahs*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- The Atlantic. (6 de agosto de 2018). *Iran’s Economy Is Struggling Even Without U.S. Sanctions*. Retirado de The Atlantic: <https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/08/iran-economy/566708/>
- The Economist. (3 de abril de 2015). *The Middle Eastern mesh*. Retirado de The Economist: <https://www.economist.com/graphic-detail/2015/04/03/the-middle-eastern-mesh>
- The World Bank. (2018). *Iran, Islamic Rep*. Retirado de The World Bank: <https://data.worldbank.org/country/iran-islamic-rep>

- University of Texas. (s.d.). Retirado de University of Texas Libraries: <https://legacy.lib.utexas.edu/maps/iran.html>
- USA Today. (20 de abril de 2015). *Iranian support for Yemen’s Houthis goes back years*. Retirado de USA TODAY: <https://eu.usatoday.com/story/news/world/2015/04/20/iran-support-for-yemen-houthis-goes-back-years/26095101/>
- WayBack. (2014). Retirado de https://www.reddit.com/r/HistoryPorn/comments/24otfb/anglopersian_oil_company_vehicle_1950s
- Wither, J. K. (2016). Making Sense of Hybrid Warfare. *Connections: The Quarterly Journal*, 73-87.
- Yaari, E. (8 de dezembro de 2018). *Replacing Hamas: Iran’s New Proxy Militia in Gaza*. Retirado de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/articles/palestinian-authority/2015-09-28/replacing-hamas>